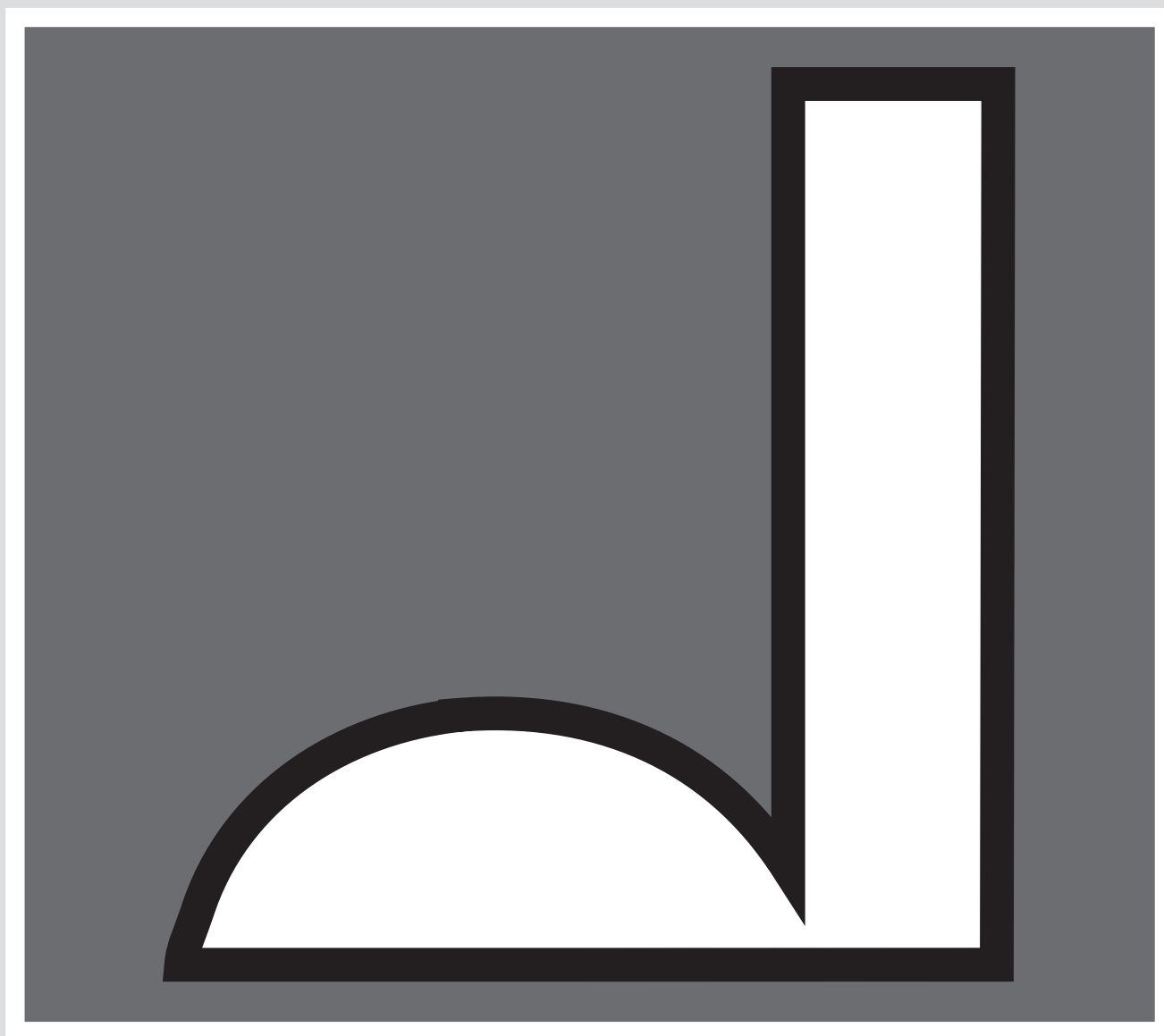




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 051 - QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, à **Medida Provisória nº 421, de 29 de fevereiro de 2008**, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 22 de abril de 2008.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 57ª SESSÃO ESPECIAL, EM 22 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2.1 – FINALIDADE DA SESSÃO

Homenagear o Aposentado do Serviço Público, de acordo com o Requerimento nº 223, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.. 10245

1.2.2 – Oradores

Senador Sérgio Zambiasi 10245

Senador Mário Couto..... 10246

Senador Marconi Perillo..... 10248

Senador Romeu Tuma 10250

Senador Flexa Ribeiro 10251

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Gari-baldi Alves Filho)

1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Antonio Carlos Valadares 10254

Senador Papaléo Paes 10257

Senador Mão Santa 10260

Senador Geraldo Mesquita Júnior 10262

Senador José Agripino..... 10265

Senador Inácio Arruda 10267

1.2.5 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 58ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE ABRIL DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta Solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 8 de maio, quinta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar a participação do Brasil no 4º ano Polar Internacional..... 10278

2.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008 (nº 7.566/2006, na Casa de origem), recebido da Câmara dos Deputados, *que dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986,*

com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000..... 10278

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem), recebido da Câmara dos Deputados, *que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)..... 10283*

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem), recebido da Câmara dos Deputados, *que altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)..... 10283*

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2008 (nº 1.691/2007, na Casa de origem), recebido da Câmara dos Deputados, *que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, dispondo sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial..... 10285*

2.2.3 – Offícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 96/2008, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 380, de 2007, revogada, em virtude da aprovação da Medida Provisória nº 391, de 2007, e sua subsequente conversão na Lei nº 11.580, de 27 de novembro de 2007..... 10286

Nº 97/2008, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 382, de 2007, revogada, em virtude da aprovação da Medida Provisória nº 392, de 2007, e sua subsequente conversão na Lei nº 11.604, de 05 de dezembro de 2007..... 10286

2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *que altera a redação dos arts. 16 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime Geral de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes..... 10286*

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, <i>que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual.</i>	10288	do Senado nº 321, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, <i>que altera a Lei de Inelegibilidade para regular o afastamento de servidor público candidato a cargo eletivo.</i>	10362
Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, de autoria do Senador Renan Calheiros, <i>que altera a legislação do Fundo de amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.</i>	10289	Nº 345, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 209, de 2007 (nº 846/2007, na origem), que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor <i>Enéas Costa de Souza</i> , para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor <i>Luis Fernando Schuartz.</i>	10366
Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2008, de autoria do Senador Geovani Borges, <i>que altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio.</i>	10293	2.2.9 – Decisão da Comissão Diretora do Senado Federal	
2.2.5 – Leitura de requerimentos		Indeferimento do Requerimento nº 335, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 565, 276 e 641, de 2007, nos termos do inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.	10369
Nº 473, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento da atriz Carmem Silva.</i>	10293	Indeferimento do Requerimento nº 336, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 12, de 2007, e 334, de 2006, nos termos do inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.....	10369
Nº 474, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, <i>solicitando oitiva da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008.</i>	10294	Deferimento do Requerimento nº 337, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 475 e 555, de 2007, nos termos do inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.....	10369
Nº 475, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, <i>solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008.</i>	10294	Deferimento do Requerimento nº 338, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 19 e 397, de 2005 – Complementar, nos termos do inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.....	10369
Nº 476, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, <i>solicitando voto de aplauso ao Prefeito de Itajaí – SC, Volnei Morastoni.</i>	10294	2.2.10 – Discursos do Expediente	
2.2.6 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional		SENADOR GEOVANI BORGES – Defesa da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que cria a Zona Franca de Macapá e Santana.....	10369
Nº 2, de 2008-CN, que “ <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 1.685.264.352,00 (um bilhão seiscentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais), para os fins que especifica.</i> ” (Mensagem nº 22, de 2008-CN – nº 217/2007, na origem).	10294	SENADORA IDELI SALVATTI – Prestação de contas da ação de S. Ex ^a em favor da construção civil e participação na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Têxtil e de Confecções.....	10372
Nº 3, de 2008-CN, que “ <i>abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 492.431.338,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</i> ” (Mensagem nº 23, de 2008-CN – nº 218/2007, na origem).	10348	SENADOR MÃO SANTA – Homenagem à memória do Senador Ramez Tebet, falecido no ano passado.	10374
2.2.7 – Ofício		SENADOR ROMEU TUMA, como Líder – Comemoração pelo transcurso do Dia da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira.....	10377
Nº 71/2008, de 22 do corrente, da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Designação do Senador Gim Argello, como titular, para integrar a referida Comissão.	10362	SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Preocupação com a ampla repercussão alcançada por reportagem do jornal Los Angeles Times , sobre a epidemia da dengue no Rio de Janeiro.	10378
2.2.8 – Pareceres			
Nº 344, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei			

SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Saudação ao novo Presidente eleito do Paraguai, Fernando Lupo.....	10383	de 2007 (nº 846/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor <i>Enéas Costa de Souza</i> , para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor <i>Luis Fernando Schuartz</i> . Aprovado. (Votação nominal)	10405
SENADOR <i>MARCO MACIEL</i> – Registro do transcurso, hoje, do Dia da Comunidade Luso-Brasileira. Necessidade de se avançar na implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.....	10384	Item extrapauta Mensagem nº 58, de 2008 (nº 137/2008, na origem), submetendo a apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor <i>Jorge José Frantz Ramos</i> , Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali. Aprovado o Parecer nº 347, de 2008-CRE. (Votação nominal)	10412
SENADOR <i>JEFFERSON PÉRES</i> , como Líder – Preocupação com a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.....	10385	Item extrapauta Mensagem nº 59, de 2008 (nº 152/2008, na origem), submetendo a apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor <i>Elim Saturnino Ferreira Dutra</i> , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Tunísia. Aprovado o Parecer nº 348, de 2008-CRE. (Votação nominal)	10418
SENADOR <i>ALOIZIO MERCADANTE</i> – Relato de visita de uma delegação de senadores franceses que compõem a Comissão de Finanças do Parlamento francês.....	10386	São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de quarta-feira, dia 23, em virtude de não haver acordo das Lideranças: Item 2 Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.....	10424
SENADOR <i>CRISTOVAM BUARQUE</i> – Registro do transcurso, ontem, do 48º aniversário de Brasília.....	10388	Item 3 Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.....	10424
SENADOR <i>JOSÉ NERY</i> – Encaminhamento de matérias, declarações e posicionamentos resultantes da 46ª Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB.	10391	Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno) Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc : Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007.....	10424
2.2.11 – Leitura de requerimentos Nº 477, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais e Pedro Simon, solicitando voto de louvor à vida pública do Senador Humberto Lucena. Aprovado , após usarem da palavra os Senadores Efraim Morais, Romero Jucá, Pedro Simon, Tião Viana e Alvaro Dias. O Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, associa-se às manifestações.....	10398	Item 5 Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....	10424
Nº 478, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de congratulação ao centenário do Senador Walter Franco.	10402		
2.3 – ORDEM DO DIA Item 1 Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordo com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura. Aprovado , após Parecer nº 346, de 2008 , favorável, proferido pelo Sr. Romero Jucá, Relator Revisor, tendo usado da palavra o Sr. José Agripino. À promulgação.	10403		
Item extrapauta Parecer nº 345, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 209,			

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*. 10424

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. 10425

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*. 10425

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)*. 10425

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*. 10425

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 10425

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*. 10426

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 10426

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*. 10426

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*. 10426

Item 16 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*. 10426

Item 17

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*. 10426

Item 18

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família*. 10427

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)*. .. 10427

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral*. 10427

Item 21	Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo</i>	10427	<i>fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)</i>	10428
Item 22	Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que <i>acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB</i> (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....	10427	Item 30	
Item 23	Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que <i>altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências</i>	10427	Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)</i>	10428
Item 24	Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que <i>altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)</i>	10428	Item 31	
Item 25	Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que <i>veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT</i>	10428	Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho</i>	10429
Item 26	Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas</i>	10428	Item 32	
Item 27	Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que <i>modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)</i>	10428	Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que <i>denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela</i>	10429
Item 28	Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que <i>altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)</i>	10428	Item 33	
Item 29	Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que <i>altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de</i>		Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários</i>	10429
			Item 34	
			Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que <i>acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)</i>	10429
			Item 35	
			Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional dos Surdos</i>	10429
			Item 36	
			Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Vaqueiro</i>	10429
			Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)	
			Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que <i>acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os for-</i>	

necedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços...

10429

Item 38 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

10430

Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

10430

Item 40

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

10430

Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

10430

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

10430

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

10430

Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de

1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

10430

Item 45

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

10431

Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ...

10431

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

10431

Item 48

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

10431

Item 49

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

10431

Item 50

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a

ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Item 51

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

Item 52 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.*

Item 53

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".*

Item 55 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Item 56

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Item 57 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Item 58

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta*

do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Item 59

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

Item 60

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

Item 61

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

Item 62

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

Item 63

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

Item 64

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

Item 65

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Proje-*

10431

10431

10432

10432

10432

10432

10432

10432

10432

10433

10433

10433

10433

10433

10433

to de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.) 10433

Item 66

Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.... 10433

Item 67

Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.).. 10434

Item 68

Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicas por portadores de deficiência visual.)..... 10434

Item 69

Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.)..... 10434

Item 70 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt..... 10434

Item 71 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt. 10434

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Relato da primeira viagem da subcomissão temporária vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão Temporária Externa do Senado Federal com a

finalidade de avaliar a operação Arco de Fogo na Amazônia..... 10434

SENADOR VALTER PEREIRA – Repúdio ao sofrimento imposto pelas Farc à ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt..... 10439

SENADORA PATRÍCIA SABOYA – Reflexão a respeito da violência contra crianças e adolescentes. 10443

SENADOR JOÃO PEDRO – A demarcação de terras indígenas na Amazônia. 10449

SENADOR ALVARO DIAS – Saudação ao Paraguai, que acaba de realizar eleições democráticas. Registro da visita de S. Exª ao Mato Grosso..... 10450

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República pelo lançamento da “Campanha Brasileira dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Transcurso hoje do Dia Internacional do Planeta Terra. Manifestação sobre a Carta de Santiago de Cali, na Colômbia, onde se reuniu, de 14 a 16 de março de 2008, o Parlamento Negro das Américas e do Caribe. 10452

SENADOR SIBÁ MACHADO – Reflexão sobre a demarcação de terras indígenas na Amazônia. 10455

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Prestação de contas de S. Exª pela participação na Conferência Mundial da Paz, realizada em Caracas. 10458

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA – Posicionamento contrário à paralisação de votações no Senado Federal para aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. 10465

SENADOR FLÁVIO ARNS – Manifestação sobre o trabalho do Senado Federal. Registro do transcurso, amanhã, do Dia Mundial do Escoteiro. . 10467

2.3.2 – Leitura de parecer

Nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal..... 10469

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. .. 10475

SENADOR FLÁVIO ARNS – Defesa de projeto apresentado por S. Exª determinando que as cédulas utilizadas no meio circulante deverão conter elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual. 10476

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Arrecadação cresce 18% mes-

mo sem CPMF", publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 27 de fevereiro último.	10476
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada "Gilmar Mendes é eleito para presidir STF", publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 13 de março último.....	10478
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada "Bispo denuncia exploração infantil", publicada no jornal Diário do Pará , edição de 15 do corrente.....	10479
SENADORA PATRÍCIA SABOYA – Homenagem de pesar pelo falecimento do professor Ícaro de Sousa Moreira, Reitor da Universidade do Ceará.	10480
2.3.4 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 23, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	10480
2.4 – ENCERRAMENTO	
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 22-4-2008	
4 – ATO DO DIRETOR-GERAL ADJUNTO	
Nº 779, de 2008	10495

SENADO FEDERAL

- 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA**
- 6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**
- 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
- 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**
- 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
- 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**
- 11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
- 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

- 13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**
- 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**
- 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 57ª Sessão Especial, em 22 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 31 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal que destina-se a homenagear o aposentado do serviço público, nos termos do Requerimento nº 223, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Já se encontram compondo a Mesa dos trabalhos os nobres Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi.

Convido para compor a Mesa, também, o Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COPAB. (Palmas.)

Convido também a Srª Clotilde Guimarães, 2ª Vice-Presidente do Instituto Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – Mosap. (Palmas.)

Convido o Sr. Moacir Resende, Secretário-Geral Adjunto da Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Convido a todos para, de pé, acompanharmos a execução do Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Quero saudar, em nome do Senado Federal, a todos os nossos visitantes, que abrilhantam esta sessão especial requerida pelo Senador Paulo Paim para homenagear os aposentados do serviço público.

Quis Deus, na sua sabedoria, que nós pudéssemos ter também hoje, na galeria do Senado Federal, os alunos do primeiro ano da Escola Candanguinho, de Brasília. Uma salva de palmas ao Brasil de amanhã! (Palmas.)

São gerações: as que já trabalharam pelo Brasil e merecem o apoio e o respeito de todos os brasileiros; e o Brasil do futuro, que também tem de ter todo o apoio do Senado Federal e de todos nós para que

possam, com certeza absoluta, ter à frente um País bem melhor do que o que temos hoje.

Parabéns a todos!

Concedo a palavra ao eminente Senador Sérgio Zambiasi, como primeiro orador escrito. (Palmas.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flexa Ribeiro; meu conterrâneo, colega e amigo Senador Paulo Paim, autor do requerimento desta sessão especial em homenagem ao aposentado do serviço público, que eu poderia dizer que é uma sessão em homenagem aos trabalhadores de todo o Brasil, aos futuros aposentados, àqueles que buscam também alcançar os benefícios por que esse grupo está lutando.

Na realidade, estes homens e mulheres aqui presentes representam exatamente essa parcela da população de trabalhadores que não se conformou e não se conforma com o tratamento que vem recebendo historicamente – não falo de hoje, mas do que vem acontecendo –, especialmente quando caminha para o momento em que deveria ser premiado por todo o esforço que fez em sua vida para construir um Brasil melhor, não para si, mas para aquelas gerações que estão chegando.

Esta sessão também poderia ser em homenagem ao nosso Senador Paulo Paim. Além de conterrâneo, iniciamos nossa vida política, nossa vida pública, e da mesma região. Ele é de Caxias do Sul, eu da região do Vale do Taquari, Encantado, porém a cidade que nos abrigou, e nos abriga, na região metropolitana, é Canoas. Temos vínculos muito próximos e origens também muito próximas e, portanto, compromissos idênticos nessa caminhada em defesa dos trabalhadores. A luta deve partir daí.

E me permitam abrir um pequeno parêntese aqui pela coincidência que está acontecendo, de um lado lamentável e de outro seguramente pela vida longa e privilegiada que teve, para dizer que nós, no Rio Grande do Sul, perdemos ontem a nossa querida atriz Carmen Silva, nascida em Pelotas em 16 de abril de 1916. Ela se destacou em inúmeros trabalhos, mas

em um especialmente, Senador Paulo Paim, chamou a atenção de todo o Brasil pelo tratamento dado aos idosos. Todos nós estamos muito bem lembrados da participação dela na novela Mulheres Apaixonadas, da TV Globo, em 2003, quando ela exerceu um papel fundamental no sentido de denunciar a forma como nós, brasileiros, tratamos os nossos idosos e – por que não? – os nossos aposentados. Ela merece, neste momento, uma citação especial. (Palmas.)

Ela nos deixa aos 92 anos de idade como uma figura e um ícone especial em defesa da vida, em defesa dos direitos humanos, pela luta nesse sentido. E nada melhor do que um momento como este, em que um segmento tão importante da nossa sociedade – nossos homenageados, os aposentados – para lembrar um pouquinho da história de uma mulher que lutou muito, em toda a sua vida, também pelos trabalhadores, especialmente pelos aposentados e, muito especialmente, pelos idosos naquele memorável papel em uma de suas últimas novelas.

Enfim, Senador Paulo Paim, quero registrar o esforço que nós aqui no Congresso Nacional estamos fazendo para que os aposentados tenham as conquistas que merecem.

Registro que, há cerca de dez dias, nós conseguimos aqui duas vitórias extremamente importantes, quando aprovamos dois projetos do nosso Senador Paim. Um deles trata do vínculo dos benefícios dos aposentados ao salário mínimo. Tenho convicção de que é uma luta que envolve não apenas o trabalhador da área privada, mas todos os trabalhadores. Esse é um ato de solidariedade e apoio a todos aqueles que caminham na direção da consolidação de direitos e da conquista de novos e melhores espaços para a sua própria vida.

O segundo trata do fator previdenciário, outro aspecto que considero extremamente importante. (Palmas)

O fator previdenciário foi uma das maiores injustiças que se fez aos trabalhadores aposentados no Brasil. Em nome da economia, nós acabamos achatando os salários dos trabalhadores aposentados.

Para quem não conhece esse fator, o nome é pouco técnico, mas em poucas palavras significa dizer que um sujeito que se aposenta na vida privada com dez salários mínimos, em cinco ou seis anos, estará com quatro ou cinco salários mínimos. É uma perda permanente e exige, portanto, a atenção de todos nós, de todos os setores, de todas as lideranças que representam esse segmento tão importante da vida nacional, que são os aposentados e os pensionistas.

Sei que um dos grandes focos da sua luta é a questão da paridade, que recebe a atenção das prin-

cipais lideranças de todo o País aqui presentes, que trabalham, tendo o Paim como referência e em nós o apoio e toda a solidariedade.

O próprio Ministro da Previdência, Luiz Marinho, disse aqui que tem interesse em buscar uma solução, em trabalhar por uma solução. Ele trabalha, obviamente, dentro da visão de Governo, considerando o orçamento. Temos aqui formas de encontrar soluções adequadas. O próprio Senador Paim, em seus projetos, aponta alternativas para suprir o eventual déficit que é citado na área orçamentária e extremamente contestado, cada vez mais contestado. Quanto mais informações recebemos, mais clara fica a contestação com relação ao tal déficit da Previdência. Ao mesmo tempo, já temos instrumentos, já temos formas de aprimorar as informações de maneira a consolidar essa contestação e sugerir ao Governo alternativas adequadas para superar, Senador Paim, essa eventual dificuldade com a qual nós não concordamos.

Portanto, são lutas justas, acima de tudo lutas contra injustiças históricas, razão pela qual nós não podemos deixar aqui de oferecer o nosso apoio e a nossa integral solidariedade às suas causas.

Parabéns a todos! Bem-vindos!

Parabéns ao Senador Paim pela sua iniciativa! Conte conosco.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador Sérgio Zambiasi as palavras de apoio aos aposentados do serviço público.

Quero registrar a presença do nobre Senador Mário Couto, do PSDB do Pará, que faz parte da Mesa, e a do Senador Antonio Carlos Valadares, que se encontra no plenário. (Palmas.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, quero em seu nome cumprimentar a Mesa; senhoras e senhores aposentados do serviço público deste País; sempre que venho à tribuna para falar de aposentados peço a Deus que leve a minha fala aos ouvidos dos dirigentes deste País.

Desde que cheguei a este Senado – e sou Senador há apenas um ano e três meses – incorporei 60% das minhas falas aos aposentados deste País, incorporei a minha luta à do Senador Paulo Paim. Lembro-me de que, um dia, ao passar por sua cadeira, a penúltima dessa fila, ele pegou a minha mão e me disse: “Mário Couto, custe o que custar, essa causa dos aposentados de uma maneira geral, quer civil, quer pública, está no meu sangue.” E, pensando, fui para o meu gabinete: por que também não está no meu? (Palmas.)

E daí para frente, com outros companheiros, como os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Jayme Campos, grandes Senadores da República, travamos uma luta para mostrar à Nação o nosso respeito a todos os aposentados deste País. Infelizmente, vou ter de fazer a mesma coisa que faço nos dias normais nesta Casa: ser muito sincero.

Desculpem-me se alguém não vai gostar da minha fala, mas não tem outro jeito de ser. Nasci assim e vou terminar assim. Digo o que penso em qualquer lugar. Em qualquer ambiente, eu digo o que penso. O aposentado deste País, infelizmente – infelizmente! – é tratado ainda como um copo descartável: usou, jogou fora. Infelizmente!

Olhem que fomos taxados....Pasmem, senhoras e senhores. Eu cheguei a minha casa e a minha mulher me disse: “Já lestes o jornal? Você já viu o que os Ministros do Planejamento e da Previdência estão dizendo para os Senadores, porque aprovaram os benefícios para os aposentados? Já viu?” Eu respondi que não. “Pois estão chamando vocês de irresponsáveis.” Olhem só! Isso porque estamos lutamos por uma causa justa, estamos lutando por aqueles que serviram tanto a esta Pátria, que deram o seu suor. No caso de vocês, ainda, eu estou olhando para uma plateia que sofreu, com certeza, durante todo o seu trabalho, o desprezo do Governo – dos governos – e o desrespeito da sociedade com o servidor público.

Ora, vejam, os Ministros do Planejamento e da Previdência dizem que os Senadores são irresponsáveis, porque estão lutando pela causa daqueles que serviram à Pátria. Eu sei, todos nós temos conhecimento. Nada aqui na minha fala de sentimentalismo. Nada. Não quero ofender ninguém com meu sentimento, mas dói.

Quando se vê um político num palanque... e eu acreditei, eu ouvi dizer que não entendia por que um trabalhador brasileiro trabalhava a vida inteira, estava ganhando dez salários mínimos, e, quando ia para a aposentadoria, passava a receber apenas a metade, cinco. Disse no palanque que isso iria acabar. Foi o nosso querido Presidente Lula que falou isso. Não acabou, a situação dos aposentados piorou. “Ah, não podemos fazer nada, porque a Previdência está falida.” Ora, esse negócio de Previdência falida eu já escuto desde a minha infância. Desde que eu tinha 8 anos de idade e comecei a perceber a vida como ela era, eu ouço falar que a Previdência é deficitária, estraçalha os aposentados.

Quanto ao servidor público, então, sempre dizem que não fazem nada. Dizem até – e isso é verdade – que quando um servidor público vai fazer um teste

numa empresa privada, dizem assim: “Você é servidor público? Ah, então não passou”. Isso é lamentável.

O que resta ao Senador Paim para lutar? Saibam que, para se conseguir alguma coisa, metade da guerra... Não pensem que a guerra está vencida. Ainda temos de brigar muito, mas muito. Para se chegar à metade da guerra, na primeira batalha vencida – acreditem vocês –, foi preciso ameaçar com vigília e greve de fome. Nós estamos no Brasil. Aí começaram a resolver. Percebiam que o Governo... Isso não é para acusar Governo, não. Não estou fazendo politicagem aqui, nem preciso disso. Como falei no início, sou Senador há um ano e três meses e tenho mais sete anos pela frente. Não seria agora que eu ia fazer politicagem para obter voto. Daqui a sete anos não sei nem se estarei vivo.

Mas foi preciso ameaçar com greve de fome e vigília. Foi preciso levar mais de 150 aposentados ao gabinete do Presidente. Foi preciso vir a esta tribuna umas dez vezes para arrancar – acreditem – o projeto da gaveta de um Senador do Governo, que o trancava há nove meses! Há nove meses! E vou dizer a vocês uma coisa ainda pior do que isso: sabem há quantos anos o projeto estava passando de comissão em comissão? Em cada uma que passava: “Prende! É dos aposentados? Prende! Eles já não servem mais à Nação.”

Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Durante cinco anos, o Paulo Paim vem lutando e, por isso, merece o respeito de cada um de nós. Senão, ele teria desistido. Vamos aplaudi-lo, porque este é o verdadeiro homem brasileiro! (Palmas)

Foram cinco anos! Eu já disse a ele que estou disposto a tudo por essa causa tanto do servidor civil quanto do servidor público. Sei o quanto vocês precisam do nosso apoio no Senado. Tenho uma protetora, Nossa Senhora de Nazaré e minha Santa Filomena. Rogo sempre a elas que sensibilizem cada um dos Srs. Senadores e das Srs. Senadoras.

Agora mesmo, ao sair do meu gabinete, Senador Paulo Paim, eu estava pensando em oficializar uma audiência com o Presidente da Câmara, em fazer isso por ofício, e todos os Senadores que irão a essa reunião assinariam o ofício, para que possamos ir não apenas três, quatro Senadores, mas para que o Presidente da Câmara perceba que o Senado em si, na sua totalidade, na sua unanimidade, votou a favor e quer realmente que o Governo respeite essa classe trabalhadora que serviu este País. (Palmas.)

Vamos fazer isso, Senador Paim, e vamos continuar a guerra. Sei que muito se pode fazer e muito falta fazer por vocês. Sou servidor público aposentado igual a vocês. Trabalhei quarenta anos no DNER.

Não vou nem falar do DNER. Aquele exemplo que dei: com doze anos de serviço, achei por bem trocar de emprego. “Já chega de o Governo não dar condições, de o Governo tratar dessa maneira o servidor público. Eu não agüento mais! Vou procurar uma empresa privada”. Aquele exemplo foi meu. Quando preenchi a ficha, ele olhou para mim e disse: “Ah, você é servidor público?”. Fez um “X” na minha ficha e me devolveu. Nem conversou mais!

Faço idéia da aposentadoria de V. S^{as}, o abandono! Subi a esta tribuna só para dizer-lhes que contem comigo na hora que precisarem de mim! Aqui neste Senado contem comigo, humilde Senador, mas que reconhece o trabalho de cada um de vocês e que está disposto, custe o que custar, doa a quem doer, a fazer o que for necessário fazer, até ameaças, para que o Governo diga que vocês merecem a gratidão dele como brasileiros e brasileiras que trabalharam tanto para servir o público desta Nação.

Muito obrigado! Contem comigo para o que der e vier! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de passar a palavra ao Senador Marconi Perillo, Senador do Estado de Goiás, pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, gostaria de explicar a minha ausência aqui no momento inicial desta solenidade, porque estava presente a uma outra solenidade que está sendo realizada aqui no Senado, no Auditório Senador Petrônio Portella.

Essa solenidade diz respeito a um encontro internacional sobre educação e conta com a participação de quatro países: Brasil, Índia, África do Sul e Reino Unido. O seminário tem como coordenador o Senador Cristovam Buarque.

Esta solenidade, claro – não precisava nem eu ler o documento oficial – foi requerida pelo Senador Paulo Paim e a ela vou dar continuidade, passando a palavra ao Senador Marconi Perillo. (Palmas.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves; Sr. Senador Paulo Paim, autor do requerimento; Sr. Senador Flexa Ribeiro; minha saudação ao Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; à Sr^a Clotilde Guimarães, 2^a Vice-Presidente do Instituto Mosap; ao Sr. Moacir Resende, Secretário-Geral Adjunto dos Servidores Inativos e Pensionistas,

minha saudação às senhoras e senhores aposentados e pensionistas do serviço público aqui presentes.

Fiz muita questão de comparecer a esta sessão especial, Senador Paulo Paim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, para trazer também aqui o meu preito de gratidão, os meus cumprimentos sinceros a essa categoria de homens e mulheres que dedicaram os melhores anos de suas vidas à prestação de um serviço público eficiente e de qualidade aos cidadãos brasileiros.

Falo do serviço público, especialmente do servidor público inativo, pensionista de cátedra, porque, ao longo da minha vida pública, sempre contei com o apoio dos servidores públicos para que eu pudesse desempenhar à altura as missões a mim conferidas pela população goiana.

Vejo aqui Vilmar Pinheiro, ex-Vereador por Goiânia e um dos líderes dessa categoria. Ele sabe o que vou dizer. Como Deputado Estadual, depois como Deputado Federal, e por duas vezes como Governador de Goiás, pude contar sempre com a atuação firme e decidida dos servidores públicos, para que eu pudesse implementar políticas públicas eficientes, para que eu pudesse coordenar uma equipe voltada ao planejamento estratégico cujo objetivo principal era a prestação de um serviço público que pudesse atender às expectativas do nosso principal cliente: o cidadão, o cidadão que paga impostos e que merece um serviço público de qualidade.

E para que um governante e sua equipe possam prestar um serviço público de qualidade, um serviço público eficiente, ele precisa contar com uma ferramenta indispensável à prestação desse serviço, que são os servidores, os funcionários, que, via de regra, são os responsáveis pela prestação desses serviços. Apreendi lá, como Governador de Goiás, a valorizar para valer o serviço público, porque compreendia, e continuo compreendendo que somente na medida em que se qualifica, se valoriza e efetivamente se dá atenção ao servidor público, é que se pode prestar esse serviço eficiente, à altura do que demandam as nossas populações.

Como Governador de Goiás, criei alguns mecanismos que ficaram na história do Estado marcados como serviços eficientes, entre eles o Vapt Vupt, um serviço que, hoje, em dezoito postos, atende da maneira mais eficiente possível a sociedade do meu Estado. Quando saí do Governo, esse serviço era avaliado como ótimo e bom por 99% da sociedade ou dos clientes daquele serviço.

Mas entendi, quando Governador, que era preciso, além de cursos de qualificação, além da valorização por meio dos reajustes de salário, era importante tam-

bém criar os planos de carreira, os planos de cargos e salários. Nós não tínhamos nenhum plano de cargos e salários, Senador Paim, no meu Estado. Quando cheguei ao Governo, começamos a trabalhar um a um: o plano de carreira da educação, para os servidores administrativos e para os professores; depois, saúde; depois, segurança pública, já implementado no atual Governo, mas iniciado no nosso. Colaboramos na implementação dos planos de carreira da Assembléia, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Contas e, depois, para a administração direta e indireta, de uma maneira geral.

Fiz isso com a convicção de que estaria garantindo aos servidores ativos de hoje uma aposentadoria mais digna amanhã, quando inativos ou pensionistas. Procurei valorizar os servidores públicos, porque se eles são indispensáveis hoje, precisam ser também valorizados amanhã, depois de aposentados.

Não tenho dúvida de que grande parte do sucesso dos nossos dois governos se deveu a esse trabalho de parceria com os servidores públicos, que foram muito importantes, eu diria, indispensáveis para a realização do trabalho que fizemos.

Mas eu queria encerrar as minhas palavras, solidarizando-me com todos aqueles que têm, ao longo dos anos, lutado em favor dos aposentados e pensionistas deste País, quer no serviço público, quer em outros serviços, dos servidores civis. Quero me somar ao Senador Paulo Paim, que foi meu colega na Câmara, ao Senador Flexa, ao Senador Mário Couto, ao Senador Romeu Tuma, ao Senador Garibaldi e a todos os homens e mulheres de boa vontade, que trabalham no sentido de valorizar aqueles que deram as suas vidas em favor da sociedade, pelo serviço público ou em outras funções.

Mas eu queria, senhores aqui presentes, dizer uma coisa: nós todos assistimos o Governo, por intermédio de seus Ministros, questionarem a atitude nossa aqui, no sentido de aprovar a paridade, o projeto do Senador Paim. Fizemos com convicção, sabendo que isso não vai afetar coisíssima nenhuma as contas públicas. Quantas vezes ouvi aqui os Senadores da Base do Governo afirmarem e reafirmarem; quantas vezes ouvi o Presidente da República e seus Ministros afirmarem e reafirmarem que, se derrotássemos a CPMF, o Brasil iria quebrar, o governo iria quebrar. Nada disso. Viemos aqui com altivez, derrotamos a CPMF, acabamos com essa excrescência e o Governo continuou tendo superávit de arrecadação. Só nos primeiros dois meses, mais de R\$12 bilhões de superávit de arrecadação.

Portanto, caiu por terra aquela balela de que, uma vez derrotada a CPMF – e fizemos isso com convicção

– o governo iria deixar de ter recursos para a saúde, para o Bolsa-Família, para os programas sociais.

Venho aqui para dizer a mesma coisa. Não vamos ter consequência nenhuma do ponto de vista do equilíbrio financeiro e fiscal do Governo com a aprovação dessa medida.

E é por isso que estou à disposição para ir à Câmara colaborar com o Senador Paulo Paim no sentido de pressionar legitimamente os Deputados, o Presidente da Câmara, a fim de aprovar esse projeto. (Palmas.)

E mais, ouvi aqui do nosso Presidente uma frase, guardei-a e quero repeti-la: o problema da Previdência – e todos ouvimos isso a vida toda, de dizer que a Previdência está quebrada, está falida, que a Previdência é deficitária –: Por que não abrir a caixa-preta da Previdência? Por que não fazer auditorias? (Palmas.)

Por que não verificar exatamente o que se arrecada com transparência na Previdência Social, na seguridade social? Vamos abrir isso para os aposentados, para os pensionistas, para a imprensa e para a sociedade brasileira inteira terem a certeza de que realmente há déficit ou não há déficit. Por que ficam falando a vida toda em déficit ou em dificuldade financeira? Das duas uma: ou estão mentido, ou há muita incompetência na gestão da previdência pública no Brasil. Se estão mentido, estão cometendo um crime contra o serviço público, sobretudo contra os aposentados e pensionistas. Se estão falando a verdade, estão cometendo um outro crime, que é o de prevaricação ou de incompetência, incúria na gestão da Previdência Social no Brasil.

Em relação a esses dois aspectos, acho que somente trazendo essas informações e essas contas todas, para que a gente possa verificar se estão ou não corretas, e checar efetivamente os números da Previdência, é que poderemos tomar uma posição mais firme em relação a essa balela toda que vem afirmando a vida toda de que a Previdência está quebrada. Eu não acredito nisso. Tem muito dinheiro que entra. Eu sei que tem muita corrupção lá, mas entra muito dinheiro todos os meses na conta da Previdência. Na minha opinião, o que falta mesmo é gestão voltada para eficiência e para valorização dos aposentados e pensionistas no Brasil.

Encerro, reafirmando o meu compromisso de estar ao lado de vocês, estar ao lado dos senhores e das senhoras nesta e em muitas outras lutas. Ao longo da minha vida, como parlamentar e como Governador, sempre procurei valorizar aqueles que são os principais responsáveis pelas nossas riquezas, pelo nosso crescimento, pelo nosso desenvolvimento e, principalmente,

no caso do serviço público, pela prestação do serviço público de qualidade às nossas populações.

A todos os senhores parabéns!.

Parabéns, Senador Paulo Paim, pela homenagem! Parabéns, Senadores subscritores!

Contem sempre com o Estado de Goiás, com os Senadores de Goiás na defesa dos legítimos interesses da nossa sociedade, sobretudo de vocês, responsáveis por termos chegado ao ponto que chegamos como Nação, como País que cresce e se desenvolve, graças ao suor e ao trabalho de muita gente, principalmente de vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Palmas.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves; Senador Flexa Ribeiro; Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – Cobap; Sr^a Clotilde Guimarães, Segunda Vice-Presidente do Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, a quem quero agradecer, porque, até o ano passado, a sede do Mosap em São Paulo serviu de escritório para um aposentado da Receita Federal que, por trinta anos, faz minha declaração de renda. Deixo aqui registrado. Ele está triste porque o Mosap se mudou em São Paulo e ele teve de encontrar outro setor para continuar a prestar serviço, mesmo aposentado, e gratuito, com uma boa dose de vontade de viver. Moacir Resende, Secretário Adjunto dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal – Sindsef, meu nome acho que muita gente conhece e o Presidente anunciou, Romeu Tuma. Senador por São Paulo, um Estado por que tenho profundo amor e ao qual estou aqui para servir. Mas por que faria um discurso desse a aposentados? Porque sou aposentado e fiquei no serviço público por 50 anos consecutivos, numa missão muito difícil, que é a área da segurança pública.

Aqui se fala muito na Previdência Social, antigo INPS, se não me engano. Quando estivemos na Superintendência da Polícia Federal, Dr. Benedito, tivemos de formar alguns grupos especiais de investigação das fraudes praticadas no Instituto, que tenho certeza continuam na Previdência. Eram fraudes em direitos daqueles que recebem e daqueles que reivindicam e lutam por eles e ficam dez anos na fila sem receber uma resposta. É difícil ser aposentado neste País. Difícil porque precisa-se lutar por cada migalha que se recebe. Paim, V. Ex^a é testemunha disso e um lutador

permanente, não sai da tribuna, permanentemente em defesa dos interesses dos aposentados e principalmente das minorias menos favorecidas.

Cheguei aqui um pouco atrasado porque o vôo atrasou. Eu não ia falar, mas o Paim disse: “Você tem de falar; está conosco na luta, precisa falar.” (Palmas.)

Lá em São Paulo, na Direção Geral da Polícia Federal, eram centenas de milhares, para não falar em milhões, de processos da Previdência Social por fraudes e por escritórios montados para fraudar. Entrei no gabinete do Procurador-Geral de São Paulo. Ele tinha duas salas maiores que este ambiente sobrecarregadas de processos. Perguntaram: “Como você vai julgar?” E ele respondeu: “Eu escolho a prioridade, se a pessoa morreu ou não.” Ou seja, os benefícios, Paim, são pagos, provavelmente, à viúva ou ao viúvo depois da morte do beneficiado.

Quando se fala em CPI, até hoje não ouvi ninguém pedir – eu vou fazer isso com você, Paim – uma CPI sobre a Previdência Social. (Palmas.)

Não adianta aqui dizer que se está quebrando a Previdência com os dois projetos do Senador Paulo Paim. O Senador Marconi Perillo deu uma explicação clara da luta que houve aqui. Não ouvi todo o discurso do Senador Mário Couto, do Pará, mas sei que ele propôs uma greve de fome, que foi aceita por uma grande parte deste Plenário, e isso foi explorado negativamente, de que nem banho ele iria tomar. Não ia tomar banho porque quem faz greve de fome não sai do lugar. Se não come, não vai tomar banho também. Vão tomar banho os bandidos que estão lá e não nós! (Palmas.)

Temos de lutar. Se os senhores perceberem, foram aprovados, depois de uma luta, e praticamente com uma concordância geral, Paim, os dois projetos que V. Ex^a propôs aqui. Eles foram aprovados depois de se abrir a discussão das três medidas provisórias, porque houve um acerto com a Oposição para que isso acontecesse, graças ao Presidente desta Casa, que tem conduzido os trabalhos com sabedoria, com tranquilidade, com harmonia, procurando sempre o objetivo principal, que é o interesse público e não o interesse individual de cada parlamentar. (Palmas)

Essa luta nós vamos continuar. Se vocês lerem os jornais, vemos coisas tão amargas, que são os artigos advertindo de que nós temos de ir à Câmara. Dizem que o Senado, buscando o interesse legítimo, correto, daqueles que estão aposentados e que precisam sobreviver... Quem vive de medicamentos... Eu tenho 32 medicamentos continuados. Noutro dia fui à farmácia comprar uma boa parte deles e paguei R\$800,00 numa Drogasil – porque eu não pego remédio gratuito, uma vez que eu recebo aqui o meu salário, tenho trabalho.

Quando eu tive uma doença grave o médico disse: “Não dá para ficar aposentado, tem de trabalhar, senão não sobrevive; sobrevive-se na própria sensação de que temos de ser úteis até o fim da vida.” E os senhores são úteis. Muitos dos senhores, com o salário de aposentados, sustentam a família inteira, porque muitos se encontram desempregados, pessoas que não estão conseguindo um caminho na vida e que têm de depender do pai, do avô, da avó, que recebe uma miséria de aposentadoria para poder sustentar a família inteira. (Palmas.)

Essa luta não é dos senhores. Nós precisamos do apoio do senhores, mas essa luta é nossa, dos Senadores e Deputados, que foram legitimamente eleitos pelos senhores, pelo povo brasileiro. Ninguém vai fazer a cabeça deles para modificar, porque não atender aos aposentados significa, sem dúvida, cometer um crime contra um cidadão que muitas vezes vive dentro da sua própria família, Paim.

A nossa luta não pode esmorecer nunca, porque aquele que se aposenta o faz com tristeza, com amargura no coração, porque jamais poderia querer deixar a atividade que realizou na vida, durante anos, contribuindo para o Estado, a Previdência. (Palmas.)

E hoje querem tirar algumas pequenas migalhas que estão sendo dadas pelos projetos que foram aprovados graças à luta de anos, Paim. Quantos anos V. Ex^a ficou nessa luta para conseguir algo? Não podemos morrer na praia. Foi difícil a travessia; o Paim puxou a carroça e nós fomos atrás dele. Não podemos deixar de contar com a dignidade dos Parlamentares da Câmara e de ter certeza de que eles jamais sofrerão qualquer influência para prejudicar aqueles que necessitam de uma aposentadoria digna e respeitosa, sem precisar pedir esmola, às vezes, a cada companheiro pelas dificuldades que atravessa.

Peço desculpas pela emoção, mas eu também sou aposentado. Estou sobrevivendo graças à boa vontade do povo que me trouxe a esta Casa. Ganho um salário bom. Não posso reclamar. Mas quantos têm a capacidade, a inteligência, a disposição de trabalhar, e as portas estão fechadas? Não encontram um caminho, têm de ficar em casa cuidando de criança, cuidando do neto para poder ter uma distração de sobrevivência por mais alguns anos. Quantos entram numa fila de hospital porque não têm condições de pagar um hospital particular por uma doença que lhe faz sofrer dia e noite e não consegue dormir por isso?

Peço desculpas aos senhores, mas contem conosco. Nós continuaremos a lutar enquanto Deus nos der vida para sobreviver. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o pronunciamento emocionado do

Senador Paulo Paim...ou melhor, do Senador Romeu Tuma. O pronunciamento foi tão emocionado que parecia o Paulo Paim. (Palmas.) Não fossem os cabelos brancos...

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; eminente Senador Paulo Paim, autor do requerimento da sessão especial de homenagem aos aposentados do serviço público; Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap); Sr^a Clotilde Guimarães, 2^a Vice-Presidente do Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas); Sr. Moacir Resende, Secretário-Geral Adjunto dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal (Assisefe); Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhoras e senhores que nos honram com suas presenças, que sejam as minhas primeiras palavras nesta sessão em homenagem aos aposentados do serviço público. Com a permissão do eminente Senador Paulo Paim, quero estender esta homenagem a todos os aposentados e pensionistas do Brasil, mas que sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento às senhoras e aos senhores que dedicaram suas vidas a, com seu trabalho, trazer o Brasil à situação em que hoje se encontra. Os aposentados de hoje foram precedidos por outras gerações que também tiveram a mesma luta, dedicando suas vidas a construir esta Nação, Nação que hoje os senhores e as senhoras deixam para os seus filhos e netos. Com certeza absoluta, continuarão lutando enquanto, pela generosidade divina, cada um dos senhores e senhoras tiverem saúde, que eu desejo seja longa, a capacidade de trabalho, apesar de aposentados, para que nós possamos, Senador Garibaldi Alves, acelerar o ritmo de desenvolvimento do nosso País e melhorar a qualidade de vida, com dignidade, com saneamento, com educação, com segurança, com saúde, para as gerações futuras, como aquela que aqui estava, na abertura desta nossa sessão especial, representada pelos alunos da 1^a Série da Escola Candanguinho, de Brasília. Eles, lá de cima, também prestavam uma homenagem silenciosa a todos vocês que hoje estão sendo homenageados.

Eu quero aqui registrar o trabalho que o nobre Senador Paim desenvolve na sua luta, por anos, eu diria até por décadas, pois vem desde o tempo em que era Deputado Federal e continua agora, no Senado Federal, pela melhoria das condições de vida dos aposentados.

Senador Paim, V. Ex^a, que de forma tão brava e tão competente, capitaneia esse movimento, é seguido por muitos – eu diria por todos os Senadores.

Todos por quê? Porque os projetos de V. Ex^a foram aprovados por unanimidade no Senado Federal. Unanimidade! Não houve um Senador, seja da base do Governo, seja da Oposição, que não acompanhasse os projetos do Senador Paim. Quando o painel foi aberto pelo Presidente Garibaldi Alves, o Presidente teve a feliz oportunidade de anunciar que os projetos tinham sido aprovados por unanimidade no plenário do Senado Federal. (Palmas.)

Senador Paim, conte com seus Pares. A luta não acabou. É bom que os senhores e senhoras que aqui estão sendo homenageados saibam que nós ganhamos uma batalha, uma batalha difícil. Já foi aqui dito que o projeto estava com o que a gente chama de “embargo de gaveta” havia cinco anos, e foi preciso uma mobilização, trazendo da Comissão de Assuntos Econômicos diretamente para o plenário, por meio de um requerimento, para que aqui nós pudéssemos votá-lo. Se assim não fosse, ele continuaria lá engavetado, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque não há por parte do Governo Federal nenhum interesse em fazer andar aquilo que possa vir trazer benefício àqueles que dedicaram suas vidas para que o País pudesse alcançar a qualidade e o destaque que hoje alcança internacionalmente.

Mas, como eu disse, foi apenas uma batalha. A guerra não está ganha, a guerra continua. E nós vamos enfrentar, Senador Paim, uma batalha feroz na Câmara dos Deputados. Feroz por quê? Feroz, porque todos os Ministros de hoje – pasmem as senhoras e os senhores aposentados... O Ministro do Trabalho de hoje é um trabalhador que ia para as portas das fábricas, ia para as assembleias reivindicar exatamente aquilo que, por meio do projeto do Senador Paim, o Senado aprovou. Hoje, ele, imbuído da alta função de Ministro do Trabalho, coloca-se contrário àquilo que é uma luta de décadas dos aposentados e pensionistas brasileiros. Pasmem, senhoras e senhores!

Senador Paulo Paim, V. Ex^a, um eminente membro do Partido dos Trabalhadores, tem de ouvir o Presidente da República dizer que, caso seja aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto será vetado por Sua Excelência.

Mas aí, aposentados e aposentadas do Brasil, temos de render um preito, uma homenagem ao Presidente Garibaldi Alves. Por quê? Explico o porquê. Porque, ao assumir a Presidência do Senado Federal, no seu discurso de posse – que eu diria histórico –, ele assumiu alguns compromissos com os seus Pares que o elegeram. Entre esses compromissos, quero desta-

car somente um, Senador Garibaldi Alves: colocar em votação os vetos presidenciais.

Há anos, há anos, o Congresso Nacional não concluía o seu trabalho legislativo, porque os vetos apostos pelo Executivo não eram aqui votados. O Senador Garibaldi Alves Filho, ao assumir a Presidência, assumiu esse compromisso de concluir o trâmite legislativo, trazendo à votação do Congresso Nacional os vetos da Presidência da República. (Palmas.)

Senador Garibaldi Alves Filho, é bom que se diga aqui, porque é preciso enaltecer a forma correta – eu diria de magistrado – com que V. Ex^a tem se portado à frente do Senado Federal. Já fizemos duas sessões de votação de vetos.

Então, Senador Paulo Paim, se lá forem vetados os dois projetos, o Senador Garibaldi Alves Filho, com certeza, submeterá os vetos ao Congresso Nacional. E o Congresso Nacional aprovará esses projetos na Câmara Federal, porque, como bem disse aqui o Senador Mário Couto, o Senador Paulo Paim vai comandar uma ida de Senadores ao Presidente Arlindo Chinaglia, para que possa pautar imediatamente esses projetos encaminhados à Câmara Federal. Se eles forem vetados, vamos votar os vetos e vamos derrubar os vetos. (Palmas.)

O que estamos fazendo é uma questão de justiça. Quero, Senador Paulo Paim, em nome de V. Ex^a, que comanda esse processo e essa luta há bastante tempo, fazer um apelo ao Presidente Lula, a Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já foi um trabalhador, que também já foi um líder sindical, que também já foi às portas das fábricas, às assembleias dos sindicalistas lutar por aquilo por que o Senador Paulo Paim luta hoje – e nós aderimos à luta do Senador Paulo Paim.

Não vete o projeto, Presidente Lula. Sancione o projeto, fazendo justiça aos trabalhadores do Brasil, que, como disse, deveriam estar hoje usufruindo de uma vida de trabalho com tranquilidade e com dignidade. (Palmas.)

Eu diria, Presidente Garibaldi Alves, Senador Paulo Paim, que esta sessão tem muito pouco a comemorar, muito pouco a comemorar, realmente. Tem muito a reivindicar. Tem muito a reivindicar. Nós não podemos comemorar aquilo que ainda não conquistamos. Então, não podemos dispersar. Temos que estar unidos nessa luta, que continua. E vamos comemorar quando o Presidente Lula sancionar os projetos. Com certeza absoluta, não é por irresponsabilidade do Senado Federal, não. Não temos aqui unanimidade de irresponsáveis. A base do Governo votou pela aprovação dos projetos.

Vamos fazer como foi dito aqui, Senador Paulo Paim. Vamos abrir a caixa preta da Previdência. Vamos verificar, se é que há déficit, qual é o déficit real da Previdência; como fazer para que possamos dar dignidade aos aposentados brasileiros.

E aí, Senador Paulo Paim, se for preciso, como foi dito aqui, se não me falha a memória, pelo Senador Marconi Perillo, vamos a uma CPI, sim! Já está tão desgastada essa questão da CPI, mas essa, com a presença dos aposentados e das aposentadas do Brasil inteiro, vamos conseguir abrir, vamos conseguir ver, vamos ter os números e vamos verificar realmente se há déficit, qual é esse déficit e como suprir de recursos necessários para dar dignidade a todos os aposentados e aposentadas brasileiros.

Para concluir, Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo pela aprovação do PLS nº 296/06, que extingue o fator previdenciário, e também pelo PLC nº 42/07, que estabelece que os aposentados terão que ter os mesmos reajustes do salário mínimo, para que não haja defasagem.

Aqui, nesta sessão em que tratamos dos aposentados do serviço público, nós temos que lutar também pela questão da paridade e da integralidade com os funcionários da ativa, aqueles que estão hoje exercendo o seu trabalho, mas que, daqui a alguns anos ou daqui a muitos anos, também estarão na posição em que os senhores e as senhoras se encontram hoje e irão reivindicar a paridade e a integralidade dos seus salários após a aposentadoria.

Contem conosco! Vamos continuar nessa luta; vamos ter certeza de que, comandados por Paulo Paim, vamos até o fim! Deus há de nos iluminar, Deus há de nos dar forças para que possamos ter, não para nós, para que todos os brasileiros e brasileiras que dedicaram as suas vidas a este País possam ter ao final a condição de, de forma digna, no momento em que mais necessitam, porque, lamentavelmente, Senador Paulo Paim, à medida que a idade avança, os custos são maiores, pela necessidade da saúde, pela questão dos planos de saúde em que quanto maior a idade, maior é a mensalidade... Então, em vez de haver uma redução de gastos, há, sim, um aumento das necessidades, lamentavelmente, por parte dos aposentados, de apoiar, de ajudar, como não poderia deixar de ser, os seus filhos e netos que ainda não encontraram um trabalho digno para sustentar as suas famílias.

Parabéns a vocês! Que Deus os abençoe! Vida longa a todos!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou solicitar ao Senador Antonio Carlos Valadares, que seria o próximo orador inscrito, a sua compreensão, porque terei que falar agora, já que

tenho que atender a audiências no Gabinete da Presidência.

Gostaria muito de ficar até o final da solenidade, mas é evidente que as senhoras e os senhores não vão sentir a minha falta, porque quem vai encerrar a sessão como Presidente é o Senador Paulo Paim. (Palmas).

Eu quero cumprimentar o Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, Cobap; a Sr^a Clotilde Guimarães, Vice-Presidente do Instituto Mosap, Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas; o Sr. Moacir Resende, Secretário-Geral Adjunto dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal, e registrar ainda a presença da Sr^a Assunta di Dea Bergamasco, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal; do Sr. Ildebrando Zoldan, 2º Vice-Presidente dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Unafisco; e da Sr^a Dinah Maria Barile, Diretora de Políticas Sociais do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público do Município de São Paulo.

Se existem ainda algumas autoridades ou dirigentes de entidades que não foram citados me desculpem; a culpa não é minha, é do cerimonial. (Risos.) Eu não faria essa injustiça deixando de lado alguns que estão nessa luta em favor dos aposentados.

Realmente, quando aqui se reúnem trabalhadores, sejam eles aposentados ou não, por trás da iniciativa está o Senador Paulo Paim. Igualmente, temos que louvar hoje sua nova iniciativa de reunirmos aqui servidores públicos aposentados.

No decorrer do último século, senhoras e senhores aposentados, o serviço público manteve uma trajetória extremamente irregular, com altos e baixos.

Durante muitas décadas, integrar carreiras do Estado foi sinônimo de prestígio e respeitabilidade social, além da garantia de uma retribuição salarial digna, compatível com as elevadas responsabilidades. Muitas famílias da classe média, então emergentes, viam no serviço público uma trilha segura para os seus filhos, assim como também as famílias mais humildes se esforçavam para fazer com que os seus filhos chegassem a trilhar a carreira do serviço público. Na verdade, havia inclusive uma convicção coletiva que hoje soará absurdamente ingênua, e os senhores vão se lembrar disso, principalmente os mais idosos, e me desculpem, de que, no serviço público, ninguém enriqueceria. Quem entrasse no serviço público não se tornaria rico, mas era legítimo esperar uma vida confortável. (Palmas.)

Contudo, meus senhores e minhas senhoras, a partir de um certo momento – momento que vem se

prolongando –, a situação degradou-se a olhos vistos. A suspensão do concurso público por longo período e o incremento das situações de apadrinhamento, ao lado da degradação setorial das remunerações, ensejaram uma vertiginosa queda no fascínio que a função pública chegou a exercer sobre a população brasileira. Tudo isso somado aos problemas econômicos vividos pelo Brasil em quase duas décadas perdidas deixou o serviço público numa situação deprimente.

Todas essas situações – e o Senador Paulo Paim sabe muito bem disso, bem como os Senadores Valadares e Flexa Ribeiro, todos os que aqui falaram, o Senador Mário Couto – que alcançaram o pessoal ativo alcançaram para o bem, mas, sobretudo e, infelizmente, para o mal, os inativos, possivelmente até com efeitos mais danosos, isto sim, sobre os senhores, sobre os inativos.

Hoje, a situação também não é das melhores. Tivemos a Constituição de 1988, é verdade, que trouxe alguns direitos para o serviço público, sobretudo fazendo com que o concurso público pudesse prevalecer no ingresso das pessoas a esse mesmo serviço público.

Na verdade, poderíamos hoje ter uma situação muito melhor, que contemplasse mais os senhores e as senhoras. Eu disse algo numa outra homenagem que prestamos aqui, graças ao Senador Paulo Paim, e faço questão de repetir hoje: temos um crescimento econômico muito comemorado pelo Governo, mas é preciso olhar para trás, para aqueles que lutaram para que o Brasil chegasse a essa situação que está vivendo. (Palmas.)

Daí por que eu os saúdo hoje, os nossos homenageados, na certeza de que eles sempre encontraram nestas duas Casas do Congresso o apoio, principalmente porque Paim pontificou na Câmara e pontificou no Senado – e aí o Governo não teve descanso. Quando pensou que estava livre de Paulo Paim, quando ele deixou a Câmara, Paulo Paim se candidatou ao Senado, e lá veio Paulo Paim para o Senado. (Palmas.)

Mas o que eu quero dizer hoje aos senhores o Paulo Paim já sabe. A nossa amiga, a Sr^a Clotilde, estava me provocando aqui. Ela dizia o seguinte: “Olhe, tem muita coisa dormindo aqui no Senado, muito projeto parado”. (Palmas.) Projeto, por exemplo, de Paulo Paim, nem se fala. Projeto de Antonio Carlos Valadares, que vai falar daqui a pouco sobre aposentadoria especial. Projeto do Senador Tourinho, que deixou o Senado mas deixou um projeto importante, a PEC nº 441. (Palmas.) E a Dona Clotilde sabe isso de cor.

Na verdade, eu queria dizer aos senhores o seguinte: se até agora dormiram, não vão dormir mais enquanto eu for o Presidente. (Palmas.) E a prova disso são aqueles dois projetos que nós mandamos à Câ-

mara Federal, que dizem respeito aos aposentados e pensionistas da Previdência Social, como são muitos os funcionários hoje regidos pela Previdência Social. Mandamos. Não interessa. Quem quiser que debata, quem quiser que vote. (Palmas.) Quem quiser que seja a favor e quem quiser que seja contra. Aqui, projeto não vai ser segurado por esta Presidência. (Palmas.)

O Governo tem a sua maioria? Tem. A Oposição tem a sua parcela de Senadores? Tem. Que debatam. Que levantem os problemas de cada um. O que não pode continuar é o que havia aqui, senhores: nem os vetos do Presidente da República eram votados. O Congresso Nacional estava deixando de dar a última palavra sobre os vetos do Governo, que ficavam empilhados nos gabinetes, nas gavetas. Mas não estão ficando mais. (Palmas.)

Estão sendo votados. Porque de uma coisa os senhores fiquem certos: o Poder Executivo é o Poder Executivo, todos sabem da sua importância, todos sabem da sua presença na vida brasileira, mas o Poder Executivo não vai submeter o Poder Legislativo. (Palmas.) O Poder Legislativo tem de ser independente, e vai ser, enquanto eu for Presidente desta Casa. Depois que eu tiver sido Presidente, não terei mais essa responsabilidade, mas acredito que os outros que virão não deixarão de fazer com que o Poder Legislativo seja respeitado como queremos que seja, hoje, no Brasil. (Palmas.)

Quero encerrar dizendo a todos os homens e mulheres aposentados e pensionistas que contem não apenas comigo, não apenas com Paulo Paim, não apenas com todos os Senadores; contem com este Poder, com o Senado Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

Agora transfiro a Presidência, com muita honra, ao Senador Paulo Paim. (Palmas.) (Pausa.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, ao assumir a Presidência – depois vou ter oportunidade de falar –, quero, de pronto, como já havia sido anunciado, passar a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, nosso companheiro em toda essa longa caminhada.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap; Sr^a Clo-

tilde Guimarães, 2ª Vice-Presidente do Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Moacir Resende, Secretário-Geral Adjunto dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal; Sr^{as} e Srs. Senadores; representações dos aposentados, convidados e participantes desta sessão solene, em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, eu gostaria, por dever de justiça, assim como fizeram outros oradores que me antecederam, de registrar a sua coerência histórica, a sua coragem cívica, o seu destemor e a sua fidelidade a uma causa que considero justa e legítima, não apenas a da recomposição do salário mínimo, que anualmente agora está acontecendo graças a uma luta grandiosa, sem tréguas, que encetou há muitos anos, mas também a da recomposição dos proventos dos aposentados do Brasil, inclusive dos funcionários públicos, dos servidores públicos, uma luta da qual muitos de nós participamos nas diversas Comissões do Senado Federal e aqui no plenário, aprovando, inclusive, uma proposição que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, onde vai ser travada uma grande batalha pela sua aprovação. Tenho quase certeza de que os Deputados não faltarão aos anseios dos inativos brasileiros.

Sr. Presidente, quando o cidadão comum fala de um aposentado – e o cidadão comum constitui a maioria da população brasileira, pois eu considero cidadão comum aquele que trabalha no campo, na cidade e que não tem nenhuma força, a não ser durante as eleições, para interferir na melhoria do seu salário, na melhoria de sua aposentadoria –, o cidadão comum considera o aposentado como uma pessoa que durante determinado período, previsto na legislação, prestou serviço inestimável à sociedade, merecendo, depois de aposentado, uma recompensa razoável, como disse o nosso Presidente ‘pelo menos confortável’, no intuito de tranquilizar os últimos anos que, por direito, o ser humano tem de gozar, de fruir na sua vida.

O aposentado é, portanto, o construtor da nossa sociedade. Hoje quem não é aposentado está construindo o futuro da nossa sociedade, do nosso País.

E quem já se aposentou tem que ser considerado assim, não como um velho, depauperado, doente, sem condições de ser visto como um ser humano respeitável, mas como um cidadão que é considerado um patrimônio.

Nas nações mais civilizadas e democráticas do mundo, como as européias, o idoso, o aposentado é considerado com o maior respeito. É um ser humano que detém a glória de ter servido ao país, detém a experiência através do consumo de horas, dias e anos de trabalho frutífero em favor da sociedade que representa. Por isso que o escritor Fustel de Coulanges chegou a

escrever que o homem é o resultado e o resumo dos trabalhos de eras anteriores, de períodos anteriores, de tempos passados, num reconhecimento expresso ao valor que devemos dar, de forma inestimável, aos aposentados de um modo geral e aos servidores públicos, de forma especial.

Sr. Presidente, quando se fala em retardar o andamento das proposições, não só o Senador Paulo Paim se sente atingido, mas também outros tantos Senadores que se engajaram nesse movimento pelo fortalecimento da causa do aposentado.

Em 2003, isto é, há cinco anos, tive ocasião de apresentar proposta que, na verdade, se trata de uma regulamentação da nossa Carta Magna. Por quê? Porque ela trata da atividade insalubre, perigosa ou de risco, executada pelo servidor público. Isso não consta em lei, pelo menos da forma genérica como apresentamos. Essa proposição atende a milhares de servidores públicos que diariamente enfrentam a fumaça, os produtos químicos que são manuseados nos laboratórios. Tais servidores estão aguardando que o Senado Federal tome uma providência. Por incrível que pareça, essa proposição já passou duas vezes na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O fato é que sempre há um requerimento apresentando um penduricalho no intuito de retardar seu andamento.

No momento, a matéria se encontra na Comissão de Assuntos Sociais. Os demais Relatores – quero fazer justiça –, os Senadores Rodolpho Tourinho, pelo Estado da Bahia, e Valdir Raupp, emitiram parecer favorável na CCJ. Agora adivinhem quem é o Relator? É o Senador Paulo Paim.

Imaginem que relatório bonito sairá deste projeto que vai fazer justiça a milhares e milhares de servidores públicos que estão em atividade perigosa. (Palmas.)

Sr. Presidente, quando se fala na questão do déficit previdenciário, temos de levar em conta alguns fatos que certamente são desconhecidos de grande parte da população. Em primeiro lugar, o superávit primário. Para que ele é feito? Para pagar a nossa dívida.

Eu vou citar até um número que é um verdadeiro escândalo. O Bolsa-Família paga, ou seja, distribui recursos, através de um programa do Governo, para 11 milhões de brasileiros. Pois bem, esse mesmo dinheiro que o País gasta com 11 milhões de famílias ele gasta com 20 mil famílias que recebem parte da dívida do Brasil. Pode ser? Vinte mil famílias consomem igual a 11 milhões de famílias? Essa é uma distorção que precisa ser levada em conta, quando se fala em superávit primário, em déficit da Previdência.

Há um jornal que todos conhecem, insuspeito: *Valor Online*, que traz uma matéria que vou resumir

para melhor entendimento dessa questão do déficit previdenciário, do déficit das contas públicas.

O que diz o jornal **Valor Online**?

“Desenvolvimento econômico e Previdência Social:

Em fevereiro, a necessidade de financiamento da Previdência Social caiu 31,2% em relação ao mesmo mês de 2007. A tendência de aumento das receitas em taxas superiores ao das despesas, registrada desde o ano passado, se manteve. A arrecadação cresceu 8,4% e a despesa ficou estável. Isso confirma nossa tese de que o crescimento econômico, com controle de inflação e redução das taxas de juros, aliado a investimentos públicos e privados, principalmente nas áreas de infra-estrutura e logística do país, resulta na recuperação e fortalecimento do mercado de trabalho e, conseqüentemente, na melhoria da arrecadação. A soma desses fatores levará, no curto prazo, ao equilíbrio das contas da previdência urbana e, no médio prazo, na significativa redução do déficit total do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

O ciclo de crescimento econômico dos últimos anos tem permitido uma elevação sistemática e homogênea do emprego, tanto setorialmente quanto geograficamente, e a formalização vem batendo sucessivos recordes, com impactos positivos tanto no percentual de cobertura quanto de arrecadação do Regime Geral de Previdência Social. Os dados do Caged/MTE mostram que, em 2007, foi registrado o melhor ano de toda a série histórica, com criação de 1,6 milhão de empregos, de postos de trabalho com carteira assinada. Em fevereiro, foram 204.963 vagas, ou 38,4% a mais do que no mesmo mês de 2007.

Em números correntes, o déficit total na contabilidade tradicional, no ano passado, foi de R\$44,8 bilhões – a previsão oficial era de mais de R\$47 bilhões. E se não fosse a antecipação, para dezembro, de metade dos benefícios dos segurados que ganham até um SM, o que representou um gasto extra de R\$2,7 bilhões no ano, teríamos fechado com queda no déficit, fato inédito desde meados da década de 90. Mesmo com a antecipação, o déficit do RGPS caiu de 1,8% do Produto Interno Bruto para 1,75%.

As primeiras projeções para 2008 indicaram queda para R\$43,9 bilhões na necessidade de financiamento. O resultado do primeiro bimestre nos levou a refazer estimativas

e reduzi-las em quase R\$1 bilhão, ou seja, o equivalente a 1,52% do PIB. A confirmarem-se nossas projeções – e vamos trabalhar para isso – poderemos ter, neste ano, uma redução de R\$3 bilhões no déficit previdenciário”.

Então, levando-se em conta, Sr. Presidente, a questão do superávit primário, do crescimento econômico do nosso País e, conseqüentemente, o aumento de emprego e o aumento da arrecadação da Previdência Social, é previsto que, neste ano, estaremos descontando do déficit da Previdência no mínimo R\$3 bilhões.

Ora, é uma falácia dizer-se que essa concessão de benefícios por meio dos projetos que aprovamos aqui – a queda do fator previdenciário e também a equiparação dos aumentos e dos proventos dos aposentados à ascensão do salário mínimo – redundaria na quebra geral da Previdência. Isso não passa de uma falácia e é insustentável do ponto de vista econômico como do ponto de vista social e do déficit da Previdência.

Portanto, além da utilização do superávit primário ainda há a DRU – Desvinculação das Receitas da União, utilizada não só pelo atual Governo, mas também pelos governos passados. O Governo – repito – além do superávit, tira 20% de todas as receitas hoje – não mais da educação. Em relação à saúde, ainda persiste a retirada de 20%, a não ser que a regulamentação da Emenda nº 29 seja aprovada pela Câmara dos Deputados, assim como já o foi pelo Senado Federal.

Destarte, o Governo tem nas mãos os instrumentos indispensáveis para a execução, porque nós que votamos no Senado Federal agimos com responsabilidade social, sabendo o que estávamos fazendo.

Não estávamos praticando nenhum ato de irresponsabilidade, como foi dito. Irresponsabilidade não existe no Senado Federal. Se existe irresponsabilidade, é em outros setores. Aqui no Senado há responsabilidade. Tanto que nós votamos e a Câmara dos Deputados deverá comprovar a nossa votação. (Palmas.)

Por último, Sr. Presidente, eu termino as minhas palavras, mais uma vez, reconhecendo a luta dos trabalhadores, de modo geral, dos servidores públicos.

Se o Governo – quem sabe? – tivesse feito um programa, não só o atual Governo mas também o governo passado, se tivesse estudado um programa ou um projeto de isonomia entre todos os Poderes, acabando com as distorções... Muita gente prefere estar no Tribunal de Contas da União, muita gente prefere estar em determinados setores da Justiça ou do Ministério Público, onde se ganha mais – isso é justo, é legítimo. O funcionário do Poder Executivo sofre na carne as conseqüências desse processo de distorção

salarial, mais do que acontece nos demais Poderes. A distorção ainda existe nos demais Poderes, principalmente nos menores salários, mas no Poder Executivo ela é maior.

Então, eu estava conversando há poucos instantes com o nosso Presidente, nosso amigo Senador Paulo Paim, e dizia-lhe: se o Governo tivesse olhado para as disparidades entre as carreiras dos três Poderes, incluindo também o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, é possível que não estivéssemos precisando dessas reformas, dessas minirreformas, que estão fazendo aqui no Senado, também com o apoio da Câmara dos Deputados, porque estaria estabelecida a justiça distributiva entre as várias facetas do funcionalismo público do nosso País.

Por isso, companheiro e amigo Paulo Paim, receba os meus parabéns!

E meus parabéns a todos vocês que trabalharam com muito afinco, com destemor e patriotismo pelo Brasil!

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitirem, gostaria de quebrar o protocolo, como é do meu costume, a pedido também do Presidente do Mosap, Edison Guilherme Haubert, que só não está aqui porque o pai dele – Sr. Afonso Emílio Haubert – faleceu ontem. Nesse sentido, encaminharei um voto de pesar, hoje à tarde na sessão, pelo falecimento do pai do nosso querido Edison e a toda a sua família.

Gostaria, então, conforme o Edison havia sugerido – acabei não passando isso para o cerimonial, mas o farei agora – que fizéssemos uma homenagem especial a uma das idosas pensionistas que está aqui no plenário e que representa todas as pensionistas do nosso País, independentemente das entidades; ela é da base. E eu tomaria a liberdade para pedir uma grande salva de palmas e chamar aqui para a Mesa a Sr^a Marinisa Damasceno de Carvalho. (Palmas.)

Nós sabemos das dificuldades das pensionistas hoje. Foi me passado à Mesa, há pouco tempo, uma informação de que a PEC nº 41 prejudicou muito os aposentados por invalidez e deixou em situação muito difícil as pensionistas. A senhora me dizia também que, de 2004 para cá, as pensionistas que migraram para o Regime Geral da Previdência acabaram não tendo nenhum tipo de reajuste.

Vamos dar uma salva de palmas a todas as pensionistas, essas mulheres lutadoras que escreveram a história ao lado dos companheiros e que, infelizmente, já partiram. (Palmas.)

Quero também convidar para fazer parte da Mesa a Sr^a Helenita Souza Nascimento, Diretora aposentada

do Sindireceita. E vou dizer por quê. Porque foi com V. S^a que tivemos as primeiras conversas e, depois, estendemos para outras entidades para este evento acontecer.

Registro também a presença da Presidente da Anfip, a nossa querida Assunta Bergamasco, companheira gaúcha que está todas as vezes conosco nessa longa caminhada. Só não convido todos para a Mesa porque não é possível.

Neste instante, com satisfação, passo a palavra ao nosso companheiro, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Paulo Paim, com muita honra faço a saudação ao Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap; à Sr^a Marinisa Damasceno de Carvalho, em nome de quem eu cumprimento as demais senhoras aqui presentes, pensionistas, aposentadas; à Sr^a Helenita Souza Nascimento; ao Sr. Moacir Rezende, Secretário-Geral Adjunto dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal; à Sr^a Clotilde Guimarães, 2^a Vice-Presidente do Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas.

Eu quero saudar todos os demais presentes, os senhores aposentados aqui presentes. Quero também fazer alguns registros para homenagear os aposentados e pensionistas do meu Estado do Amapá. Quero lembrar aqui o Professor Leite, que, no último dia 20, completou mais um ano de vida; o Professor Munhoz, que é uma tradição no nosso Estado na área de Educação; o Professor Lobo, que, inclusive foi quem me sugeriu um projeto de lei para termos no Brasil um dia comemorativo à Língua Portuguesa, e hoje é uma lei – dia 5 de novembro é o Dia Nacional da Língua Portuguesa; e a Professora Maria da Conceição Coelho de Souza, uma professora dedicada à educação do meu Estado, que trabalhou mais de 50 anos pela educação.

Todos esses aqui fizeram parte de um grupo de educadores que montaram o sistema educacional no meu Estado, que, realmente, até há bem pouco tempo, era o exemplo para o nosso País.

O Estado do Amapá formava seus alunos de segundo grau, não tínhamos cursinho preparatório, nada disso, e íamos para Belém e conseguíamos passar nos vestibulares da Universidade Federal do Pará. Hoje, infelizmente, o processo vem em franca degradação, o que lamentamos muito. Por isso, fiz questão de citar esses nomes e estender a todos os aposentados e pensionistas do meu Estado do Amapá esta homenagem que estamos fazendo aqui, graças ao Senador Paulo Paim e a outros Senadores. Mas faço questão de citar

o nome do Senador Paulo Paim, que há mais de 30 anos é um lutador pelo trabalhador brasileiro e, como tal, por conseguinte, é um grande lutador por aqueles que trabalharam, que deram seu sangue, seu suor, seu conhecimento e sua dedicação para esta Nação. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a.

Também quero registrar que o meu Partido, o PSDB, é um Partido extremamente preocupado com a questão social relacionada aos aposentados e pensionistas. Tenho a obrigação de registrar suas lideranças aqui, na figura do Senador Arthur Virgílio, que está lá nos Estados Unidos, mas que já ligou para a Liderança do PSDB mais de dez vezes, preocupado por não estar presente.

Então, quero que considerem como presente o Senador Arthur Virgílio, simbolicamente, porque, tenho certeza absoluta, é um dos grandes lutadores do Partido a favor dos senhores e das senhoras.

Quero registrar o Senador Sérgio Guerra, que é o Presidente Nacional do PSDB, como também um que signifique a presença aqui pelas suas ações em favor dos senhores e das senhoras; e o Senador Tasso Jereissati, assim como outros companheiros que já estiveram aqui presentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores presentes, a homenagem que ora prestamos aos aposentados do serviço público é, além de gratificante, muito oportuna. Gratificante, porque faz bem à alma expressar os sentimentos de reconhecimento e de gratidão àqueles que, por tanto tempo, contribuíram para o bom funcionamento da máquina pública brasileira; oportuna, porque esta ocasião se revela propícia para o reexame das condições em que vivem esses aposentados, sobrevivendo com recursos conquistados durante tantos anos de trabalho e, ainda, muitas vezes, garantindo a subsistência de suas famílias, após uma vida inteira de dedicação.

A sessão especial de hoje ocorre duas semanas após o Senado, num momento histórico, ter aprovado dois projetos de interesse de aposentados e pensionistas tanto do serviço público quanto da Previdência Social.

Então, hoje, praticamente festejamos as duas semanas dessa aprovação brilhante e consciente aqui desta Casa.

O primeiro deles é o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, de autoria do nobre Senador Paulo Paim, que extingue o fator previdenciário, mecanismo que reduz o valor dos benefícios. (Palmas.)

Senador, V. Ex^a realmente merece toda a gratidão de todos nós, representantes da Casa, porque V. Ex^a, com este projeto aprovado nesta Casa, fez com que o nome do Senado Federal fosse levado à altura que merece quanto a sua responsabilidade com esses servidores

que, como disse anteriormente, sempre dedicaram suas vidas e seus conhecimentos para o nosso País.

O outro é o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007, que estabelece diretrizes para a política de reajuste do salário mínimo até 2023 e que, alterado por emenda do Senador Paulo Paim, estende esse mesmo percentual de aumento aos benefícios previdenciários.

Parabéns, Senador. (Palmas.)

Agora, senhoras e senhores, a Câmara terá de se pronunciar sobre as duas propostas. Lamentavelmente, a orientação do Governo Federal é para que os Deputados rejeitem o PLS nº 296, de 2003, e a alteração do Senado ao PLC nº 42, de 2007. É simplesmente lamentável que o Governo adote essa atitude, não levando em consideração sequer os argumentos do Senador Paim, que atua na defesa dos aposentados há mais de 30 anos. Eu sou do PSDB, mas não considerem que eu esteja aqui fazendo política partidária. Estou aqui discutindo uma política social extremamente importante para o nosso País, que é a política social que envolve aposentados e pensionistas. Não podemos aceitar que o Governo faça uma recomendação desse tipo para a Câmara – e lá realmente ele tem uma maioria esmagadora – porque o Governo não tem condições morais para fazer essa imposição para a Câmara. Nós sabemos que os gastos do Governo com supérfluos são estrondosos. O Governo não está fazendo investimento, porque, quando deixa de repassar o direito do aposentado e do pensionista, ele deixa de investir e faz gastos. Ele está em processo de criação – só para citar alguns exemplos – do Ministério do Planejamento do Futuro, do Dr. Mangabeira.

O Governo criou não sei quantas centenas de cargos, uma despesa enorme para a Nação. Criou a TV Pública sem necessidade nenhuma – o Governo tem o domínio da comunicação neste País, por isso não havia necessidade alguma disso – para contemplar grupos de profissionais do jornalismo que entregaram sua vida, seu sangue, sei lá, sua alma para a campanha política. Assim ele teve de fazer a TV Pública. Quem vai assistir à TV Pública? Se o Governo vai fazer propaganda de seus trabalhos, de suas ações de Governo, que pegue as emissoras abertas e faça sua propaganda ali. Estará ajudando a aumentar o número de empregos nessas instituições, estará fazendo movimentar recursos na sociedade.

Quem assiste TV Brasil? Ninguém assiste. Quantos milhões são investidos na TV Brasil? E isso é o que sabemos. E por baixo dos panos?

Então, o Governo não tem condições morais para orientar a Câmara a votar contra esses projetos, todos eles responsáveis, porque jamais o Senador Paim iria

trabalhar com dados que a execução financeira do Governo não comportasse. É nisso que nos baseamos. Acho que só o fato de ser o projeto do Senador Paim já nos dá uma base de segurança muito grande, sem que seja preciso discutir sua viabilidade financeira.

Dei esses dois exemplos, mas poderia dizer também dos reajustes exorbitantes para os detentores de cargo público. No passado, houve reajuste para detentor de cargo temporário de 147%.

Isso é um absurdo. Criam-se cada dia mais cargos públicos, 25 mil, 26 mil cargos de confiança no Governo. Por que isso? Para empregar desempregados de um Partido que gosta de trabalhar, que tem sua bandeira exatamente investida no trabalho? Então isso não se justifica. E por isso não vejo situação emocional ou moral para que os Deputados votem contra estes dois projetos aprovados aqui: a alteração feita pelo Senador Paulo Paim e o seu projeto.

Senhoras e senhores, o Brasil tem hoje, de acordo com o Dataprev, cerca de 25,1 milhões aposentados, que percebem o benefício médio de R\$540,00. A maioria deles, quase 15 milhões, recebe o salário mínimo, o que é muito pouco para sua própria manutenção e muito menos para a manutenção de suas famílias.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas, Sintap, lembra que a desvinculação entre o salário benefício e o salário mínimo, ocorrida em 1991, deixou desprotegido esse segmento, que tem reduzido a cada dia o seu poder de compra. Assim, benefícios que antigamente eram razoavelmente superiores ao salário mínimo vão sendo arrojados e só não se situam em patamar inferior a este porque a Constituição não permite.

A preocupação se justifica. Ainda de acordo com o Sintap, estudos recentes indicavam que, em 10 anos, 95% dos aposentados brasileiros estarão ganhando um minguado salário mínimo, caso não haja uma mudança no cálculo de reajuste dos seus benefícios. Para a entidade, “é preciso considerar a Previdência como um importante mecanismo de distribuição de renda e de minimização dos efeitos da exclusão social”. Há dois anos, conforme reportagem do jornal *Hora do Povo*, 3.773, ou 67,85% dos 5.561 Municípios brasileiros, tinham como principal recurso econômico as aposentadorias e pensões. Esses benefícios, além de sustentar os 23,1 milhões aposentados, segundo informava a reportagem, sustentavam também, indiretamente, 55 milhões de pessoas, aproximadamente 45% da população brasileira.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, a situação dos aposentados e pensionistas tem sido uma das principais preocupações de minha vida pública.

Por ocasião dos debates e da votação da Reforma da Previdência, fui sempre solidário com essa

categoria, tendo destacado, naquela ocasião, o papel da Previdência Social como instrumento distribuidor de renda. Além disso, sempre me preocupou o fato de que os aposentados, em função de sua idade mais elevada, têm gastos extraordinários com medicamentos e planos de saúde, os quais, freqüentemente, são reajustados em índices superiores aos da inflação.

Quero registrar a minha participação dessa forma na votação da reforma da Previdência, porque eu era membro do PMDB, da Base de apoio do Governo – e quero fazer justiça aqui ao Senador Mão Santa, porque o Senador Mão Santa, eu e o Senador Ramez Tebet sempre votamos a favor dos aposentados e pensionistas na reforma da Previdência. Quero fazer esse registro porque ele me leva a fazer um outro registro agora, a de que essa foi uma das principais causas da minha saída do PMDB. Eu sou talvez o único Senador nesta Casa que saiu de um Partido da Situação para ir para a Oposição. Eu saí do PMDB, da Base de apoio ao Governo, para ir para o PSDB. Por quê? Porque em tudo na reforma da Previdência eu discordei do meu Partido da época, e senti-me incomodado lá, apesar de os meus companheiros sempre terem respeitado esse posicionamento e sempre terem me tratado bem, mas filosoficamente eu não tinha mais condições de enfrentar esse meu posicionamento lá dentro, por isso fui para um Partido da Oposição.

Quanto a essa questão de medicamentos e atendimentos médicos, quero dizer que sou médico, a minha profissão é de médico – estou ocasionalmente na vida pública, político-partidária, exercendo essa função porque o povo do meu Estado, o Amapá, achou que eu merecia vir representá-lo aqui, o que estou fazendo, digo sempre, com dignidade.

Mas como médico militante, plantonista, intensivista, médico de pronto-socorro, médico de ambulatório, vemos hoje – depois de 31 anos de formado – a degradação, digo, a inferiorização dos serviços médicos para os aposentados. Hoje vemos companheiros que trabalharam conosco, sentados num banquinho, esperando o atendimento médico, muitas vezes implorando para serem atendidos, porque perderam a condição que tinham para pagar um plano de saúde.

Todos nós sabemos disso. E vamos à realidade: o SUS é um programa bom? É. É eficiente? Não. Então, triste aquele que não tem um plano de saúde para ser socorrido no momento e na hora certa. É essa a situação da maioria dos aposentados e pensionistas. Quem não pode pagar planos de saúde está à míngua, atrás de atendimento médico, atendimento de saúde, porque não conseguem por essa deficiência, consequência de seus baixos salários.

Sr. Presidente, todas essas circunstâncias justificam o pleito que há muito vem sendo feito por essa categoria. Também devem-se acrescentar outras medidas de inclusão aos aposentados, como: programas de educação permanente, promoção da saúde e combate ao preconceito etário. Só assim, Sr^{as} e Srs. poderemos nos orgulhar dos nossos aposentados. Só assim estaremos retribuindo a sua abnegação e sua disposição de lutar pela família e pela sociedade brasileira.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero informar ao plenário que teremos agora o Senador Mão Santa. Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior e também o Senador José Agripino. Depois, faço o pronunciamento de encerramento. Tenho certeza de que, se vocês resistirem, nós todos vamos almoçar às 14 horas.

Tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Paulo Paim, que preside esta sessão destinada a homenagear os aposentados do serviço público, são tantas as lideranças e as figuras ilustres aqui presentes que eu pediria permissão para saudar todas as lideranças, porque eu poderia esquecer alguns nomes e, mesmo involuntariamente, seria imperdoável, na pessoa dessa extraordinária da Sr^a Maria Elisa Damasceno de Carvalho, representando os aposentados e pensionistas do Brasil, Parlamentares aqui presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Paulo Paim, antes de chegar a esta Casa, lá no Piauí, eu já ouvia falar em Paim, que simbolizava a luta de valorização do trabalho, do salário.

Aqui Deus me deu a oportunidade não só de conviver com o Senador Paulo Paim, mas de ser liderado por S. Ex^a no tocante a essas belas lutas que engrandecem o Senado da República.

Serei breve. Digo ao País e ao Luiz Inácio que nós é que ajudamos o Governo. Nós não somos contra ninguém. Somos a favor do povo, da pátria. Mas temos um entendimento. Do meu ponto de vista – entendo bem as coisas –, a obra mais importante deste Governo é a valorização do salário mínimo. Rui, que entendia – esse, sim – mais do que eu, do que nós, Senador Paulo Paim, dizia: “A primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele veio antes. Ele é que faz as riquezas”.

Então, entendo que nós ajudamos muito, muito, muito. Não foram os aloprados que ajudaram o Luiz Inácio.

Fomos nós. Nós pegamos o salário mínimo aqui a US\$70. Parecia o Dom Quixote e o Sancho Pança: “Nós vamos botar US\$100”. Parecia um negócio complicado. Mas isso já justifica a grandeza do Senado. Hoje, o salário

mínimo é muito mais digno: 246. Era setenta; sonhávamos com cem; e continuamos sonhando. Essa foi a real distribuição de renda, porque não se pode fugir disso aí, Luiz Inácio, fugir de Deus, quando Ele disse “comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem clara ao trabalho. E não podemos mais ainda deixar de meditar, seja qual for a religião, pois todas são boas, quando o apóstolo Paulo diz “Quem não trabalha não merece ganhar para comer. E essa tem sido a nossa luta.

E o Paim...Olha, às vezes, eu, à minha maneira, desperto, porque eu vejo o Luiz Inácio cercado de muito aloprado, mas a gente detecta muita gente boa nesse Partido. Ó Paim, permita-me, mas eu acho que você está entre essa gente que tem lá, e talvez seja o melhor.(Palmas.)

Essa é a nossa observação. É um quadro que vale por dez mil palavras.

O Papaléo, símbolo, médico como eu, faz das Ciências Médicas a mais humana das ciências, é um benfeitor da humanidade. S. Ex^a ali falou – está aqui o Augusto Botelho, outro médico – por que ele deixou... ele era do PMDB, porque começaram essas malsinadas medidas provisórias. A primeira, logo foi em cima dos velhinhos aposentados. Olha, foi dura, direitos adquiridos, tachados novamente, humilhados. Ô negócio malfeito! E eu, como médico... Paim, Deus me permitiu aprender muita coisa. Além de ter trabalhado muito, eu fundei um instituto. Isso é raro na história, porque, quando eu fui prefeitinho da minha cidade, uma lei disse que não se podia criar institutos municipais, e eu criei. Depois, eu governei o meu Estado, tomei conta do lapep, trabalhei nesses institutos todos e daria só um fato de aposentado. Ó Deus, eu agradeço, Ele foi muito bom para mim, eu estou aqui no Senado da República, que Dinarte Mariz disse que isso é melhor do que o céu. No céu a gente tem que morrer. Eu ainda fico pensando: sei lá se no céu eu posso me agarrar com a Adalgisinha lá. Mas são outros quinhentos.

Mas, se não fosse essa generosidade e crença do povo valoroso do Piauí eu estar aqui. Paim, olha para cá, cicatrizes do trabalho. Formei-me em Medicina em 1966. Fui porque quis para a minha cidade, para a Santa Casa de Misericórdia.

Tantas noites sem dormir. Bala perdida... A gente ressuscitando... Mulher que não conseguia dar à luz... Morto a facadas... Quantas lutas! Fui médico federal. Atentai bem! Paim, vou dizer minha aposentadoria aqui – até já esqueci; nunca mais vi, mas também ouvi dizer que nunca mais aumentou. Eu também não olho e não quero nem ver, porque dá úlcera. Eu sou médico. Dá úlcera! Médico cirurgião, concursado. Formei-me em 66, Paim. Ora, muitas noites sem dormir. Ontem, eu estava no Mato Grosso do Sul, com o Valter Pereira. E

eu disse: “Rapaz, eu só durmo duas horas. É costume de dar plantão. Não há quem me faça dormir antes de duas horas”. Noites sem dormir nos plantões. Olhei e já faz tempo – foi muito antes de eu chegar aqui, Paim –, olhei, mas não aumentou, não é? Nesses dez anos, ouvi dizer que não aumentou nada. E eu não olho o contracheque, porque dá úlcera. Se todo mês eu fosse receber, já tinha morrido. Com úlcera perfurada, morre. São R\$2 mil. Como é que eu ia me manter se não tivesse saúde? E eu tinha de comprar o perfume para a Adalgisinha, o remédio para mim. Essa é a história do aposentado.

Mas eu seria mais dramático para despertar o Luiz Inácio. Luiz Inácio... Votei nele em 94. Vou contar uma história que eu já contei, mas não tem nada repetir, não. Todo dia a gente repete o Pai-Nosso, a Ave-Maria, e se transporta ao céu. Tenho 65 anos de idade.

Ontem, fui ao Mato Grosso do Sul em homenagem a Ramez Tebet. Vi como é valorizado. Havia muito rotariano. Eu disse: “Sou rotariano também!” Rotary Club. Em 1969, eu chegando pós-graduado à minha cidade, porque quis, uma pessoa foi me convidar para entrar no Rotary. Desde menino, eu já os via, achava aquilo bacana e entrei em 1969. Essa pessoa, desde 1969 – Paulo Paim, vai fazer 40 anos –, eu chamava de padrinho, porque se chamava assim aquele que convida. Ele foi a melhor pessoa que conheci. Não há nenhum rotariano tão virtuoso como ele era.

Habituei-me, então, a chamá-lo de padrinho. Eu era Governador de Estado, e ele era o meu padrinho. Eu nunca vi um ato que o desabonasse. Rotariano: mais se beneficia quem melhor serve; dá de si antes de pensar em si. Era o meu padrinho. Há um ano, 60 anos de casado, um exemplo – eu olho assim... não vi pessoa tão correta e tão decente –, eu fui abalado aqui: ele se suicidou. Um homem que levou a vida toda com dignidade, teve a sua projeção, a sua família, a sua representação. Meu padrinho de Rotary. Mas não se pode chorar.

Há aqueles que têm uma mulher companheira. Estou comemorando 40 anos de casado com Adalgisa. Comemoro todos os dias. Vai ser em 20 de janeiro, mas a gente já vai comemorando.

Ele tinha 60 anos, José Agripino – V. Ex^a está longe de imaginar o que V. Ex^a representa na política do Brasil. Eu vim de Mato Grosso do Sul. V. Ex^a deve ser muito melhor do que eu. Certamente, eles me elogiaram porque eu era convidado, mas V. Ex^a estava ausente. V. Ex^a é muito respeitado neste Brasil. Eu vi agora.

José Agripino, suicidou-se o meu padrinho de Rotary. A geração dele influenciava. E eu estava aqui, talvez tivesse lá... A amada dele precisou se internar no hospital, precisou fazer um tratamento. Aqueles que são mais velhos, que têm os pais, como deve ser duro,

um homem que viveu com a companheira 60 anos, foi governador do Rotary, foi Presidente, e sonhou isso aí, pagou a vida inteira para ter uma aposentadoria de dez salários mínimos e, de repente, recebe quatro.

Eu sou médico. Olha, a Medicina está muito boa, Luiz Inácio, mas muito boa. Para mim, está ótima. Não é porque eu seja médico não. Toda hora vem um aí – eu acho que tem até uma negociata: “Você não quer ir para São Paulo fazer um exame não? Não quer? Não quer ir para São Paulo?” “Rapaz, eu sou médico!” “Não, mas está todo mundo aí.” Está muito boa, está muito boa para quem tem plano de saúde. Está muito boa, é de primeiro mundo, mas para quem tem dinheiro. Augusto Botelho, não existe mais médico do meu tipo. A gente trabalhava em Santa Casa. Não sei, nunca gostei de dinheiro. Nunca amei esse negócio.

Mas o meu padrinho de Rotary se suicidou, porque a mulher precisou fazer um tratamento, estava internada, e ele não podia pagar. E não pagou, tiram mesmo! Não deu aquele depósito... Você já sabe.

Então, é esse o aposentado, Paim. Primeiro, aquela medida provisória, nós aqui, poucos. Ela era tão imoral, Luiz Inácio, que o Paim minimizou. Esta Casa é boa; ele conseguiu liderar todos e nos ofereceu uma medida provisória paralela. Heloísa Helena esperneou, botaram-na na fogueira, feito Joana D’Arc, e nós tiramos por aí, e ela ainda está viva. Mas foi aí o Papaléo, o Relator, que saiu. E o Paim minimizou. Sacrificaram muitos velhinhos, mas minimizou, e ele conseguiu e foi por unanimidade.

Quer dizer, navegar é preciso, nós navegamos; viver não é preciso. Paim, e agora o salário dos aposentados. Está uma tristeza, está uma tristeza! Eu já me sinto realizado aqui, porque o Paim me colocou para ser o Relator desse fator previdenciário, que ele me disse, e eu acredito nele, que é o único do mundo. O velhinho paga 35 anos ao Governo – que somos nós, a pátria somos todos nós – acreditando que vai, na velhice, ter aquele ganho de dez salários, conforme o contrato, a lei, e ele recebe quatro; se eram cinco, recebe dois.

Olha, eu quero dizer, José Agripino, a seriedade disso. Eu muito novo cheguei, e havia um tal de Aplub lá do Rio Grande do Sul. Vai ter picareta no mundo! O exemplo arrasta. Eu muito novo cheguei, e esse negócio de fazer esses programas de pensão e receber; se o homem morre, a mulher recebe. Eu não gosto desse negócio. Eu quero é receber... E eu fiz um Aplub de 25 anos. José Agripino, paguei 25 e pensei “vou gozar com a Adalgisinha”. Paguei cem salários mínimos. Rapaz, eles só pagam um.

É o exemplo do Governo Federal. E olha aí como é sério. O Padre Antonio Vieira dizia que o bem vem acompanhado de outro bem, e eu digo: o mal vem acom-

panhado de outro mal. Aí quem diz sou eu. O exemplo arrasta. Essa desordem dos velhinhos... É a Aplub, essa desgraça aí. Está sujando o nome do seu Estado, Senador Paim. Mas em terra de sapo... Se o Governo dá esse exemplo, quem é que pode se queixar.

Então, o que nós queremos dizer aqui é que estamos escrevendo a página mais bonita. V. Ex^a é o líder e quero lhe dizer o seguinte: isso não vai ficar assim, não. Surgiu aqui um movimento, e eu acredito muito neste Senado. Nós somos não a esperança, mas a certeza de que a democracia vai continuar.

Vocês viram a CPMF? Trinta e cinco... Melhor do que aqueles trezentos de Esparta que defenderam a democracia grega contra Xerxes. E está aumentando. Eu tenho uma incumbência que vou cumprir. Já há uns dez, José Agripino, que aqui se ofereceram para fazer um bloco em defesa daqueles projetos dos aposentados.

Vamos enterrar esse fator previdenciário, pois nós não podemos ficar na história do mundo como o único povo que trata mal os velhinhos aposentados. E vamos lutar pela paridade. Eu tenho até a missão de convidar para liderar esse grupo o gaúcho Pedro Simon.

Então, eu quero dizer o seguinte: eu acredito em Deus. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Isso é um ato de justiça. E o filho de Deus, predileto, que andou aqui, disse: vinde a mim as crianças. Mas eu tenho certeza: se o nosso Deus mandar de novo o filho d'Ele, ele vai dizer assim: vamos apoiar os velhinhos aposentados, que estão sofridos.

Ó, Deus! Ó, Deus, abençoe essa nossa luta de regaçar as conquistas dos nossos velhos aposentados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior.

Em seguida, Senador José Agripino. Daí, nós faremos o encerramento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Vou revelar o comentário que o Senador Mão Santa fez aqui ao me cumprimentar. Disse que o meu Botafogo venceu o Fluminense dele. Mas é da vida, Senador Mão Santa.

Senador Paim, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores aposentados, eu queria, Paim, antes de mais nada, lhe dar os parabéns pela sua sensibilidade em compor essa Mesa, com mulheres, bravas mulheres deste País. Não é? Nesta Casa, via de regra, quando se compõe uma Mesa, é homem de ponta a ponta. Negócio de doido! E o Paim, com a sensibilidade dele, trouxe esses brotos aqui. Não é? (Palmas.)

Minha assessoria me preparou um discurso para hoje. Nada errado nisso. Apropriado. Quando pretendemos fixar idéias sem fugir do roteiro, é muito apro-

priado nos valermos de um texto elaborado pela nossa assessoria. Mas, Paim, hoje deixei para lá, porque hoje quero fixar sentimento aqui, Senador Agripino, fixar idéias. Olha, aqui não estamos para inventar a roda. Fixar idéias? As idéias estão fixadas nesta Casa.

É uma questão até de justiça dizermos isso na presença de um líder como o Senador José Agripino, cuja popularidade o Senador Mão Santa revelou há pouco aqui. Em outro Estado, ele foi receber uma homenagem e detectou a popularidade de um líder como o Senador José Agripino.

Mas, olha, quero dizer que fixar idéias nesta Casa – não estamos aqui para inventar a roda –, idéias com relação à luta pelos trabalhadores brasileiros, pelos aposentados, por aqueles que às vezes não têm voz para se manifestar nesta Casa... As idéias estão sendo traçadas, delineadas, fixadas pela bravura, pela dignidade, pela coragem do Senador Paulo Paim nesta Casa. (Palmas.)

A gente apenas se soma ao esforço dele.

A gente apenas faz o volume.

Olha, uma das coisas que me doeu mais nestes últimos tempos, quando recrudescemos a luta pelo fim do fator previdenciário, pela equiparação do reajuste dos aposentados a partir do reajuste do valor do salário mínimo e outras lutas, quando recrudescemos essa luta aqui, houve um colega nosso, inclusive, que ameaçou fazer não uma greve de fome, mas uma greve de banho – o Senador Mário Couto, quero lembrar o nome dele. Tenho certeza de que ele não estaria só nessa parada. Mas quando a gente...

Eu estava dizendo que fiquei triste quando, nestes últimos 30 dias, em que a coisa foi num crescendo aqui nesta Casa, eu abria a minha caixa de *e-mail*. Com relação a mim, eu não ficava triste, não. Mas, às vezes, as pessoas mandam *e-mails* para todos os Parlamentares. Abri um *e-mail* em que alguém dizia – acho que ele, hoje, deve estar se penitenciando –: “Como é, Paim, vai ficar só no blá, blá, blá?”; “O Paim está enganando os aposentados”. Rapaz, aquilo me doía, porque as pessoas, às vezes, não compreendem o processo que está em curso, o processo que se inicia. É o uso intensivo da palavra, o uso intensivo da palavra. Aqui, fizemos o uso intensivo da palavra para que o assunto fosse fixado no plenário desta Casa, até a exaustão. Quando esse uso da palavra tem o propósito de fixar o assunto, de se transformar num aríete que vai ferir de morte a resistência daqueles que não suportam – e é muita gente neste País –, que não suportam qualquer movimento, qualquer luta em favor da justiça social, da igualdade de oportunidades neste País... (Palmas.)

A palavra, o valor da palavra, o valor da dignidade, o valor de uma história de luta... Não é? Então, não

vim aqui hoje fixar a idéia, porque a idéia está fixada. Vim fixar sentimentos.

Sou servidor público federal. Em dois, três ou quatro anos, estarei também me aposentando. Sou membro de uma corporação importante neste País, Procuradores da Fazenda Nacional. E faço questão de dizer corporação mesmo.

Assisti, um dia, a uma palestra de um outro cidadão digno e decente do PT, Deputado Walter Pinheiro, lá da Bahia. E ele dizia o seguinte: “Não há nada de errado, não há mal em defendermos nossas corporações. Não devemos é defender *corporations*”. E aquilo fixou na minha cabeça. A partir daquele momento, eu que não tinha muito nítido na minha cabeça a questão de pertencer a uma corporação, a questão de defender uma corporação, hoje eu defendo, hoje eu falo: é a minha corporação mesmo. Vou me aposentar daqui a mais alguns anos. Na próxima sessão que realizarmos aqui, ou nas próximas, eu estarei aí na condição de aposentado também.

Este País é um país onde conquistamos muitas coisas. A democracia. A gente enche a boca: conquistamos a democracia. Verdade. Em alguns aspectos, ela é extremamente positiva, e devemos valorizá-la. Devemos perseguir o seu aprimoramento.

Mas este é um País... A gente fala democracia, aí me vem à mente a questão das oportunidades. Este é um País da democracia política e da ditadura econômica. É um contra-senso. É uma coisa que, às vezes, se você não tiver muita segurança, você balança, porque você olha para uma ostensiva mansão – vamos nos fixar aqui em Brasília –, ali no Lago Sul. Aí, você volta os olhos para um modesto barraco, ali no Varjão. Isso é a cara do nosso Brasil ainda. O Brasil, que ostenta o título de uma grande democracia política, esconde, tem vergonha de falar da ditadura econômica em que nós vivemos.

A grande maioria do povo brasileiro ainda é submetida a uma severa ditadura econômica. Alguém pode dizer: “Ora, Geraldo, eles tiveram a mesma oportunidade, o cidadão que mora na mansão do Lago Sul e o cidadão que mora lá no Varjão”. Mentira deslavada! Mentira deslavada! Coisa nenhuma!

Estava ali sentado do lado de um companheiro que relatava uma outra injustiça inominável que se comete neste País. Ele estava me dizendo: recolhi 41 anos de contribuição à Previdência e me aposento. Quando acho que vou usufruir daquilo pelo que paguei, eu me vejo forçado a continuar recolhendo 11% de contribuição à Previdência. E por aí vai.

Senador Buarque, larguei o curso de Economia uma vez, muito novo ainda – em termos. Foi na década de 70, e larguei porque em uma das matérias o

professor introduziu na disciplina – iniciou a discussão, em sala de aula – a teoria da escassez dos recursos. E eu entrei na discussão: professor, não existe escassez; existe a má distribuição de recursos, existe a má gestão de recursos. E foi um pega na sala de aula. Eu vi que não ia ter sucesso no curso, até porque, com uma profissão que tenta colocar na minha cabeça que os recursos são escassos, eu não posso conviver pacificamente. Larguei. Larguei o curso, inconformado.

Porque, para mim, os recursos não são escassos; eles são mal distribuídos, eles são mal geridos, eles são alvo da corrupção, eles são alvo do desperdício. Escassos coisa nenhuma! Precisamos é distribuí-los melhor; precisamos é conquistar no nosso País certezas, equilíbrios para pessoas que passam a vida inteira trabalhando, cumprindo regras, algumas até draconianas, e chegam ao final da vida com aquela expectativa e se vêem numa situação de redução de seus vencimentos, e continuam pagando uma contribuição que ninguém em sã consciência consegue justificar para mim por que eles têm que continuar a pagar.

Então, é por isso que eu disse que queria, hoje, não fixar a idéia, porque ela já foi fixada. A idéia está aí! É a gente se unir mesmo numa corrente forte. Em que pesem as críticas que tenha recebido, esta Casa mostrou uma extrema sensibilidade, extrema sensibilidade, com os anseios, com os sentimentos dos trabalhadores, dos trabalhadores aposentados. E nós, trabalhadores públicos, temos nossos fatores previdenciários também, Paim, temos os nossos pedágios. O que é o pedágio, Paim, para o servidor público? Equivale ao fator previdenciário para o trabalhador privado.

É um país em que o *status quo* está sempre procurando estabelecer mecanismos como esse fator previdenciário. Ô coisa cruel essa história de fator previdenciário! É um negócio cruel! Há sempre aqueles que estão ou se acham em condições de estabelecer regras para a grande maioria, e as regras são sempre nesse sentido. Costumo dizer que, neste País, há o conjunto de trabalhadores, há o conjunto de empresários, há o conjunto de banqueiros, há o próprio Estado – o Governo, como normalmente chamamos – e, via de regra, só quem é chamado para pagar a conta do sacrifício é o trabalhador brasileiro. Em regra, é assim.

O Senador Cristovam Buarque é um advogado da causa da educação. É necessário, de fato, que todos nós sejamos advogados da causa da educação, porque é a maneira mais consistente, a maneira que não tem volta, de o conjunto da população brasileira perceber as armadilhas em que está metido, as enganações a que está submetido, para que se arvore e assumo o seu próprio destino. Só o conhecimento, só a educação... Não digo só, mas sobretudo o conheci-

mento e a educação mostrarão ao povo brasileiro que ele é dono do seu próprio destino, que ele pode, em detrimento da vontade de alguns poucos que ditam as regras neste País, tomar as rédeas em suas mãos e mudar o destino do País, estabelecer regras justas, estabelecer condições que não deixem as pessoas sobressaltadas, Paim.

Ô coisa injusta neste País essas regras que mudam de tempos em tempos e vão deixando as pessoas exasperadas e sobressaltadas. Ninguém tem mais segurança jurídica neste País, porque sabe que a qualquer momento, a pretexto de compor o superávit fiscal, o Governo pode lançar mão disso, lançar mão daquilo, jactando-se, rindo, inclusive, de sua grande base de sustentação neste Congresso Nacional, que tudo aprova, que tudo carimba, que tudo referencia, em nome da continuidade de um Governo que tem lá seus méritos, mas, como os demais, tem pecado muito em relação a uma grande faixa de pessoas que trabalharam a vida inteira neste País e àqueles que continuam a trabalhar, Paim, os trabalhadores em geral.

Senador Cristovam Buarque, concedo com muito prazer um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Geraldo Mesquita, agradeço muito que tenha me concedido este aparte, porque eu não pude chegar aqui no começo da cerimônia, porque temos uma sessão, toda terça-feira de manhã, da Comissão de Educação que acabou neste minuto. Mas não poderia deixar de passar aqui para cumprimentar o Senador Paulo Paim, essa grande figura, por esta solenidade. Quero cumprimentar cada um dos que estão aqui presentes também, dizendo que um País tem que cuidar pelo menos de três coisas, entre muitas outras: das suas florestas, dos seus velhos e das suas crianças. As florestas simbolizando todo o patrimônio que um País tem, que é de seu conjunto; os velhos porque é uma dívida que o País contraiu e tem que pagar; e as crianças, porque, se não cuidarmos delas, ninguém vai pagar as dívidas dos velhos. São eles que vão crescendo e são capazes de fazer o Brasil crescer o suficiente para pagar tudo aquilo que nos vai ser devido quando chegarmos a uma certa idade. Por isso, eu e o Paim trabalhamos sempre juntos, como uma espécie de pacto dos velhinhos com as criancinhas. Apóio o Paulo Paim na sua luta incansável pelo problema da aposentadoria em todos os aspectos trabalhistas e ele tem apoiado sempre, como o Senador Geraldo Mesquita agora mesmo falou, a necessidade de este País fazer a revolução na educação, no que é preciso. Ninguém vai conseguir segurar a aposentadoria da nossa geração se não colocarmos as crianças de hoje na escola para que, quando adultas, tenham eficiên-

cia na sociedade, na economia, capaz de não apenas cumprir e devolver a nós tudo aquilo que contribuímos, mas ter competência para administrar esse fundo de recursos que é o fundo com que contribuímos todos os meses. Então, eu vim aqui, Senador Paulo Paim, para dizer da minha satisfação em ver esta solenidade, em ver esta Casa cheia, para manifestar a minha solidariedade pela luta de cada um de vocês, que mais dia, menos dia será a minha também pela aposentadoria e pedir que estejamos juntos nesse grande pacto dos velhinhos com as criancinhas, sem o que não vale a pena o Brasil ter futuro, sem o que não haverá futuro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Eu me atrasei ao chegar aqui nesta importante sessão porque estava junto com outros companheiros, Magno Malta, Demóstenes Torres, participando da oitiva de um juiz e de um promotor de um Município de Goiás, na CPI da pedofilia. Acreditem, senhores, o juiz e o promotor estavam relatando um caso bárbaro, o envolvimento do próprio prefeito. Isso não é mais nem quadrilha, isso é um bando. Chefe de um bando que molestava crianças de 12, 13, 14 anos de idade. Eu vim de lá, atrasei-me porque o tema era palpitante, era a criança, como diz o Senador Cristovam, portanto, crianças. E aquelas pessoas de cabelo grisalho, de cabelo branco... Se este País se compenetrasse, e deve se compenetrar um dia, Senador Buarque, de que essas duas pessoas devem merecer o nosso respeito, o nosso cuidado, o nosso zelo, este País seria muito melhor no futuro.

Faço aqui uma homenagem às senhoras e aos senhores e digo que as conquistas são lentas porque as resistências são enormes, são grandes. Às vezes aqui, dá vontade, não digo de jogar a toalha, mas dá um desânimo. Mas vocês sabem onde a gente se segura? A gente se segura na grandeza. Tem resistência lá e tem resistência aqui também. Na grandeza, na resistência, na perseverança, na garra, na fibra do Senador Mão Santa, meu irmão mais velho neste Congresso, e sobretudo do Senador Paulo Paim, a quem rendo homenagem. Vou dizer pela centésima vez o que penso de S. Ex^a: é aquele Parlamentar que está aqui, no Congresso Nacional, defendendo causas e não coisas. Há gente aqui defendendo coisas. O Senador Paulo Paim defende causas no Congresso Nacional (Palmas).

S. Ex^a é um grande farol a nos atrair, a nos puxar para a defesa dessas causas. Vou dizer-lhes algo: um dos momentos em que me sinto mais feliz no Senado Federal é quando tenho o privilégio, a oportunidade de me envolver em causas defendidas por Senadores. E há gente aqui da maior qualidade, que já citei em outra ocasião, como o Senador Cristovam Buarque,

meu irmão mais velho Senador Mão Santa, o Senador José Agripino, o Senador Augusto Botelho. Há gente da melhor qualidade no Senado Federal.

Digo-lhes para encerrar: um dos momentos mais felizes que nós temos é quando temos o privilégio, a oportunidade de nos envolver entre nós com as causas que muitos aqui defendem, causas justas, causas nobres, causas em defesa da população brasileira, causas em defesa dos trabalhadores brasileiros. E temos como ponto de lança de todos nós – e tenho certeza absoluta de que falo em nome de todos os Parlamentares – o Senador Paulo Paim, exemplo, dedicação de um Parlamentar que está a vida inteira – a vida inteira! – defendendo causas no Congresso Nacional.

Desculpem-me por me ter alongado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esta Presidência agradece ao Senador Mesquita e a todos os Senadores. Eu só queria rapidamente dizer que, nesta sessão de homenagem aos aposentados da área pública e também da área privada, estiveram aqui conosco já os Senadores João Pedro; Wellington Salgado; Flávio Arns; Geraldo Mesquita; Augusto Botelho; João Ribeiro; Sérgio Zambiasi; Mário Couto; Marconi Perillo; Romeu Tuma; o Presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho; Flexa Ribeiro; Antonio Carlos Valadares; Sibá Machado; Papaléo Paes; Mão Santa; Senador Mesquita Júnior, que veio aqui me cumprimentar neste momento – e faço questão de repetir -, Senadores José Agripino, Jayme Campos e Inácio Arruda, do PCdoB. Esses foram alguns dos Senadores que passaram aqui, até porque nem todos podem estar conosco, porque estão nas Comissões.

Neste momento, com alegria, passo a palavra ao Senador José Agripino, que é o Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paulo Paim, Sr. Benedito Marcílio, Presidente do Cobap – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; Sr^a Clotilde Guimarães, que é vice-Presidente do Mosap, eu me orgulho muito de ter sido homenageado, por ocasião da votação da PEC Paralela, com um diploma de Amigo dos Aposentados do Brasil, que me foi conferido pelo Mosap. Eu o guardo, com muito orgulho, no escritório da minha casa, em Natal, ao lado das comendas nacionais e internacionais que ao longo da vida eu pude receber; quero que saibam disso. Guardo esse certificado de Amigo dos Aposentados do Brasil, a mim concedido pelo Mosap, com o mesmo carinho, no mesmo grau de importância, ao lado da Légion d'Honneur da França.

Sr. Moacir Rezende, Secretário-Geral Adjunto da Assisefe; Sr^a Helenita Souza, Diretora de Aposentados e Pensionistas do Sindireceita; Sr^a Marinisa Damasceno de Carvalho, representante dos aposentados e pensionistas do Brasil; minhas senhoras; meus senhores; meus companheiros Senadores, eu estava aqui ouvindo com atenção a palavra dos Senadores que me antecederam, cada qual colocando o seu pensamento, o seu compromisso e a sua palavra em relação aos aposentados do Brasil, numa sessão que, com muita propriedade, se solicitou para que o assunto “aposentado” fosse suscitado. Não é uma sessão de homenagem; é uma sessão de debate, e é como deve ser, para que aqui não apenas se homenageie, mas que se tomem compromissos, que se esclareça, que se pactuem responsabilidades e providências.

O Senador Paulo Paim, por exemplo, faz parte da Base do Governo, pertence ao Partido dos Trabalhadores, ganhou a eleição e tem a obrigação de defender o Governo. Na democracia, existem os que são Governo e os que são Oposição. Os que são eleitos para ser Governo têm obrigação de governar e os que governam têm que honrar os compromissos. Dentre os compromissos daqueles que são Governo está o compromisso de olhar o aposentado, que nem sempre é olhado. E, em nome do Governo, o Senador Paulo Paim fala. Por isso, é bom homenagear uma figura que é corajosa, que é Governo, e que, mesmo sendo Governo, enfrentando causas que não agradam ao Presidente da República, defende o interesse do aposentado.

Sou Oposição, mas procuro exercer a minha oposição com responsabilidade, denunciando, fiscalizando, mas agindo no sentido de aprimorar procedimentos. Há, Senador Geraldo Mesquita, os que são Governo e os que são Oposição. Os que são Governo governam e os que são Oposição fiscalizam, mas os que fiscalizam têm de fiscalizar com responsabilidade.

Lembro-me muito bem da PEC Paralela. Lembre-se, Senador Paulo Paim, da nossa luta para garantir a paridade e a integralidade àqueles que estivessem cumprindo com suas obrigações, com as regras de transição? Foi uma luta, uma novela, e conseguimos, ao final, garantir esses direitos, mas perdemos alguns, como, por exemplo, a obrigação de o aposentado contribuir para a Previdência. Mas a luta continua, a luta continua!

É preciso que essas pessoas que estão aqui, os aposentados, saibam que quem é Governo normalmente tem maioria, e quem é Oposição é minoria. E, muitas vezes, a minoria, com bons argumentos e com boas causas, como a do Senador Paulo Paim, ganha. Talvez seja uma boa oportunidade mostrar aos senhores e às senhoras como se pode, sendo Oposição, traduzir o sentimento da sociedade, falar pelo cidadão.

Há 15 dias, neste plenário e nesta tribuna, tive a oportunidade de, interpretando o sentimento da Oposição, que era minoria, fazer um desafio à maioria para que pudéssemos trabalhar pela sociedade. Existe algo chamado medida provisória, um instrumento que vem sendo, pelo atual Governo, excessivamente utilizado e que bloqueia, trava a pauta da Câmara e do Senado. Estávamos, há 15 dias, com a pauta do Senado travada. Não se votava nada pela enxurrada de medidas provisórias que estava entupindo a pauta.

Esta é uma Casa de negociação, onde as boas causas têm de estar à frente inclusive de interesses político-partidários. Cheguei à tarde, a pauta estava travada, mas eu tinha tomado conhecimento de que o PL nº 42, que trata do reajuste dos aposentados do Brasil, estava na pauta assim como estava, pronta para ser votada, a Emenda nº 29, que garante 10% da receita bruta da União para aplicação na saúde do Brasil.

Essas matérias poderiam até hoje estar sobre a mesa e poderia nem ter havido deliberação sobre elas. Mas eu raciocinei: o Brasil acabou de aumentar em 0,5% a taxa Selic, taxa de juros da dívida interna do Brasil; e 0,5% na taxa de juros significa R\$4 bilhões no mínimo a mais de despesa da União só com o pagamento de juros. Quanto significa garantir aos aposentados do Regime Geral da Previdência o mesmo critério que o Governo está oferecendo para o reajuste do salário mínimo, ou seja, a inflação mais a distribuição da correção do PIB? Quanto é que foi a inflação? Foi 4,5%. Quanto é que o PIB subiu? Subiu 5%. Quanto é que dá o PIB mais a correção da inflação? Dá 9,2%. Garante-se, portanto, salário mínimo em 9,2%. E quanto é que se garante de reajuste ao aposentado? Garante-se 5%.

Quanto significaria não dar 5%, dar 9,2% de aumento para os aposentados do Regime Geral da Previdência? Significaria R\$3,5 bilhões. Quanto é que a União vai gastar a mais em serviço da dívida com o que acabou de fazer, dando 0,5% de rendimento a mais para quem aplica dinheiro no mercado financeiro, remunerado pela taxa Selic? Vai gastar R\$4 bilhões. Então a Nação tem o direito de gastar R\$4 bilhões por mês, e de não gastar R\$3,5 bilhões por ano, garantindo justiça aos aposentados do Brasil? Ah, não!

Fazer Oposição com critério, com responsabilidade e com argumentos é fazer o que eu fiz nesta tribuna. Amparado num projeto de lei do Senador Paulo Paim e combinado com ele, cheguei a esta tribuna e disse: “Eu destravo a pauta.” Em nome dos 14 Senadores do meu Partido e em nome dos Senadores do PSDB, que são 13 – aqui estava o Senador Arthur Virgílio –, nós destravamos a pauta e votamos, por acordo, as MPs todas que estão na pauta, com o compromisso do

Governo de se somar a nós e votar o PL nº 42, garantindo aos aposentados o reajuste do salário mínimo, e votar a Emenda nº 29, que garante 10% da receita bruta para a saúde do Brasil. (Palmas.)

E, assim, o acordo foi feito por uma provocação. O Governo não teve como dizer que não topava, não tinha como ficar contra os aposentados. E, assim, a minoria se fez maioria, por meio de um argumento consistente. Mas, para que este pudesse existir, tinha que haver um projeto de lei, uma emenda, como a de autoria do Paulo Paim, que pegou o projeto de reajuste do salário mínimo e incorporou uma emenda que garantia aos aposentados o mesmo critério do reajuste do salário mínimo. Assim trabalha uma Oposição responsável, fiscalizadora, que denuncia, mas que trabalha pelo Brasil.

Por que é que não se vai garantir redistribuição de renda com uma boa qualidade de gasto público, que é pagar decentemente ao aposentado que passou a vida inteira trabalhando e tem o direito a uma velhice mais ou menos tranqüila?

Por que se dá o Bolsa-Família, se dá o reajuste do salário mínimo, e não se dá ao aposentado pobre – não é o aposentado rico, e sim o pobre – o mínimo de justiça?

Para isso, tem que haver uma Oposição responsável; para isso, tem que haver uma Oposição consciente e sintonizada com o sentimento da sociedade. E é isto o que procuro fazer: interpretar o sentimento da sociedade, interpretar o sentimento do cidadão e tomar os compromissos que posso em nome do meu partido.

E é por isso que estamos, Senador Paulo Paim, nessa guerra que não terminou, ao lado das boas causas. Uma causa em prol do Brasil, que está crescendo, cuja economia está aumentando a quantidade de tributos pagos para que o caixa da União possa fazer a distribuição de benefícios com sinceridade, é que continuamos atentíssimos à questão que significa o fim da contribuição previdenciária para os aposentados. (Palmas.)

Vamos examinar os prós e os contras, vamos examinar se o País pode arcar com essa responsabilidade financeira, vamos argumentar, vamos ver onde é que o País gasta dinheiro. Com TV Pública, com *Território da Cidadania*, com cartão corporativo? Será que não é mais conveniente tirar do aposentado, que contribuiu a vida inteira, a contribuição mesmo depois da aposentadoria? Será que não está na hora...? Será que o Brasil não tem condições de garantir a integridade e a paridade para o aposentado do setor privado? Será que não tem? Vamos debater. Será que não dá para debater à luz de argumentos consistentes? Isso tudo para que o gasto público seja de boa quali-

dade. O que defendo é a prática do gasto público de boa qualidade.

Sou contra e vou ser sempre contra gastar dinheiro com aquilo que não é bom para a sociedade. Mas redistribuir a renda do Brasil com aqueles que fizeram a renda do Brasil, como são os aposentados, contem com o meu Partido, o Democratas, e contem com o Senador José Agripino, que os homenageia e que cumprimenta muito cordialmente o seu representante e o seu companheiro, Senador Paulo Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Percebo que 99% dos presentes na abertura da sessão, às 10 horas, se encontram aqui até o momento. Isso é muito bom, mostra a força e a resistência das pessoas com mais idade em nosso País.

Há ainda um orador inscrito, o Senador Inácio Arruda, do PCdoB, um lutador dessa causa. Em seguida, farei o nosso pronunciamento de encerramento.

Uma salva de palmas ao nosso Senador Inácio Arruda. V. Ex^a é um dos nossos resistentes aqui. (Palmas)

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; nossos convidados que aqui permanecem, como disse o Senador Paim, na firmeza; Sr^a Damasceno de Carvalho, representante dos aposentados e pensionistas do Brasil; Sr. Moacir Resende, Secretário-Geral Adjunto da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Senado Federal; Sr^a Clotilde Guimarães, Segunda vice-Presidente do Instituto Mosap; Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; nosso Presidente Paulo Paim, acho que essa é uma daquelas causas nobres que exige de cada um e de cada agremiação política muita responsabilidade e muita transparência nos atos, seja daqueles que compõem a Base do Governo, da qual faço parte, como o Senador Paulo Paim... Consideramos o Governo Lula importante para todo o Brasil. Foi uma vitória do povo brasileiro conquistar um Governo com essa qualidade, em um país que tem abismos sociais brutais, como o Brasil, onde uma elite governou durante anos e anos, décadas e décadas, impondo regimes de toda sorte contra o povo, contra os aposentados fossem servidores públicos ou não, cometeram atrocidades, arbitrariedades. Depois conquistou-se um Governo democrático e popular, no campo popular.

É importante fazermos esse registro para não usarmos da tribuna como uma espécie de demagogia e oportunismo, em uma sessão tão bonita, para falar de um setor tão importante da vida brasileira, que são os aposentados. O Paim disse: “Olho para cada um e

vejo os que começaram comigo a sessão e estão aqui até agora, ainda a nos ouvir.”

É uma homenagem que é, ao mesmo tempo, uma homenagem e um processo de continuidade de uma luta histórica. Não é a luta de um dia, não é a luta de um momento de oposição. Não, é uma luta histórica, frente a vários governos.

O fato que registro é que tivemos governos conservadores, que aniquilaram o País, aniquilaram a capacidade do serviço público, desmontaram o serviço público, criaram uma história de Estado mínimo para liquidar as repartições, de onde os senhores e as senhoras são originários.

Acabaram com as suas repartições, destruíram-nas, desmontaram-nas, porque era o Estado mínimo neoliberal. (Palmas)

E, querendo ou não, conquistamos um governo, primeiro, que deixou de vender a Pátria, que deixou de vender o País, que deixou de vender as suas empresas. Vamos parar com isso! Calma! Vamos ver as empresas que são importantes para o Brasil e que devem ser mantidas nas mãos do Estado brasileiro, porque ajudam. Vejam, agora, como é que o governo americano está resolvendo a crise americana. É o Estado americano bancando, bancando. Aqui, eles desmontaram a capacidade de o Estado desenvolver qualquer projeto, desmontaram a capacidade de planejamento do Estado brasileiro.

Então, senhores, penso que a nossa luta é conjunta, porque há os servidores públicos, os trabalhadores do setor privado, o pequeno, o médio, o grande empresário, há o agricultor, os estudantes; quer dizer, é uma luta conjunta da sociedade brasileira para que possamos, ao mesmo tempo, fazer crescer a economia e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Esta é a máxima que temos de enfrentar: manter o País num sistema onde haja um Estado com capacidade de ajudar o povo brasileiro. O Estado é o conjunto das suas instituições, o Governo, o Legislativo e o Judiciário. Digo, com mais ênfase, mesmo no modelo que adotamos de sistema presidencialista, onde tudo gira em torno do Presidente, onde tudo depende do Executivo, o Poder mais sensível, que mais ouve, que mais procura compreender a sociedade, pelo grau da sua representatividade, é o Parlamento brasileiro. Esta é a Casa mais democrática, esta é a Casa que recebe os aposentados, seja do setor privado, seja do setor público.

Aqui vocês são ouvidos pela Oposição e pela Situação, pela base do Governo e pelos que se opõem a ele. Aqui se estabelece um diálogo, aqui se altera proposta do Governo, aqui se emenda proposta do Governo. Aqui foi feita uma emenda à proposta do Go-

verno com relação aos servidores públicos, no caso das aposentadorias, emenda que foi destacada para votação em separado, para saber se cobrava ou não dos aposentados. Por que se fez isso? Por que estava no Parlamento, onde havia diálogo, onde havia debate. O meu Partido, o PCdoB, ajudou a destacar essa emenda, ajudou a votar essa emenda separadamente, ao tempo em que discutíamos a reforma previdenciária do setor público, porque ensejava alterações, modificações. Não se considerava mais algo correto, justo e necessário para o Brasil que se acumulassem vantagens, como aconteceu no passado em alguns setores. aqueles que as conquistaram, que trabalharam para isso tinham de ser consagrados. Não! Tinha aquele direito, foi consagrado; então se mantém.

Daí para a frente se modifica, se altera diante da nova realidade do país e da sociedade. Então, muitos acumularam cinco aposentadorias, mas as conquistaram no passado. Daí em diante não vão acumular. É uma correção a ser feita dali para frente. São alterações para o futuro. Por isso é que se desenvolveu, às vezes, uma dicotomia no debate. Faltou o diálogo também entre o Governo, o próprio Executivo e os mais interessados, que eram os que já estavam aposentados à época.

E o Parlamento teve de fazer esse papel e teve de se expor também, porque é o Parlamento que se expõe, é o Parlamento que vai para a mídia, que vai para o debate público, aberto com a sociedade. E o Parlamento, os parlamentares, os partidos precisam ter também muita coragem para defender suas posições, as suas opiniões. Às vezes nossas opiniões não coincidem com as opiniões dos aposentados, dos pensionistas. E os pensionistas e os aposentados pressionam, então, as legendas partidárias para alterarem as suas posições.

Eu acho que isso tudo tem justeza. Devemos estar abertos sempre para interagir com o conjunto da sociedade e as suas lutas pelas causas mais nobres. Nesse momento da vida política brasileira e da vida econômica, nós podemos dizer que foi correto o País colocar no Poder partidos da esquerda e do campo popular. E eu tenho uma opinião mais do que suspeita, porque eu sou do PCdoB e sou da base desse Governo. Eu não tenho nenhuma vontade que retornem as forças políticas mais conservadoras que governaram nosso País há pouco tempo. Não tenho nenhuma saudade. Eu sei e tenho consciência dos problemas que nós enfrentamos, muitos herdados de lá. Alguns erros já foram cometidos por nós. Mas voltar para trás, lá para trás? Não. Daqui para frente, daqui para dar um passo mais arrojado, daqui para dar mais um passo mais firme adiante. Voltar, não! Voltar nós já sabemos

o que é. Também temos consciência dos erros que cometemos, dos defeitos que nós temos.

Já temos alguma experiência, apesar de governar, pela primeira vez, a Nação brasileira. É pouquinho, pequena, frente à deles. Frente à das elites conservadoras, reacionárias e de direita no Brasil, a nossa experiência é muito pequena. Eles governam há cem anos ou mais. Desde a nossa independência que só eles governam. Esta é a nossa primeira vez. Então, temos nossos defeitos, temos nossos acertos.

Talvez um dos problemas mais cruciais do nosso Governo seja a necessidade de interação com a sociedade e de forte mobilização, junto com a sociedade, de todos os setores. Um dos setores mais ativos no debate, na discussão e na mobilização aqui na nossa Casa e também nas ruas do Brasil é o dos aposentados, aqueles que já contribuíram, já ajudaram a Nação e têm disposição, têm garra, têm vontade de ver o País dar certo – e dar muito certo – e de se aproveitar na hora em que der certo. Na hora em que está bom, eu também quero tirar algum proveito, eu também quero melhorar.

Vejo a seguinte situação: o PIB está crescendo, a economia está crescendo. Quando a economia cresceu? Aqui, de vez em quando, aparece uma turma querendo ser muito didática e, às vezes, meio professoral. Eu não tenho essa condição, mas eu enxergo assim, de uma forma simplista: de dois anos para cá, os juros começaram a cair. E ocorreu o quê? O País começou a se desenvolver mais, começou a gerar mais emprego, começou a distribuir mais renda, melhorou um pouquinho a vida do povo. Então, com a queda dos juros, a vida do povo melhorou, mesmo os juros sendo ainda muito altos, mesmo com o superávit primário muito alto. A vida melhorou. Se a vida melhorou, por que não pode melhorar para quem está trabalhando, ganhando o seu salário, e também para quem contribuiu para que esses pudessem estar trabalhar hoje?

Então, essa é a forma que temos de trabalhar com o nosso Governo, buscar como vamos resolver isso, para não ficar uma conta sendo paga por uns, e outros só se beneficiem dessa conta. Então, é preciso ter essa idéia.

O juro vem caindo, caindo, e o País, crescendo. Como é que vamos tirar proveito desse crescimento? Como é que podemos trabalhar essa idéia?

Vem o Governo ou o Banco Central, que diz que é independente para fazer a sua política, e põe os juros novamente em alta. E o Banco Central está contra o Brasil? De um lado, luta-se para desenvolver e, do outro, põe-se um dique ao desenvolvimento, impede-se o desenvolvimento, impede-se o crescimento?

Até agora eu não enxerguei um argumento defensável, porque, no mundo inteiro, todas as economias estão propondo redução das taxas de juros, e o Brasil resolve não só manter os juros como um dos mais altos, mas aumentá-los mais ainda.

Então, sinceramente, acho que temos de ter um processo de luta. Quando digo que a nossa luta é conjunta, é de aposentados, de operários, de trabalhadores, de quem está na ativa e de quem já se aposentou, é porque é uma luta pelo Brasil. E, numa luta pelo Brasil, temos de dizer para o nosso Presidente Lula que essa política de juros altos é uma política contra o Brasil, não ajuda o nosso País. E o Presidente tem de ter essa sensibilidade.

Essa dose de juros altos pode ajudar pouquíssimas pessoas que investem noutro setor, não investem para o Brasil crescer. Quando diminuem juros, o dinheiro vai para a produção; quando diminuem juros, o dinheiro gera emprego; quando diminuem juros, a vida do povo melhora – às vezes, pouco, mas melhora. E, com a alta de juros, é desemprego, é queda nas taxas de crescimento, é retração na nossa economia, e aí vira uma situação dramática para os aposentados do serviço público, para os aposentados do regime geral, para os aposentados de toda sorte e para os que estão na ativa e perdem o emprego. Essa é a realidade.

Como a nossa causa é comum, é conjunta, é uma só, é pelo Brasil, apelamos – digamos assim – para todos os brasileiros e para os aposentados de todo o Brasil para reforçar as nossas posições, a posição do Senador Paulo Paim, quando ele diz que precisamos quebrar esse vetor previdenciário criado para reduzir a aposentadoria dos trabalhadores do regime geral.

Mas é preciso também segurar essa taxa de juros lá embaixo. A taxa de juros no Brasil tem de cair para aumentar o nosso desenvolvimento, crescer a nossa economia e ficarmos mais fortes para poder gritar e pedir aquilo que queremos. Se a economia está crescendo, posso pedir uma remuneração maior para os aposentados, posso reforçar a paridade, posso sugerir que acabemos com o fator previdenciário, com cobrança de inativos, porque tem riqueza sendo produzida. Agora, com o País paralisado, com os juros nas alturas, aí ficamos com nossa capacidade de reivindicar muito menor.

Por isso, companheiros, parabéns! Parabéns, Senador Paulo Paim! Peço a todos vocês o grande apoio. Vamos apoiar uma luta do povo, conjunta, comum. Não dá mais para agüentar alguém dizendo que juros altos é que ajudam a economia do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senhoras e Senhores, sei que estão todos um

pouco cansados, é natural, não almoçamos, mas eu não poderia deixar de me manifestar num momento tão importante como este. Sei que vieram aqui líderes de todo o País. Vejo no plenário companheiros que conheço, não só de Brasília, mas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Paraíba, Rio de Janeiro, Ceará, enfim, estão todos os Estados aqui representados, e eu sei, meus amigos – permitam-me que diga isso –, da responsabilidade deste momento.

A TV Senado está ao vivo para todo o Brasil, que ouviu cada pronunciamento. No mínimo, eu diria, que alguns milhões de pessoas estão assistindo esta sessão. E, ontem, quero dizer que eu refletia muito sobre como iniciaria a minha fala no dia de hoje, e eu confesso a vocês que, enquanto eu pensava, escutei uma música do Milton Nascimento – só o nome já é lindo: Canção da América.

Fala a música do Milton Nascimento sobre amigos, porque eu estou aqui entre amigos, os milhões que nos assistem neste momento são nossos amigos:

“Amigo é coisa para se guardar
debaixo de sete chaves,
dentro do coração,
assim falava a canção, que na América ouvi

Mas quem cantava chorou, ao ver seu
amigo partir

Mas quem ficou, no pensamento voou
Com seu canto que o outro lembrou
e quem voou, no pensamento ficou com
a lembrança que o outro cantou.”

Meus amigos, ao contemplar este plenário lotado – li somente um pedaço dessa música –, posso dizer a vocês que estamos entre amigos. Não tenham dúvida, eu estarei sempre ao lado de vocês na busca de uma qualidade de vida melhor para toda a nossa gente. Sei que todos vocês, que estão aqui ou nos assistindo neste momento, têm esperança de dias melhores, esperança em nós, homens públicos, para o bem ou para o mal. Nós temos a responsabilidade em nossas mãos de alterar, para melhor ou para pior, o futuro dos brasileiros.

Costumo dizer que, quando nos elegemos, vocês nos passam uma procuração para defender os interesses de vocês. E podem ter certeza de que essa procuração eu vou honrar. Doa a quem doer, defenderei sempre aqui os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas da área pública e da área privada. (Palmas.)

Esta Casa, nesses dias que se passaram, mostrou seu compromisso ao aprovar o PL 296, meu amigo

Marcílio, meus amigos servidores públicos, dizendo que o fator previdenciário, que não existe, como eu digo sempre, em lugar nenhum do mundo, hoje é para os celetistas; amanhã, se não o derrubarmos, eles vão encaminhar para os servidores públicos, mas só por cima do meu cadáver! Essa proposta não vai ser ampliada. Nós vamos derrubá-la.

Quero dizer que quando encaminhei – e o Senado aprovou – o PL nº 42, estendendo para os aposentados o mesmo percentual de reajuste, o fiz com muita consciência, em defesa da previdência pública. Se ficar relatado na história que todos, no futuro, vão se aposentar somente com um salário mínimo, por que os trabalhadores vão pagar por mais de um salário mínimo se vão receber só um no futuro? Em nome da previdência pública, para todos os trabalhadores, como nós defendemos de forma universal, que eu disse: ou há paridade ou pelo menos para o trabalhador do regime geral da previdência o mesmo percentual que foi dado ao salário mínimo. Porque, se o Produto Interno Bruto cresceu, o País ficou mais rico. Se ficou mais rico, é hora de pensar naqueles que produziram. E eles foram vocês, aposentados e pensionistas. (Palmas.)

Para que ninguém diga que somos irresponsáveis – tenho que ouvir isso quase com 60 anos de idade –, o mínimo que eles deviam fazer é respeitar os que pensam diferente, porque eu respeito os que pensam diferente.

Por que eles não falam que eu apresentei a PEC nº 10? O que é a PEC nº 10? É a mesma coisa que é para os servidores públicos.

O que é regra de transição? Terminada a regra de transição, como é para vocês, servidores públicos, todos se aposentarão – com 55 anos de idade, a mulher; e 60, o homem. Como foi feito para o servidor? Pegou-se a idade de 18, acrescentou-se mais 35 e por isso deu 53. O que eu defendi é o princípio da igualdade, da isonomia, da paridade, igual para todos. Defendemos a previdência universal. Duvido que haja alguém neste plenário ou que esteja assistindo neste momento que discorde. Se um Ministro do Supremo pode se aposentar com 25 mil reais, com paridade e sem fator, por que alguém que ganha mil reais, dois mil reais, três mil reais ou quinhentos reais não pode aposentar-se com o mínimo de paridade e sem fator? Isso serve também para o Legislativo e para o Executivo.

Confesso que estou fugindo do meu discurso. Quando vou lá para o meu Rio Grande, digo que tenho quase três décadas no Congresso. Eu voltarei com uma aposentadoria de mais ou menos R\$15 mil, sem fator e ainda com paridade. Toda vez que um Senador, um Deputado têm aumento, terei aumento. É justo eu dizer: “Para mim, sim e para o povo e trabalhadores,

não”. Eu, não. Eu não voltarei para casa, para Canoas, para Porto Alegre, para o meu Rio Grande ou qualquer lugar deste País, dizendo que vim para cá só pensando em mim. Vim para cá pensando no conjunto do povo brasileiro, aposentado do setor público e do setor privado. Quero igualdade para todos, não o privilégio para alguns.

Poderia falar muito para vocês. De público digo que o Congresso errou, sim. Erramos quando aqui aprovamos que os aposentados e pensionistas teriam que voltar a pagar. É uma bitributação que não há para o regime geral e não tem que haver para os servidores públicos. Por isso vamos trabalhar muito na PEC. Existem diversas PECs que atuam nesse sentido.

Quero apenas dizer-lhes ainda que sei que vocês têm muita esperança em nós. E nós queremos ser dignos da esperança que vocês estão aqui depositando em nós.

Estou sendo rápido. Vou distribuir a todos, na íntegra, o pronunciamento que hoje fiz. Mas quero ainda dizer a todos que me preocupo tanto com os servidores que apresentei a PEC nº 36, de 2007.

O que é a PEC nº 36, de 2007? Ela apenas diz que o servidor público não pode ganhar menos que um salário mínimo. Infelizmente, em inúmeras cidades deste País, o salário básico do servidor público, inclusive para professores, é menor que o salário mínimo. Pela PEC nº 36 pelo menos, nenhum servidor público neste País receberá, no seu contracheque, no chamado salário-básico, um valor menor que o salário mínimo. É o mínimo de justiça. Eu, que falo tanto no regime geral, falo também no servidor, mas sei também desse quadro, que é gravíssimo.

Quero aprovar a PEC nº 22, que estabelece norma para o reajuste de aposentadorias e pensões, no âmbito do regime da Previdência Social, que não estavam contempladas até o momento. Quero também dizer a vocês que, se depender de mim, o PL nº 84, que dispõe sobre o direito de greve do servidor, tem de ser aprovado, como o da nossa Deputada Rita Camata. O direito de greve é um direito de todos da área pública e da área privada. Eu não posso concordar é com uma lei que proíba o direito de greve desse ou daquele setor dos trabalhadores.

Quero também dizer para vocês que apresentamos um outro PL, o PL nº 365, que busca incluir algumas doenças entre as enfermidades dispostas na Lei nº 7.713, com isso ampliando a possibilidade de obter isenção de Imposto de Renda sobre proventos e aposentadoria dos servidores.

Na mesma linha, um outro projeto que busca reduzir para sessenta anos o limite de idade para isenção

parcial do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Enfim, aqui eu citaria inúmeros projetos, como o da Senadora Patrícia Saboya, que quer garantir a licença-maternidade de seis meses. E eu, como Relator, estendi esse direito, que é para a área privada, também para os servidores públicos, para que as nossas mulheres do serviço público tenham também o direito à licença-maternidade de seis meses.

Destaco aqui a PEC nº 393, da nobre Senadora Heloísa Helena, que garante creche aos filhos de servidores de zero a cinco anos. Destaco aqui um projeto de nossa autoria que estende esse mesmo princípio para as empresas privadas. O Deputado Carlos Mota apresentou a PEC nº 555, de 2006, que revoga a cobrança previdenciária sobre os proventos dos servidores aposentados. (Muito bem! Palmas.)

Destaco aqui o PLS do Senador Antonio Carlos Valadares, que garante o direito à aposentadoria especial aos servidores que atuam em área de risco. Nós a relatamos, ela veio a plenário e voltou para as comissões.

Eu poderia continuar aqui listando inúmeros tantos outros projetos. Mas permitam-me – e não é um desabafo –, como disse o Senador Geraldo Mesquita Júnior, mostrar aqui fatos reais. Alguns dizem que todas essas propostas que elencamos e aquelas que aprovamos – a 42 e a 296 – são irreais e que não serão aprovadas. Eu lhes respondo da seguinte forma: na Constituinte, lá atrás, há 20 anos, defendíamos um texto detalhista, porque sabíamos que, se ficassem só princípios, os trabalhadores da área pública e privada pagariam a conta. Defendi, e eles disseram: “Paim, isso é utopia”. Onde é que se viu passar um texto detalhista? Garantimos o texto, ele foi aprovado. É fato, é real! É lei.

Está aí a nossa Constituição com mais de 20 anos, mostrando a importância que representa para o nosso País.

Quando lá defendemos a redução de jornada de 48 para 44 horas semanais, diziam que isso iria criar desemprego. Não criou desemprego coisa nenhuma. É fato. É real. É lei. Eles estão calados!

Depois de 20 anos, nós estamos hoje debatendo – e quero aqui fazer um aparte reconhecendo o apoio de todas as centrais sindicais, de todas as confederações – que a jornada seja reduzida de 44 para 40 horas semanais e também os dois PLs que beneficiam os aposentados. É fato. É real. Está aí e nós vamos aprovar na Câmara dos Deputados, Marcílio. Pode ter certeza de que vamos aprovar. (Palmas.)

Quando lá atrás apresentei aquele projeto que garantiu os 147% de reajuste ao salário mínimo dos

aposentados, diziam: “Paim, vai quebrar a Previdência”. Aprovamos. É fato. É real. Foi pago e a Previdência não quebrou.

Quando aprovamos os 42,6%, íamos quebrar a Previdência. É fato. É real. Foi pago e a Previdência não quebrou.

Quando fizemos o debate, junto com outros Deputados, do seguro-desemprego e criamos o FAT, eles disseram: “Imagina, seguro-desemprego no Brasil?” O seguro-desemprego hoje contempla milhões de pessoas e eles estão calados, não dizem nada.

Quero dizer ainda que lutamos – e esse dado para mim é especial –, quando eu era Deputado Federal, porque resolveram apresentar um projeto de lei que dizia: Acima do direito do trabalhador que esteja na Constituição ou na CLT, vai valer o negociado entre as partes. Fui à tribuna da Câmara dos Deputados. Desloquei uma folha e disse para eles: “Vocês estão arrancando o coração da Constituição”. Deu um entrevero total no plenário. Resultado: perdemos a votação, mas, quando perdemos a votação, eu disse: “Agora, sou candidato a Senador. Vou lá para o Senado, que só vai votar no ano que vem esse projeto. E nós vamos derrubá-lo lá”. E, hoje, posso dizer que a primeira conquista aqui no Senado foi acabar com a flexibilização, e ficou valendo, sim, a lei, a CLT, a Constituição. Essa é uma conquista nossa, do povo brasileiro. (Palmas.)

Quando dizíamos, Senador Mão Santa, que o salário mínimo poderia, com tranquilidade, ultrapassar o valor de US\$100.00, eles diziam: “É uma proposta irresponsável”. O salário mínimo, hoje, vale US\$246.00 e ainda é muito pouco. É fato, é real e está na lei.

Meus amigos servidores públicos, quando nós todos que estamos aqui brigamos naquela Reforma da Previdência e saímos pela PEC paralela, eles diziam: “Enganação. A PEC paralela não vai ser aprovada”. Lembro-me de que íamos para a tribuna desta Casa quase todos os dias, até que, um dia, a PEC paralela foi aprovada por unanimidade, e aqueles que diziam que estávamos enganando tiveram de engolir. A PEC paralela é conquista dos servidores, é coisa nossa, é lei. Eles vão ter de ouvir isso. (Palmas.)

Finalizando, quero deixar aqui de público que tenho muito consciência de que temos de assegurar aos trabalhadores da área pública e da área privada a integralidade, a paridade, não permitindo que nenhum aposentado volte a pagar a Previdência depois de aposentar-se, pois já pagou ao longo de sua vida. (Palmas.)

Enfim, quero terminar dizendo a vocês que nenhuma crítica nos intimida. Afinal, estou com 58 anos. Podem criticar, mas ficarei sempre com a voz do povo.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito obrigado pela consideração. (Palmas.)

Termino dizendo que todo homem público tem o dever de defender um mundo melhor para todos. O que deve guiar nossos passos nesta longa caminhada é a vontade do nosso povo. Vocês serão nossos eternos conselheiros. Somente vocês, com a sabedoria do tempo, podem nos dar lição de vida. Vocês podem nos dar lição de vida, mas não uma criticazinha aqui ou ali. Isso para mim não conta.

Neste mês de maio, comemoram-se 120 anos da abolição não-conclusa. O Senador Cristovam Buarque agradeceu-me com o convite para que eu fizesse o prefácio do livro dele **“Dez dias de maio de 1888”**. Posso dizer a vocês, porque li todo o livro ontem, que é a mesma linguagem usada pelos escravocratas de séculos atrás, que diziam que libertar os escravos quebraria o País; é a mesma linguagem usada hoje pelos setores conservadores. Não mudou nada. É exatamente a mesma linguagem. Li todos os discursos ontem: “Vocês são irresponsáveis, vão quebrar o país libertando milhões de escravos”. Mas eu diria que os discursos deles, suas histórias e seus nomes desapareceram, foram queimados. Ficaram apenas os discursos, as histórias e os nomes dos abolicionistas, homens e mulheres como vocês, que deram suas vidas pela liberdade, pela igualdade e pela justiça. Vocês são abolicionistas, vocês são libertadores, vocês são homens e mulheres que lutam por causas justas.

Termino e peço a vocês que considerem como se eu tivesse lido todos os argumentos que vocês conhecem. Aqui coloco o superávit da seguridade social, que, em 2007, foi de R\$60,642 bilhões. Eu diria: por que não aprovam a PEC nº 24/03? O que é a PEC nº 24, que encaminhei? Ela só diz o seguinte: os recursos da seguridade social não podem ser desviados para outros fins. Pronto, resolve-se o problema da aposentadoria de todos nós. É só o dinheiro não ser encaminhado para outra área. (Palmas.)

Muito, muito eu gostaria de falar. Sei que tenho compromisso com horário, nós temos que iniciar a sessão do Senado.

Recebi de um idoso um belo poema, que, se vocês me permitirem, eu terminaria com ele.

“Idoso”

“(…) Você, idoso [diz ele, eu o recebi e prometi que ia ler aqui], é uma ponte entre o passado e o presente. Como o jovem é uma ponte entre o presente e o futuro. E é no presente que os dois se encontram.

Você, idoso, é aquele que tem carregado o peso dos anos, mas sempre transmite experiência às gerações vindouras.

Transmite otimismo e esperança de que sempre vale a pena lutar para que os sonhos se tornem realidade.

O idoso se renova a cada dia que começa. Mesmo nas noites de tempestade, com a sabedoria acumulada, diz: ‘a luz virá no amanhecer’.

O idoso tem seus olhos postos no horizonte de onde o sol desponta e a esperança se ilumina.

Tem planos, faz da saudade o doce prazer da recordação.

O idoso ama a vida. Vê a morte somente como uma passagem para um mundo melhor.

Para ele o tempo passa rápido, mas a velhice nunca chega.

As rugas [de nós todos, pois já tenho as minhas. E digo: muito obrigado, meu Deus, por tê-las!] do idoso são bonitas, porque foram marcadas pelo sorriso, pela sabedoria e pelo aprendizado conquistados no passar dos tempos. (...)”

Meus amigos, minhas amigas, estamos certos de que os idosos lutam para verem seus direitos respeitados. Eu diria: somos idosos, sim! Sonhamos com um futuro melhor, não só para nós, mas também para os nossos filhos, netos e bisnetos.

Somos idosos, porque a experiência nos ensinou a não desistir dos nossos sonhos e, muito menos, dos nossos direitos. Mas somos idosos, porque temos amor... amor à vida, amor a causas que consideramos justas, mas principalmente por toda a gente brasileira.

Podemos estar cansados, alguns dizem: “mas você está doente?” E isso não nos impede de fazer com que nossas vozes sejam ouvidas. Sim, somos idosos, e não vamos desistir de lutar em favor de matérias que consideramos importantes para nós e para o futuro de todo o povo brasileiro.

Aqui, efetivamente, termino como comecei. Comecei com a música do Milton Nascimento. Mas li só uma parte; agora leio somente a parte final.

Diz a música, que é uma composição de Fernando Brandt e Milton Nascimento:

“Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito
Mesmo que o tempo e a distância digam “não”
Mesmo esquecendo a canção
O que importa é ouvir
A voz que vem do coração

Pois seja o que vier
Venha o que vier
Qualquer dia amigo eu volto
a te encontrar”.

Qualquer dia, meus amigos, com certeza, a gente vai se encontrar. Se Deus quiser, vamos sempre nos encontrar, olho no olho, com muita convicção que fomos verdadeiros. Vida longa a todos vocês, meus queridos amigos!

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Essa música é para vocês.

(Execução da música.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Quero dizer que refleti muito ontem sobre como iniciar a minha fala de hoje e, enquanto pensava nisso, escutei uma música que tem tudo a ver com nosso momento.

A música é “Canção da América”, na voz de Milton Nascimento. Ela diz:

“Amigo é coisa para se guardar
Debaixo de sete chaves
Dentro do coração
Assim falava a canção que na América
ouvi
Mas quem cantava chorou
Ao ver seu amigo partir
Mas quem ficou, no pensamento voou
Com seu canto que outro lembrou
E quem voou, no pensamento ficou
Com a lembrança que o outro cantou”

Meus amigos, ao contemplar esse plenário lotado, percebo o olhar de carinho de cada um de vocês. Sei que vocês partilham comigo dos mesmos ideais.

“Nós estamos entre amigos”.

Não tenham dúvidas: eu estarei sempre com vocês na busca de uma melhor qualidade de vida para toda a nossa gente.

Sr^{as} e Srs., sei que todos vocês que estão aqui hoje têm esperança de dias melhores, esperança em nós, homens públicos.

Bem ou mal, temos em nossas mãos a responsabilidade legal de alterar para melhor ou para pior o futuro dos brasileiros.

Costumo sempre dizer que quando nos elegemos recebemos de vocês uma procuração para defender aqui os interesses da maioria.

Esta Casa mostrou estar atenta a isso.

O Senado aprovou dois projetos fundamentais para os aposentados do Regime Geral de Previdência Social, o PLS 296/03 que acaba com o famigerado fator previdenciário e a emenda ao PLC 42/07 que estende o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo a todos aposentados e pensionistas.

Como vocês sabem, sou autor dessas duas propostas, assim como da PEC 10/08 que institui a idade mínima. Defendo esses projetos porque eles são anseios de milhões de pessoas.

Sou a favor de uma previdência igualitária. Sou a favor de uma Previdência Universal que garanta, a exemplo de outros países, a paridade e a integralidade para todos os trabalhadores, tanto da área pública como da área privada.

Foi com essa visão que apresentei a PEC 10/08 que estipula uma idade mínima para os trabalhadores da área privada, nos mesmos princípios que temos hoje para os servidores públicos.

A idéia da PEC é seguir uma série de normas de transição a fim de evitar injustiças.

O objetivo é, inicialmente, fixar os limites de 51 anos de idade para os homens e de 46 para as mulheres, como regra de transição, com o pedágio de um ano a cada três anos.

A idade de 55 anos e 60 seriam para aqueles que entrassem no sistema depois da aprovação da PEC 10/08.

É importante ressaltar que ninguém se aposentará com menos de 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e de 30, no caso das mulheres.

Ao fim do período de transição tanto os servidores públicos quanto os do RGPS estarão se aposentando com 60 e 55 anos, homens e mulheres, respectivamente.

A proposta garante os princípios de justiça, igualdade e solidariedade para todos trabalhadores.

Defendemos também que o trabalhador, uma vez tendo se aposentado, não volte a contribuir.

Para nós essa “bi tributação” foi um equívoco da reforma da Previdência.

Minhas amigas e meus amigos, sabemos dos seus anseios, dos problemas que vêm enfrentando e somos solidários às causas que defendem.

Sim, porque quando vemos a esperança nos olhos de cada um dos que estão aqui, quando recebemos mensagens agradecendo a luta e pedindo que continuemos firme por outros direitos quando isso acontece vemos que apesar dos entraves do caminho, vale a pena seguir em frente.

Sabemos que nós todos partilhamos dos mesmos objetivos. Sempre com a mesma firmeza, e, principal-

mente, a mesma convicção de que podemos alcançar o que pretendemos.

O que nos faz forte é a certeza de que nossos ideais são justos. Poderíamos aqui lembrar da letra de uma canção que diz:

“...a gente quer carinho e atenção
a gente quer calor no coração
a gente quer suar mas de prazer
a gente quer é ter muita saúde
a gente quer viver a liberdade
a gente quer viver felicidade
(...)
a gente quer viver pleno direito
a gente quer viver todo respeito
a gente quer viver uma nação
a gente quer é ser um cidadão
É...”

Meus amigos e minhas amigas, com essa canção queremos lembrar daqueles milhões de brasileiros que esperam que a Lei garanta a eles um benefício decente.

Por isso, começamos lembrando da PEC 36/07. De nossa autoria, ela dispõe sobre o menor vencimento no serviço público, equiparando-o ao salário mínimo.

Pela nossa proposta, nenhum servidor ocupante de cargo público receberá, a título de vencimento básico ou salário, importância inferior ao salário mínimo.

Temos de lembrar que a inflação do idoso entre 94 e 2004, ficou em 224,30% e para a população em geral foi de 175,96%.

Apresentamos também a PEC 22/2007 que estabelece normas para o reajuste das aposentadorias e pensões no âmbito dos regimes próprios de previdência social.

Aqui procuramos atender aos servidores públicos não abrangidos pela paridade.

O objetivo é proteger o valor real dos proventos desses aposentados. Lembro ainda do PLS 84/07 que dispõe sobre o direito de greve dos servidores públicos.

Na mesma linha, não posso deixar de mencionar o PLS 4.497/01, de autoria da Deputada Rita Camata. Como sabemos o direito de greve é uma conquista da classe trabalhadora. Previsto, inclusive, na Constituição.

Meus amigos, temos ainda o PLS 365/07, de nossa autoria, que busca incluir algumas doenças entre as enfermidades dispostas na Lei 7.713/88.

Com ele é ampliada a possibilidade de obter isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria. Na mesma linha, o projeto busca reduzir para 60 anos o limite de idade para isenção parcial do

imposto de renda sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Sr^{as} e Srs., não posso deixar de mencionar outros projetos de muita relevância e que temos de acompanhar de perto.

Um deles é o que cria o programa “Empresa Cidadã”, o qual tive o prazer em relatar e aprovar.

De autoria da Senadora Patrícia Saboya, o PLS 281/05 prorroga de quatro para seis meses a licença-maternidade.

Isso mediante a concessão de incentivos fiscais. Esse projeto contempla as trabalhadoras do Regime Geral.

Como Relator da matéria, estendi esse direito às servidoras públicas e às mães adotivas.

Destaco também a PEC 393/05 da Senadora Heloísa Helena que garante creche aos filhos de servidores de zero a cinco anos.

E o projeto 298/03, de nossa autoria, que garante esse direito para os filhos dos trabalhadores da área privada.

O Deputado Carlos Motta também é autor de uma PEC, a 555/06, que revoga a cobrança previdenciária sobre proventos dos servidores públicos aposentados.

Destacamos ainda, o PLS 68/03, de autoria do Senador Antonio Carlos Valladares. A proposta dispõe sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos nos casos de atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Meus amigos e minhas amigas, fizemos um rápido apanhado de algumas matérias que nos interessam diretamente e que vamos continuar acompanhando e lutando para serem aprovadas.

Alguns insistem em dizer que são propostas irreais, que não serão aprovadas. Isso não me assusta. Até porque:

1 – Quando na Constituinte defendi um texto detalhista para assegurar os direitos dos trabalhadores e dos aposentados, disseram que era uma proposta utópica.

Garantimos o texto. Ele foi aprovado. É fato, é real! É Lei.

2 – Quando lá defendemos questões como a redução de jornada de trabalho de 48 para 44 horas, disseram que era sonho.

Aprovamos. É fato, é real! É Lei.

Como vemos, 20 anos depois, o país não quebrou. Hoje a luta é pelas 40 horas semanais.

3 – Quando apresentamos o projeto para que o salário mínimo e os benefícios de apo-

sentados recebessem reajuste de 147%, disseram que era irreal.

Aprovamos. É fato, é real! O país não quebrou. Eles calaram.

4 – Quando defendemos, lembro como se fosse hoje, juntamente com outros deputados, a criação do FAT, eles disseram: “Isso é absurdo”.

O Seguro-desemprego é fato, é real! É Lei.

5 – Quando aprovamos o reajuste de 42,6 para o salário mínimo e para todos os aposentados, eles disseram: “é impossível”.

A Previdência pagou. É fato, é real. Ninguém quebrou e eles calaram.

6 – Quando lutamos, com todas as nossas forças, para derrubar o projeto do governo anterior que queria que o negociado ficasse acima da legislação, ou seja, da CLT e da Constituição, eles foram contra. Perdemos a votação na Câmara.

Candidatamo-nos ao Senado. Viemos atrás do projeto aqui nesta Casa.

Foi a nossa primeira vitória. Derrubamos o projeto. É fato, é real. Eles se calaram.

7 – Quando dizíamos que o salário mínimo poderia dobrar o poder de compra e ultrapassar a barreira dos US\$ 100, eles diziam: “é uma proposta irresponsável”.

Hoje o salário mínimo vale US\$246. É fato, é real! O país não quebrou. Eles não fazem mais críticas.

8 – Quando insistimos durante um ano para que aprovassem a PEC Paralela, eles diziam que era a contra reforma.

A PEC Paralela foi aprovada e ninguém quebrou. É fato, é real.

9 – Quando apresentamos o Estatuto do Idoso, os mesmos diziam: “vai quebrar o país”. O Estatuto do Idoso foi aprovado. É fato, é real. É Lei.

Meus amigos, hoje queremos que os aposentados e pensionistas tenham direito à integralidade, à paridade e a não voltar a pagar a Previdência depois de terem se aposentado, hoje queremos também que a jornada de trabalho seja reduzida de 44 para 40 horas semanais e, depois, uma hora por ano até chegar a 36 horas por semana.

Sim, hoje exigimos creches para os filhos de trabalhadores das áreas pública e privada. Exigimos também licença de seis meses para as mulheres após

o parto. Queremos a participação dos trabalhadores nos lucros.

Enfim, toda vez que defendemos trabalhadores das áreas pública e privada, idosos – aposentados e pensionistas, ou não-, índios, meio ambiente, negros, pobres, desempregados, a livre orientação sexual e a liberdade religiosa, salário decente, direito à terra, à saúde, à educação...eles contestam.

Essas críticas não nos intimidarão, pois defender essas causas é a nossa missão, vencemos outras vezes e venceremos agora.

Todo homem público tem o dever de defender um mundo melhor para todos.

O que deve guiar nossos passos nessa longa caminhada é a vontade de vocês.

Vocês serão nossos eternos conselheiros. Somente vocês, com a sabedoria do tempo, podem nos dar lições de vida.

Meus amigos e minhas amigas, quando tudo isso passar e alguém ler a história deste parlamento, será como relembramos hoje a história dos 120 anos da abolição não conclusa.

O Senador Cristovam Buarque nos agraciou com o prefácio de um livro chamado “Os dez dias que antecederam a abolição da escravidão de 13 maio de 1888”.

A mesma linguagem usada pelos escravocratas de séculos atrás, os quais diziam que libertar os escravos iria quebrar o país é usada hoje.

Os discursos deles, suas histórias, seus nomes praticamente desapareceram dos livros.

Ficaram apenas os discursos, as histórias, os nomes dos abolicionistas. Homens e mulheres como vocês, pessoas que dão suas vidas pela liberdade, pela igualdade e pela justiça.

Meus amigos, por tudo isso é que discordamos daqueles que dizem que não temos verbas para aprovar os projetos que citamos. Para nós, o déficit da Previdência não existe. Nossa Constituição conta com um sistema de financiamento previdenciário que vai além da folha de salários.

A Seguridade Social é financiada pela sociedade e por uma série de contribuições sociais como, por exemplo, folha de pagamento, a tributação sobre lucros, sobre o faturamento, o PIS/PASEP e os jogos lotéricos.

Um levantamento feito pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) mostra que o saldo da Seguridade Social em 2007 foi de R\$ 60,642 bilhões.

Outro estudo da instituição demonstra que em apenas dez anos mais de R\$100 bilhões foram destinados para outras áreas.

Não é segredo para ninguém que o superávit da Seguridade é usado há décadas e décadas para cobrir o superávit primário.

Aos que propagam o déficit, solicitamos que aprove a PEC 24/03, de nossa autoria, que determina que os benefícios da Seguridade não sejam destinados para outros fins.

Neste momento em que a economia vai muito bem, ultrapassando a barreira de 5% do PIB, temos que pensar naqueles que deram a sua vida pelo País.

No que couber a nós, senhoras e senhores, podem estar certos de que continuaremos vigilantes e firmes na defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas das áreas pública e privada.

Sempre teremos como foco a conquista de uma sociedade mais harmônica, inclusiva e justa.

Sabemos que Deus nunca vai nos negar o direito de sempre ouvir a mensagem do universo, da natureza.

Mensagem que há de nos ajudar a trabalhar em favor dos que mais precisam.

Essa mensagem haverá de palpitar eternamente junto ao nosso coração.

É ela que dá ritmo e coerência à nossa trajetória nessas quase três décadas em que estamos na vida pública.

Meus amigos, na poesia que segue gostaria que todos compreendessem a sabedoria dos idosos, pois se Deus quiser todos nós um dia chegaremos lá.

“Idoso”

“(…)Você idoso, é uma ponte entre o passado e o presente. Como o jovem é uma ponte entre o presente e o futuro. E é no presente que os dois se encontram.

Você, idoso, é aquele que tem carregado o peso dos anos, mas sempre transmite experiência às gerações vindouras.

Transmite otimismo e esperança de que sempre vale a pena lutar para que os sonhos se tornem realidade.

O idoso se renova a cada dia que começa. Mesmo nas noites de tempestade, com a sabedoria acumulada, diz: “a luz virá no amanhecer”.

O idoso tem seus olhos postos no horizonte de onde o sol desponta e a esperança se ilumina.

Têm planos. Faz da saudade o doce prazer da recordação.

O idoso ama a vida. Vê a morte somente como uma passagem para um mundo melhor.

Para ele o tempo passa rápido, mas a velhice nunca chega.

As rugas do idoso são bonitas porque foram marcadas pelo sorriso, pela sabedoria e pelo aprendizado *conquistados no passar dos tempos. (...)”*

Minhas amigas e meus amigos,

Estamos certos de que os idosos lutam por seus direitos mostrando vitalidade e esperança.

Somos idosos, sim! Sonhamos com um futuro melhor para nós e para nossos filhos e netos.

Somos idosos, porque a experiência nos ensinou a não desistir dos sonhos e nem dos nossos direitos.

Mais, somos idosos porque temos amor... amor à vida, amor por causas que consideramos justas, mas, principalmente, amor por nossa gente.

Podemos estar cansados, doentes, porém, isso não nos impede de fazer com que nossas vozes sejam ouvidas.

Sim, somos idosos e não desistiremos de lutar em favor de matérias que consideramos importantes para nós e para os futuros idosos brasileiros.

Termino como comecei, mas agora com a parte final da composição de Fernando Brante e Milton Nascimento:

“Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito
Mesmo que o tempo e a distância digam “não”
Mesmo esquecendo a canção
O que importa é ouvir
A voz que vem do coração
Pois seja o que vier
Venha o que vier
Qualquer dia amigo eu volto
a te encontrar
qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar”

Se Deus quiser vamos sempre nos encontrar nesta e em outras vidas.

Vida longa a todos vocês, meus queridos amigos!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 16 minutos.)

Ata da 58ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Papaléo Paes,
Antonio Carlos Valadares, Valter Pereira e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/4/2008 07:40:21 até 22/4/2008 22:04:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PDT	BA	JOÃO DÜRVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
P.SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Em seguida à Senadora Ideli Salvatti, que aqui chegou antes de mim, eu gostaria de pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Prevalecendo o cavalheirismo do Senador Suplicy, Senadora Ideli, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela

ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme já solicitou o Senador Suplicy, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a é a primeira inscrita para uma comunicação inadiável; em seguida, o Senador Suplicy.

Há oradores inscritos, mas antes farei a leitura de documento que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica que convocou sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 8 de maio, quinta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar a participação do Brasil no 4º ano Polar Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2008

(Nº 7.566/2006, na casa de origem)

Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constituem patrimônio cultural subaquático brasileiro todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico submersos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, estando parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente.

Art. 2º Consideram-se patrimônio cultural subaquático brasileiro:

I – locais, estruturas, edifícios, artefatos e restos humanos, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural;

II – embarcações, aeronaves, outros veículos, ou qualquer parte deles, sua carga ou outro conteúdo, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural;

III – objetos diversos de interesse cultural, histórico ou arqueológico;

IV – objetos e sítios arqueológicos pré-históricos.

Parágrafo único. Instalações como oleodutos e cabos colocadas no leito do mar e ainda em uso não são consideradas patrimônio cultural subaquático brasileiro.

Art. 3º O patrimônio cultural subaquático brasileiro encontra-se sob guarda e proteção do poder público, cabendo à autoridade federal de cultura, ouvida a autoridade marítima, a emissão de autorização para que sejam realizadas operações e atividades de pesquisa no ambiente aquático.

§ 1º É proibida em todo o território nacional a comercialização do patrimônio cultural subaquático brasileiro, a sua irreversível dispersão e a exploração desvinculada da produção de conhecimento arqueológico.

§ 2º O controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa realizadas em ambiente aquático são responsabilidade da autoridade marítima.

Art. 4º Qualquer intervenção no patrimônio cultural subaquático brasileiro necessita da autorização expressa da autoridade federal de cultura, ouvida a autoridade marítima.

§ 1º A inobservância do disposto no **caput** deste artigo constitui crime contra o patrimônio nacional, sujeitando os infratores às punições previstas na legislação penal.

§ 2º A preservação **in situ** do patrimônio cultural subaquático brasileiro será considerada como a primeira opção antes de se autorizar ou iniciar qualquer atividade a ele dirigida.

§ 3º Nos casos de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo em que bens submersos sejam retirados do ambiente aquático, serão eles apreendidos e colocados sob a tutela da autoridade federal de cultura, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação ou licitação pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

§ 4º As intervenções no patrimônio cultural subaquático brasileiro, devidamente autorizadas, não deve-

rão afetá-lo negativamente mais do que o necessário para a execução dos objetivos do projeto.

§ 5º As atividades dirigidas ao patrimônio cultural subaquático brasileiro devem evitar a perturbação desnecessária de restos humanos ou de lugares sagrados.

Art. 5º O acesso responsável ao patrimônio cultural subaquático brasileiro **in situ** será encorajado pelo poder público de modo a estimular o interesse pelo patrimônio cultural nacional e sua salvaguarda, exceto quando esse acesso for incompatível com sua proteção e gestão.

Art. 6º A autorização para intervenção no patrimônio cultural subaquático brasileiro só será concedida a pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência em atividades de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, a quem cabe responsabilizar-se por seus atos perante a autoridade federal de cultura e a autoridade marítima.

Parágrafo único. Os projetos em cooperação técnica com instituições internacionais devem ser acompanhados de carta de aceitação da instituição científica brasileira co-responsável, indicando a natureza dos compromissos assumidos por elas, tanto técnicos como financeiros.

Art. 7º A intervenção no patrimônio cultural subaquático brasileiro só pode ser realizada com a presença

de um arqueólogo subaquático qualificado, com competência científica adequada ao projeto.

Art. 8º Ao solicitar autorização para a intervenção no patrimônio cultural subaquático brasileiro, o responsável deve apresentar à autoridade federal de cultura projeto de pesquisa que contenha:

I – indicação do nome, endereço, nacionalidade e currículo do responsável;

II – indicação do nome, endereço, nacionalidade e currículo do arqueólogo responsável, com cópia das publicações científicas que comprovem sua idoneidade técnica e científica;

III – delimitação da área abrangida pelo projeto;

IV – relação, quando for o caso, dos sítios arqueológicos a serem pesquisados, com indicação exata de sua localização;

V – plano de trabalho científico que contenha:

a) o enunciado do projeto e seus objetivos;

b) conceituação e metodologia;

c) seqüência de operações a serem desenvolvidas no sítio;

d) cronograma de execução do projeto;

e) proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais;

f) meios de divulgação das informações obtidas;

VI – prova de idoneidade financeira do projeto;

VII – a composição da equipe, com currículo, função e experiência de cada membro;

VIII – um programa de preservação do material arqueológico e do sítio, em estreita cooperação com a autoridade federal de cultura e a autoridade marítima;

IX – a política de gestão e de manutenção do sítio durante a execução do projeto;

X – um programa de documentação arqueológica da pesquisa;

XI – um plano de segurança para as atividades de campo, de modo a garantir convenientemente a segurança e a saúde dos membros da equipe do projeto e de outros participantes;

XII – um plano de prevenção e controle dos riscos ou danos à segurança da navegação, à equipe do projeto, a terceiros e ao meio ambiente;

XIII – as modalidades de colaboração com museus e outras instituições, em particular instituições científicas, relativas a qualquer componente do patrimônio cultural subaquático brasileiro que tenha sido removido no curso da pesquisa.

§ 1º Em caso de mudança nas circunstâncias e objetivos da pesquisa, o projeto deve ser revisto pelo responsável e reapresentado às autoridades competentes, sendo obrigatória a sua aprovação para que se dê início ou continuidade à intervenção.

§ 2º O responsável por intervenção no patrimônio cultural subaquático brasileiro não pode transmitir a terceiros os encargos da coordenação das atividades aprovadas sem a prévia anuência da autoridade federal de cultura.

Art. 9º Em situações de emergência, as atividades dirigidas ao patrimônio cultural subaquático brasileiro que tenham por objetivo protegê-lo podem ser autorizadas pelas autoridades responsáveis, mesmo na ausência de um plano de ação.

Art. 10. A descoberta fortuita de quaisquer vestígios submersos de interesse cultural, histórico ou arqueológico deve ser imediatamente comunicada pelo autor do achado à autoridade federal de cultura para que sejam tomadas as devidas providências.

§ 1º O componente do patrimônio cultural subaquático brasileiro que tenha sido retirado pelo autor da descoberta fica sob sua responsabilidade até o pronunciamento da autoridade federal de cultura.

§ 2º A comercialização, troca ou destruição do material encontrado constitui crime contra o patrimônio cultural brasileiro e submete o responsável ao disposto na legislação penal.

Art. 11. Nenhum objeto que constitua o patrimônio cultural subaquático brasileiro pode sair do País sem licença expressa da autoridade federal de cultura.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no **caput** deste artigo implica a apreensão sumária do objeto, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Art. 12. Cabe ao poder público assegurar que o patrimônio cultural subaquático brasileiro apreendido em atividade ilegal de remoção, comércio ou transferência

permanença sob a tutela da autoridade federal de cultura, que deve garantir:

I – sua integridade, conservação e adequada gestão;

II – a reunião de objetos dispersos em coleção, quando for o caso;

III – a divulgação aos profissionais e ao público;

IV – a realização de atividades educativas que tenham por objetivo promover o interesse pelo patrimônio cultural brasileiro e a sua conservação.

Art. 13. Cabe ao poder público promover o inventário sistemático dos sítios arqueológicos que compõem o patrimônio cultural subaquático brasileiro.

Art. 14. Qualquer ato que importe a destruição ou mutilação do patrimônio cultural subaquático brasileiro será considerado crime contra o patrimônio nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto na legislação penal.

Art. 15. Revogam-se os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 7.566, DE 2006

Dispõe sobre o patrimônio cultural brasileiro subaquático.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constituem patrimônio cultural brasileiro subaquático as coisas e bens submersos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, de caráter cultural, histórico ou arqueológico, que tenham estado parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, durante, no mínimo, cem anos.

Art. 2º Consideram-se patrimônio cultural brasileiro subaquático:

I – locais, estruturas, edifícios, artefatos e restos humanos, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural;

II – embarcações, aeronaves, outros veículos, ou qualquer parte deles, sua carga ou outro conteúdo, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural;

III – objetos diversos de interesse histórico, artístico, cultural ou arqueológico;

IV – objetos pré-históricos.

Parágrafo único. Instalações, como óleodutos e cabos, colocadas no leito do mar e ainda em uso não são consideradas patrimônio cultural subaquático.

Art. 3º O patrimônio cultural brasileiro subaquático encontra-se sob guarda e proteção do Poder Público, conforme o disposto no art. 216 da Constituição Federal, cabendo ao Ministério da Cultura, ouvida a Autoridade Naval, a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração e remoção, bem como a responsabilidade sobre seu depósito, conserva e gestão.

Art. 4º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição e a mutilação, para qualquer fim, do patrimônio cultural brasileiro subaquático.

Art. 5º A preservação **in situ** do patrimônio cultural brasileiro subaquático será considerada como a primeira opção antes de se autorizar ou iniciar qualquer atividade a ele dirigida.

Art. 6º A retirada de qualquer bem ou coisa definida pelo art. 1º desta Lei necessita da autorização expressa do Ministério da Cultura, ouvida a Autoridade Naval.

§ 1º A inobservância da prescrição do presente artigo implicará a apreensão sumária do material retirado sem prejuízo das demais cominações legais a que o responsável pela infração estiver sujeito.

§ 2º As coisas e os bens definidos do art. 1º desta Lei que venham a ser removidos permanecerão no domínio da União, sob tutela do Ministério da Cultura não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação ou licitação pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 7º O acesso responsável para conhecer ou documentar, **in situ**, o patrimônio cultural brasileiro subaquático será encorajado pelo Poder Público de modo a estimular o interesse pelo patrimônio cultural nacional e sua salvaguarda, exceto quando este acesso for incompatível com sua proteção e gestão.

Art. 8º Poderá ser concedida autorização para realizar atividades de pesquisa e exploração das coisas e bens referidos no art. 1º desta Lei a pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada

experiência em atividades de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante o Ministério da Cultura e a Autoridade Naval.

Art. 9º Ao solicitar autorização para a pesquisa e exploração do patrimônio cultural brasileiro subaquático, o responsável deverá indicar, em um plano de ação:

I – o enunciado do projeto e seus objetivos;

II – a metodologia e as técnicas a serem empregadas;

III – os meios de que dispõe, ou que pretende obter para a realização das operações;

IV – a data em que pretende dar início à atividade e a data prevista para o seu término;

V – um projeto de prevenção e controle dos riscos ou danos à segurança da navegação, à equipe do projeto, a terceiros e ao meio ambiente;

VI – o compromisso de entrega, ao Ministério da Cultura, dos resultados, de cópia de toda a documentação relativa à pesquisa e de qualquer componente do patrimônio cultural brasileiro subaquático que tenha sido removido no curso da atividade.

Parágrafo único. Em caso de mudanças nas circunstâncias e objetivos da pesquisa, o plano deverá ser revisto pelo responsável, reapresentado e aprovado pelas autoridades competentes.

Art. 10. Em situações de emergência, as atividades dirigidas ao patrimônio cultural brasileiro subaquático que tenham por objetivo protegê-lo poderão ser autorizadas pelas autoridades responsáveis, mesmo na ausência de um plano de ação.

Art. 11. As intervenções sobre o patrimônio cultural subaquático só poderão ser realizadas com a presença de um arqueólogo subaquático qualificado, com competência científica adequada ao projeto.

Art. 12. As atividades dirigidas ao patrimônio cultural brasileiro subaquático deverão evitar a desnecessária perturbação de restos humanos ou de sítios venerados.

Art. 13. A descoberta fortuita de quaisquer elementos submersos de interesse histórico, artístico ou cultural deverá ser imediatamente comunicada pelo autor do achado ao Ministério da Cultura, ou a qualquer órgão oficial, para se sejam tomadas providências.

§ 1º O bem ou coisa que tenha sido retirado pelo autor da descoberta estará sob sua responsabilidade até pronunciamento do Ministério da Cultura.

§ 2º A comercialização, troca ou destruição do material encontrado constitui crime contra o patrimônio cultural brasileiro e submete o responsável ao disposto nas leis penais.

Art. 14. Nenhum objeto que constitua o patrimônio cultural brasileiro subaquático poderá sair do País sem licença expressa do Ministério da Cultura.

Parágrafo único. A inobservância da prescrição contida no **caput** deste artigo implicará a apreensão sumária do objeto, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Art. 15. Cabe ao Poder Público assegurar que o patrimônio cultural brasileiro subaquático apreendido em atividade ilegal de remoção, comércio ou transferência permaneça sob a tutela do Ministério da Cultura, que deverá garantir:

I – sua integridade, conservação e adequada gestão;

II – a reunião de objetos dispersos em coleção, quando for o caso;

III – a divulgação aos profissionais e ao público;

IV – a realização de atividades educativas que tenham por objetivo promover o interesse pelo patrimônio cultural brasileiro e sua conservação.

Art. 16. Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação do patrimônio cultural brasileiro subaquático será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

Art. 17. Revogam-se os art. 20 e art. 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, alterados pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000 e as demais disposições em contrário.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O patrimônio cultural subaquático, como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade, é um elemento de enorme importância na história dos povos e das nações. Reconhecendo a necessidade de proteger e preservar esse patrimônio da crescente exploração comercial e das atividades não autorizadas que o colocam em risco constante. A Unesco aprovou, em novembro de 2001, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático.

O documento aprovado em Paris define, como princípios gerais de proteção, a condenação categórica de qualquer tipo de exploração comercial do patrimônio cultural subaquático, a preferência por sua preservação **in situ**, a restrição das atividades de retirada dos bens submersos, o incentivo à pesquisa desse patrimônio, a divulgação das descobertas e ainda o estímulo à sensibilização do público quanto à riqueza do patrimônio submerso e à necessidade de sua salvaguarda.

No Brasil, nos últimos anos vem-se discutindo a necessidade de conformar a legislação nacional sobre

o assunto aos princípios estabelecidos pela Convenção da Unesco. Em setembro de 2005, o 1º Simpósio Internacional de Arqueologia Subaquática, realizado em Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, apresentou moção que alertava para o fato de que a legislação hoje existente no País aplicável a essa área específica afasta-se radicalmente dos princípios universais da arqueologia, especialmente no que diz respeito à arqueologia subaquática.

De fato, a principal regulação nacional sobre o assunto, contida na Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, alterada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000, é anterior à Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, de 2001, e fere, radicalmente, os princípios por ela determinados. A lei permite, por exemplo, o pagamento de recompensa pelos bens culturais submersos que sejam removidos, o que incentiva a “caça ao tesouro” e a retirada irresponsável dos bens do meio em que se encontram, colocando em risco a integridade do patrimônio subaquático brasileiro.

Dessa forma, apresentamos projeto que procura corrigir as distorções da legislação atual, ao mesmo tempo em que propõe medidas amplas no sentido de definir e resguardar o patrimônio nacional subaquático, em consonância com os princípios internacionais definidos pela referida Convenção da Unesco e com aqueles estabelecidos pela nossa Constituição Federal, em seu art. 216, com vistas a proteger o patrimônio cultural brasileiro.

São essas, portanto, as razões que me levam a propor a presente iniciativa, contando com o apoio de todos os ilustres pares no sentido de aprová-la.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2006. – Deputada **Nice Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.542, DE 26 DE SETEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

.....
Art. 20. As coisas e os bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, doação, alienação direta ou por meio de licitação pública, o que deverá constar do contrato ou do

ato de autorização elaborado previamente à remoção. (Redação dada pela Lei nº 10.166, de 27-12-2000)_

§ 1º O contrato ou o ato de autorização previsto no **caput** deste artigo deverá ser assinado pela Autoridade Naval, pelo concessionário e por um representante do Ministério da Cultura. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.166, de 27-12-2000)_

§ 2º O contrato ou o ato de autorização poderá estipular o pagamento de recompensa ao concessionário pela remoção dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a qual poderá se constituir na adjudicação de até quarenta por cento do valor total atribuído às coisas e bens como tais classificados. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.166, de 27-12-2000)

§ 3º As coisas e bens resgatados serão avaliados por uma comissão de peritos, convocada pela Autoridade Naval e ouvido o Ministério da Cultura, que decidirá se eles são de valor artístico, de interesse cultural ou arqueológico e atribuirá os seus valores, devendo levar em consideração os preços praticados no mercado internacional. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.166, de 27-12-2000)_

§ 4º Em qualquer hipótese, é assegurada à União a escolha das coisas e bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, que serão adjudicados. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.166, de 27-12-2000)

Art 21. O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta lei, **in fine**:

I – soma em dinheiro;

II – soma em dinheiro proporcional ao valor de mercado das coisas e bens que vierem a ser recuperados, até o limite de setenta por cento, aplicando-se, para definição da parcela em cada caso, o disposto no § 1º deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 10.166 de 27-12-2000)

III – adjudicação de parte das coisas e bens que vierem a ser resgatados, até o limite de setenta por cento, aplicando-se, também, para a definição da parcela em cada caso, o disposto no § 1º deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 10.166, de 27-12-2000)_

IV – pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º A atribuição da parcela que caberá ao concessionário dependerá do grau de dificuldade e da complexidade técnica requeridas para realizar as atividades de localização, exploração, remoção, preservação e restauração, a serem aferidas pela Autoridade Naval.

§ 2º As coisas e os bens resgatados, dependendo de sua natureza e conteúdo, deverão ser avaliados com base em critérios predominantes nos mercados nacional e internacional, podendo os valores atribuídos, a critério da Autoridade Naval, serem aferidos por organizações renomadas por sua atuação no segmento específico.

§ 3º O valor das coisas ou dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou no ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.

LEI Nº 10.166, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000

Altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008
(Nº 799/2007, na Casa de Origem)

Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Revoga o artigo que permite a rescisão do contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 799, DE 2007

Revoga o art. 508 da Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o Art. 508 da Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1.943.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho é uma demonstração clara de discriminação no trabalho e é totalmente incompatível com os preceitos da Constituição Federal, especialmente os previstos no Art. 5º que estabelece os direitos fundamentais das pessoas.

Neste sentido, não há razão alguma para a manutenção de tamanha agressão aos trabalhadores bancários.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2007. – **Geraldo Magela, PT/DF.**

LEGISLAÇÃO ANEXADA
CITADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 508. Considera-se justa causa, para efeito de rescisão de contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008
(Nº 5.139/2001, na Casa de Origem)

Altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

“Art. 21.

I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.139, DE 2001**Altera os artigos 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:”

..... (NR).”

“Art. 21.

I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

..... (NR).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

“Grave problema que a lei encerra é o seguinte: sendo procedente a ação, as penas previstas se aplicam em bloco, ou o juiz pode ‘discricionariamente’ aplicá-las, uma delas, ou todas em conjunto? De fato é de se afastar a possibilidade de aplicação conjunta de penas em bloco, obrigatoriamente. E dizer, há margem de manobra para o juiz, de acordo com o caso concreto, aplicar as penas, dentre as cominadas, isolada ou cumulativamente. Tudo dependerá da análise da conduta do agente público que praticou ato de improbidade em suas variadas formas. É bem verdade que a lei silenciou a respeito do tema. Ou, por outra, tem redação incompleta. O art. 12 e seus incisos apresentam-se confusos, dando margem a tais perplexidades.”

Esse entendimento, esposado por Marcelo Figueiredo em sua obra **“Probidade Administrativa – Comentários à Lei 8.429/92 e legislação complementar”** e também por outros autores, da editora Malheiros, leva-nos a pretender modificar a atual redação do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

Não seria crível que as sanções fossem aplicadas somente cumulativamente ou mesmo isoladamente, isso feriria o próprio escopo teleológico da norma. Há de existir moderação pelo julgador ao se defrontar com

problemas que tais. Somente se a gravidade ou não da conduta delituosa assim o exigir, deverá o aplicador da lei condenar o agente às penas cumuladas, não deverá fazê-lo sempre (como dá a entender o dispositivo atualmente), pois isto representaria o aspecto draconiano. Não mais terá o juiz, a partir da modificação pretendida, dúvida na aplicação das penas cabíveis, podendo aplicá-las em sua totalidade.

A modificação pretendida para o artigo 21, inciso I, prende-se mais à questão de coerência. Ora como se poderá aplicar a pena de ressarcimento aos cofres públicos, se não houver acontecido dano ao patrimônio público?

Deste modo, as modificações têm toda a sua razão de ser.

Para a aprovação de nossa proposta, contamos com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. –Deputado **Osmar Serraglio** – PMDB/PR.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

.....
Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual; serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

.....
Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação especifi-

ca, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;

II – da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2008

(Nº 1.691/2007, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, dispondo sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

Art. 2º O art. 204 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 204.

§4º Na hipótese de protesto extrajudicial, o início do prazo prescricional será a data da lavratura do protesto.”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 1.691, DE 2007

Dispõe sobre a contagem do prazo Prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

Art. 2º O art. 204 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 204.

§ 4º Na hipótese de protesto extrajudicial, o início do prazo prescricional será a data da intimação pessoal do devedor.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A questão da prescrição guarda íntima correlação com a paz social, evitando-se que pendências judiciais permaneçam por muito tempo sem solução, criando um permanente sobressalto para as partes.

A pacificação social tem um interesse público e geral, não se podendo permitir que conflitos se prolonguem no tempo de forma desarrazoada.

Todavia, a matéria deve ser tratada com cautela, a fim de não se impedir a produção dos direitos tutelados legalmente. A segurança jurídica é de suma importância para ambas as partes em juízo.

Os marcos prescricionais devem ser estabelecidos em obediência ao princípio da razoabilidade, para que se possa garantir o respeito ao devido processo legal, insculpido como princípio constitucional.

Desse modo, quando se tratar de protesto extrajudicial, é importante que se estabeleça a intimação pessoal do devedor como balizamento para o início da contagem da prescrição.

Essa regra é benéfica tanto para o credor como para o devedor, estabelecendo um critério objetivo e razoável.

Desse modo, visando ao aperfeiçoamento da legislação quanto a esse tema da prescrição, apresento este projeto de lei para cuja aprovação conto com o apoio dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2007. – Deputado **Carlos Bezerra**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro

Institui o Código Civil.

.....
Art. 204. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

§ 1º A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

§ 2º A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

§ 3º A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

.....
O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 96/08/PS-GSE

Brasília, 15 de abril de 2008

Assunto: Encaminhamento do processado de Medida Provisória revogada.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o processado da Medida Provisória nº 380, de 2007, que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai”, definitivamente revogada, em virtude da aprovação da Medida Provisória nº 391, de

2007, e sua subsequente conversão na Lei nº 11.580, de 27 de novembro de 2007.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado da Medida Provisória nº 380, de 2007 e, encaminhado à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 97/08/PS-GSE

Brasília, 15 de abril de 2008

Assunto: Encaminhamento do processado de Medida Provisória revogada.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o processado da Medida Provisória nº 382, de 2007, que “Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências”, definitivamente revogada, em virtude da aprovação da Medida Provisória nº 392, de 2007, e sua subsequente conversão na Lei nº 11.604, de 5 de dezembro de 2007.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado da Medida Provisória nº 382, de 2007 e, encaminhado à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2008

Altera a redação dos arts. 16 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de

idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime-Geral de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16.....

.....
§ 5º O filho não emancipado, assim como o beneficiário a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo, serão considerados dependentes até os 24 (vinte e quatro) anos de idade, se estiverem cursando o ensino superior ou técnico de nível médio. (NR)”

“Art. 77.

.....
§ 2º.....

.....
II – para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for estudante do ensino superior ou do ensino técnico de nível médio, de até 24 (vinte e quatro) anos, ou inválido, de qualquer idade;

.....NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Os debates a respeito da educação resultam, invariavelmente, em conclusões que apontam para os benefícios, generalizados para toda a sociedade, que derivam ‘da elevação do nível de instrução de um povo. Devemos lembrar, além disso, que a educação representa condição essencial para o exercício da cidadania. O Estado deve, portanto, proporcionar os meios para garantir o direito à educação para todos os brasileiros.

Este projeto tem por objetivo aumentar para vinte e quatro anos o limite de idade para que filhos, enteados e irmãos que estejam na dependência econômica de segurados do Regime Geral de Previdência Social, recebam benefícios, especialmente o de pensão por morte, enquanto estiverem estudando em cursos técnicos de nível médio ou no ensino superior. Essa medida é fundamental para dar a esses jovens, vitimados pela ausência prematura de seus pais ou de suas mães, condições de custear seus estudos até a conclusão de um curso técnico ou de nível superior.

É extremamente cruel permitir que jovens, já fragilizados pela perda de seus pais, sejam impedidos de dar continuidade aos estudos que lhes possibilitariam uma inserção social mais adequada. O limite atual de vinte e um anos para que um filho receba pensão em razão do falecimento de um genitor impede, na prática, que ele leve seus estudos até a conclusão do ensino superior, porque obriga esse jovem a buscar uma inserção no mercado de trabalho.

Trata-se, portanto, neste projeto, de uma providência no sentido de buscar maior igualdade de condições, para o acesso à educação, entre os brasileiros mais pobres, que dependem dos benefícios da Previdência Social, e aqueles mais favorecidos do ponto de vista econômico.

A justiça da alteração ora proposta fica ainda mais clara quando observamos que o Poder Público já reconhece que o limite de vinte e um anos não é suficiente para que um filho saia da dependência econômica de seus pais, quando ainda estiver estudando. Esse é o caso da legislação do imposto sobre a renda de pessoas físicas: o § 1º do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, determina que os filhos e outros dependentes econômicos dos contribuintes mantenham essa condição de dependentes até os 24 anos, enquanto estiverem estudando em instituições de ensino superior ou de ensino técnico de nível médio, o que assegura a essas famílias um abatimento no imposto a pagar.

É preciso, nesse aspecto, uniformizar o tratamento concedido aos contribuintes da Receita Federal e aos beneficiários da Previdência Social. Entendemos não ser justo que uma condição – a de ser estudante até os 24 anos – em um caso autorize a concessão de um benefício fiscal e no outro não seja tomada em consideração para o pagamento de pensão por morte.

O fomento à educação não pode ficar limitado ao discurso, deve ser uma prioridade do Poder Público, em todas as suas frentes de atuação. Nesse sentido, é construtivo que a legislação tributária introduza incentivos para que as famílias mandem seus filhos às universidades e escolas técnicas, mas é igualmente necessário que a legislação de regência dos direitos previdenciários também estimule e dê condições para efetivar esse comportamento, sobretudo porque contempla a parcela mais necessitada de nossa população. Por essas razões, convencidos do mérito dessa medida, solicitamos aos senhores e senhoras senadores o apoio a esta proposição.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

II – os pais;

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

(Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações das classes seguintes.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

Art. 77. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar. (Redação dada pela Lei nº 9.032 de 1995)

§ 2º A parte individual da pensão extingue-se: (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

I – pela morte do pensionista; (Incluído pela Lei nº 9.032 de 1995)

II – para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido; (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

III – para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 3º Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extinguir-se-á. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 35. Para efeito do disposto nos arts. 4º, inciso III, e 8º, inciso II, alínea c, poderão ser considerados como dependentes:

§ 1º Os dependentes a que se referem os incisos III e V deste artigo poderão ser assim considerados quando maiores até 24 anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2008**Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As cédulas utilizadas como meio circulante deverão conter elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual.

Art. 2º A emissão de cédulas, com as características referidas no art. 1º, será realizada gradativamente de modo a completar o processo de substituição das cédulas em circulação em desacordo com o estabelecido nesta lei no prazo de até 10 (dez) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Considerando a crescente relevância que a sociedade brasileira tem dado à garantia de direitos da pessoa com deficiência, o presente projeto de lei visa inserir dispositivo na legislação federal que possibilite à pessoa cega o direito de atuar de forma mais independente e segura na sociedade, reconhecendo por

conta própria os valores das cédulas do dinheiro brasileiro. Atualmente impossibilitado de conferir o valor em notas que recebe como troco nas compras que realiza, além de necessitar do auxílio de outrem para identificar e acomodar organizadamente as cédulas na carteira, o cidadão cego está eventualmente sujeito à má fé de pessoas desonestas, que se valendo dessa vantagem momentânea, causam-lhes prejuízos e preocupações.

No tocante ao mérito da matéria, cabe ressaltar que não se trata de iniciativa inédita no Senado Federal, já tendo sido tema de duas proposições anteriores, por meio do PLS nº 104 de 1996, do Senador Lúcio Alcântara, e mais recentemente do PLS nº 90 de 2003, do Senador Paulo Octávio, que infelizmente, entretanto, não lograram êxito por decorrência de prolongadas tramitações e aperfeiçoamentos, fatores determinantes de arquivamento no transcorrer das legislaturas. Observando-se a tramitação dessas matérias, nota-se que amplo debate foi promovido, o que não resultou em parecer pela rejeição em nenhuma das etapas do processo.

Visando resgatar o intenso trabalho realizado pelos autores das proposições, e também por seus relatores e demais colaboradores, entre os quais menciono o Instituto Dorina Nowill, o texto do presente projeto de lei reproduz aquele aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, na forma de substitutivo ao PLS nº 90 de 2003, do Senador Paulo Octávio. Já tendo sido apreciado pela CAS e pela CDH, em termos pragmáticos o presente texto já estaria pronto para ser remetido à Câmara Federal, pois é o resultado final dos aperfeiçoamentos realizados na iniciativa original de Sua Excelência. Considero, entretanto, que tal cuidado não invalida novos entendimentos e alterações porventura ainda decorrentes.

Em referência ao projeto original que serviu de inspiração a esta proposição, transcrevo, **in literis**, trecho de sua justificação.

“Por ocasião do lançamento do padrão real, o Banco Central reafirmou o compromisso de realizar sistemática pesquisa, com o objetivo de aperfeiçoar os recursos disponíveis para leitura de cédulas pelos deficientes visuais. Nesse sentido, segundo o Bacen, aumentaram-se os algarismos, na parte da frente das notas; foram aplicadas cores nítidas e diferenciadas por valor; foram impressos textos e valores em calcografia de expressivo relevo; bem como cuidou-se para que as bordas inferior e posterior das cédulas de Real fossem dotadas de boa tateabilidade.

Não há lei que obrigue o Banco Central a inserir nas cédulas qualquer notação ou elemento de identificação para os deficientes visuais. As medidas supramencionadas representam meras liberalidades do Banco, oriundas de decisões de sua diretoria.

Importante observar que todas as notas representativas do Real possuem as mesmas dimensões (140x 65mm). Isso dificulta sobremaneira a identificação por aqueles que não enxergam, ou que possuem alguma dificuldade para enxergar. Caso seja aprovado, tal dificuldade será amenizada, haja vista que a presente proposição tornará obrigatória a inclusão de elementos distintivos, e determinará a impressão de notas em tamanhos diferenciados.

No lançamento do euro, em acolhimento à sugestão da União Européia de Cegos, A União Européia decidiu confeccionar as cédulas na nova moeda em tamanhos diferentes, o que se tem mostrado bastante eficaz para os fins que se destina.”

Concluindo pelos acentuados benefícios que o dispositivo legal em tela acarretará à vida diária das pessoas cegas, que a cada dia se mostram mais participativas do cenário social brasileiro, realizando negócios e utilizando dinheiro em espécie como forma de pagamento, convido meus nobres pares à retomada deste importante debate.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2008

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos Produtivos Locais.

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990:

Art. 2º

§ 2º Os programas de desenvolvimento econômico a que se refere o **caput** observarão critérios de alocação de recursos baseados no índice de Desenvolvimento Humano – IDH das localidades beneficiadas e estimularão os Arranjos Produtivos Locais.

§ 3º Considera-se Arranjo Produtivo Local, para os fins desta lei, o aglomerado de agentes econômicos de uma mesma cadeia produtiva, localizados em determinado território, com vínculos expressivos de articulação, interação e cooperação, que tenham por fim primordial a competitividade, com geração de renda e emprego locais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Tem se verificado que o cenário mundial empresarial, nas últimas décadas, passou por grandes mudanças, influenciado fortemente pelo fenômeno da globalização. Diante disso, faz-se necessário estabelecer um novo modelo de desenvolvimento da produção para que o desenvolvimento social e econômico leve em conta as vocações regionais e locais, focado nas inter-relações empresariais, na cooperação, nas médias, pequenas e microempresas e no acesso a novos mercados.

Surgem, nesse contexto, novos modelos de produção baseados na inclusão social, e, como dito antes, nas vocações regionais que proporcionem o efetivo desenvolvimento econômico e social de uma localidade em um mundo globalizado. Entre tais modelos relacionais, destacam-se os chamados **clusters** ou arranjos produtivos locais, formados por médias, pequenas e microempresas, e sustentados pela capacidade inovativa/empreendedora e tecnológica em um território produtivo.

Os arranjos produtivos locais – APL são, na verdade, sistemas de produção com forte articulação interna, que são vinculados a determinadas localidades justamente porque ali há vantagens competitivas, em razão do estilo cooperativo da sociedade, do conhecimento adquirido em práticas produtivas, etc. Assim, pequenas e médias empresas estabelecidas na localidade acabam se mostrando capazes de enfrentar os mercados, inclusive em nível internacional.

No plano internacional, a Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Espanha, França, Itália, Reino Unido, Grécia, Portugal, Bélgica, Japão, Estados Unidos, Austrália, Coreia do Sul e Índia vêm estabelecendo políticas de desenvolvimento das médias, pequenas e microempresas com base na dinamização de arranjos produtivos locais.

No Brasil, a experiência positiva de APL pode ser comprovada no Pará, no ramo de frutas, no Mato Grosso do Sul, com a cerâmica, em Serrana, Minas Gerais, na área de calçados, no Rio de Janeiro, na cidade de Santo Antônio de Pádua, no setor de rochas ornamentais, em Pernambuco, com o Porto Digital

de Recife e a exploração de vinhos, em Magoas, nos setores de piscicultura, movelaria e turismo, apenas para citar alguns.

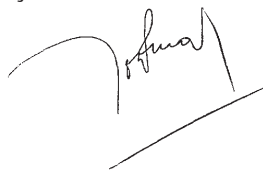
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES vem apoiando sistematicamente os APL, a ponto de ter criado uma área específica para fomentar o crédito ao segmento. Com isso, se espera a geração de renda e emprego no nível regional.

Assim, o presente projeto vem no sentido de fortalecer o papel do BNDES no fomento aos APL, por meio da destinação legal de recursos próprios oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Trata-se de medida legislativa compatível com os objetivos do Fundo, na medida em que se volta para a geração de novos postos de trabalho e para a elevação da renda local.

O projeto, ao adotar o critério do IDH, na destinação dos recursos dos programas de desenvolvimento econômico, colabora para que as ações creditícias do BNDES, preservados os critérios de remuneração dos recursos, se destinem também a projetos com impactos expressivos na melhoria das condições humanas e sociais das áreas beneficiárias.

Do ponto de vista político, o presente projeto traz para o Parlamento a discussão sobre os Arranjos Produtivos Locais, o que, por si só, já ampliará os horizontes sobre a matéria, colaborando para a superação de possíveis “gargalos” na sua implementação efetiva como política pública relevante para o desenvolvimento regional.

São estas as razões que nos levam a pedir a aprovação da matéria.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970 será destinada, a cada ano, à cobertura integral das necessidades do

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de que trata o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 2º Conforme estabelece o 1º do art. 239 da Constituição Federal pelo menos 40% da arrecadação mencionada no artigo anterior serão repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aplicação em programas de desenvolvimento econômico.

§ 1º Os recursos repassados ao BNDES na forma do **caput** deste artigo serão corrigidos, mensalmente, pelo índice de Preços ao Consumidor (IPC).

§ 2º O BNDES remunerará os recursos recebidos na forma do **caput** deste artigo com juros de 5% ao ano, calculados sobre o saldo médio diário dos repasses, corrigido na forma do parágrafo anterior. (Revogado pela Lei nº 9.365, de 1996)

§ 3º A taxa de juros referida no parágrafo anterior poderá ser elevada por decisão do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), para, no máximo, 6% ao ano. (Revogado pela Lei nº 9.365, de 1996)

§ 4º Correrá por conta do BNDES o risco das operações financeiras realizadas com os recursos mencionados no **caput** deste artigo.

Art. 3º Os juros de que trata o § 2º do artigo anterior serão recolhidos ao FAT a cada semestre, até o décimo dia útil subsequente a seu encerramento.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à correção monetária, com base na variação do BTN Fiscal, os recursos não recolhidos nos prazos previstos neste artigo.

Art. 4º A arrecadação das contribuições ao PIS a ao Pasep será efetuada através de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), nas condições estabelecidas pela legislação em vigor.

Art. 5º A alínea **b** do inciso IV do art. 69 da Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**b**) para o PIS e o Pasep, até o dia cinco do terceiro mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, exceção feita às modalidades especiais (Decreto-Lei nº 2.445, de 29 de junho de 1988, arts. 7º e 8º), cujo prazo será o dia quinze do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.”

Art. 6º O Tesouro Nacional observará, para repasse dos recursos ao FAT, os mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição dos fundos de participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 6º O Tesouro Nacional repassará mensalmente recursos ao FAT, de acordo com programação financeira para atender aos gastos efetivos daquele fundo com seguro-desemprego, abono salarial e programas de desenvolvimento econômico do BNDES. (Redação dada pela Lei nº 10.199, de 2001)

Art. 7º Em caso de insuficiência de recursos para o Programa de Seguro-Desemprego e o pagamento

do Abono Salarial, decorrente do efetivo aumento destas despesas, serão recolhidas ao FAT, pelo BNDES, a cada exercício, as seguintes parcelas dos saldos de recursos repassados para financiamento de programas de desenvolvimento econômico:

I – no primeiro e segundo exercícios, até 20%;

II – do terceiro ao quinto exercícios, até 10%;

III – a partir do sexto exercício, até 5%.

§ 1º Os percentuais referidos nos incisos do **caput** deste artigo incidirão sobre o saldo ao final do exercício anterior, assegurada a correção monetária até a data do recolhimento.

§ 2º Caberá ao Codefat definir as condições e os prazos de recolhimento de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 8º A remuneração mencionada no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 7.998, de 1990, constitui receita do FAT.

Parágrafo único. Compete ao Codefat estabelecer os prazos de recolhimento e o período-base de apuração da receita mencionada no **caput** deste artigo.

Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, através do Banco Central do Brasil. Parágrafo único. O resultado das aplicações referidas no **caput** deste artigo constitui receita do FAT

Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais, remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. (Redação dada pela Lei nº 8.352, de 1991)

§ 1º Parcela das disponibilidades financeiras do FAT constitui a reserva mínima de liquidez, destinada a garantir, em tempo hábil, os recursos necessários ao pagamento das despesas referentes ao Programa do Seguro-Desemprego e do Abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

§ 2º O montante da reserva estabelecida no parágrafo anterior não pode ser inferior ao maior dentre os seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

I – a diferença positiva, no exercício financeiro em curso, entre o produto da arrecadação das contribuições de que trata o art. 239 da Constituição Federal e o montante global dos pagamentos efetuados por conta das dotações orçamentárias para atender as despesas com o Programa do Seguro-Desemprego, com o Abono Salarial e com o Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES, custeados pela referida arrecadação; (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

II – o resultado da adição: (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

a) dos valores pagos a títulos de benefícios do seguro-desemprego nos seis meses anteriores, atualizados mês a mês pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou na sua ausência, pela variação de índice definido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), nos termos do inciso IX do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

b) de cinquenta por cento dos valores pagos a títulos de abono, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 nos doze meses anteriores, atualizados na forma prevista na alínea anterior. (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

§ 3º Os recursos da reserva mínima de liquidez somente poderão ser aplicados em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

§ 4º No exercício de 1991, as aplicações da parcela das disponibilidades financeiras que excederem o valor da reserva mínima de liquidez em depósitos especiais no Banco do Brasil S.A. serão no montante mínimo de Cr\$220.000.000.000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros). (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

§ 5º Os depósitos especiais de que trata o **caput** deste artigo serão remunerados, no mínimo pelos mesmos critérios e prazos aplicados aos depósitos das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989 com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 ou da sua ausência, pela remuneração média diária paga pelos títulos do Tesouro Nacional, acrescidos, em ambos os casos, de juros de cinco por cento ao ano calculados pro **rata die**. (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

§ 6º O resultado da remuneração das disponibilidades financeiras de que trata este artigo constituirá receita do FAT. (Incluído pela Lei nº 8.352, de 1991)

§ 7º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES poderá utilizar recursos dos depósitos especiais referidos no **caput** deste artigo, para conceder financiamentos aos estados e às entidades por eles direta ou indiretamente controladas, no âmbito de programas instituídos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, tendo em vista as competências que lhe confere o art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e destinados à expansão do nível de emprego no País, podendo a União, mediante a apresentação de contra garantias adequadas, prestar garantias parciais a operações da espécie, desde que justificado em exposição de motivos conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.199, de 2001)

Art. 10. O art. 28 da Lei nº 7.998, de 1990 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 28. No prazo de trinta dias as contribuições ao PIS e ao Pasep, arrecadadas a partir de 5 de outubro de 1988 e não utilizadas nas finalidades previstas no art. 239 da Constituição Federal, serão recolhidas como receita do FAT.”

Art. 11. Os recursos do PIS e do Pasep repassados ao BNDES, ao amparo do § 1º do art. 239 da Constituição Federal antes da vigência da Lei nº 7.998, de 1990 acrescidos de correção monetária pela variação do IPC e de juros de 5% ao ano, constituirão direitos do FAT e serão contabilizados na forma do disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 12. O valor do abono a ser pago pelo FAT, nos casos de empregados participantes do Fundo de Participação PIS/Pasep, corresponderá à diferença entre o salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento e os rendimentos de suas contas individuais, apurados na forma das alíneas **b** e **c** do art. 3º da Lei Complementar nº 26, de 11 de agosto de 1975.

Parágrafo único. O pagamento do rendimento das contas individuais mencionadas no **caput** deste artigo é de competência do Fundo de Participação PIS/Pasep.

Art. 13. A operacionalização do Programa Seguro Desemprego, no que diz respeito às atividades de pré-triagem e habilitação de requerentes, auxílio aos requerentes e segurados na busca de novo emprego, bem assim às ações voltadas para reciclagem profissional, será executada prioritariamente em articulação com os estados e municípios, através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), nos termos da lei.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho poderá requisitar servidores, técnicos e administrativos, da Administração Federal direta, das Autarquias, das Fundações Públicas e do Governo do Distrito Federal, para o desempenho das tarefas previstas no **caput** deste artigo e no art. 20 da Lei nº 7.998, de 1990 ouvida a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 14. (Vetado).

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogados os arts. 16 17 e 29 da Lei nº 7.998 de 1990 e demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **FERNANDO COLLOR**
– **Zélia M. Cardoso de Mello** – **Antônio Magri**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 12-4-1990

(Às Comissões De Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2008

Altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição, bem como conteúdos relativos aos primeiros socorros, com as principais técnicas de ressuscitação e imobilização de acidentados. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem como objetivo habilitar os jovens brasileiros a prestar os primeiros socorros a pessoas acidentadas. A finalidade do primeiro atendimento é manter os sinais vitais da vítima, evitar o agravamento do seu quadro, dando-lhe conforto físico e psicológico até a chegada da assistência especializada.

São procedimentos simples de emergência que, se realizados de modo imediato e eficiente, podem salvar vidas. No caso dos acidentes de trânsito, por exemplo, a omissão e a falta de socorro são apontadas como os principais motivos de mortes e danos irreversíveis.

Além disso, acreditamos que a experiência de participar de cursos de primeiros socorros irá desenvolver nos jovens, desde a escola, sentimentos de solidariedade e de responsabilidade, que se revelarão úteis principalmente quando estiverem, mais tarde, ao volante.

Diante do exposto, conclamamos nossos Pares a apoiar a medida que ora propomos.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – Senador **Geovani Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001 nacional.

Estabelece as diretrizes e bases da educação.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e 5.540, de 28 de novembro de 1968 não alteradas pelas Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e ainda as Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982 e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – Paulo Renato Souza.

(À comissão de educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 473, DE 2008

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Carmem Silva, ocorrido ontem, e que sejam enviadas condolências à família.

Justificação

Nascida em Pelotas, em 16 de abril de 1916, faleceu ontem aos 92 anos a atriz gaúcha Carmem Silva. A prefeitura de Porto Alegre decretou luto oficial de três dias pela morte da atriz. Carmen começou a carreira em 1939, na Rádio Cultura de Pelotas. Após atuar em diversas peças radiofônicas na capital gaúcha, seguiu para São Paulo e atuou no elenco da Rádio Tupi. Também trabalhou na Rádio Record, com Janete Clair, e em seguida escreveu programas de humor, além de quadros voltados ao público feminino.

Atuou em telenovelas e na minissérie O Primo Basílio. Na década de 60, montou sua própria companhia de teatro, no Rio Grande do Sul. Em 2003, foi destaque na novela Mulheres Apaixonadas, da TV Globo, chamando a atenção sobre os maus tratos a idosos. Seu último trabalho como atriz foi no filme Valsa para Bruno Stein, destaque no Festival de Gramado em 2007.

Neste momento em que o Estado do Rio Grande do Sul, bem como todo Brasil está enlutado pela perda dessa grande profissional, atriz de relevo internacional, queremos registrar a enorme contribuição que Carmem Silva deu ao rádio, teatro, cinema e a televisão brasileira.

Senado Federal, 22 de abril de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Senador **Pedro Simon** Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, que “Institui a Política Nacional de Abastecimento”, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – **Senadora Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, que “Institui a Política Nacional de Abastecimento”, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – **Senadora Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO 476, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para o Prefeito de Itajaí – SC, Volnei Morastoni (PT), por ter sido agraciado, no dia 14 passado, com o título de Campeão Estadual da quinta edição do prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – **Senadora Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2008-CN

MENSAGEM Nº 22, DE 2008-CN

(Nº 217/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$1.685.264.352,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$1.685.264.352,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56101 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									1.685.264.352
PROJETOS									
15 451	0310 1D73	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							1.685.264.352
15 451	0310 1D73 0058	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO PARANA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 274	F	3	2	40	0	100	35.000.000
			F	4	2	40	0	100	500.000
			F	4	2	99	0	100	33.400.000
15 451	0310 1D73 0060	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE SANTA CATARINA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 449	F	4	2	40	0	100	1.100.000
15 451	0310 1D73 0064	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITALVA - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	56.690.000
15 451	0310 1D73 0066	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAGUAÍ - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0068	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRAI - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 16	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0070	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 325	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 0072	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITUPIRANGA - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	30	0	100	2.200.000
			F	4	2	40	0	100	2.200.000
15 451	0310 1D73 0074	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA DO ARAGUAIA - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	41.170.000
15 451	0310 1D73 0076	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERRA SANTA - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	41.170.000
15 451	0310 1D73 0078	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMAPA - AP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	800.000
15 451	0310 1D73 0080	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OIAPOQUE - AP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0082	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO PARA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 228	F	4	2	30	0	100	500.000
			F	4	2	40	0	100	350.000
15 451	0310 1D73 0084	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ABEL FIGUEIREDO - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	1.000.000
15 451	0310 1D73 0086	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREVES - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0088	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARABÁ - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 14	F	4	2	40	0	100	1.800.000
15 451	0310 1D73 0090	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GERALDO DO ARAGUAIA - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	30	0	100	400.000
			F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0092	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO AMAZONAS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 27	F	4	2	30	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0094	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO MARANHÃO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 348	F	4	2	40	0	100	3.350.000
15 451	0310 1D73 0096	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 154	F	4	2	40	0	100	43.700.000
15 451	0310 1D73 0098	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 154	F	4	2	40	0	100	19.525.000
			F	4	2	40	0	100	28.470.000

		URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE TOCANTINS	F	4	2	40	0	100	27.370.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 225	F	4	2	99	0	100	1.100.000
									1.200.000
15 451	0310 1D73 0100	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PETROLINA - PE	F	4	2	30	0	100	1.000.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9	F	4	2	40	0	100	200.000
									600.000
15 451	0310 1D73 0102	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA GRANDE - PE	F	4	2	30	0	100	500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	100.000
									140.000
15 451	0310 1D73 0104	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - QUIPAPA - PE	F	4	2	40	0	100	140.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0106	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AFRANIO - PE	F	4	2	40	0	100	500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0108	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO EGITO - PE	F	4	2	40	0	100	500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0110	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERTANIA - PE	F	4	2	40	0	100	500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0112	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELEM DE SAO FRANCISCO - PE	F	4	2	40	0	100	500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0114	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARNAIBA - PE	F	4	2	40	0	100	500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	0310 1D73 0116	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DORMENTES - PE	F	4	2	40	0	100	24.005.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	1.530.000
15 451	0310 1D73 0118	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE PERNAMBUCO	F	4	2	30	0	100	22.475.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12412	F	4	2	40	0	100	1.000.000
15 451	0310 1D73 0120	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELO JARDIM - PE	F	4	2	40	0	100	1.000.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0122	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PESQUEIRA - PE	F	4	2	40	0	100	300.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	0310 1D73 0124	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE	F	4	2	40	0	100	600.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	0310 1D73 0126	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TORITAMA - PE	F	4	2	40	0	100	600.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	17.300.000
15 451	0310 1D73 0128	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO PIAUI	F	4	2	30	0	100	400.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 136	F	4	2	40	0	100	13.200.000
			F	4	2	99	0	100	3.700.000
15 451	0310 1D73 0130	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DA BAHIA	F	4	2	30	0	100	71.850.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 564	F	4	2	40	0	100	3.650.000
			F	4	2	40	0	100	55.570.000
			F	4	2	99	0	100	12.630.000
									11.985.000
15 451	0310 1D73 0132	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DA PARAIBA	F	4	2	40	0	100	11.985.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 97	F	4	2	40	0	100	780.000
15 451	0310 1D73 0134	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPITANGA - BA	F	4	2	40	0	100	780.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	800.000
15 451	0310 1D73 0136	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA CRUZ CABRALIA - BA	F	4	2	40	0	100	800.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	510.000
15 451	0310 1D73 0138	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POTIRAGUA - BA	F	4	2	40	0	100	510.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 0140	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALCOBACA - BA	F	4	2	40	0	100	400.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	630.000
15 451	0310 1D73 0142	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VEREDA - BA	F	4	2	40	0	100	630.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	630.000
15 451	0310 1D73 0144	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAQUINIQUE - BA	F	4	2	40	0	100	420.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	420.000
15 451	0310 1D73 0146	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LIMOEIRO - PE	F	4	2	40	0	100	1.700.000

		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 14		F	4	2	30	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0148	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALIANCA - PE		F	4	2	40	0	100	1 200.000
15 451	0310 1D73 0150	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JABOATAO DOS GUARARAPES - PE		F	4	2	40	0	100	110.000 200.000
15 451	0310 1D73 0152	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMARAGIBE - PE		F	4	2	40	0	100	200.000 1.200.000
15 451	0310 1D73 0154	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO ESPIRITO SANTO		F	4	2	40	0	100	1.200.000 14.930.000
15 451	0310 1D73 0156	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 117 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE ALAGOAS		F	4	2	40	0	100	12.480.000 2.450.000 18.850.000
15 451	0310 1D73 0158	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 148 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CEDRO DE SAO JOAO - SE		F	4	2	40	0	100	18.850.000 100.000
15 451	0310 1D73 0160	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO SERGIPE		F	4	2	40	0	100	100.000 2.250.000
15 451	0310 1D73 0162	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 18 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NEOPOLIS - SE		F	4	2	40	0	100	2.250.000 1.200.000
15 451	0310 1D73 0164	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUIDABA - SE		F	4	2	40	0	100	1.200.000 990.000
15 451	0310 1D73 0166	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPORANGA D'AJUDA - SE		F	4	2	40	0	100	990.000 650.000
15 451	0310 1D73 0168	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZIA DO ITANHY - SE		F	4	2	40	0	100	650.000 400.000
15 451	0310 1D73 0170	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TOBIAS BARRETO - SE		F	4	2	40	0	100	400.000 600.000
15 451	0310 1D73 0172	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELFORD ROXO - RJ		F	4	2	40	0	100	600.000 7.300.000
15 451	0310 1D73 0174	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 57 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TANGUA - RJ		F	4	2	40	0	100	7.300.000 500.000
15 451	0310 1D73 0176	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JAPERI - RJ		F	4	2	40	0	100	500.000 250.000
15 451	0310 1D73 0178	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIGUEL PEREIRA - RJ		F	4	2	40	0	100	250.000 150.000
15 451	0310 1D73 0180	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DE MERITI - RJ		F	4	2	40	0	100	150.000 150.000
15 451	0310 1D73 0182	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NILOPOLIS - RJ		F	4	2	40	0	100	150.000 3.350.000
15 451	0310 1D73 0184	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 26 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ		F	4	2	40	0	100	3.350.000 100.000
15 451	0310 1D73 0186	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FEIRA DE SANTANA - BA		F	4	2	40	0	100	100.000 2.250.000
15 451	0310 1D73 0188	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 18 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AIURUOCA - MG		F	4	2	30	0	100	750.000 1.500.000 150.000
15 451	0310 1D73 0190	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ORIZANIA - MG		F	4	2	40	0	100	150.000 300.000
15 451	0310 1D73 0192	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANTONIO PRADO DE MINAS - MG		F	4	2	40	0	100	300.000 120.000
15 451	0310 1D73 0194	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EUGENOPOLIS - MG		F	4	2	40	0	100	120.000 200.000
15 451	0310 1D73 0196	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARTINS SOARES - MG		F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	0310 1D73 0198	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA -		F	4	2	40	0	100	100.000 300.000

15 451	0310 1D73 0200	CARINHANHA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITIUBA - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0202	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAURO DE FREITAS - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	0310 1D73 0204	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE MINAS GERAIS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 548	F	4	2	40	0	100	200.000 69 800.250
			F	4	2	30	0	100	4.900.000
			F	4	2	40	0	100	53.105.250
			F	4	2	99	0	100	11.795.000
15 451	0310 1D73 0206	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TEOFILO OTONI - MG	F	4	2	40	0	100	1.500.000
15 451	0310 1D73 0208	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARIACICA - ES	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0210	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUACUI - ES	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	0310 1D73 0212	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIUMA - ES	F	4	2	40	0	100	300.000 600.000
15 451	0310 1D73 0214	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA VELHA - ES	F	4	2	40	0	100	600.000 1.400.000
15 451	0310 1D73 0216	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DE SAO FRANCISCO - ES	F	4	2	40	0	100	1.400.000 300.000
15 451	0310 1D73 0218	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GABRIEL DA PALHA - ES	F	4	2	30	0	100	300.000 600.000
15 451	0310 1D73 0220	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BAIXO GUANDU - ES	F	4	2	40	0	100	600.000 700.000
15 451	0310 1D73 0222	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARAPARI - ES	F	4	2	40	0	100	700.000 300.000
15 451	0310 1D73 0224	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PANCAS - ES	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0226	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PEDRO CANARIO - ES	F	4	2	40	0	100	300.000 500.000
15 451	0310 1D73 0228	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO CALCADO - ES	F	4	2	40	0	100	500.000 250.000
15 451	0310 1D73 0230	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 114	F	4	2	40	0	100	250.000 14.300.000
			F	4	2	40	0	100	10.500.000
			F	4	2	99	0	100	3.800.000
15 451	0310 1D73 0232	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - NACIONAL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 25	F	4	2	40	0	100	1.200.000 2.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.050.000
15 451	0310 1D73 0234	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUA CLARA - MS	F	4	2	40	0	100	1.050.000 750.000
15 451	0310 1D73 0236	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUIDAUANA - MS	F	4	2	40	0	100	750.000 1.650.000
15 451	0310 1D73 0238	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA ANDRADINA - MS	F	4	2	40	0	100	750.000 1.650.000
15 451	0310 1D73 0240	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PEDRO GOMES - MS	F	4	2	40	0	100	1.650.000 680.000
15 451	0310 1D73 0242	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO MURTINHO - MS	F	4	2	40	0	100	680.000 1.000.000
15 451	0310 1D73 0244	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GABRIEL DO OESTE - MS	F	4	2	40	0	100	1.000.000 1.550.000
15 451	0310 1D73 0246	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SETE QUEDAS - MS	F	4	2	40	0	100	1.550.000 750.000
15 451	0310 1D73 0248	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ROCHEDO - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	750.000 300.000 300.000

15 451	0310 1D73 0250	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERENOS - MS								700.000
15 451	0310 1D73 0252	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARAGUARI - MS	F	4	2	40	0	100		700.000 500.000
15 451	0310 1D73 0254	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMAPUA - MS	F	4	2	40	0	100		500.000 510.000
15 451	0310 1D73 0256	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BANDEIRANTES - MS	F	4	2	40	0	100		510.000 300.000
15 451	0310 1D73 0258	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANASTACIO - MS	F	4	2	40	0	100		300.000 800.000
15 451	0310 1D73 0260	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SONORA - MS	F	4	2	40	0	100		800.000 500.000
15 451	0310 1D73 0262	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS	F	4	2	40	0	100		500.000 300.000
15 451	0310 1D73 0264	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBAS DO RIO PARDO - MS	F	4	2	40	0	100		300.000 800.000
15 451	0310 1D73 0266	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COXIM - MS	F	4	2	40	0	100		800.000 300.000
15 451	0310 1D73 0268	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA RITA DO PARDO - MS	F	4	2	40	0	100		300.000 450.000
15 451	0310 1D73 0270	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SIDROLANDIA - MS	F	4	2	40	0	100		450.000 750.000
15 451	0310 1D73 0272	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BATAGUASSU - MS	F	4	2	40	0	100		750.000 850.000
15 451	0310 1D73 0274	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRANDA - MS	F	4	2	40	0	100		850.000 400.000
15 451	0310 1D73 0276	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BODOQUENA - MS	F	4	2	40	0	100		400.000 400.000
15 451	0310 1D73 0278	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NIOAQUE - MS	F	4	2	40	0	100		400.000 400.000
15 451	0310 1D73 0280	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOURADOS - MS	F	4	2	40	0	100		400.000 3.000.000
15 451	0310 1D73 0282	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 24 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	F	4	2	30	0	100		3.000.000 11.000.000
15 451	0310 1D73 0284	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 87 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PATY DO ALFERES - RJ	F	4	2	40	0	100		11.000.000 350.000
15 451	0310 1D73 0288	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO - GO	F	4	2	40	0	100		350.000 1.000.000
15 451	0310 1D73 0290	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA IGUAÇU - RJ	F	4	2	40	0	100		1.000.000 6.300.000
15 451	0310 1D73 0292	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 50 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DO PIRAI - RJ	F	4	2	40	0	100		6.300.000 1.250.000
15 451	0310 1D73 0294	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO FIDELIS - RJ	F	4	2	40	0	100		1.250.000 1.300.000
15 451	0310 1D73 0296	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO NEGRO - PR	F	4	2	40	0	100		1.300.000 500.000
15 451	0310 1D73 0298	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARGEM GRANDE PAULISTA - SP	F	4	2	40	0	100		500.000 300.000
15 451	0310 1D73 0300	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CERQUILHO - SP	F	4	2	40	0	100		300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0302	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EMBU-GUACU - SP	F	4	2	40	0	100		300.000 400.000
15 451	0310 1D73 0304	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA -	F	4	2	40	0	100		400.000 500.000

15 451	0310 1D73 0306	MAIRINQUE - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO DAS PEDRAS - SP	F	4	2	40	0	100	500.000 200.000
15 451	0310 1D73 0308	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMERICANA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 1.650.000
15 451	0310 1D73 0310	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SUMARE - SP	F	4	2	40	0	100	1.650.000 500.000
15 451	0310 1D73 0312	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITIRAPINA - SP	F	4	2	40	0	100	500.000 150.000
15 451	0310 1D73 0314	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARATINGUETA - SP	F	4	2	40	0	100	150.000 860.000
15 451	0310 1D73 0316	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGARAPE-MIRI - PA	F	4	2	40	0	100	860.000 200.000
15 451	0310 1D73 0318	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA FE DO ARAGUAIA - TO	F	4	2	30	0	100	200.000 1.500.000
15 451	0310 1D73 0320	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO CEARA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 178	F	4	2	40	0	100	1.500.000 22.430.000
15 451	0310 1D73 0322	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZ - PI	F	4	2	30	0	100	8.000.000
15 451	0310 1D73 0324	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAXINGO - PI	F	4	2	40	0	100	13.430.000
15 451	0310 1D73 0326	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOAQUIM PIRES - PI	F	4	2	99	0	100	1.000.000 150.000
15 451	0310 1D73 0328	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UNIAO - PI	F	4	2	40	0	100	150.000 250.000
15 451	0310 1D73 0330	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO PEDRO DO PIAUI - PI	F	4	2	40	0	100	150.000 250.000
15 451	0310 1D73 0332	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DO ARRAIAL - PI	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	0310 1D73 0334	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO PEIXE - PI	F	4	2	40	0	100	250.000 150.000
15 451	0310 1D73 0336	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BETANIA - PE	F	4	2	40	0	100	150.000 100.000
15 451	0310 1D73 0338	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOIANA - PE	F	4	2	40	0	100	100.000 1.200.000
15 451	0310 1D73 0340	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OLINDA - PE	F	4	2	40	0	100	1.200.000 2.640.000
15 451	0310 1D73 0342	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 21 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANHARO - PE	F	4	2	40	0	100	2.640.000 700.000
15 451	0310 1D73 0344	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - XEXEU - PE	F	4	2	40	0	100	700.000 100.000
15 451	0310 1D73 0346	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHA DE ALEGRIA - PE	F	4	2	40	0	100	100.000 700.000
15 451	0310 1D73 0348	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONDADO - PE	F	4	2	40	0	100	700.000 700.000
15 451	0310 1D73 0350	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO CALVO - AL	F	4	2	40	0	100	700.000 700.000
15 451	0310 1D73 0352	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DE SAO MIGUEL - AL	F	4	2	40	0	100	700.000 240.000
15 451	0310 1D73 0354	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MURICI - AL	F	4	2	40	0	100	240.000 371.700
15 451	0310 1D73 0356	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA -	F	4	2	40	0	100	371.700 450.000

15 451	0310 1D73 0358	BATALHA - AL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO LARGO - AL	F	4	2	40	0	100	450.000 1.900.000
15 451	0310 1D73 0360	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 15 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO LUIS DO QUITUNDE - AL	F	4	2	40	0	100	1.900.000 500.000
15 451	0310 1D73 0362	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITABAIANINHA - SE	F	4	2	40	0	100	500.000 500.000
15 451	0310 1D73 0364	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANDORINHA - BA	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	0310 1D73 0366	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANSIDAO - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0368	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA RITA DE CASSIA - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0370	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO SEBASTIAO DO PASSE - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	0310 1D73 0372	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	40	0	100	200.000 14.150.000
15 451	0310 1D73 0374	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 111 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RESENDE - RJ	F	4	2	30	0	100	1.350.000 12.800.000
15 451	0310 1D73 0376	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ	F	4	2	40	0	100	350.000 750.000
15 451	0310 1D73 0378	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA MANSA - RJ	F	4	2	40	0	100	750.000 550.000
15 451	0310 1D73 0380	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARACAMBI - RJ	F	4	2	40	0	100	550.000 1.550.000
15 451	0310 1D73 0382	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACARIGUAMA - SP	F	4	2	40	0	100	1.550.000 400.000
15 451	0310 1D73 0384	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO PEDRO DO TURVO - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 100.000
15 451	0310 1D73 0386	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACATUBA - SP	F	4	2	40	0	100	100.000 1.930.000
15 451	0310 1D73 0388	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 15 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GENERAL SALGADO - SP	F	4	2	40	0	100	1.930.000 200.000
15 451	0310 1D73 0390	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IACANGA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0392	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARUJA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0394	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJEIRAS - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000
15 451	0310 1D73 0396	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANITAR - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 300.000
15 451	0310 1D73 0398	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCISCO MORATO - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 1.200.000
15 451	0310 1D73 0400	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAIRIPORA - SP	F	4	2	40	0	100	1.200.000 420.000
15 451	0310 1D73 0402	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA ISABEL - SP	F	4	2	40	0	100	420.000 310.000
15 451	0310 1D73 0404	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TIMBURI - SP	F	4	2	40	0	100	310.000 100.000
15 451	0310 1D73 0406	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARULHOS - SP	F	4	2	40	0	100	100.000 2.100.000
15 451	0310 1D73 0408	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 16 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO GAMA - GO	F	4	2	40	0	100	2.100.000 1.100.000

15 451	0310 1D73 0410	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PLANALTINA - GO	F	4	2	40	0	100	1.100.000 1.400.000
15 451	0310 1D73 0412	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 10 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LUZIANIA - GO	F	4	2	40	0	100	1.400.000 500.000
15 451	0310 1D73 0414	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALPARAISO DE GOIAS - GO	F	4	2	30	0	100	500.000 1.100.000
15 451	0310 1D73 0416	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CIDADE OCIDENTAL - GO	F	4	2	40	0	100	1.100.000 730.000
15 451	0310 1D73 0418	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALEXANIA - GO	F	4	2	40	0	100	730.000 1.000.000
15 451	0310 1D73 0420	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE GOIAS	F	4	2	40	0	100	1.000.000 17.300.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 137	F	4	2	30	0	100	1.600.000
			F	4	2	40	0	100	11.450.000
			F	4	2	99	0	100	4.250.000 700.000
15 451	0310 1D73 0422	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IVINHEMA - MS							
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	700.000
15 451	0310 1D73 0424	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARDIM - MS							350.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	350.000
15 451	0310 1D73 0426	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUTI - MS							600.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	0310 1D73 0428	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - APARECIDA DO TABOADO - MS							200.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0430	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO GRANDE - MS							5.800.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 46	F	4	2	40	0	100	5.800.000
15 451	0310 1D73 0432	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELA VISTA - MS							500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0434	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BONITO - MS							150.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	0310 1D73 0436	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHAPADA DO SUL - MS							150.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	0310 1D73 0438	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COSTA RJCA - MS							400.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 0440	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOIS IRMAOS DO BURITI - MS							100.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0442	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FATIMA DO SUL - MS							150.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	0310 1D73 0444	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FIGUEIRAO - MS							500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0448	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITABERAÍ - GO							810.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	810.000
15 451	0310 1D73 0450	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MINEIROS - GO							700.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	1.900.000
15 451	0310 1D73 0452	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARAPUAVA - PR							700.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 15	F	4	2	40	0	100	1.900.000
15 451	0310 1D73 0454	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UBIARA - PR							100.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0456	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA SANTA BARBARA - PR							100.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0458	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ORTIGUEIRA - PR							300.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0460	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAGIBA - BA							400.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 0462	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUAÍ - BA							300.000

15 451	0310 1D73 0464	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MUCUGÊ - BA	F	4	2	40	0	100	300.000	300.000
15 451	0310 1D73 0466	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO DO PIRES - BA	F	4	2	40	0	100	300.000	300.000
15 451	0310 1D73 0468	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRIXAS - GO	F	4	2	40	0	100	300.000	200.000
15 451	0310 1D73 0470	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA BOA - GO	F	4	2	40	0	100	200.000	150.000
15 451	0310 1D73 0472	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRAZABRANTES - GO	F	4	2	40	0	100	150.000	125.000
15 451	0310 1D73 0474	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACU - GO	F	4	2	40	0	100	125.000	200.000
15 451	0310 1D73 0476	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IVOTI - RS	F	4	2	40	0	100	200.000	150.000
15 451	0310 1D73 0478	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA QUITERIA - CE	F	4	2	40	0	100	150.000	500.000
15 451	0310 1D73 0480	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREJO SANTO - CE	F	4	2	40	0	100	500.000	350.000
15 451	0310 1D73 0482	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARIDADE - CE	F	4	2	40	0	100	350.000	250.000
15 451	0310 1D73 0484	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTA PORE - MS	F	4	2	40	0	100	250.000	1.100.000
15 451	0310 1D73 0486	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BRILHANTE - MS	F	4	2	40	0	100	1.100.000	800.000
15 451	0310 1D73 0488	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO NEGRE - MS	F	4	2	40	0	100	800.000	200.000
15 451	0310 1D73 0490	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERESINA - PI	F	4	2	40	0	100	200.000	900.000
15 451	0310 1D73 0492	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JAIBA - MG	F	4	2	30	0	100	800.000	1.000.000
15 451	0310 1D73 0494	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAMONAS - MG	F	4	2	40	0	100	1.000.000	1.000.000
15 451	0310 1D73 0496	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FAXINAL DO SOTURNO - RS	F	4	2	40	0	100	1.000.000	100.000
15 451	0310 1D73 0498	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DE RIBAMAR - MA	F	4	2	40	0	100	100.000	1.000.000
15 451	0310 1D73 0500	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARATINGA - MG	F	4	2	40	0	100	1.000.000	1.000.000
15 451	0310 1D73 0502	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASOPOLIS - MG	F	4	2	40	0	100	1.000.000	300.000
15 451	0310 1D73 0504	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INHAPIM - MG	F	4	2	40	0	100	300.000	200.000
15 451	0310 1D73 0506	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAQUAQUECETUBA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000	400.000
15 451	0310 1D73 0508	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUIABA - MT	F	4	2	40	0	100	400.000	1.680.000
15 451	0310 1D73 0510	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA DO ACARAU - CE	F	4	2	40	0	100	1.100.000	580.000
15 451	0310 1D73 0512	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUIRAZ - CE	F	4	2	40	0	100	500.000	400.000
15 451	0310 1D73 0514	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARARIPE - CE	F	4	2	40	0	100	400.000	400.000

15 451	0310 1D73 0516	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LADARIO - MS	F	4	2	40	0	100	400.000 170.000
15 451	0310 1D73 0518	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAQUARUSSU - MS	F	4	2	40	0	100	170.000 400.000
15 451	0310 1D73 0520	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRES LAGOAS - MS	F	4	2	40	0	100	400.000 850.000
15 451	0310 1D73 0522	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VICENTINA - MS	F	4	2	40	0	100	850.000 350.000
15 451	0310 1D73 0524	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALCINOPOLIS - MS	F	4	2	40	0	100	350.000 200.000
15 451	0310 1D73 0526	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMAMBAL - MS	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0528	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAARAPO - MS	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000
15 451	0310 1D73 0530	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUIA LOPES DA LAGUNA - MS	F	4	2	40	0	100	400.000 170.000
15 451	0310 1D73 0532	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - QUEIMADOS - RJ	F	4	2	40	0	100	170.000 300.000
15 451	0310 1D73 0534	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BONITO - RJ	F	4	2	40	0	100	300.000 600.000
15 451	0310 1D73 0536	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GONCALO - RJ	F	4	2	40	0	100	600.000 1.820.000
15 451	0310 1D73 0538	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMBUCI - RJ	F	4	2	40	0	100	1.820.000 350.000
15 451	0310 1D73 0540	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUABA GRANDE - RJ	F	4	2	40	0	100	350.000 500.000
15 451	0310 1D73 0542	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITABORAÍ - RJ	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	0310 1D73 0544	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARANI DOESTE - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	0310 1D73 0546	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO CARLOS - SP	F	4	2	40	0	100	150.000 2.500.000
15 451	0310 1D73 0548	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 19 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UNIAO DA SERRA - RS	F	4	2	40	0	100	2.500.000 100.000
15 451	0310 1D73 0550	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RODRIGUES ALVES - AC	F	4	2	40	0	100	100.000 600.000
15 451	0310 1D73 0552	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TARAUACA - AC	F	4	2	40	0	100	600.000 750.000
15 451	0310 1D73 0554	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SENADOR GUIOMARD - AC	F	4	2	40	0	100	750.000 200.000
15 451	0310 1D73 0556	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LIMEIRA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0558	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - Bady Bassitt - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0560	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COLINA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 412.565
15 451	0310 1D73 0562	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OSASCO - SP	F	4	2	40	0	100	412.565 1.500.000
15 451	0310 1D73 0564	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - URUARA - PA	F	4	2	40	0	100	1.500.000 500.000
15 451	0310 1D73 0566	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - XINGUARA - PA	F	4	2	30	0	100	500.000 650.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	30	0	100	200.000 450.000

15 451	0310	1D73	0568	POIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALTAMIRA - PA								500.000
15 451	0310	1D73	0570	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACUNDA - PA	F	4	2	30	0	100		500.000 300.000
15 451	0310	1D73	0572	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASIL NOVO - PA	F	4	2	30	0	100		300.000 200.000
15 451	0310	1D73	0574	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCEICAO DO ARAGUAIA - PA	F	4	2	30	0	100		200.000 200.000
15 451	0310	1D73	0576	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOIANESIA DO PARA - PA	F	4	2	30	0	100		200.000 300.000
15 451	0310	1D73	0578	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO REPARTIMENTO - PA	F	4	2	30	0	100		300.000 200.000
15 451	0310	1D73	0580	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO MARIA - PA	F	4	2	30	0	100		200.000 200.000
15 451	0310	1D73	0582	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANAUS - AM	F	4	2	30	0	100		200.000 3 000.000
15 451	0310	1D73	0584	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 24 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARREIRINHA - AM	F	4	2	40	0	100		3.000.000 150.000
15 451	0310	1D73	0586	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BRANCO - AC	F	4	2	40	0	100		150.000 1.400.000
15 451	0310	1D73	0588	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DO SOTER - MA	F	4	2	40	0	100		1.400.000 500.000
15 451	0310	1D73	0590	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOSELANDIA - MA	F	4	2	40	0	100		500.000 500.000
15 451	0310	1D73	0592	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARANGUAPE - CE	F	4	2	40	0	100		500.000 600.000
15 451	0310	1D73	0594	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BATURITE - CE	F	4	2	40	0	100		600.000 100.000
15 451	0310	1D73	0596	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GRACA - CE	F	4	2	40	0	100		100.000 300.000
15 451	0310	1D73	0598	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EUSEBIO - CE	F	4	2	40	0	100		300.000 200.000
15 451	0310	1D73	0600	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FORTALEZA - CE	F	4	2	40	0	100		200.000 500.000
15 451	0310	1D73	0602	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA SALGADA - RN	F	4	2	40	0	100		500.000 140.000
15 451	0310	1D73	0604	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CASSERENGUE - PB	F	4	2	40	0	100		140.000 300.000
15 451	0310	1D73	0606	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA - PB	F	4	2	40	0	100		300.000 300.000
15 451	0310	1D73	0608	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MATO GROSSO - PB	F	4	2	40	0	100		300.000 350.000
15 451	0310	1D73	0610	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTE HOREBE - PB	F	4	2	40	0	100		350.000 300.000
15 451	0310	1D73	0612	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAULISTA - PB	F	4	2	40	0	100		300.000 300.000
15 451	0310	1D73	0614	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZIA - PB	F	4	2	40	0	100		300.000 650.000
15 451	0310	1D73	0616	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MAMEDE - PB	F	4	2	40	0	100		650.000 400.000
15 451	0310	1D73	0620	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORTES - PE	F	4	2	40	0	100		400.000 500.000
15 451	0310	1D73	0622	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IATI -	F	4	2	40	0	100		500.000 305.000

15 451	0310 1D73 0624	PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE	F	4	2	40	0	100	305.000
15 451	0310 1D73 0628	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO GRANDE - AL	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0630	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARBONDO - AL	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0632	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INHAPI - AL	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0634	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAJOR ISIDORO - AL	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0636	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZIA DO NORTE - AL	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0638	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COLONIA LEOPOLDINA - AL	F	4	2	40	0	100	140.000
15 451	0310 1D73 0640	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJUEIRO - AL	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0642	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPESTRE - AL	F	4	2	40	0	100	140.000
15 451	0310 1D73 0644	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0646	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 10 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO DA FOLHA - SE	F	4	2	40	0	100	1.350.000
15 451	0310 1D73 0648	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOSSA SENHORA DA GLORIA - SE	F	4	2	40	0	100	125.000
15 451	0310 1D73 0650	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA - BA	F	4	2	40	0	100	125.000
15 451	0310 1D73 0652	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOQUIRA - BA	F	4	2	30	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0654	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IRAJUBA - BA	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0656	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MACAUBAS - BA	F	4	2	40	0	100	450.000
15 451	0310 1D73 0658	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRIPA - BA	F	4	2	40	0	100	1.000.000
15 451	0310 1D73 0660	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONTAGEM - MG	F	4	2	40	0	100	700.000
15 451	0310 1D73 0662	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 31 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBEIRAO DAS NEVES - MG	F	4	2	40	0	100	4.220.000
15 451	0310 1D73 0664	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 20 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITATIAIUCU - MG	F	4	2	40	0	100	2.700.000
15 451	0310 1D73 0666	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ICARAPE - MG	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0668	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUATUBA - MG	F	4	2	40	0	100	1.200.000
15 451	0310 1D73 0670	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BERILO - MG	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 0672	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARIO CAMPOS - MG	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0674	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO ORIENTE DE MINAS - MG	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0676	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAQUIM DE BICAS - MG	F	4	2	40	0	100	200.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	250.000

15 451	0310 1D73 0678	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA DA PALMA - MG	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0680	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELO HORIZONTE - MG	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	0310 1D73 0682	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIMOSO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	0310 1D73 0684	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PADRE BERNARDO - GO	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0686	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ABADIANIA - GO	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0688	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUAS LINDAS DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	200.000 4.500.000
15 451	0310 1D73 0690	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 35 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PALOTINA - PR	F	4	2	40	0	100	4.500.000 200.000
15 451	0310 1D73 0692	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAULO BENTO - RS	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	0310 1D73 0694	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA VITORIA DO PALMAR - RS	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	0310 1D73 0696	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DA ESTIVA - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0698	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANOPOLIS - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0700	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANTONIO DE JESUS - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 500.000
15 451	0310 1D73 0702	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ESTEVAO - BA	F	4	2	40	0	100	500.000 400.000
15 451	0310 1D73 0704	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO FELIX DO CORIBE - BA	F	4	2	40	0	100	400.000 200.000
15 451	0310 1D73 0706	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALENTE - BA	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	0310 1D73 0708	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO HORIZONTE DO SUL - MS	F	4	2	40	0	100	300.000 400.000
15 451	0310 1D73 0710	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANTONIO JOAO - MS	F	4	2	40	0	100	400.000 300.000
15 451	0310 1D73 0712	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUA TEMI - MS	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	0310 1D73 0714	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTE ALEGRE - PA	F	4	2	40	0	100	200.000 600.000
15 451	0310 1D73 0716	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARILIA - SP	F	4	2	40	0	100	600.000 3.000.000
15 451	0310 1D73 0718	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 24 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JABOTICABAL - SP	F	4	2	40	0	100	3.000.000 450.000
15 451	0310 1D73 0720	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRAVINHOS - SP	F	4	2	40	0	100	450.000 200.000
15 451	0310 1D73 0722	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITUVERAVA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 260.000
15 451	0310 1D73 0724	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARDINOPOLIS - SP	F	4	2	40	0	100	260.000 102.565
15 451	0310 1D73 0726	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA EUROPA - SP	F	4	2	40	0	100	102.565 102.565
15 451	0310 1D73 0728	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POMPEIA - SP	F	4	2	40	0	100	102.565 102.565
15 451	0310 1D73 0730	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA -	F	4	2	40	0	100	102.565 102.565

15 451	0310 1D73 0732	PONTAL - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO AMARO DAS BROTAS - SE	F	4	2	40	0	100	102.565 300.000
15 451	0310 1D73 0734	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TOMAR DO GERU - SE	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	0310 1D73 0736	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGARTO - SE	F	4	2	40	0	100	200.000 450.000
15 451	0310 1D73 0738	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANHOBA - SE	F	4	2	40	0	100	450.000 150.000
15 451	0310 1D73 0740	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ESTANCIA - SE	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	0310 1D73 0742	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MURIBECA - SE	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000
15 451	0310 1D73 0744	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO DOMINGOS - SE	F	4	2	40	0	100	150.000 150.000
15 451	0310 1D73 0746	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SIRURI - SE	F	4	2	40	0	100	150.000 250.000
15 451	0310 1D73 0748	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUMBE - SE	F	4	2	40	0	100	250.000 200.000
15 451	0310 1D73 0750	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALAGOA NOVA - PB	F	4	2	40	0	100	200.000 140.000
15 451	0310 1D73 0752	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPINA GRANDE - PB	F	4	2	40	0	100	140.000 3.500.000
15 451	0310 1D73 0754	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 27 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JATEI - MS	F	4	2	40	0	100	3.500.000 300.000
15 451	0310 1D73 0756	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DE SAO MIGUEL - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 0758	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE RORAIMA	F	4	2	40	0	100	300.000 1.850.000
15 451	0310 1D73 0760	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 14 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOA VISTA - RR	F	4	2	40	0	100	1.850.000 650.000
15 451	0310 1D73 0762	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALVADOR - BA	F	4	2	40	0	100	650.000 5.300.000
15 451	0310 1D73 0764	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 43 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARMOPOLIS DE MINAS - MG	F	4	2	30	0	100	3.300.000 2.000.000 150.000
15 451	0310 1D73 0766	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COCALZINHO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	0310 1D73 0768	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DIVINO - MG	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0770	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - HORTOLANDIA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	0310 1D73 0772	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUA DOCE DO NORTE - ES	F	4	2	40	0	100	100.000 200.000
15 451	0310 1D73 0774	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MATEUS - ES	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	0310 1D73 0776	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALEGRE - ES	F	4	2	40	0	100	300.000 400.000
15 451	0310 1D73 0778	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LEOPOLDINA - ES	F	4	2	40	0	100	400.000 200.000
15 451	0310 1D73 0780	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO ROQUE DO CANAA - ES	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	0310 1D73 0782	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACRUZ - ES	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000

15 451	0310 1D73 0784	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREJETUBA - ES	F	4	2	40	0	100	300.000	350.000
15 451	0310 1D73 0786	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DORES DO RIO PRETO - ES	F	4	2	40	0	100	350.000	200.000
15 451	0310 1D73 0788	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LARANJA DA TERRA - ES	F	4	2	40	0	100	200.000	200.000
15 451	0310 1D73 0790	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA VALERIO - ES	F	4	2	40	0	100	200.000	250.000
15 451	0310 1D73 0792	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUIA BRANCA - ES	F	4	2	40	0	100	250.000	200.000
15 451	0310 1D73 0794	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOAO NEIVA - ES	F	4	2	40	0	100	200.000	100.000
15 451	0310 1D73 0796	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOVERNADOR LINDENBERG - ES	F	4	2	40	0	100	100.000	100.000
15 451	0310 1D73 0798	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARATAIZES - ES	F	4	2	40	0	100	100.000	200.000
15 451	0310 1D73 0800	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SEROPEDICA - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000	200.000
15 451	0310 1D73 0802	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VOLTA REDONDA - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000	300.000
15 451	0310 1D73 0804	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DUAS BARRAS - RJ	F	4	2	40	0	100	300.000	150.000
15 451	0310 1D73 0806	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MACAE - RJ	F	4	2	40	0	100	150.000	300.000
15 451	0310 1D73 0808	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO - RJ	F	4	2	40	0	100	300.000	100.000
15 451	0310 1D73 0810	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SUMIDOURO - RJ	F	4	2	40	0	100	100.000	50.000
15 451	0310 1D73 0812	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPERUNA - RJ	F	4	2	40	0	100	50.000	150.000
15 451	0310 1D73 0814	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MENDES - RJ	F	4	2	40	0	100	150.000	650.000
15 451	0310 1D73 0816	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORCIUNCULA - RJ	F	4	2	40	0	100	650.000	300.000
15 451	0310 1D73 0818	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DE UBA - RJ	F	4	2	40	0	100	300.000	100.000
15 451	0310 1D73 0820	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAPEBUS - RJ	F	4	2	40	0	100	100.000	250.000
15 451	0310 1D73 0822	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAOCARA - RJ	F	4	2	40	0	100	250.000	800.000
15 451	0310 1D73 0824	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARRE-SAI - RJ	F	4	2	40	0	100	800.000	400.000
15 451	0310 1D73 0826	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	F	4	2	40	0	100	400.000	200.000
15 451	0310 1D73 0828	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NATIVIDADE - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000	200.000
15 451	0310 1D73 0830	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO DE JANEIRO - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000	1.500.000
15 451	0310 1D73 0832	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TABOAO DA SERRA - SP	F	4	2	40	0	100	1.500.000	1.500.000
15 451	0310 1D73 0834	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANDRADINA - SP	F	4	2	40	0	100	1.500.000	500.000
15 451	0310 1D73 0836	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	F	4	2	40	0	100	500.000	2.000.000

		URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALTO - SP	F	4	2	40	0	100	2.000.000
15 451	0310 1D73 0838	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 16 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALINHOS - SP	F	4	2	40	0	100	1.500.000
15 451	0310 1D73 0840	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JAU - SP	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0842	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACUPIRANGA - SP	F	4	2	40	0	100	120.000
15 451	0310 1D73 0844	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRACATU - SP	F	4	2	40	0	100	580.000
15 451	0310 1D73 0846	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARQUEIRA-ACU - SP	F	4	2	40	0	100	580.000
15 451	0310 1D73 0848	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANANEIA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0850	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOFETE - SP	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0852	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARINU - SP	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	0310 1D73 0854	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBEIRAO PIRES - SP	F	4	2	40	0	100	850.000
15 451	0310 1D73 0856	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CESARIO LANGE - SP	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 0858	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITATIBA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0860	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA FE DO SUL - SP	F	4	2	40	0	100	1.000.000
15 451	0310 1D73 0862	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAQUIM DA BARRA - SP	F	4	2	40	0	100	1.000.000
15 451	0310 1D73 0864	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PRESIDENTE PRUDENTE - SP	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0866	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO GRANDE DA SERRA - SP	F	4	2	40	0	100	310.000
15 451	0310 1D73 0868	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BEBEDOURO - SP	F	4	2	40	0	100	310.000
15 451	0310 1D73 0870	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARAREMA - SP	F	4	2	40	0	100	110.000
15 451	0310 1D73 0872	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACAREI - SP	F	4	2	40	0	100	1.110.000
15 451	0310 1D73 0874	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LUIS ANTONIO - SP	F	4	2	40	0	100	1.110.000
15 451	0310 1D73 0876	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRUMADO - BA	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 0878	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MOGI DAS CRUZES - SP	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0880	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ILHABELA - SP	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 0882	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREJO LINDA - BA	F	4	2	40	0	100	110.000
15 451	0310 1D73 0884	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUSSARAPE - BA	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0886	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TORRINTIA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 0888	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IBIUNA - SP	F	4	2	40	0	100	100.000

15 451	0310 1D73 0890	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAGUATATUBA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000	200.000
15 451	0310 1D73 0892	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ILHA COMPRIDA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000	250.000
15 451	0310 1D73 0894	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRAGANCA PAULISTA - SP	F	4	2	40	0	100	250.000	500.000
15 451	0310 1D73 0896	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ATIBAIA - SP	F	4	2	40	0	100	500.000	300.000
15 451	0310 1D73 0898	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOA VISTA DO TUPIIM - BA	F	4	2	40	0	100	300.000	500.000
15 451	0310 1D73 0900	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJAMAR - SP	F	4	2	40	0	100	500.000	300.000
15 451	0310 1D73 0902	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRAPORA DO BOM JESUS - SP	F	4	2	40	0	100	300.000	300.000
15 451	0310 1D73 0904	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARACAJU - MS	F	4	2	40	0	100	300.000	300.000
15 451	0310 1D73 0906	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA DE PARNAIBA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000	6.700.000
15 451	0310 1D73 0908	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 53 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NAVIRAI - MS	F	4	2	40	0	100	6.700.000	300.000
15 451	0310 1D73 0910	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUQUIA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000	150.000
15 451	0310 1D73 0912	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GARÇA - SP	F	4	2	40	0	100	150.000	200.000
15 451	0310 1D73 0914	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAOCA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000	150.000
15 451	0310 1D73 0916	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JULIO MESQUITA - SP	F	4	2	40	0	100	150.000	200.000
15 451	0310 1D73 0918	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARACOL - MS	F	4	2	40	0	100	200.000	400.000
15 451	0310 1D73 0920	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PRIMAVERA DO LESTE - MT	F	4	2	40	0	100	400.000	190.000
15 451	0310 1D73 0922	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALMIRANTE TAMANDARE - PR	F	4	2	40	0	100	190.000	150.000
15 451	0310 1D73 0924	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IRATI - PR	F	4	2	40	0	100	150.000	200.000
15 451	0310 1D73 0926	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO MAGRO - PR	F	4	2	40	0	100	200.000	200.000
15 451	0310 1D73 0928	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA REAL - BA	F	4	2	40	0	100	200.000	150.000
15 451	0310 1D73 0930	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO LARGO - PR	F	4	2	40	0	100	150.000	250.000
15 451	0310 1D73 0932	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GABRIEL - RS	F	4	2	40	0	100	250.000	450.000
15 451	0310 1D73 0934	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TORRES - RS	F	4	2	40	0	100	450.000	400.000
15 451	0310 1D73 0936	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA VERMELHA - RS	F	4	2	40	0	100	400.000	200.000
15 451	0310 1D73 0938	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO CAMPINHO - VITORIA DA CONQUISTA - BA	F	4	2	40	0	100	200.000	1.000.000
15 451	0310 1D73 0940	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITUACU - BA	F	4	2	40	0	100	1.000.000	300.000
15 451	0310 1D73 0942	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	F	4	2	40	0	100	300.000	300.000

		URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POCOES - BA	F	4	2	40	0	100		300.000
15 451	0310 1D73 0944	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PLANALTO - BA	F	4	2	40	0	100		300.000
15 451	0310 1D73 0946	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO ALEGRE - RS	F	4	2	40	0	100		1.800.000
15 451	0310 1D73 0948	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 14 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BLUMENAU - SC	F	4	2	40	0	100		1.800.000
15 451	0310 1D73 0952	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO CAITANO - PE	F	4	2	40	0	100		1.100.000
15 451	0310 1D73 0954	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DA BARRA - RJ	F	4	2	40	0	100		300.000
15 451	0310 1D73 0956	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - QUEIMADAS - PB	F	4	2	40	0	100		250.000
15 451	0310 1D73 0958	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ABAETETUBA - PA	F	4	2	30	0	100		200.000
15 451	0310 1D73 0960	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARCARENA - PA	F	4	2	40	0	100		800.000
15 451	0310 1D73 0962	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARANAIBA - MS	F	4	2	40	0	100		150.000
15 451	0310 1D73 0964	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO AUGUSTO - RS	F	4	2	40	0	100		150.000
15 451	0310 1D73 0966	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANGELO - RS	F	4	2	40	0	100		200.000
15 451	0310 1D73 0968	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASILANDIA - MS	F	4	2	40	0	100		200.000
15 451	0310 1D73 0970	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARANHOS - MS	F	4	2	40	0	100		150.000
15 451	0310 1D73 0972	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRATINI - RS	F	4	2	40	0	100		200.000
15 451	0310 1D73 0974	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAPAO DO LEAO - RS	F	4	2	40	0	100		100.000
15 451	0310 1D73 0976	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA FUNDA - RS	F	4	2	40	0	100		100.000
15 451	0310 1D73 0978	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CASSILANDIA - MS	F	4	2	40	0	100		300.000
15 451	0310 1D73 0980	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DEODAPOLIS - MS	F	4	2	40	0	100		300.000
15 451	0310 1D73 0982	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGUNA CARAPA - MS	F	4	2	40	0	100		300.000
15 451	0310 1D73 0984	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO UNIAO - SC	F	4	2	40	0	100		150.000
15 451	0310 1D73 0986	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TIJUCAS - SC	F	4	2	40	0	100		200.000
15 451	0310 1D73 0988	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARATUBA - PR	F	4	2	40	0	100		150.000
15 451	0310 1D73 0990	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DE AREIA BRANCA - BELFORD ROXO - RJ	F	4	2	40	0	100		200.000
15 451	0310 1D73 0992	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO LUIZ CACADOR - SAO GONCALO - RJ	F	4	2	40	0	100		500.000
15 451	0310 1D73 0994	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GENERAL SAMPAIO - CE	F	4	2	40	0	100		300.000
15 451	0310 1D73 0996	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARROIO DO PADRE - RS	F	4	2	40	0	100		150.000

15 451	0310 1D73 0998	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHUI - RS	F	4	2	40	0	100	450.000 200.000
15 451	0310 1D73 1000	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MORRO REDONDO - RS	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	0310 1D73 1002	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIACABUCU - AL	F	4	2	40	0	100	100.000 350.000
15 451	0310 1D73 1004	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAUNA - MG	F	4	2	40	0	100	350.000 300.000
15 451	0310 1D73 1006	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FLORESTAL - MG	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	0310 1D73 1008	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGACI - AL	F	4	2	40	0	100	150.000 550.000
15 451	0310 1D73 1010	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORREGO DANTA - MG	F	4	2	40	0	100	550.000 150.000
15 451	0310 1D73 1012	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALPINOPOLIS - MG	F	4	2	40	0	100	150.000 100.000
15 451	0310 1D73 1014	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PITANGUI - MG	F	4	2	40	0	100	100.000 200.000
15 451	0310 1D73 1016	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARECHAL DEODORO - AL	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000
15 451	0310 1D73 1018	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRAIBAS - AL	F	4	2	40	0	100	400.000 150.000
15 451	0310 1D73 1020	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ESTRELA DE ALAGOAS - AL	F	4	2	40	0	100	150.000 500.000
15 451	0310 1D73 1022	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IBATEGUARA - AL	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	0310 1D73 1024	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTEIROPOLIS - AL	F	4	2	40	0	100	300.000 100.000
15 451	0310 1D73 1026	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MIGUEL DOS CAMPOS - AL	F	4	2	40	0	100	100.000 400.000
15 451	0310 1D73 1028	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRAIPI - AL	F	4	2	40	0	100	400.000 900.000
15 451	0310 1D73 1030	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GONCALO DOS CAMPOS - BA	F	4	2	40	0	100	900.000 100.000
15 451	0310 1D73 1032	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO IPANEMA - VALPARAISO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	0310 1D73 1036	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOQUEIRAO - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 600.000
15 451	0310 1D73 1038	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALGADO DE SAO FELIX - PB	F	4	2	40	0	100	600.000 500.000
15 451	0310 1D73 1040	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BENTO - PB	F	4	2	40	0	100	500.000 1.400.000
15 451	0310 1D73 1042	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTA GROSSA - PR	F	4	2	40	0	100	1.400.000 2.400.000
15 451	0310 1D73 1044	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 19 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAUBAS DO PIAUI - PI	F	4	2	40	0	100	2.400.000 100.000
15 451	0310 1D73 1046	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAGUAI - SP	F	4	2	99	0	100	100.000 300.000
15 451	0310 1D73 1048	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAPELA DO ALTO - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	0310 1D73 1050	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CERQUEIRA CESAR - SP	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	0310 1D73 1052	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000

		URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IPERO - SP	F	4	2	40	0	100	
15 451	0310 1D73 1054	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PILAR DO SUL - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 300.000
15 451	0310 1D73 1056	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITATINGA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 1058	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIEDADE - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 330.000
15 451	0310 1D73 1060	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAPIRAI - SP	F	4	2	40	0	100	330.000 100.000
15 451	0310 1D73 1062	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TATUI - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 375.000
15 451	0310 1D73 1064	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IPUA - SP	F	4	2	40	0	100	375.000 250.000
15 451	0310 1D73 1066	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJATI - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	0310 1D73 1070	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCO DA ROCHA - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 400.000
15 451	0310 1D73 1072	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUAPE - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 250.000
15 451	0310 1D73 1074	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITARIRI - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	0310 1D73 1076	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRAJU - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	0310 1D73 1078	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBEIRAO GRANDE - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 300.000
15 451	0310 1D73 1080	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DO FEITAL - PINDAMONHANGABA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 1082	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO ROQUE - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 900.000
15 451	0310 1D73 1084	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAQUARITUBA - SP	F	4	2	40	0	100	900.000 250.000
15 451	0310 1D73 1086	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAQUARIVAI - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 315.000
15 451	0310 1D73 1088	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO SEBASTIAO - AL	F	4	2	40	0	100	315.000 350.000
15 451	0310 1D73 1090	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TEOTONIO VILELA - AL	F	4	2	40	0	100	350.000 150.000
15 451	0310 1D73 1094	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GIRAU DO PONCIANO - AL	F	4	2	40	0	100	500.000 400.000
15 451	0310 1D73 1096	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO ROCIDALE - OSASCO - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 400.000
15 451	0310 1D73 1098	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERRANA - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 100.000
15 451	0310 1D73 1100	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COSMOPOLIS - SP	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	0310 1D73 1102	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LUCILIA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 100.000
15 451	0310 1D73 1104	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO BATISTA DO GLORIA - MG	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	0310 1D73 1106	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANTONIO DO AMPARO - MG	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	0310 1D73 1108	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERRA AZUL DE MINAS - MG	F	4	2	40	0	100	300.0

15 451	0310 1D73 1110	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO NOVO DO SUL - ES	F	4	2	40	0	100	200.000	200.000
15 451	0310 1D73 1112	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAGUARA - MG	F	4	2	40	0	100	200.000	300.000
15 451	0310 1D73 1114	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARECHAL FLORIANO - ES	F	4	2	40	0	100	300.000	300.000
15 451	0310 1D73 1116	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TACURU - MS	F	4	2	40	0	100	300.000	200.000
15 451	0310 1D73 1118	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAPUCAIA - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000	300.000
15 451	0310 1D73 1120	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARAL MOREIRA - MS	F	4	2	40	0	100	300.000	200.000
15 451	0310 1D73 1122	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPORA - MS	F	4	2	40	0	100	200.000	200.000
15 451	0310 1D73 1124	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARIPIRANGA - BA	F	4	2	40	0	100	200.000	400.000
15 451	0310 1D73 1126	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA ALVORADA DO SUL - MS	F	4	2	40	0	100	400.000	250.000
15 451	0310 1D73 1128	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IBITIARA - BA	F	4	2	40	0	100	250.000	500.000
15 451	0310 1D73 1130	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PINDOBA - AL	F	4	2	40	0	100	500.000	150.000
15 451	0310 1D73 1132	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACARACI - BA	F	4	2	40	0	100	150.000	200.000
15 451	0310 1D73 1134	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARICONHA - AL	F	4	2	40	0	100	200.000	500.000
15 451	0310 1D73 1136	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA CRUZ DA VITORIA - BA	F	4	2	40	0	100	500.000	150.000
15 451	0310 1D73 1138	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA VICOSA - BA	F	4	2	40	0	100	150.000	300.000
15 451	0310 1D73 1140	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORURUPE - AL	F	4	2	40	0	100	300.000	16.500.000
15 451	0310 1D73 1142	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 152 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELO MONTE - AL	F	4	2	40	0	100	16.500.000	200.000
15 451	0310 1D73 1144	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAICO - RN	F	4	2	40	0	100	200.000	140.000
15 451	0310 1D73 1146	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UMARIZAL - RN	F	4	2	40	0	100	140.000	270.000
15 451	0310 1D73 1148	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RODOLFO FERNANDES - RN	F	4	2	40	0	100	270.000	230.000
15 451	0310 1D73 1152	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TOME-AÇU - PA	F	4	2	40	0	100	230.000	300.000
15 451	0310 1D73 1154	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BURITICUPU - MA	F	4	2	40	0	100	300.000	1.000.000
15 451	0310 1D73 1156	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORBELIA - PR	F	4	2	40	0	100	1.000.000	150.000
15 451	0310 1D73 1158	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OURO VERDE DO OESTE - PR	F	4	2	40	0	100	150.000	150.000
15 451	0310 1D73 1160	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MIGUEL DO GUAMA - PA	F	4	2	40	0	100	150.000	350.000
15 451	0310 1D73 1162	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IRTUUA - PA	F	4	2	40	0	100	350.000	300.000
15 451	0310 1D73 1164	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	F	4	2	40	0	100	300.000	300.000

		URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARAGOMINAS - PA	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 1166	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANANINDEUA - PA	F	4	2	40	0	100	4.000.000
15 451	0310 1D73 1168	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 32 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANDRE - SP	F	4	2	40	0	100	4.000.000
15 451	0310 1D73 1170	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BERNARDO DO CAMPO - SP	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 1172	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA PAULISTA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 1174	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA - AP	F	4	2	40	0	100	250.000
15 451	0310 1D73 1176	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BENTO DO SUL - SC	F	4	2	40	0	100	250.000
15 451	0310 1D73 1178	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARREIRAS - BA	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	0310 1D73 1180	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA DO POÇO - BA	F	4	2	40	0	100	1.400.000
15 451	0310 1D73 1182	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UTINGA - BA	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 1184	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - URANDI - BA	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 1186	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SEBASTIAO LARANJEIRAS - BA	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	0310 1D73 1188	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PALMAS DE MONTE ALTO - BA	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	0310 1D73 1190	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAIRI - BA	F	4	2	40	0	100	190.000
15 451	0310 1D73 1192	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITRUCU - BA	F	4	2	40	0	100	190.000
15 451	0310 1D73 1194	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAETE - BA	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 1196	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COTEGIPE - BA	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	0310 1D73 1198	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IMPERATRIZ - MA	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	0310 1D73 1200	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CACONDE - SP	F	4	2	40	0	100	1.000.000
15 451	0310 1D73 1202	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALESOPOLIS - SP	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 1204	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARGEM GRANDE DO SUL - SP	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	0310 1D73 1206	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAFARNAUM - BA	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 1208	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DA BOA VISTA - SP	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 1210	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAPIRATIBA - SP	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 1212	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MOCOCA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	0310 1D73 1214	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOINHA - SP	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	0310 1D73 1216	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LACAREZINHO - PR	F	4	2	40	0	100	150.000

15 451	0310 1D73 1218	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTEIRO LOBATO - SP	F	4	2	40	0	100	700.000 300.000
15 451	0310 1D73 1220	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BENTO DO SAPUCAI - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 105.000
15 451	0310 1D73 1222	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO SANTA CRUZ - JAMBEIRO - SP	F	4	2	40	0	100	105.000 300.000
15 451	0310 1D73 1226	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUNHA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 250.000
15 451	0310 1D73 1228	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA BRANCA - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 300.000
15 451	0310 1D73 1230	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMERICO DE CAMPOS - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	0310 1D73 1232	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALVARES FLORENCE - SP	F	4	2	40	0	100	150.000 105.000
15 451	0310 1D73 1234	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DO CEDRO - PARAIBUNA - SP	F	4	2	40	0	100	105.000 300.000
15 451	0310 1D73 1238	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAUCAIA - CE	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	0310 1D73 1296	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM ARAGUAINA - TO	F	4	2	30	0	100	200.000 25.561.461
15 451	0310 1D73 1298	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 205 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO CONJUNTO DOM JAIME CAMARA EM BANGU - RIO DE JANEIRO - RJ	F	4	2	40	0	100	25.561.461 850.000
15 451	0310 1D73 1304	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM AREAS CENTRAIS E BAIRROS - NATAL - RN	F	4	2	30	0	100	850.000 2.700.000
15 451	0310 1D73 1308	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 22 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTES CLAROS - MG	F	4	2	40	0	100	2.700.000 800.000
15 451	0310 1D73 1310	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASILIA DE MINAS - MG	F	4	2	40	0	100	800.000 280.000
15 451	0310 1D73 1312	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 22 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITACARAMBI - MG	F	4	2	40	0	100	280.000 450.000
15 451	0310 1D73 1314	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCISCO SA - MG	F	4	2	40	0	100	450.000 450.000
15 451	0310 1D73 1316	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANGA - MG	F	4	2	40	0	100	450.000 450.000
15 451	0310 1D73 1318	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRABELA - MG	F	4	2	40	0	100	450.000 400.000
15 451	0310 1D73 1320	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA AVENIDA SANTOS DUMONT - MONTALVANIA - MG	F	4	2	40	0	100	400.000 150.000
15 451	0310 1D73 1322	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EXU - PE	F	4	2	40	0	100	150.000 650.000
15 451	0310 1D73 1324	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OURICURI - PE	F	4	2	30	0	100	650.000 500.000
15 451	0310 1D73 1326	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CALUMBI - PE	F	4	2	40	0	100	500.000 350.000
15 451	0310 1D73 1328	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA FILOMENA - PE	F	4	2	30	0	100	350.000 130.000
15 451	0310 1D73 1330	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERRITA - PE	F	4	2	40	0	100	130.000 200.000
15 451	0310 1D73 1332	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITACURUBA - PE	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	0310 1D73 1334	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DA RIDE DO VALE DO TAQUARI - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	30	0	100	300.000 16.000.000

15 451	0310 1D73 1336	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 128 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PALMAS - TO	F 4 2 90 0 100	16.000.000 6.500.000
15 451	0310 1D73 1340	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 52 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACIARA - MT	F 4 2 30 0 100	6.500.000 900.000
15 451	0310 1D73 1342	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUSCIMEIRA - MT	F 4 2 99 0 100	900.000 900.000
15 451	0310 1D73 4087	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO LUIS - MA	F 4 2 99 0 100	900.000 16.781.759
15 451	0310 1D73 4089	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 134 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RONDONOPOLIS - MT	F 4 2 40 0 100	16.781.759 16.972.812
15 451	0310 1D73 4091	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 136 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOURADOS - MS	F 4 2 40 0 100	16.972.812 15.315.940
15 451	0310 1D73 4093	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 123 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO GRANDE - MS	F 4 2 30 0 100	15.315.940 14.715.940
15 451	0310 1D73 4095	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 118 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRES LAGOAS - MS	F 4 2 30 0 100	14.715.940 15.015.940
15 451	0310 1D73 4097	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 118 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTA FORA - MS	F 4 2 40 0 100	15.015.940 15.015.942
15 451	0310 1D73 4099	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 117 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NA REGIAO METROPOLITANA DE BELEM - PA	F 4 2 40 0 100	15.015.942 22.566.083
15 451	0310 1D73 4101	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 180 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTAREM - PA	F 4 2 90 0 100	22.566.083 17.566.083
15 451	0310 1D73 4103	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 141 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERESINA - PI	F 4 2 40 0 100	17.566.083 20.725.836
15 451	0310 1D73 4105	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 166 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CONSTRUCAO DE PONTE URBANA SOBRE O RIO POTI - TERESINA - PI	F 4 2 40 0 100	20.725.836 20.000.000
15 451	0310 1D73 4107	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NA REGIAO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - RJ	F 4 2 30 0 100	20.000.000 12.035.639
15 451	0310 1D73 4109	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 96 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MOSSORO - RN	F 4 2 90 0 100	12.035.639 19.500.000
15 451	0310 1D73 4111	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 153 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGARTO - SE	F 4 2 40 0 100	19.500.000 13.859.565
15 451	0310 1D73 4113	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 111 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - APOIO A IMPLANTACAO DA AVENIDA LESTE-OESTE - GOIANIA - GO	F 4 2 40 0 100	13.859.565 16.738.894
15 451	0310 1D73 4115	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - NACIONAL	F 4 2 40 0 100	16.738.894 18.000.000
15 451	0310 1D73 4117	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 144 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE URBANIZACAO NA AREA DO VALE DO JAGUARIBE - JOAO PESSOA - PB	F 4 2 90 0 100	18.000.000 7.250.000
15 451	0310 1D73 4119	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 58 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE SAO PAULO	F 4 2 30 0 100	7.250.000 98.598.735
15 451	0310 1D73 4121	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 774 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NA REGIAO METROPOLITANA DE FORTALEZA - CE	F 4 2 40 0 100 F 4 2 99 0 100	98.098.735 500.000 34.179.944
15 451	0310 1D73 4123	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 273 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJAZEIRAS - PB	F 4 2 40 0 100	34.179.944 26.907.348
15 451	0310 1D73 4125	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 215 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MUNICIPIOS DA REGIAO METROPOLITANA DO RECIFE - PE	F 4 2 40 0 100	26.907.348 23.971.950
15 451	0310 1D73 4127	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 192 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIAO METROPOLITANA DO RECIFE - PE	F 4 2 90 0 100	23.971.950 21.000.000
15 451	0310 1D73 4129	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 168 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS E ACOES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO - APARECIDA DE GOIANIA - GO	F 4 2 30 0 100	21.000.000 26.238.895
15 451	0310 1D73 4131	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 212 APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEGUNDA ETAPA DA INTERLIGACAO AEROPORTO - FLORIANOPOLIS	F 4 2 40 0 100	26.238.895 21.342.357

[illegible]

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6001 APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS									3.251.000
		PROJETOS							
15 451	6001 7H20	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA							3.251.000
15 451	6001 7H20 1256	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONTRUCAO DO ACESSO AO ANEL VIARIO NO TRECHO RIO COCO-AVENIDA MAESTRO LISBOA EM FORTALEZA - CE							3.251.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	3	90	0	100	1.625.500
			F	4	3	90	0	111	1.625.500
TOTAL - FISCAL									3.251.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.251.000

ORGÃO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6001 APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS									1.682.013.352
		PROJETOS							
15 451	6001 7H03	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DA REGIAO METROPOLITANA DE FORTALEZA - CE							34.179.944
15 451	6001 7H03 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DA REGIAO METROPOLITANA DE FORTALEZA - CE - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NA REGIAO METROPOLITANA DE FORTALEZA - CE							34.179.944
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 273	F	4	2	40	0	100	34.179.944

		ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GERALDO DO ARAGUAIA - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	30	0	100	300.000
			F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 0092	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO AMAZONAS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 27	F	4	2	30	0	100	3.350.000
15 451	6001 7H20 0094	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO MARANHAO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 348	F	4	2	40	0	100	43.700.000
15 451	6001 7H20 0096	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 154	F	4	2	40	0	100	43.700.000
15 451	6001 7H20 0098	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE TOCANTINS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 225	F	4	2	40	0	100	19.525.000
15 451	6001 7H20 0100	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PETROLINA - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9	F	4	2	40	0	100	28.470.000
15 451	6001 7H20 0102	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA GRANDE - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	99	0	100	27.370.000
15 451	6001 7H20 0104	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - QUIPAPA - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	30	0	100	1.100.000
15 451	6001 7H20 0106	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AFRANIO - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	1.200.000
15 451	6001 7H20 0108	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO EGITO - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	30	0	100	1.000.000
15 451	6001 7H20 0110	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERTANIA - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0112	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELEM DE SAO FRANCISCO - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	6001 7H20 0114	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARNAIBA - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	6001 7H20 0116	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DORMENTES - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 0118	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE PERNAMBUCO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12412	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	6001 7H20 0120	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELO JARDIM - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	30	0	100	500.000
15 451	6001 7H20 0122	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PESQUEIRA - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	22.475.000
15 451	6001 7H20 0124	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	1.530.000
15 451	6001 7H20 0126	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TORITAMA - PE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	22.475.000
15 451	6001 7H20 0128	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO PIAUI PROJETO APOIADO (UNIDADE) 136	F	4	2	40	0	100	1.000.000
15 451	6001 7H20 0130	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DA BAHIA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 564	F	4	2	30	0	100	1.000.000
15 451	6001 7H20 0132	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DA PARAIBA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 97	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0134	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPITANGA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	6001 7H20 0136	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA CRUZ CABRALIA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	6001 7H20 0138	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO AMAPARA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 136	F	4	2	40	0	100	600.000
			F	4	2	30	0	100	17.300.000
			F	4	2	40	0	100	400.000
			F	4	2	99	0	100	13.200.000
			F	4	2	99	0	100	3.700.000
			F	4	2	99	0	100	71.850.000
			F	4	2	30	0	100	3.650.000
			F	4	2	40	0	100	55.570.000
			F	4	2	99	0	100	12.630.000
			F	4	2	99	0	100	11.985.000
15 451	6001 7H20 0132	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DA PARAIBA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 97	F	4	2	40	0	100	11.985.000
15 451	6001 7H20 0134	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPITANGA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	780.000
15 451	6001 7H20 0136	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA CRUZ CABRALIA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	780.000
15 451	6001 7H20 0138	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO AMAPARA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 136	F	4	2	40	0	100	800.000
			F	4	2	40	0	100	510.000

15 451	6001 7H20 0140	ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POTIRAGUA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	510.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALCOBACA - BA							400.000
15 451	6001 7H20 0142	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VEREDA - BA							630.000
15 451	6001 7H20 0144	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	630.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAQUINIQUE - BA							420.000
15 451	6001 7H20 0146	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	420.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LIMOEIRO - PE							1.700.000
15 451	6001 7H20 0148	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 14	F	4	2	30	0	100	500.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALIANCA - PE	F	4	2	40	0	100	1.200.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							110.000
15 451	6001 7H20 0150	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JABOATAO DOS GUARARAPES - PE	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0152	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMARAGIBE - PE							1.200.000
15 451	6001 7H20 0154	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9	F	4	2	40	0	100	1.200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO ESPIRITO SANTO							14.930.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 117	F	4	2	40	0	100	12.480.000
15 451	6001 7H20 0156	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE ALAGOAS	F	4	2	99	0	100	2.450.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 145							18.850.000
15 451	6001 7H20 0158	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CEDRO DE SAO JOAO - SE	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 0160	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO SERGIPE							2.250.000
15 451	6001 7H20 0162	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 18	F	4	2	40	0	100	2.250.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NEOPOLIS - SE							1.200.000
15 451	6001 7H20 0164	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9	F	4	2	40	0	100	1.200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUIDABA - SE							990.000
15 451	6001 7H20 0166	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7	F	4	2	40	0	100	990.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPORANGA D'AJUDA - SE							650.000
15 451	6001 7H20 0168	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	650.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZIA DO ITANHY - SE							400.000
15 451	6001 7H20 0170	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TOBIAS BARRETO - SE							600.000
15 451	6001 7H20 0172	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	600.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELFORD ROXO - RJ							7.300.000
15 451	6001 7H20 0174	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 57	F	4	2	40	0	100	7.300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TANGUA - RJ							500.000
15 451	6001 7H20 0176	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	500.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JAPERI - RJ							250.000
15 451	6001 7H20 0178	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	250.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIGUEL PEREIRA - RJ							150.000
15 451	6001 7H20 0180	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DE MERITI - RJ							150.000
15 451	6001 7H20 0182	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NILOPOLIS - RJ							3.350.000
15 451	6001 7H20 0184	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 26	F	4	2	40	0	100	3.350.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ							100.000
15 451	6001 7H20 0186	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FEIRA DE SANTANA - BA							2.250.000
15 451	6001 7H20 0188	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 18	F	4	2	30	0	100	750.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AIURUOCA - MG	F	4	2	40	0	100	1.500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							150.000

15 451	6001 7H20 0190	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ORIZANIA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0192	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANTONIO PRADO DE MINAS - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	300.000 120.000
15 451	6001 7H20 0194	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EUGENOPOLIS - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	120.000 200.000
15 451	6001 7H20 0196	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARTINS SOARES - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	6001 7H20 0198	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARINHANHA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	6001 7H20 0200	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITUBA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0202	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAURO DE FREITAS - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0204	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE MINAS GERAIS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 548	F	4	2	40	0	100	200.000 69.800.250
15 451	6001 7H20 0206	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TEOFILO OTONI - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12	F	4	2	40	0	100	4.900.000 53.105.250 11.795.000 1.500.000
15 451	6001 7H20 0208	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARIACICA - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	1.500.000 200.000
15 451	6001 7H20 0210	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUACU - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	6001 7H20 0212	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIUMA - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	300.000 600.000
15 451	6001 7H20 0214	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA VELHA - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11	F	4	2	40	0	100	600.000 1.400.000
15 451	6001 7H20 0216	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DE SAO FRANCISCO - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	1.400.000 300.000
15 451	6001 7H20 0218	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GABRIEL DA PALHA - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	300.000 600.000
15 451	6001 7H20 0220	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BAIXO GUANDU - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	600.000 700.000
15 451	6001 7H20 0222	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARAPARI - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	700.000 300.000
15 451	6001 7H20 0224	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PANCAS - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0226	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PEDRO CANARIO - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	300.000 500.000
15 451	6001 7H20 0228	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO CALCADO - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	500.000 250.000
15 451	6001 7H20 0230	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 114	F	4	2	40	0	100	250.000 14.300.000
15 451	6001 7H20 0232	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - NACIONAL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 25	F	4	2	40	0	100	10.500.000 3.800.000 3.200.000
15 451	6001 7H20 0234	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUA CLARA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	1.200.000 2.000.000 1.050.000
15 451	6001 7H20 0236	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUIDAUANA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	1.050.000 750.000
15 451	6001 7H20 0238	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA ANDRADINA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13	F	4	2	40	0	100	750.000 1.650.000
15 451	6001 7H20 0240	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA	F	4	2	40	0	100	1.650.000 680.000

15 451	6001 7H20 0242	URBANA - PEDRO GOMES - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	680.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO MURTINHO - MS							1.000.000
15 451	6001 7H20 0244	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	1.000.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GABRIEL DO OESTE - MS							1.550.000
15 451	6001 7H20 0246	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12	F	4	2	40	0	100	1.550.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SETE QUEDAS - MS							750.000
15 451	6001 7H20 0248	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	750.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ROCHEDO - MS							300.000
15 451	6001 7H20 0250	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERENOS - MS							700.000
15 451	6001 7H20 0252	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	700.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARAGUARI - MS							500.000
15 451	6001 7H20 0254	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	500.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMAPUA - MS							510.000
15 451	6001 7H20 0256	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	510.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BANDEIRANTES - MS							300.000
15 451	6001 7H20 0258	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANASTACIO - MS							800.000
15 451	6001 7H20 0260	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	800.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SONORA - MS							500.000
15 451	6001 7H20 0262	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	500.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS							300.000
15 451	6001 7H20 0264	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBAS DO RIO PARDO - MS							800.000
15 451	6001 7H20 0266	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	800.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COXIM - MS							300.000
15 451	6001 7H20 0268	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA RITA DO PARDO - MS							450.000
15 451	6001 7H20 0270	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	450.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SIDROLANDIA - MS							750.000
15 451	6001 7H20 0272	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	750.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BATAGUASSU - MS							850.000
15 451	6001 7H20 0274	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	850.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRANDA - MS							400.000
15 451	6001 7H20 0276	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BODOQUENA - MS							400.000
15 451	6001 7H20 0278	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NIOAQUE - MS							400.000
15 451	6001 7H20 0280	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOURADOS - MS							3.000.000
15 451	6001 7H20 0282	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 24	F	4	2	30	0	100	3.000.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL							11.000.000
15 451	6001 7H20 0284	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 87	F	4	2	40	0	100	11.000.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PATY DO ALFERES - RJ							350.000
15 451	6001 7H20 0288	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	350.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO - GO							1.000.000
15 451	6001 7H20 0290	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7	F	4	2	40	0	100	1.000.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA IGUAÇU - RJ							6.300.000
15 451	6001 7H20 0292	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 50	F	4	2	40	0	100	6.300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DO PIRAI - RJ							1.250.000
15 451	6001 7H20 0294	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9	F	4	2	40	0	100	1.250.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO FIDELIS - RJ							1.300.000

15 451	6001 7H20 0296	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO NEGRO - PR	F	4	2	40	0	100	1.300.000 500.000
15 451	6001 7H20 0298	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARGEM GRANDE PAULISTA - SP	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0300	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CERQUILHO - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0302	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EMBU-GUACU - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 400.000
15 451	6001 7H20 0304	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAIRINQUE - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 500.000
15 451	6001 7H20 0306	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO DAS PEDRAS - SP	F	4	2	40	0	100	500.000 200.000
15 451	6001 7H20 0308	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMERICANA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 1.650.000
15 451	6001 7H20 0310	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SUMARE - SP	F	4	2	40	0	100	1.650.000 500.000
15 451	6001 7H20 0312	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITIRAPINA - SP	F	4	2	40	0	100	500.000 150.000
15 451	6001 7H20 0314	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARATINGUETA - SP	F	4	2	40	0	100	150.000 860.000
15 451	6001 7H20 0316	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGARAPE-MIRI - PA	F	4	2	40	0	100	860.000 200.000
15 451	6001 7H20 0318	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA FE DO ARAGUAIA - TO	F	4	2	30	0	100	200.000 1.500.000
15 451	6001 7H20 0320	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO CEARA	F	4	2	40	0	100	1.500.000 22.430.000
15 451	6001 7H20 0322	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 178 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZ - PI	F	4	2	30	0	100	8.000.000 13.430.000
15 451	6001 7H20 0324	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAXINGO - PI	F	4	2	99	0	100	1.000.000 150.000
15 451	6001 7H20 0326	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOAQUIM PIRES - PI	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	6001 7H20 0328	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UNIAO - PI	F	4	2	40	0	100	250.000 150.000
15 451	6001 7H20 0330	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO PEDRO DO PIAUI - PI	F	4	2	40	0	100	150.000 250.000
15 451	6001 7H20 0332	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DO ARRAIAL - PI	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	6001 7H20 0334	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO PEIXE - PI	F	4	2	40	0	100	250.000 150.000
15 451	6001 7H20 0336	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BETANIA - PE	F	4	2	40	0	100	150.000 100.000
15 451	6001 7H20 0338	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOIANA - PE	F	4	2	40	0	100	100.000 1.200.000
15 451	6001 7H20 0340	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OLINDA - PE	F	4	2	40	0	100	1.200.000 2.640.000
15 451	6001 7H20 0342	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 21 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANHARO - PE	F	4	2	40	0	100	2.640.000 700.000
15 451	6001 7H20 0344	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - XEXEU - PE	F	4	2	40	0	100	700.000 100.000
15 451	6001 7H20 0346	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHA DE ALEGRIA - PE	F	4	2	40	0	100	100.000 700.000

15 451	6001 7H20 0348	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONDADO - PE	F	4	2	40	0	100	700.000 700.000
15 451	6001 7H20 0350	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO CALVO - AL	F	4	2	40	0	100	700.000 700.000
15 451	6001 7H20 0352	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DE SAO MIGUEL - AL	F	4	2	40	0	100	700.000 240.000
15 451	6001 7H20 0354	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MURICI - AL	F	4	2	40	0	100	240.000 371.700
15 451	6001 7H20 0356	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BATALHA - AL	F	4	2	40	0	100	371.700 450.000
15 451	6001 7H20 0358	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO LARGO - AL	F	4	2	40	0	100	450.000 1.900.000
15 451	6001 7H20 0360	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 15 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO LUIS DO QUITUNDE - AL	F	4	2	40	0	100	1.900.000 500.000
15 451	6001 7H20 0362	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITABAIANINHA - SE	F	4	2	40	0	100	500.000 500.000
15 451	6001 7H20 0364	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANDORINHA - BA	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0366	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANSIDAO - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0368	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA RITA DE CASSIA - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0370	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO SEBASTIAO DO PASSE - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0372	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	40	0	100	200.000 14.150.000
15 451	6001 7H20 0374	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 111 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RESENDE - RJ	F	4	2	30	0	100	1.350.000 12.800.000
15 451	6001 7H20 0376	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ	F	4	2	40	0	100	350.000 750.000
15 451	6001 7H20 0378	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA MANSA - RJ	F	4	2	40	0	100	750.000 550.000
15 451	6001 7H20 0380	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARACAMBI - RJ	F	4	2	40	0	100	550.000 1.550.000
15 451	6001 7H20 0382	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACARIGUAMA - SP	F	4	2	40	0	100	1.550.000 400.000
15 451	6001 7H20 0384	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO PEDRO DO TURVO - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 100.000
15 451	6001 7H20 0386	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACATUBA - SP	F	4	2	40	0	100	100.000 1.930.000
15 451	6001 7H20 0388	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 15 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GENERAL SALGADO - SP	F	4	2	40	0	100	1.930.000 200.000
15 451	6001 7H20 0390	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IACANGA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0392	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARUJA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0394	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAIEIRAS - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000
15 451	6001 7H20 0396	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANITAR - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 300.000
15 451	6001 7H20 0398	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCISCO MORATO - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 1.200.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9	F	4	2	40	0	100	1.200.000

15 451	6001 7H20 0400	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAIRIPORA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	420.000
15 451	6001 7H20 0402	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA ISABEL - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	420.000 310.000
15 451	6001 7H20 0404	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TIMBURI - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	310.000 100.000
15 451	6001 7H20 0406	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARULHOS - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 16	F	4	2	40	0	100	100.000 2.100.000
15 451	6001 7H20 0408	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO GAMA - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	2.100.000 1.100.000
15 451	6001 7H20 0410	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PLANALTIMA - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 10	F	4	2	40	0	100	1.100.000 1.400.000
15 451	6001 7H20 0412	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LUZIANIA - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	30	0	100	1.400.000 500.000
15 451	6001 7H20 0414	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALPARAISO DE GOIAS - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	500.000 1.100.000
15 451	6001 7H20 0416	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CIDADE OCIDENTAL - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	1.100.000 730.000
15 451	6001 7H20 0418	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALEXANIA - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	730.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0420	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE GOIAS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 137	F	4	2	40	0	100	1.000.000 17.300.000
15 451	6001 7H20 0422	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IVINHEMA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	30	0	100	1.600.000 11.450.000
15 451	6001 7H20 0424	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARDIM - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	4.250.000 700.000
15 451	6001 7H20 0426	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUTI - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	700.000 350.000
15 451	6001 7H20 0428	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - APARECIDA DO TABOADO - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	350.000 600.000
15 451	6001 7H20 0430	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO GRANDE - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 46	F	4	2	40	0	100	600.000 200.000
15 451	6001 7H20 0432	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELA VISTA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	5.800.000 500.000
15 451	6001 7H20 0434	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BONITO - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	500.000 150.000
15 451	6001 7H20 0436	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHAPADAO DO SUL - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000 150.000
15 451	6001 7H20 0438	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COSTA RICA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	150.000 400.000
15 451	6001 7H20 0440	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOIS IRMAOS DO BURITI - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	400.000 100.000
15 451	6001 7H20 0442	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FATIMA DO SUL - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000 150.000
15 451	6001 7H20 0444	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FIGUEIRAO - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	150.000 500.000
15 451	6001 7H20 0448	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITABERAÍ - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	500.000 810.000
15 451	6001 7H20 0450	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MINEIROS - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F	4	2	40	0	100	810.000 700.000
15 451	6001 7H20 0452	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARAPUAVA - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 15	F	4	2	40	0	100	700.000 1.900.000
			F	4	2	40	0	100	1.900.000

15 451	6001 7H20 0454	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UBRATA - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 0456	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA SANTA BARBARA - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000 100.000
15 451	6001 7H20 0458	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ORTIGUEIRA - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	6001 7H20 0460	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAGIBA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	300.000 400.000
15 451	6001 7H20 0462	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUAL - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	400.000 300.000
15 451	6001 7H20 0464	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MUCUGÊ - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0466	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO DO PIRES - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0468	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRIXAS - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0470	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA BOA - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000
15 451	6001 7H20 0472	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRAZABRANTES - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000 125.000
15 451	6001 7H20 0474	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACU - GO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	125.000 200.000
15 451	6001 7H20 0476	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IVOTI - RS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000
15 451	6001 7H20 0478	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA QUITERIA - CE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	150.000 500.000
15 451	6001 7H20 0480	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREJO SANTO - CE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	500.000 350.000
15 451	6001 7H20 0482	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARIDADE - CE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	350.000 250.000
15 451	6001 7H20 0484	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTA FORA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	250.000 1.100.000
15 451	6001 7H20 0486	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BRILHANTE - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	1.100.000 800.000
15 451	6001 7H20 0488	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO NEGRO - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	800.000 200.000
15 451	6001 7H20 0490	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERESINA - PI PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7	F	4	2	30	0	100	200.000 900.000
15 451	6001 7H20 0492	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JAIBA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	800.000 100.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0494	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAMONAS - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	1.000.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0496	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FAXINAL DO SOTURNO - RS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	1.000.000 100.000
15 451	6001 7H20 0498	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DE RIBAMAR - MA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	100.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0500	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARATINGA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8	F	4	2	40	0	100	1.000.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0502	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASOPOLIS - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	1.000.000 300.000
15 451	6001 7H20 0504	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INHAPIM - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0506	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000

15 451	6001 7H20 0508	ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAQUAQUECETUBA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUIABA - MT PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13	F 4 2 40 0 100	400.000 1.680.000
15 451	6001 7H20 0510	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA DO ACARAU - CE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F 4 2 40 0 100 F 4 2 99 0 100	1.100.000 580.000 500.000
15 451	6001 7H20 0512	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUIRAZ - CE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F 4 2 40 0 100	500.000 400.000
15 451	6001 7H20 0514	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARARIPE - CE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F 4 2 40 0 100	400.000 400.000
15 451	6001 7H20 0516	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LADARIO - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	400.000 170.000
15 451	6001 7H20 0518	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAQUARUSSU - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F 4 2 40 0 100	170.000 400.000
15 451	6001 7H20 0520	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRES LAGOAS - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F 4 2 40 0 100	400.000 850.000
15 451	6001 7H20 0522	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VICENTINA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F 4 2 40 0 100	850.000 350.000
15 451	6001 7H20 0524	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALCINOPOLIS - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	350.000 200.000
15 451	6001 7H20 0526	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMAMBAI - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0528	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAPAO - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F 4 2 40 0 100	200.000 400.000
15 451	6001 7H20 0530	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUIA LOPES DA LAGUNA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	400.000 170.000
15 451	6001 7H20 0532	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - QUEIMADOS - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F 4 2 40 0 100	170.000 300.000
15 451	6001 7H20 0534	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BONITO - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5	F 4 2 40 0 100	300.000 600.000
15 451	6001 7H20 0536	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GONCALO - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 13	F 4 2 40 0 100	600.000 1.820.000
15 451	6001 7H20 0538	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMBUCI - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F 4 2 40 0 100	1.820.000 350.000
15 451	6001 7H20 0540	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUAABA GRANDE - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F 4 2 40 0 100	350.000 500.000
15 451	6001 7H20 0542	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITABORAÍ - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F 4 2 40 0 100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0544	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARANI D'OESTE - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	300.000 150.000
15 451	6001 7H20 0546	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO CARLOS - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 19	F 4 2 40 0 100	150.000 2.500.000
15 451	6001 7H20 0548	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UNIAO DA SERRA - RS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	2.500.000 100.000
15 451	6001 7H20 0550	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RODRIGUES ALVES - AC PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F 4 2 40 0 100	100.000 600.000
15 451	6001 7H20 0552	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TARAUAÇA - AC PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F 4 2 40 0 100	600.000 750.000
15 451	6001 7H20 0554	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SENADOR GUIOMARD - AC PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	750.000 200.000
15 451	6001 7H20 0556	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LIMEIRA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F 4 2 40 0 100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0558	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA	F 4 2 40 0 100	200.000 200.000

15 451	6001 7H20 0560	URBANA - BADA BASSITT - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COLINA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 412.565
15 451	6001 7H20 0562	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OSASCO - SP	F	4	2	40	0	100	412.565 1.500.000
15 451	6001 7H20 0564	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - URUARA - PA	F	4	2	40	0	100	1.500.000 500.000
15 451	6001 7H20 0566	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - XINGUARA - PA	F	4	2	30	0	100	500.000 650.000
15 451	6001 7H20 0568	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALTAMIRA - PA	F	4	2	30	0	100	200.000 450.000 500.000
15 451	6001 7H20 0570	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACUNDA - PA	F	4	2	30	0	100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0572	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASIL NOVO - PA	F	4	2	30	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0574	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCEICAO DO ARAGUAIA - PA	F	4	2	30	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0576	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOIANESIA DO PARA - PA	F	4	2	30	0	100	200.000 300.000
15 451	6001 7H20 0578	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO REPARTIMENTO - PA	F	4	2	30	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0580	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO MARIA - PA	F	4	2	30	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0582	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANAUS - AM	F	4	2	30	0	100	200.000 3.000.000
15 451	6001 7H20 0584	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 24 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARREIRINHA - AM	F	4	2	40	0	100	3.000.000 150.000
15 451	6001 7H20 0586	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BRANCO - AC	F	4	2	40	0	100	150.000 1.400.000
15 451	6001 7H20 0588	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DO SOTER - MA	F	4	2	40	0	100	1.400.000 500.000
15 451	6001 7H20 0590	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOSELANDIA - MA	F	4	2	40	0	100	500.000 500.000
15 451	6001 7H20 0592	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARANGUAPE - CE	F	4	2	40	0	100	500.000 600.000
15 451	6001 7H20 0594	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BATURITE - CE	F	4	2	40	0	100	600.000 100.000
15 451	6001 7H20 0596	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GRACA - CE	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	6001 7H20 0598	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EUSEBIO - CE	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0600	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FORTALEZA - CE	F	4	2	40	0	100	200.000 500.000
15 451	6001 7H20 0602	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA SALGADA - RN	F	4	2	40	0	100	500.000 140.000
15 451	6001 7H20 0604	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CASSERENGUE - PB	F	4	2	40	0	100	140.000 300.000
15 451	6001 7H20 0606	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0608	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MATO GROSSO - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 350.000
15 451	6001 7H20 0610	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTE HOREBE - PB	F	4	2	40	0	100	150.000 100.000

15 451	6001 7H20 0612	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAULISTA - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0614	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZIA - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 650.000
15 451	6001 7H20 0616	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MAMEDE - PB	F	4	2	40	0	100	650.000 400.000
15 451	6001 7H20 0620	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORTES - PE	F	4	2	40	0	100	400.000 500.000
15 451	6001 7H20 0622	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IATI - PE	F	4	2	40	0	100	500.000 305.000
15 451	6001 7H20 0624	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE	F	4	2	40	0	100	305.000 500.000
15 451	6001 7H20 0628	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO GRANDE - AL	F	4	2	40	0	100	500.000 200.000
15 451	6001 7H20 0630	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARIBONDO - AL	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	6001 7H20 0632	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INHAPI - AL	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0634	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAJOR ISIDORO - AL	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	6001 7H20 0636	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZIA DO NORTE - AL	F	4	2	40	0	100	300.000 140.000
15 451	6001 7H20 0638	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COLONIA LEOPOLDINA - AL	F	4	2	40	0	100	140.000 300.000
15 451	6001 7H20 0640	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJUEIRO - AL	F	4	2	40	0	100	300.000 140.000
15 451	6001 7H20 0642	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPESTRE - AL	F	4	2	40	0	100	140.000 200.000
15 451	6001 7H20 0644	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE	F	4	2	40	0	100	200.000 1.350.000
15 451	6001 7H20 0646	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 10 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO DA FOLHA - SE	F	4	2	40	0	100	1.350.000 125.000
15 451	6001 7H20 0648	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOSSA SENHORA DA GLORIA - SE	F	4	2	40	0	100	125.000 125.000
15 451	6001 7H20 0650	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA - BA	F	4	2	40	0	100	125.000 200.000
15 451	6001 7H20 0652	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOQUIRA - BA	F	4	2	30	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0654	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IRAJUBA - BA	F	4	2	40	0	100	200.000 450.000
15 451	6001 7H20 0656	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MACAUBAS - BA	F	4	2	40	0	100	450.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0658	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRIPA - BA	F	4	2	40	0	100	1.000.000 700.000
15 451	6001 7H20 0660	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONTAGEM - MG	F	4	2	40	0	100	700.000 4.220.000
15 451	6001 7H20 0662	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 31 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBEIRAO DAS NEVES - MG	F	4	2	40	0	100	4.220.000 2.700.000
15 451	6001 7H20 0664	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 20 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITATIAJUCU - MG	F	4	2	40	0	100	2.700.000 500.000
15 451	6001 7H20 0666	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGARAPE - MG	F	4	2	40	0	100	500.000 1.200.000
15 451	6001 7H20 0668	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-	F	4	2	40	0	100	1.200.000 300.000

		ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUATUBA - MG	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0670	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							100.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BERILO - MG	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 0672	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARIO CAMPOS - MG	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0674	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO ORIENTE DE MINAS - MG	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0676	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							250.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAQUIM DE BICAS - MG	F	4	2	40	0	100	250.000
15 451	6001 7H20 0678	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA DA PALMA - MG	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0680	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELO HORIZONTE - MG	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0682	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIMOSO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0684	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PADRE BERNARDO - GO	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0686	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ABADIANIA - GO	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0688	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							4 500.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUAS LINDAS DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0690	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 35							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PALOTINA - PR	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0692	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							100.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAULO BENTO - RS	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 0694	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA VITORIA DO PALMAR - RS	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0696	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DA ESTIVA - BA	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0698	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANOPOLIS - BA	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	6001 7H20 0700	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							500.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANTONIO DE JESUS - BA	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 0702	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3							400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ESTEVAO - BA	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 0704	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3							400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO FELIX DO CORIBE - BA	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0706	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALENTE - BA	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0708	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							400.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO HORIZONTE DO SUL - MS	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 0710	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3							300.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANTONIO JOAO - MS	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 0712	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2							200.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUATEMI - MS	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 0714	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1							600.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTE ALEGRE - PA	F	4	2	40	0	100	600.000
15 451	6001 7H20 0716	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4							3 000.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARILIA - SP	F	4	2	40	0	100	3.000.000
15 451	6001 7H20 0718	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 24							450.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JABOTICABAL - SP	F	4	2	40	0	100	450.000
15 451	6001 7H20 0720	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3							450.000
		IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRAVINHOS - SP	F	4	2	40	0	100	200.000

15 451	6001 7H20 0722	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITUVERAVA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 260.000
15 451	6001 7H20 0724	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARDINOPOLIS - SP	F	4	2	40	0	100	260.000 102.565
15 451	6001 7H20 0726	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA EUROPA - SP	F	4	2	40	0	100	102.565 102.565
15 451	6001 7H20 0728	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POMPEIA - SP	F	4	2	40	0	100	102.565 102.565
15 451	6001 7H20 0730	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTAL - SP	F	4	2	40	0	100	102.565 102.565
15 451	6001 7H20 0732	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO AMARO DAS BROTAS - SE	F	4	2	40	0	100	102.565 300.000
15 451	6001 7H20 0734	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TOMAR DO GERU - SE	F	4	2	40	0	100	300.000 200.000
15 451	6001 7H20 0736	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGARTO - SE	F	4	2	40	0	100	200.000 450.000
15 451	6001 7H20 0738	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANHOBA - SE	F	4	2	40	0	100	450.000 150.000
15 451	6001 7H20 0740	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ESTANCIA - SE	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0742	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MURIBECA - SE	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000
15 451	6001 7H20 0744	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO DOMINGOS - SE	F	4	2	40	0	100	150.000 150.000
15 451	6001 7H20 0746	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SIRIRI - SE	F	4	2	40	0	100	150.000 250.000
15 451	6001 7H20 0748	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUMBE - SE	F	4	2	40	0	100	250.000 200.000
15 451	6001 7H20 0750	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALAGOA NOVA - PB	F	4	2	40	0	100	200.000 140.000
15 451	6001 7H20 0752	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPINA GRANDE - PB	F	4	2	40	0	100	140.000 3.500.000
15 451	6001 7H20 0754	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 27 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JATEI - MS	F	4	2	40	0	100	3.500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0756	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DE SAO MIGUEL - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0758	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DE RORAIMA	F	4	2	40	0	100	300.000 1.850.000
15 451	6001 7H20 0760	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 14 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOA VISTA - RR	F	4	2	40	0	100	1.850.000 650.000
15 451	6001 7H20 0762	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALVADOR - BA	F	4	2	40	0	100	650.000 5.300.000
15 451	6001 7H20 0764	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 43 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARMOPOLIS DE MINAS - MG	F	4	2	30	0	100	3.300.000 2.000.000 150.000
15 451	6001 7H20 0766	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COCALZINHO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0768	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DIVINO - MG	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0770	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - HORTOLANDIA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	6001 7H20 0772	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUA DOCE DO NORTE - ES	F	4	2	40	0	100	100.000 200.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000

15 451	6001 7H20 0774	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MATEUS - ES								300.000
15 451	6001 7H20 0776	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALEGRE - ES	F	4	2	40	0	100		300.000 400.000
15 451	6001 7H20 0778	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LEOPOLDINA - ES	F	4	2	40	0	100		400.000 200.000
15 451	6001 7H20 0780	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO ROQUE DO CANAA - ES	F	4	2	40	0	100		200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0782	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACRUZ - ES	F	4	2	40	0	100		200.000 300.000
15 451	6001 7H20 0784	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREJETUBA - ES	F	4	2	40	0	100		300.000 350.000
15 451	6001 7H20 0786	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DORES DO RIO PRETO - ES	F	4	2	40	0	100		350.000 200.000
15 451	6001 7H20 0788	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LARANJA DA TERRA - ES	F	4	2	40	0	100		200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0790	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA VALERIO - ES	F	4	2	40	0	100		200.000 250.000
15 451	6001 7H20 0792	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUIA BRANCA - ES	F	4	2	40	0	100		250.000 200.000
15 451	6001 7H20 0794	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOAO NEIVA - ES	F	4	2	40	0	100		200.000 100.000
15 451	6001 7H20 0796	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOVERNADOR LINDENBERG - ES	F	4	2	40	0	100		100.000 100.000
15 451	6001 7H20 0798	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARATAIZES - ES	F	4	2	40	0	100		100.000 200.000
15 451	6001 7H20 0800	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SEROPEDICA - RJ	F	4	2	40	0	100		200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0802	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VOLTA REDONDA - RJ	F	4	2	40	0	100		200.000 300.000
15 451	6001 7H20 0804	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DUAS BARRAS - RJ	F	4	2	40	0	100		300.000 150.000
15 451	6001 7H20 0806	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MACAE - RJ	F	4	2	40	0	100		150.000 300.000
15 451	6001 7H20 0808	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO - RJ	F	4	2	40	0	100		300.000 100.000
15 451	6001 7H20 0810	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SUMIDOURO - RJ	F	4	2	40	0	100		100.000 50.000
15 451	6001 7H20 0812	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPERUNA - RJ	F	4	2	40	0	100		50.000 150.000
15 451	6001 7H20 0814	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MENDES - RJ	F	4	2	40	0	100		150.000 650.000
15 451	6001 7H20 0816	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORCIUNCULA - RJ	F	4	2	40	0	100		650.000 300.000
15 451	6001 7H20 0818	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DE UBA - RJ	F	4	2	40	0	100		300.000 100.000
15 451	6001 7H20 0820	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAPEBUS - RJ	F	4	2	40	0	100		100.000 250.000
15 451	6001 7H20 0822	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAOCARA - RJ	F	4	2	40	0	100		250.000 800.000
15 451	6001 7H20 0824	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARRE-SAI - RJ	F	4	2	40	0	100		800.000 400.000
15 451	6001 7H20 0826	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA	F	4	2	40	0	100		400.000 200.000

15 451	6001 7H20 0828	URBANA - CACHOEIRAS DE MACACU - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NATIVIDADE - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0830	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO DE JANEIRO - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000 1.500.000
15 451	6001 7H20 0832	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TABOAO DA SERRA - SP	F	4	2	40	0	100	1.500.000 1.500.000
15 451	6001 7H20 0834	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANDRADINA - SP	F	4	2	40	0	100	1.500.000 500.000
15 451	6001 7H20 0836	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALTO - SP	F	4	2	40	0	100	500.000 2.000.000
15 451	6001 7H20 0838	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 16 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALINHOS - SP	F	4	2	40	0	100	2.000.000 1.500.000
15 451	6001 7H20 0840	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 12 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JAU - SP	F	4	2	40	0	100	1.500.000 500.000
15 451	6001 7H20 0842	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACUPIRANGA - SP	F	4	2	40	0	100	500.000 120.000
15 451	6001 7H20 0844	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRACATU - SP	F	4	2	40	0	100	120.000 580.000
15 451	6001 7H20 0846	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARIQUERA-ACU - SP	F	4	2	40	0	100	580.000 120.000
15 451	6001 7H20 0848	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANANEIA - SP	F	4	2	40	0	100	120.000 200.000
15 451	6001 7H20 0850	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOFETE - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	6001 7H20 0852	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARINU - SP	F	4	2	40	0	100	100.000 100.000
15 451	6001 7H20 0854	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBEIRAO PIRES - SP	F	4	2	40	0	100	100.000 850.000
15 451	6001 7H20 0856	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CESARIO LANGE - SP	F	4	2	40	0	100	850.000 400.000
15 451	6001 7H20 0858	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITATIBA - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 200.000
15 451	6001 7H20 0860	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA FE DO SUL - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0862	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAQUIM DA BARRA - SP	F	4	2	40	0	100	1.000.000 110.000
15 451	6001 7H20 0864	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PRESIDENTE PRUDENTE - SP	F	4	2	40	0	100	110.000 200.000
15 451	6001 7H20 0866	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO GRANDE DA SERRA - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 310.000
15 451	6001 7H20 0868	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BEBEDOURO - SP	F	4	2	40	0	100	310.000 110.000
15 451	6001 7H20 0870	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARAREMA - SP	F	4	2	40	0	100	110.000 110.000
15 451	6001 7H20 0872	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACAREI - SP	F	4	2	40	0	100	110.000 1.110.000
15 451	6001 7H20 0874	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 9 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LUIS ANTONIO - SP	F	4	2	40	0	100	1.110.000 110.000
15 451	6001 7H20 0876	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRUMADO - BA	F	4	2	40	0	100	110.000 400.000
15 451	6001 7H20 0878	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MOGI DAS CRUZES - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 500.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	500.000

15 451	6001 7H20 0880	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ILHABELA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	110.000
15 451	6001 7H20 0882	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREJOLANDIA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	110.000 200.000
15 451	6001 7H20 0884	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUSSIAPE - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0886	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TORRINHA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	6001 7H20 0888	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IBIUNA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000 200.000
15 451	6001 7H20 0890	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAGUATUBA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0892	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ILHA COMPRIDA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	200.000 250.000
15 451	6001 7H20 0894	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRAGANCA PAULISTA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	250.000 500.000
15 451	6001 7H20 0896	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ATIBAIA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0898	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOA VISTA DO TUPIM - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	300.000 500.000
15 451	6001 7H20 0900	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJAMAR - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0902	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRAPORA DO BOM JESUS - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0904	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARACAJU - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000 6.700.000
15 451	6001 7H20 0906	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA DE PARNAIBA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 53	F	4	2	40	0	100	6.700.000 300.000
15 451	6001 7H20 0908	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NAVIRAI - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	6001 7H20 0910	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUQUIA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0912	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GARÇA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000
15 451	6001 7H20 0914	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAOCÁ - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0916	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JULIO MESQUITA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000
15 451	6001 7H20 0918	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARACOL - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000 150.000
15 451	6001 7H20 0920	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PRIMAVERA DO LESTE - MT PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	190.000 150.000
15 451	6001 7H20 0922	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0924	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IRATI - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0926	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO MAGRO - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000
15 451	6001 7H20 0928	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA REAL - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000 250.000
15 451	6001 7H20 0930	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO LARGO - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	250.000 450.000
15 451	6001 7H20 0932	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA							

15 451	6001 7H20 0934	URBANA - SAO GABRIEL - RS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TORRES - RS	F	4	2	40	0	100	450.000 400.000
15 451	6001 7H20 0936	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA VERMELHA - RS	F	4	2	40	0	100	400.000 200.000
15 451	6001 7H20 0938	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO CAMPINHO - VITORIA DA CONQUISTA - BA	F	4	2	40	0	100	200.000 1.000.000
15 451	6001 7H20 0940	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITUACU - BA	F	4	2	40	0	100	1.000.000 300.000
15 451	6001 7H20 0942	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POCHOES - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0944	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PLANALTO - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0946	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO ALEGRE - RS	F	4	2	40	0	100	300.000 1.800.000
15 451	6001 7H20 0948	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 14 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BLUMENAU - SC	F	4	2	40	0	100	1.800.000 1.100.000
15 451	6001 7H20 0952	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO CAITANO - PE	F	4	2	40	0	100	1.100.000 300.000
15 451	6001 7H20 0954	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DA BARRA - RJ	F	4	2	40	0	100	300.000 250.000
15 451	6001 7H20 0956	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - QUEIMADAS - PB	F	4	2	40	0	100	250.000 200.000
15 451	6001 7H20 0958	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ABAETETUBA - PA	F	4	2	30	0	100	200.000 800.000
15 451	6001 7H20 0960	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARCARENA - PA	F	4	2	40	0	100	800.000 150.000
15 451	6001 7H20 0962	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARANAIBA - MS	F	4	2	40	0	100	150.000 150.000
15 451	6001 7H20 0964	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO AUGUSTO - RS	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0966	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANGELO - RS	F	4	2	40	0	100	200.000 200.000
15 451	6001 7H20 0968	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASILANDIA - MS	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000
15 451	6001 7H20 0970	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARANHOS - MS	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0972	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRATINI - RS	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	6001 7H20 0974	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAPAO DO LEAO - RS	F	4	2	40	0	100	100.000 100.000
15 451	6001 7H20 0976	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA FUNDA - RS	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	6001 7H20 0978	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CASSILANDIA - MS	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0980	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DEODAPOLIS - MS	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 0982	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGUNA CARAPA - MS	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	6001 7H20 0984	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO UNIAO - SC	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0986	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TIJUCAS - SC	F	4	2	40	0	100	200.000 150.000

15 451	6001 7H20 0988	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARATUBA - PR	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 0990	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DE AREIA BRANCA - BELFORD ROXO - RJ	F	4	2	40	0	100	200.000 500.000
15 451	6001 7H20 0992	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO LUIZ CACADOR - SAO GONCALO - RJ	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 0994	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GENERAL SAMPAIO - CE	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	6001 7H20 0996	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARROIO DO PADRE - RS	F	4	2	40	0	100	150.000 450.000
15 451	6001 7H20 0998	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHUI - RS	F	4	2	40	0	100	450.000 200.000
15 451	6001 7H20 1000	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MORRO REDONDO - RS	F	4	2	40	0	100	200.000 100.000
15 451	6001 7H20 1002	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIACABUCU - AL	F	4	2	40	0	100	100.000 350.000
15 451	6001 7H20 1004	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAUNA - MG	F	4	2	40	0	100	350.000 300.000
15 451	6001 7H20 1006	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FLORESTAL - MG	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	6001 7H20 1008	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGACI - AL	F	4	2	40	0	100	150.000 550.000
15 451	6001 7H20 1010	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORREGO DANTA - MG	F	4	2	40	0	100	550.000 150.000
15 451	6001 7H20 1012	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALPINOPOLIS - MG	F	4	2	40	0	100	150.000 100.000
15 451	6001 7H20 1014	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PITANGUI - MG	F	4	2	40	0	100	100.000 200.000
15 451	6001 7H20 1016	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARECHAL DEODORO - AL	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000
15 451	6001 7H20 1018	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRAIBAS - AL	F	4	2	40	0	100	400.000 150.000
15 451	6001 7H20 1020	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ESTRELA DE ALAGOAS - AL	F	4	2	40	0	100	150.000 500.000
15 451	6001 7H20 1022	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IBATEGUARA - AL	F	4	2	40	0	100	500.000 300.000
15 451	6001 7H20 1024	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTEIROPOLIS - AL	F	4	2	40	0	100	300.000 100.000
15 451	6001 7H20 1026	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MIGUEL DOS CAMPOS - AL	F	4	2	40	0	100	100.000 400.000
15 451	6001 7H20 1028	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRAIPIU - AL	F	4	2	40	0	100	400.000 900.000
15 451	6001 7H20 1030	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GONCALO DOS CAMPOS - BA	F	4	2	40	0	100	900.000 100.000
15 451	6001 7H20 1032	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO IPANEMA - VALPARAISO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	100.000 300.000
15 451	6001 7H20 1036	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOQUEIRAO - PB	F	4	2	40	0	100	300.000 600.000
15 451	6001 7H20 1038	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALGADO DE SAO FELIX - PB	F	4	2	40	0	100	600.000 500.000
15 451	6001 7H20 1040	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BENTO - PB	F	4	2	40	0	100	500.000 1.400.000

15 451	6001 7H20 1042	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTA GROSSA - PR	F	4	2	40	0	100	1.400.000 2.400.000
15 451	6001 7H20 1044	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 19 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAUBAS DO PIAUI - PI	F	4	2	40	0	100	2.400.000 100.000
15 451	6001 7H20 1046	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAGUAI - SP	F	4	2	99	0	100	100.000 300.000
15 451	6001 7H20 1048	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAPELA DO ALTO - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	6001 7H20 1050	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CERQUEIRA CESAR - SP	F	4	2	40	0	100	150.000 200.000
15 451	6001 7H20 1052	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IPERO - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 400.000
15 451	6001 7H20 1054	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PILAR DO SUL - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 300.000
15 451	6001 7H20 1056	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITATINGA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 1058	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIEDADE - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 330.000
15 451	6001 7H20 1060	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAPEIRAI - SP	F	4	2	40	0	100	330.000 300.000
15 451	6001 7H20 1062	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TATUI - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 375.000
15 451	6001 7H20 1064	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IPUA - SP	F	4	2	40	0	100	375.000 250.000
15 451	6001 7H20 1066	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJATI - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	6001 7H20 1070	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCO DA ROCHA - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 400.000
15 451	6001 7H20 1072	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUAPE - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 250.000
15 451	6001 7H20 1074	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITARIRI - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	6001 7H20 1076	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRAJU - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 250.000
15 451	6001 7H20 1078	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBEIRAO GRANDE - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 300.000
15 451	6001 7H20 1080	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DO FEITAL - PINDAMONHANGABA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 1082	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO ROQUE - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 900.000
15 451	6001 7H20 1084	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAQUARITUBA - SP	F	4	2	40	0	100	900.000 250.000
15 451	6001 7H20 1086	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAQUARIVAI - SP	F	4	2	40	0	100	250.000 315.000
15 451	6001 7H20 1088	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO SEBASTIAO - AL	F	4	2	40	0	100	315.000 350.000
15 451	6001 7H20 1090	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TEOTONIO VILELA - AL	F	4	2	40	0	100	350.000 500.000
15 451	6001 7H20 1094	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GIRAU DO PONCIANO - AL	F	4	2	40	0	100	500.000 400.000
15 451	6001 7H20 1096	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO ROCHDALE - OSASCO - SP	F	4	2	40	0	100	400.000 400.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000

15 451	6001 7H20 1098	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERRANA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 1100	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COSMOPOLIS - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 1102	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LUCILIA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1104	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO BATISTA DO GLORIA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	6001 7H20 1106	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANTONIO DO AMPARO - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1108	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERRA AZUL DE MINAS - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1110	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO NOVO DO SUL - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1112	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAGUARA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1114	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARECHAL FLORIANO - ES PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1116	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TACURU - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1118	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAPUCAIA - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1120	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARAL MOREIRA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1122	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPORA - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1124	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARIPIRANGA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1126	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA ALVORADA DO SUL - MS PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 1128	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IBITIARA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	250.000
15 451	6001 7H20 1130	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PINDOBA - AL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	6001 7H20 1132	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACARACI - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	6001 7H20 1134	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARICONHA - AL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1136	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA CRUZ DA VITORIA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	500.000
15 451	6001 7H20 1138	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA VICOSA - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	6001 7H20 1140	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORURUPE - AL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 152	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1142	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELO MONTE - AL PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	16.500.000
15 451	6001 7H20 1144	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAICO - RN PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1146	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UMARIZAL - RN PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	140.000
15 451	6001 7H20 1148	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RODOLFO FERNANDES - RN PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	270.000
15 451	6001 7H20 1152	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA	F	4	2	40	0	100	230.000

15 451	6001 7H20 1154	URBANA - TOME-ACU - PA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BURITICUPU - MA	F	4	2	40	0	100	300.000 1 000.000
15 451	6001 7H20 1156	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORBELIA - PR	F	4	2	40	0	100	1.000.000 150.000
15 451	6001 7H20 1158	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OURO VERDE DO OESTE - PR	F	4	2	40	0	100	150.000 150.000
15 451	6001 7H20 1160	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO MIGUEL DO GUAMA - PA	F	4	2	40	0	100	150.000 350.000
15 451	6001 7H20 1162	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IRITUIA - PA	F	4	2	40	0	100	350.000 300.000
15 451	6001 7H20 1164	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARAGOMINAS - PA	F	4	2	40	0	100	300.000 300.000
15 451	6001 7H20 1166	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANANINDEUA - PA	F	4	2	40	0	100	300.000 4.000.000
15 451	6001 7H20 1168	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 32 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO ANDRE - SP	F	4	2	40	0	100	4.000.000 200.000
15 451	6001 7H20 1170	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BERNARDO DO CAMPO - SP	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	6001 7H20 1172	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA PAULISTA - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 250.000
15 451	6001 7H20 1174	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA - AP	F	4	2	40	0	100	250.000 600.000
15 451	6001 7H20 1176	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BENTO DO SUL - SC	F	4	2	40	0	100	600.000 1.400.000
15 451	6001 7H20 1178	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 11 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARREIRAS - BA	F	4	2	40	0	100	1.400.000 500.000
15 451	6001 7H20 1180	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA DO POÇO - BA	F	4	2	40	0	100	500.000 350.000
15 451	6001 7H20 1182	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UTINGA - BA	F	4	2	40	0	100	350.000 500.000
15 451	6001 7H20 1184	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - URANDI - BA	F	4	2	40	0	100	500.000 150.000
15 451	6001 7H20 1186	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SEBASTIAO LARANJEIRAS - BA	F	4	2	40	0	100	150.000 150.000
15 451	6001 7H20 1188	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PALMAS DE MONTE ALTO - BA	F	4	2	40	0	100	150.000 190.000
15 451	6001 7H20 1190	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAIRI - BA	F	4	2	40	0	100	190.000 300.000
15 451	6001 7H20 1192	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITIRUCU - BA	F	4	2	40	0	100	300.000 500.000
15 451	6001 7H20 1194	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAETE - BA	F	4	2	40	0	100	500.000 500.000
15 451	6001 7H20 1196	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COTEGIPE - BA	F	4	2	40	0	100	500.000 200.000
15 451	6001 7H20 1198	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IMPERATRIZ - MA	F	4	2	40	0	100	200.000 1 000.000
15 451	6001 7H20 1200	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 8 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CACONDE - SP	F	4	2	40	0	100	1 000.000 300.000
15 451	6001 7H20 1202	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALESOPOLIS - SP	F	4	2	40	0	100	300.000 150.000
15 451	6001 7H20 1204	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARGEM GRANDE DO SUL - SP	F	4	2	40	0	100	150.000 400.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000

15 451	6001 7H20 1206	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAFARNAUM - BA PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 1208	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOAO DA BOA VISTA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 1210	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TAPIRATIBA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1212	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MOCOCA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 1214	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOINHA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	6001 7H20 1216	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACAREZINHO - PR PROJETO APOIADO (UNIDADE) 6	F	4	2	40	0	100	700.000
15 451	6001 7H20 1218	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTEIRO LOBATO - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1220	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BENTO DO SAPUCAI - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	105.000
15 451	6001 7H20 1222	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO SANTA CRUZ - JAMBEIRO - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1226	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUNHA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	250.000
15 451	6001 7H20 1228	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA BRANCA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1230	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMERICO DE CAMPOS - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	6001 7H20 1232	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALVARES FLORENCE - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	105.000
15 451	6001 7H20 1234	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DO CEDRO - PARAIBUNA - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	40	0	100	300.000
15 451	6001 7H20 1238	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAUCAIA - CE PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	4	2	30	0	100	200.000
15 451	6001 7H20 1296	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM ARAGUAINA - TO PROJETO APOIADO (UNIDADE) 205	F	4	2	40	0	100	25.561.461
15 451	6001 7H20 1298	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO CONJUNTO DOM JAIME CAMARA EM BANGU - RIO DE JANEIRO - RJ PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7	F	4	2	30	0	100	850.000
15 451	6001 7H20 1304	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM AREAS CENTRAIS E BAIRROS - NATAL - RN PROJETO APOIADO (UNIDADE) 22	F	4	2	40	0	100	2.700.000
15 451	6001 7H20 1308	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTES CLAROS - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7	F	4	2	40	0	100	800.000
15 451	6001 7H20 1310	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BRASILIA DE MINAS - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 22	F	4	2	40	0	100	280.000
15 451	6001 7H20 1312	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITACARAMBI - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	450.000
15 451	6001 7H20 1314	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCISCO SA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	450.000
15 451	6001 7H20 1316	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANGA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	4	2	40	0	100	450.000
15 451	6001 7H20 1318	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRABELA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3	F	4	2	40	0	100	400.000
15 451	6001 7H20 1320	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA AVENIDA SANTOS DUMONT - MONTALVANIA - MG PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
15 451	6001 7H20 1322	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EXU - PE	F	4	2	40	0	100	650.000

15 451	6001 7H20 1324	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OURICURI - PE	F	4	2	30	0	100	650.000 500.000
15 451	6001 7H20 1326	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CALUMBI - PE	F	4	2	40	0	100	500.000 350.000
15 451	6001 7H20 1328	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 3 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA FILOMENA - PE	F	4	2	30	0	100	350.000 130.000
15 451	6001 7H20 1330	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERRITA - PE	F	4	2	40	0	100	130.000 200.000
15 451	6001 7H20 1332	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITACURUBA - PE	F	4	2	40	0	100	200.000 300.000
15 451	6001 7H20 1334	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DA RIDE DO VALE DO TAQUARI - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	30	0	100	300.000 16.000.000
15 451	6001 7H20 1336	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 128 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PALMAS - TO	F	4	2	90	0	100	16.000.000 6.500.000
15 451	6001 7H20 1340	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 52 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JACIARA - MT	F	4	2	30	0	100	6.500.000 900.000
15 451	6001 7H20 1342	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JUSCIMEIRA - MT	F	4	2	99	0	100	900.000 900.000
15 451	6001 7H23	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7 IMPLANTACAO OU MELHORIAS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM CAJAZEIRAS - PB	F	4	2	99	0	100	900.000
15 451	6001 7H23 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIAS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM CAJAZEIRAS - PB - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJAZEIRAS - PB							26.907.348
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 215	F	4	2	40	0	100	26.907.348
15 451	6001 7H53	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIAO METROPOLITANA DE RECIFE - PE							44.971.950
15 451	6001 7H53 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIAO METROPOLITANA DE RECIFE - PE - OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MUNICIPIOS DA REGIAO METROPOLITANA DO RECIFE - PE							23.971.950
15 451	6001 7H53 0060	PROJETO APOIADO (UNIDADE) 192 IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIAO METROPOLITANA DE RECIFE - PE - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIAO METROPOLITANA DO RECIFE - PE	F	4	2	90	0	100	23.971.950 21.000.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 168	F	4	2	30	0	100	21.000.000
15 451	6001 7I46	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA - GO							26.238.895
15 451	6001 7I46 0058	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA - GO - OBRAS E ACOES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO - APARECIDA DE GOIANIA - GO							26.238.895
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 212	F	4	2	40	0	100	26.238.895
15 451	6001 7K10	APOIO A SEGUNDA ETAPA DA INTERLIGACAO AEROPORTO HERCILIO LUZ-FLORIANOPOLIS - VIA EXPRESSA SUL - SC							21.342.357
15 451	6001 7K10 0056	APOIO A SEGUNDA ETAPA DA INTERLIGACAO AEROPORTO HERCILIO LUZ-FLORIANOPOLIS - VIA EXPRESSA SUL - SC - SEGUNDA ETAPA DA INTERLIGACAO AEROPORTO - FLORIANOPOLIS							21.342.357
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	30	0	100	21.342.357
15 451	6001 7K38	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM BOA VISTA - RR							12.709.920
15 451	6001 7K38 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM BOA VISTA - RR - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOA VISTA - RR							12.709.920
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 101	F	4	2	40	0	100	12.709.920
15 451	6001 7K40	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO MUNICIPIO DE CUIABA - MT							37.945.623
15 451	6001 7K40 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO MUNICIPIO DE CUIABA - MT - OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CUIABA - MT							17.972.811
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 144	F	4	2	40	0	100	17.972.811 19.972.812
15 451	6001 7K40 0058	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO MUNICIPIO DE CUIABA - MT - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUIABA - MT							19.972.812
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 160	F	4	2	40	0	100	19.972.812
15 451	6001 7K83	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DA REGIAO METROPOLITANA DE MANAUS - AM							20.054.935
15 451	6001 7K83 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DA REGIAO METROPOLITANA DE MANAUS - AM - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS - NA REGIAO METROPOLITANA DE MANAUS - AM							20.054.935

		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 151	F	4	2	30	0	100	20.054.935
15 451	6001 7K84	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MANAUS - AM							14.054.936
15 451	6001 7K84 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MANAUS - AM - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANAUS - AM							14.054.936
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 112	F	4	2	40	0	100	14.054.936
15 451	6001 7K85	CONSTRUCAO DE PONTE URBANA SOBRE O RIO JARI EM LARANJAL DO JARI - AP							18.966.402
15 451	6001 7K85 0056	CONSTRUCAO DE PONTE URBANA SOBRE O RIO JARI EM LARANJAL DO JARI - AP - CONSTRUCAO DE PONTE URBANA SOBRE O RIO JARI - LARANJAL DO JARI - AP							18.966.402
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	18.966.402
15 451	6001 7K86	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SALVADOR - BA							33.660.726
15 451	6001 7K86 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SALVADOR - BA - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALVADOR - BA							19.080.363
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 184	F	4	2	40	0	100	19.080.363
15 451	6001 7K86 0058	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SALVADOR - BA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALVADOR - BA							14.580.363
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 120	F	4	2	40	0	100	14.580.363
15 451	6001 7K87	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SANTO AMARO - BA							24.580.363
15 451	6001 7K87 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SANTO AMARO - BA - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTO AMARO - BA							24.580.363
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 196	F	4	2	30	0	100	24.580.363
15 451	6001 7K89	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM GOIANIA - GO							13.738.895
15 451	6001 7K89 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM GOIANIA - GO - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOIANIA - GO							13.738.895
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 112	F	4	2	40	0	100	13.738.895
15 451	6001 7K91	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIAS QUE INTEGRAM A RIDE DF/GO/MG							26.238.895
15 451	6001 7K91 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIAS QUE INTEGRAM A RIDE DF/GO/MG - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIAS QUE INTEGRAM A RIDE DF/GO/MG - GO							26.238.895
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 210	F	4	3	40	0	100	26.238.895
15 451	6001 7K92	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM IMPERATRIZ - MA							16.781.759
15 451	6001 7K92 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM IMPERATRIZ - MA - IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IMPERATRIZ - MA							16.781.759
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 134	F	4	2	40	0	100	16.781.759
15 451	6001 7K93	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SAO LUIS - MA							16.781.759
15 451	6001 7K93 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SAO LUIS - MA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO LUIS - MA							16.781.759
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 134	F	4	3	40	0	100	16.781.759
15 451	6001 7K94	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM RONDONOPOLIS - MT							16.972.812
15 451	6001 7K94 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM RONDONOPOLIS - MT - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RONDONOPOLIS - MT							16.972.812
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 136	F	4	2	40	0	100	16.972.812
15 451	6001 7K95	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM DOURADOS - MS							15.315.940
15 451	6001 7K95 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM DOURADOS - MS - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOURADOS - MS							15.315.940
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 123	F	4	2	30	0	100	15.315.940
15 451	6001 7K96	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM CAMPO GRANDE - MS							14.715.940
15 451	6001 7K96 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM CAMPO GRANDE - MS - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPO GRANDE - MS							14.715.940
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 118	F	4	2	30	0	100	14.715.940
15 451	6001 7K97	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM TRES LAGOAS - MS							15.015.940
15 451	6001 7K97 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM TRES LAGOAS - MS - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRES LAGOAS - MS							15.015.940
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 118	F	4	2	40	0	100	15.015.940
15 451	6001 7K98	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM PONTA PORA - MS							15.015.942
15 451	6001 7K98 0056	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM PONTA PORA - MS - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTA PORA - MS							15.015.942
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 117	F	4	2	40	0	100	15.015.942
15 451	6001 7L36	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-							22.566.083

[illegible]

MENSAGEM Nº 217

EM nº 55/2008/MP

Brasília, 17 de abril de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$1.685.264.352,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 18 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) crédito especial no valor de R\$1.685.264.352,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais), em favor do Ministério das Cidades.

2. A solicitação visa à inclusão de programação na Lei Orçamentária Anual para adequar o orçamento vigente do referido Ministério, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Órgão / Unidade	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério das Cidades	1.685.264.352	1.682.013.352
Ministério das Cidades (Administração direta)	1.685.264.352	1.682.013.352
Ministério dos Transportes		3.251.000
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT		3.251.000
Total	1.685.264.352	1.685.264.352

3. A Lei nº 11.647, de 2008, Lei Orçamentária Anual de 2008 – LOA-2008, foi aprovada com a inclusão do Programa 6001 – Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios e de seus respectivos títulos e subtítulos, mediante emendas parlamentares, no âmbito dos Ministérios dos Transportes e das Cidades. Posteriormente, o Projeto de Lei nº 31, de 2007-CN, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011”, recebeu vetos, um entre os quais suprimiu o referido Programa 6001, cuja inclusão ocorreu por intermédio de emenda parlamentar.

4. Dessa forma, o presente crédito decorre da necessidade de ajustar a programação constante da LOA-2008 ao Plano Plurianual para o período 2008/2011 – PPA 2008/2011, mediante migração da totalidade dos subtítulos do Programa 6001 – Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios para a ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Programa 310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, ambos contemplados na Lei Orçamentária Anual de 2008, dada a compatibilidade verificada entre as referidas programações, de forma a evitar a solução de continuidade de execução dos referidos subtítulos.

5. Ressalte-se que o presente crédito está em consonância com a sugestão formalizada pela Liderança do Governo no Congresso a esta Pasta, conforme Ofício GLC nº 41/08, de 15 de abril de 2008.

6. A presente solicitação será atendida com recursos oriundos de anulação de dotações orçamentárias e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 61, § 13, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 – LDO-2008, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo.

8. Ressalte-se que a programação objeto de cancelamento no presente crédito não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que não poderá ser executada, dada a sua incompatibilidade com o PPA vigente.

9. Cabe destacar, finalmente, que a programação contemplada neste crédito não implica alteração do PPA 2008/2011, tendo em vista que a ação “Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano” já consta da LOA-2008 e do referido Plano.

11. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1172 FORTALECIMENTO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS - PNAFM									6.000.000
		PROJETOS							
04 123	1172 1151	ASSISTENCIA TECNICA PARA GESTAO DOS PROJETOS DE MODERNIZACAO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS							6.000.000
04 123	1172 1151 0001	ASSISTENCIA TECNICA PARA GESTAO DOS PROJETOS DE MODERNIZACAO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS - NACIONAL							6.000.000
			F 3	2	90	0	100		1.000.000
			F 4	2	90	0	100		5.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 BRASIL UNIVERSITARIO									14.342.357
		ATIVIDADES							
12 364	1073 8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - REUNI							14.342.357
12 364	1073 8282 0001	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - REUNI - NACIONAL							14.342.357
			F	4	2	90	0	112	14.342.357
TOTAL - FISCAL									14.342.357
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.342.357

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									6.866.222
		ATIVIDADES							
26 121	0225 2C00	ESTUDOS DE VIABILIDADE E PROJETOS DE INFRA- ESTRUTURA DE TRANSPORTES							6.866.222
26 121	0225 2C00 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE E PROJETOS DE INFRA- ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL							6.866.222
			F	3	2	90	0	100	2.500.000
			F	3	2	90	0	111	4.366.222
1456 VETOR LOGISTICO AMAZONICO									1.509.420
		ATIVIDADES							
26 782	1456 206Z	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA							1.509.420
26 782	1456 206Z 0014	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA							1.509.420
			F	4	3	40	0	100	1.332.420
			F	4	3	40	0	111	177.000

1457 VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE

73.278.301

		ATIVIDADES								
26 782	1457 204T	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-226 - NO ESTADO DO MARANHAO								16.781.759
26 782	1457 204T 0021	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-226 - NO ESTADO DO MARANHAO - NO ESTADO DO MARANHAO	F	4	3	90	0	100		16.781.759
26 782	1457 206C	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-308 - NO ESTADO DO PARA								40.000.000
26 782	1457 206C 0015	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-308 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	100		40.000.000
			F	4	3	90	0	111		20.018.313
										19.981.687
26 782	1457 207V	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-242 - NO ESTADO DO TOCANTINS								16.496.542
26 782	1457 207V 0017	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-242 - NO ESTADO DO TOCANTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS	F	4	3	30	0	100		16.496.542

1458 VETOR LOGISTICO LESTE

108.930.942

		ATIVIDADES								
26 782	1458 204Y	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-367 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								2.500.000
26 782	1458 204Y 0031	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-367 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	3	90	0	111		2.500.000
26 782	1458 206B	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								90.076.880
26 782	1458 206B 0031	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	3	90	0	100		90.076.880
			F	4	3	90	0	111		45.037.940
										45.038.940
26 782	1458 207R	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								16.354.062
26 782	1458 207R 0033	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	3	90	0	100		16.354.062
			F	4	3	90	0	111		10.314.062
										6.040.000

1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL

38.971.949

		ATIVIDADES								
26 782	1459 209B	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-408 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								38.971.949
26 782	1459 209B 0026	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-408 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	4	3	90	0	100		38.971.949
										38.971.949

1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE

36.238.895

		ATIVIDADES								
26 782	1461 201R	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS								36.238.895
26 782	1461 201R 0052	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS	F	4	3	90	0	100		36.238.895
			F	4	3	90	0	111		11.238.895
										25.000.000

TOTAL - FISCAL

265.795.729

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

265.795.729

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1346 QUALIDADE AMBIENTAL									11.707.788
		ATIVIDADES							
18 542	1346 2B85	FOMENTO A PROJETOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL							11.707.788
18 542	1346 2B85 0001	FOMENTO A PROJETOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL - NACIONAL							11.707.788
			F	4	2	30	0	100	11.707.788
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									1.380.000
		ATIVIDADES							
18 128	8007 86AA	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTAO INTEGRADA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS							1.380.000
18 128	8007 86AA 0001	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTAO INTEGRADA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - NACIONAL							1.380.000
			F	4	2	30	0	100	1.050.000
			F	4	2	40	0	100	330.000
TOTAL - FISCAL									13.087.788
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.087.788

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROSPAACIAL									9.050.000
		PROJETOS							
05 151	0627 5408	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS BELICOS E ASSOCIADOS							9.050.000
05 151	0627 5408 0001	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS BELICOS E ASSOCIADOS - NACIONAL							9.050.000
			F	4	2	90	0	100	9.050.000
TOTAL - FISCAL									9.050.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.050.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	GR P	M O D	U	F T E	VALOR
0515 INFRA-ESTRUTURA HIDRICA									35.023.108
		PROJETOS							
18 544	0515 1851	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA							35.023.108
18 544	0515 1851 0020	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - NA REGIAO NORDESTE							35.023.108
			F	4	2	30	0	100	35.023.108
TOTAL - FISCAL									35.023.108
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.023.108

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSAO									37.810.844
		PROJETOS							
23 695	1166 10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA							9.971.949
23 695	1166 10V0 0001	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL	F	4	2	30	0	100	9.971.949
23 846	1166 10X0	PARTICIPACAO DA UNIAO NA IMPLANTACAO DO PRODETUR NACIONAL							27.838.895
23 846	1166 10X0 0001	PARTICIPACAO DA UNIAO NA IMPLANTACAO DO PRODETUR NACIONAL - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	10.480.000
			F	3	2	40	0	100	300.000
			F	3	2	80	0	100	60.000
			F	3	2	90	0	100	360.000
			F	4	2	30	0	100	16.468.895
			F	4	2	40	0	100	170.000
TOTAL - FISCAL									37.810.844
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.810.844

UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									15.500.000
		PROJETOS							
17 512	0122 1N08	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							15.500.000
17 512	0122 1N08 0001	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NACIONAL	S	4	3	30	0	100	4.800.000
			S	4	3	30	0	151	10.700.000
9989 MOBILIDADE URBANA									23.849.563
		PROJETOS							
15 453	9989 10SS	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO							23.849.563
15 453	9989 10SS 0001	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - NACIONAL							23.849.563
			F	4	2	40	0	100	23.849.563
TOTAL - FISCAL									23.849.563
TOTAL - SEGURIDADE									15.500.000
TOTAL - GERAL									39.349.563

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL									71.971.949
		PROJETOS							
26 784	1459 7F65	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SUAPE (PE)							71.971.949
26 784	1459 7F65 0026	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SUAPE (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							71.971.949
			F	4	2	30	0	100	71.971.949
TOTAL - FISCAL									71.971.949
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									71.971.949

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
1172 FORTALECIMENTO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS - PNAFM									6.000.000
		PROJETOS							
04 123	1172 7J90	CAPACITACAO DE GESTORES PUBLICOS E AGENTES POLITICOS MUNICIPAIS NAS AREAS DE FINANÇAS E TRIBUTACAO							6.000.000
04 123	1172 7J90 0056	CAPACITACAO DE GESTORES PUBLICOS E AGENTES POLITICOS MUNICIPAIS NAS AREAS DE FINANÇAS E TRIBUTACAO - - NACIONAL							6.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
			F	4	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	N D	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
1456 VETOR LOGISTICO AMAZONICO									1.509.420
		PROJETOS							
26 782	1456 7F68	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA (SUL-NORTE - KM 496,10 - 524,10) - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA							1.509.420
26 782	1456 7F68 0056	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA (SUL-NORTE - KM 496,10 - 524,10) - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA							1.509.420
			F	4	3	40	0	100	1.332.420
			F	4	3	40	0	111	177.000
1457 VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE									73.278.301
		PROJETOS							
26 782	1457 5E15	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - PEIXE - PARANA - TAGUATINGA -NA BR-242 - NO ESTADO DO TOCANTINS							16.496.542
26 782	1457 5E15 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - PEIXE - PARANA - TAGUATINGA -NA BR-242 - NO ESTADO DO TOCANTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS							16.496.542
			F	4	2	30	0	100	16.496.542
26 782	1457 7F85	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - PRESIDENTE DUTRA - TIMON - NA BR-226 - NO ESTADO DO MARANHAO							16.781.759
26 782	1457 7F85 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - PRESIDENTE DUTRA - TIMON - NA BR-226 - NO ESTADO DO MARANHAO - NO ESTADO DO MARANHAO							16.781.759
			F	4	2	90	0	100	16.781.759
26 782	1457 7I12	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRAGANCA - VISEU - NA BR-308 - NO ESTADO DO PARA							40.000.000
26 782	1457 7I12 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRAGANCA - VISEU - NA BR-308 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA							40.000.000
			F	4	3	90	0	100	20.018.311
			F	4	3	90	0	111	19.981.687

1458 VETOR LOGISTICO LESTE

108.930.942

		PROJETOS								
26 782	1458 10MH	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - NA BR-367 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								2.500.000
26 782	1458 10MH 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - NA BR-367 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								2.500.000
			F	4	3	90	0	111		2.500.000
26 782	1458 7E87	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-153 - DIVISA MG/GO - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								90.076.880
26 782	1458 7E87 0031	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-153 - DIVISA MG/GO - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								90.076.880
			F	4	3	90	0	100		45.037.940
			F	4	3	90	0	111		45.038.940
26 782	1458 7J99	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - RIO BONITO - DIVISA RJ/ES - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								16.354.062
26 782	1458 7J99 0056	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - RIO BONITO - DIVISA RJ/ES - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								16.354.062
			F	4	3	90	0	100		10.314.062
			F	4	3	90	0	111		6.040.000

1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL

43.971.949

		PROJETOS								
26 782	1459 7E90	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - CARPINA - ENTRONCAMENTO BR-232 - NA BR-408 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								38.971.949
26 782	1459 7E90 0056	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - CARPINA - ENTRONCAMENTO BR-232 - NA BR-408 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								38.971.949
			F	4	2	90	0	100		38.971.949
26 783	1459 7K46	RECUPERACAO DE TRECHO FERROVIARIO - JUAZEIRINHO(PB) - SUAPE(PE) - NA REGIAO NORDESTE								5.000.000
26 783	1459 7K46 0056	RECUPERACAO DE TRECHO FERROVIARIO - JUAZEIRINHO(PB) - SUAPE(PE) - NA REGIAO NORDESTE - TRECHO JUAZEIRINHO/PB - SUAPE/PE (INCLUIDAS AS ALÇAS DE ACESSO PARA CABEDELO)								5.000.000
			F	4	3	90	0	100		2.500.000
			F	4	3	90	0	111		2.500.000

1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE

38.105.117

		PROJETOS								
26 783	1461 1K54	ESTUDOS, PROJETOS E CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANA								1.866.222
26 783	1461 1K54 0041	ESTUDOS, PROJETOS E CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA								1.866.222
			F	4	3	90	0	111		1.266.222
			F	4	3	91	0	111		600.000
26 782	1461 7G84	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA MT/GO (LUIZ ALVES) - ENTRONCAMENTO BR-153 (URUACU) - NA BR-080 - NO ESTADO DE GOIAS								36.238.895
26 782	1461 7G84 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA MT/GO (LUIZ ALVES) - ENTRONCAMENTO BR-153 (URUACU) - NA BR-080 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS								36.238.895
			F	4	2	30	0	100		11.238.895
			F	4	2	90	0	111		25.000.000

TOTAL - FISCAL

265.795.729

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

265.795.729

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N F	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
1346 QUALIDADE AMBIENTAL									11.707.788
		PROJETOS							
18 542	1346 7G96	PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO RURAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA							11.707.788
18 542	1346 7G96 0056	PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO RURAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO AMBIENTAL RURAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							11.707.788
			F	4	2	30	0	100	11.707.788
TOTAL - FISCAL									11.707.788
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.707.788

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROEESPACIAL									9.050.000
		PROJETOS							
05 661	0627 7J87	DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X)							9.050.000
05 661	0627 7J87 0001	DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X) - NACIONAL							9.050.000
			F	4	2	90	0	100	9.050.000
TOTAL - FISCAL									9.050.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.050.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0515 INFRA-ESTRUTURA HIDRICA									35.023.108
		PROJETOS							
18 544	0515 1P17	CONSTRUCAO DA BARRAGEM MANGUAPE NO ESTADO DA PARAIBA							19.407.349
18 544	0515 1P17 0056	CONSTRUCAO DA BARRAGEM MANGUAPE NO ESTADO DA PARAIBA - ALAGOA GRANDE - NO ESTADO DA PARAIBA	F	4	2	30	0	100	19.407.349
18 544	0515 5256	CONSTRUCAO DA ADUTORA DO ITALUIS COM 45 KM NO ESTADO DO MARANHAO							15.615.759
18 544	0515 5256 0056	CONSTRUCAO DA ADUTORA DO ITALUIS COM 45 KM NO ESTADO DO MARANHAO - NO ESTADO DO MARANHAO	F	4	2	30	0	100	15.615.759
TOTAL - FISCAL									35.023.108
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.023.108

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSAO									37.810.844
		PROJETOS							
23 846	1166 10W0	PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR JK							27.838.895
23 846	1166 10W0 0001	PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR JK - NACIONAL	F 3	2	30	0	100		1.600.000
			F 3	2	40	0	100		480.000
			F 3	2	80	0	100		300.000
			F 3	2	90	0	100		60.000
			F 4	2	30	0	100		360.000
			F 4	2	40	0	100		230.000
			F 4	2	40	0	100		170.000
23 846	1166 10W0 0056	PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR JK - PARQUE AGROPECUARIO EM GOIANIA - GO	F 4	2	30	0	100		26.238.895
23 695	1166 7F64	ADEQUACAO DO SISTEMA VIARIO DE ACESSO AO AEROPORTO INTERNACIONAL DOS GUARARAPES GILBERTO FREYRE EM RECIFE - PE							9.971.949
23 695	1166 7F64 0056	ADEQUACAO DO SISTEMA VIARIO DE ACESSO AO AEROPORTO INTERNACIONAL DOS GUARARAPES GILBERTO FREYRE EM RECIFE - PE - EM RECIFE - PE	F 4	2	30	0	100		9.971.949
TOTAL - FISCAL									37.810.844
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.810.844

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									15.500.000
		PROJETOS							
17 512	0122 7K04	APOIO A IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO NA BACIA HIDROGRAFICA DO COMPLEXO ESTUARIANO LAGUNAR MUNDAU-MANGUABA - AL							15.500.000
17 512	0122 7K04 0058	APOIO A IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO NA BACIA HIDROGRAFICA DO COMPLEXO ESTUARIANO LAGUNAR MUNDAU-MANGUABA - AL - SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO NO COMPLEXO ESTUARIANO LAGUNAR-MUNDAU-MANGUABA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	4	3	30	0	100	4.800.000
			S	4	3	30	0	151	10.700.000
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									1.380.000
		PROJETOS							
17 512	8007 10SI	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS							1.380.000
17 512	8007 10SI 0056	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS - APOIO A SISTEMAS DE RESIDUOS SOLIDOS - ARAQUAIA - TO	S	4	2	30	0	100	50.000
17 512	8007 10SI 0058	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS - IMPLANTACAO DE ATERRO SANITARIO NA REGIAO METROPOLITANA DE ARACAJU - SE	S	4	2	30	0	100	1.000.000
17 512	8007 10SI 0060	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS - APOIO A PROJETOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS - QUITTANDINHA - PR	S	4	2	30	0	100	330.000
			S	4	2	40	0	100	330.000
9989 MOBILIDADE URBANA									23.849.563
		PROJETOS							
15 453	9989 7J94	APOIO AS OBRAS DE INTERLIGACAO RODOVIARIA MAUA-GUARULHOS - AVENIDA JACU-PESSEGO - SP							23.849.563
15 453	9989 7J94 0058	APOIO AS OBRAS DE INTERLIGACAO RODOVIARIA MAUA-GUARULHOS - AVENIDA JACU-PESSEGO - SP - APOIO A CONSTRUCAO DA INTERLIGACAO RODOVIARIA MAUA-GUARULHOS - AVENIDA JACU PESSEGO - CORREDOR ESTRUTURAL DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIARIO - SAO PAULO - SP	F	4	2	40	0	100	23.849.563
TOTAL - FISCAL									23.849.563
TOTAL - SEGURIDADE									16.880.000
TOTAL - GERAL									40.729.563

EM nº 00057/2008MP

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), no valor global de R\$ 492.431.338,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e oito reais), em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, conforme a seguir demonstrado:

		R\$ 1,00
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
<u>Área Temática I - Infra-Estrutura</u>		
Ministério dos Transportes	265.795.729	265.795.729
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	265.795.729	265.795.729
<u>Área Temática III - Integração Nacional e Meio Ambiente</u>		
Ministério do Meio Ambiente	13.087.788	11.707.788
Ministério do Meio Ambiente (Administração direta)	13.087.788	
Agência Nacional de Águas - ANA		11.707.788
Ministério da Integração Nacional	35.023.108	35.023.108
Ministério da Integração Nacional (Administração direta)	35.023.108	35.023.108
<u>Área Temática IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte</u>		
Ministério da Educação	14.342.357	14.342.357
Ministério da Educação (Administração direta)	14.342.357	
Universidade Federal de Santa Catarina		14.342.357
<u>Área Temática V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano</u>		
Ministério das Cidades	39.349.563	40.729.563
Ministério das Cidades (Administração direta)	39.349.563	40.729.563

<u>Área Temática VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo</u>		
Ministério da Fazenda	6.000.000	6.000.000
Ministério da Fazenda (Administração direta)	6.000.000	6.000.000
Ministério do Turismo	37.810.844	37.810.844
Ministério do Turismo (Administração direta)	37.810.844	37.810.844
<u>Área Temática VII - Justiça e Defesa</u>		
Ministério da Defesa	9.050.000	9.050.000
Comando da Aeronáutica		9.050.000
Fundo Aeronáutico	9.050.000	
<u>Área Temática VIII - Poderes do Estado e Representação</u>		
Presidência da República	71.971.949	71.971.949
Secretaria Especial de Portos	71.971.949	71.971.949
Total	492.431.338	492.431.338

2. É oportuno ressaltar que o presente crédito está em consonância com a sugestão formalizada pela Liderança do Governo no Congresso a esta Pasta, conforme o Ofício GLC nº 039/08, de 10 de abril de 2008, e visa adequar a programação constante da Lei nº 11.647, de 2008, Lei Orçamentária Anual de 2008, LOA-2008, aos vetos à Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Plano Plurianual 2008/2011, PPA 2008/2011, o que impossibilitará a execução de algumas programações.

3. Cabe esclarecer, ainda, que o Ofício nº 229/2008/GABJA, de 15 de abril de 2008, do Deputado Jovair Arantes, Coordenador da Bancada do Estado de Goiás, enviado ao Ministério do Turismo, com ciência à Secretaria de Orçamento Federal por meio do Ofício nº 66/2008/SE/MTur, de 17 de abril de 2008, altera uma das sugestões apresentadas pelo Ofício GLC nº 039/08, no que diz respeito aos grupos de natureza de despesa, no âmbito daquele Ministério.

4. Informo, ainda, que o presente crédito assegura que os subtítulos enquadrados no Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI estejam integralmente contemplados com identificador de resultado primário "3 - primárias discricionárias relativas ao PPI", conforme disciplina o art. 8º, § 6º, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, LDO-2008.

5. Ressalte-se que a programação objeto de cancelamento no presente crédito não sofrerá prejuízo, uma vez que não poderá ser executada, dada a sua incompatibilidade com o PPA vigente.

6. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 61, § 13, da LDO-2008, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada.

7. O presente crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotações orçamentárias, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.647, DE 24 MARÇO DE 2008

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Leitura: 22-4-2008

Até 27-4 publicação e distribuição de avulsos;

Até 5-5 prazo final para apresentação de emendas;

Até 10-5 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

Até 25-5 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 71/2008/GLPTB

Brasília, 22 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de indicar o Senhor Senador Gim Argello para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, como membro titular, na vaga destinada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Colocando-me à inteira disposição, apresento a Vossa Excelência os meus cordiais cumprimentos. – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa o Sr. Senador Gim Argello, como titular, para compor a Comissão de Meio Ambiente, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 344, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do

Senado nº 321, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei de Inelegibilidades para regular o afastamento de servidor público candidato a cargo eletivo.

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, objetiva impedir que os servidores públicos que se candidatarem a cargo eletivo recebam remuneração durante o período de afastamento obrigatório de suas funções, de até três meses antes do pleito. Para isso modifica a alínea I do inciso II do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidades), que trata das inelegibilidades dos servidores públicos. Estabelece ainda que esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, mas não se aplicará às eleições que ocorram até um ano contado dessa data.

O texto atual exige que para se candidatar a cargo eletivo os servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, se afastem de suas funções, nos três meses anteriores ao pleito, mas lhes assegura licença remunerada durante esse período.

Esse afastamento, conforme destaca o autor, impede que servidor candidato se aproveite de condições privilegiadas que possam decorrer do exercício do cargo público para influenciar o resultado das urnas e assim coíbe o que o § 9º do art. 14 da Constituição Federal aponta como abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. Todavia, ao permitir a remuneração integral, essa norma privilegia o servidor candidato, o que, além de representar uma forma de apoio financeiro do Estado a determinados candidatos, pode estimular “candidaturas de fachada” de servidores a cargos eletivos, com o fim exclusivo de usufruir três meses de licença remunerada.

A garantia da licença remunerada eleitoral pode ser ainda um pesado ônus para a administração pública, principalmente nos municípios, que continuam a pagar os vencimentos de servidores afastados, cuja ausência pode prejudicar a qualidade da prestação de serviços públicos em determinados setores.

O PLS nº 321, de 2006 – Complementar não recebeu emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 101, I e II, d do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão deve se manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade,

a regimentalidade, a técnica legislativa e o mérito da proposição em análise.

O PLS nº 321, de 2006 – Complementar conforma-se aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral. A elaboração de normas de Direito Eleitoral se insere no âmbito da competência exclusiva do Congresso Nacional, em conformidade com o **caput** do art. 48 da Constituição Federal. A proposição não fere princípios fundamentais, não contém matéria de projeto de lei rejeitado na atual sessão legislativa e atende à Constituição Federal quanto à espécie do processo legislativo para tratar do assunto (lei complementar).

De igual modo, o projeto está elaborado em boa técnica legislativa, de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,

que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, o PLS nº 321, de 2006 – Complementar é relevante, necessário e oportuno, pois ao determinar que o afastamento do servidor candidato se faça sem remuneração contribui para assegurar a lisura do pleito, promove maior isonomia entre os candidatos e contribui para diminuir os ônus que essas candidaturas representam para a administração pública, em especial nos municípios.

III – Voto

Desse modo, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2006 – Complementar, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 27 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 321 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/02/2008 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	<i>Sen. Tasso Jereissati</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)¹	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ² <i>[Assinatura]</i>
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[Assinatura]</i>
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[Assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>(PRESIDENTE)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>(RELATOR)</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>(RELATOR)</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
.....

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)
.....

Art. 21. Compete à União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V – decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII – emitir moeda;

VIII – administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15-8-1995)

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15-8-1995)

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV – organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII – conceder anistia;

XVIII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal

sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

XXIV – organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV – estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19–12–2003)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOSTERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

**COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
Nº 1, DE 2008 – CCJ**

Esta presidência esclarece que, na terceira (3ª) reunião ordinária desta comissão realizada em 27 de fevereiro passado, o Senador Demóstenes Torres apenas procedeu à leitura do relatório emitido sobre o PLS nº 321, de 2006–Complementar, uma vez que o relator originário, Senador Tasso Jereissati, compareceu à referida reunião, assinou o seu parecer e a lista de votação como relator.

Sala de Reuniões, 26 de março de 2008. – Senador **Valter Pereira**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da CCJ.

PARECER Nº 345 , DE 2008

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 209, de 2007, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor ENÉAS COSTA DE SOUZA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Luis Fernando Schuartz.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 22 de abril de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Mão Santa sobre a Mensagem nº 209, de 2007, opina pela APROVAÇÃO da escolha do Senhor ENÉAS COSTA DE SOUZA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 15 votos favoráveis, NENHUM contrário(s) e NENHUMA ABSTENÇÃO.

Sala das Comissões em, 22 de abril de 2008.

PRESIDENTE: [Assinatura]

RELATOR(A): [Assinatura]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, RELATOR
"AO HON"

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPPLY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7-PATRÍCIA SABOYA (PSB)
	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	9-CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)	
JOÃO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
ALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-
GIM ARGELLO	2-
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES

RELATÓRIORelator: Senador **Mão Santa**Relator **ad hoc**: Senador **Antonio Carlos Júnior**

O Senhor Presidente da República, por meio da mensagem em epígrafe, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Enéas Costa de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

O indicado, nascido em 3 de março de 1937, é natural do Rio de Janeiro. Graduiu-se em Filosofia, em 1961, e em Ciências Econômicas, em 1974, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fez especialização em Didática Geral e Especial de Filosofia, em 1963, pela Faculdade de Filosofia da Ufrgs, e obteve o título de mestre em Economia, em 1978, pela Unicamp, tendo obtido grau A com a tese *Capital e Dinheiro*.

Ocupou os cargos públicos de Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), de 1987 a 1988; Diretor de Planejamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP–RJ), de 1988 a 1990; e Secretário Especial e Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, no Governo Simon-Guazzelli.

Foi representante de órgãos públicos em diversos conselhos e eventos, tais como membro do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul, Presidente do Fórum “Região Sul/Projeto de Futuro”, integrante do Conselho para Financiamento de Teses do IPEA, integrante do Conselho Deliberativo do RHAe (Recursos Humanos de Área Estratégica – Ministério da Ciência e Tecnologia), Presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Ciência e Tecnologia, membro do Conselho de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e membro do Conselho do Instituto Estadual do Livro/RS.

Foi, ainda, Conselheiro do Conselho Regional de Economia da 4ª Região e vice-presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul.

Exerceu diversas atividades docentes, entre as quais:

- Professor de Economia do Curso de Saúde Pública (1975-1976) – nível de pós-graduação;
- Professor de História do Pensamento Econômico (1975-1976), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS);
- Professor de Economia no Curso de Pós-Graduação Celar (1976), PUCRS;
- Professor de Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico – III Curso de Especialização de Administração em Agroindústria – Fundação para o

Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul (FDRHRS);

- Professor de “Moedas e Bancos” (1980/86), Universidade do Vale do Rio Sino (UNISINOS);
- Professor de “Economia Brasileira” (1980), PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional III (PROPUR III), Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Professor de “Economia Brasileira” (1982) PROPUR IX, UFRGS;
- Professor do Curso “Concorrência Intercapitalista e Planejamento” (1981) – Conselho Regional de Economia;
- Professor de “Tecnologia e Estratégia Industrial” no curso de Pós-Graduação, nível de Especialização em “Gestão de qualidade e de produtividade”, em Manaus, AM, em outubro de 1992; e
- Professor de “O Rio Grande do Sul e o Paradigma Tecnológico” no V Curso de Gestão e Políticas Públicas, promovido pela Formrs, em novembro de 1992.

O candidato exerceu diversas outras atividades de pesquisa e formação, consultoria científica, participação em conselhos editoriais de revistas e em organizações científicas.

Tem diversos artigos, ensaios e trabalhos acadêmicos publicados.

Foi editor de vários trabalhos econômicos e de pesquisas tecnológicas, além de ter participado de inúmeras palestras, seminários e congressos sobre Economia e sobre Ciência e Tecnologia.

Foi, ainda, professor de Cinema, Cultura e Filosofia e de Psicanálise, tendo publicações e participações em palestras, seminários e congressos nessas áreas do conhecimento.

A análise de seu **currículum vitae** revela que o candidato reúne os atributos necessários para o pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Senhor Presidente da República.

Em vista do exposto, atendendo ao que estabelece o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submetemos à apreciação e no julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Enéas Costa de Souza, constante da referida mensagem presidencial, para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 22 de abril de 2008. – Senador **Mão Santa**, Relator – Senador **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora do Senado Federal, em sua 2ª Reunião, realizada em 27 de março de 2008, decidiu pela rejeição do Requerimento nº 335, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 565, 276 e 641, de 2007.

O Projeto de Lei do Senado nº 565, de 2007, volta à Comissão de Assuntos Econômicos e, em seguida, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2007, volta à Comissão de Assuntos Sociais e, em seguida, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2007, volta à Comissão de Assuntos Sociais e, em seguida, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora do Senado Federal, em sua 2ª Reunião, realizada em 27 de março de 2008, decidiu pela rejeição do Requerimento nº 336, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 12, de 2007, e 334, de 2006.

Os Projetos de Lei do Senado nºs. 12, de 2007, e 334, de 2006, voltam, autonomamente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, decisão que passo a ler.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 337, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 474 e 555, de 2007.

Senado Federal, 27 de março de 2008. – Senadores **Garibaldi Alves Filho – Alvaro Dias – Gerson Camata e César Borges.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Projetos de Lei do Senado nºs 474 e 555, de 2007, que passam a tramitar em conjunto, vão à Comissão de Assuntos Econômicos e, em decisão terminativa, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, decisão que passo a ler.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 338, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 19 e 397, de 2005 – Complementares.

Senado Federal, 27 de março de 2008. – Senadores **Garibaldi Alves Filho – Alvaro Dias – Gerson Camata e César Borges.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Projetos de Lei do Senado nºs 19 e 397, de 2005 – Complementares, que passam a tramitar em conjunto, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Quero com muita honra fazer o registro aqui da presença de lideranças políticas do Estado do Amapá: os Srs. Deputados Federais Jurandil Juarez, Evandro Milhomen, Davi Alcolumbre; a Deputada Rosely; o Deputado Estadual Michel JK; o ex-Prefeito do Município de Santana, Dr. Tadeu Medeiros, meu colega médico; a liderança santanense do PSDB, Vereador Rato. Cumprimento todos os que estão aqui, em nome do Estado do Amapá, para prestigiar a presença do Senador Geovani Borges, que, como primeiro suplente, por licença do Senador Gilvam Borges, está ocupando a cadeira de Senador da República.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, com muita honra, a Geovani Borges, Senador da República pelo Estado do Amapá.

Em seguida, fará uso da palavra, para uma comunicação inadiável, a Senadora Ideli Salvatti; depois, o Senador Mão Santa.

Senador Geovani Borges, V. Exª terá dez minutos para o seu pronunciamento, prorrogáveis de acordo com suas necessidades.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, que é do meu Estado, Amapá, Srªs e Srs. Senadores, não sou neófito na política. Fui Vereador, Deputado Federal constituinte, Prefeito de Santana (o segundo Município mais populoso do meu Amapá), e já tive o prazer de debutar nesta Casa, quando assumi o mandato na qualidade de primeiro suplente do Senador Gilvam Borges, em 2006. No entanto, ocupar esta tribuna, investido pela segunda vez no cargo de Senador, é um sentimento inenarrável.

Perdoe-me, Sr. Presidente, que um caboclo ribeirinho não consiga disfarçar a emoção de ocupar esta tribuna num instante que se faz histórico. Saber que a minha família me acompanha neste momento solene, minha esposa Juscileide, a minha mãe, irmãos e amigos; lembrar aqueles entes queridos que se foram; pensar que posso estar deixando um testamento àqueles que virão e sobretudo que tenho a oportunidade de trabalhar em prol dos meus conterrâneos e a obrigação de não trair a confiança dos que apostam em mim são um veemente abalo afetivo para quem já somou meio século de vida.

Mas chego aqui com uma primeira e grandiosa missão. A Câmara Federal aprovou, em 13 de março deste ano, o Projeto de Lei PLC nº 27, de 2008, que cria a Zona Franca de Macapá e Santana. Claro que essa conquista não foi vitória de um homem só.

A bancada amapaense, coordenada pelo Senador Gilvam Borges, tem mostrado sinais inequívocos de união e obtido, por isso mesmo, expressivas vitórias. Essa aprovação na Câmara reflete o trabalho conjunto da bancada federal e do Senado para a aprovação do projeto. Cada Deputado Federal, cada um e todos eles fizeram articulações nas próprias bases, e os Senadores José Sarney, esse com sua estupenda experiência de homem público, Gilvam Borges e Papaléo Paes costuraram o meio campo de lá e aqui.

O meu querido coordenador da bancada federal, que foi Relator na Câmara, Deputado Jurandil Juarez, não mediu esforços e está presente aqui junto com o Deputado Milhomen, com o Deputado Davi e com o Deputado Estadual Michel JK, que faz parte da história da minha vida pública.

A proposta, Sr. Presidente, prevê, entre outras coisas, que produtos elaborados com matéria-prima regional possam ser comercializados com isenção do IPI, dentro ou fora de seus limites.

A aprovação do projeto agora precisa passar pelo Senado, onde já está sendo discutido mais especificamente na Comissão de Assuntos Econômicos. A relatoria, brilhante por sinal, coube ao Senador Gilvam Borges, de quem, com indisfarçável orgulho, sou irmão e suplente. Agora, na condição de Senador, terei o prazer e o desafio de defender e ver aprovar.

Esse é, sem favor nenhum, o maior projeto de desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, já que a Zona Franca de Macapá e Santana permitirá a industrialização de produtos de origem animal, vegetal e mineral produzidos a partir de matéria-prima de origem local. Prevê como incentivo a isenção de IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, que antes era aplicado somente para a comercialização.

A nossa população, os ribeirinhos, o caboclo da cidade e do interior, a classe trabalhadora, todos esses segmentos sociais serão beneficiados, porque teremos, com a aprovação do projeto, alternativa econômica capaz de transformar nossas próprias matérias primas em produtos de cadeia produtiva. Isso significa, sem dúvida alguma, mais empregos e renda aliados à vocação natural da nossa gente.

Não seria exagero dizer que a Zona Franca de Macapá e Santana é a redenção econômica do Estado. Atualmente, as principais fontes de renda dos dois Municípios são o funcionalismo público e o comércio. Na área central das duas cidades, está concentrado o comércio. São lojas, restaurantes, bancos e supermercados, que empregam grande parte da população.

Macapá, a capital do Amapá, é conhecida como a cidade do meio do mundo, uma vez que o monumento Marco Zero do Equador é referência mundial. A cidade é marcada pela imponência da Fortaleza de São José de Macapá, terminada em 1782. Limita-se ao norte com os Municípios de Ferreira Gomes, Cutias e Itaubal; ao sul, com o Município de Santana; a oeste, com o Município de Porto Grande. Ocupa uma área de 6.563 quilômetros quadrados, com altitude de 14,04 metros acima do nível do mar.

O Município de Santana está localizado a 20 quilômetros de Macapá. A estrada que leva até a cidade é asfaltada, e, em 20 minutos de carro, chega-se ao local. Vê-se a concentração comercial logo na entrada da cidade, na avenida com o mesmo nome. Santana teve início com um povoado que se formou na ilha de Santana, à margem esquerda do rio Amazonas, em 1753. A ilha não oferecia condições de sobrevivência, e, por ordem de Mendonça Furtado, foi instalado o povoado em frente, em terra firme.

Em 1946, com a descoberta do manganês, em Serra do Navio, por Mário Cruz, Santana experimentou um crescimento significativo com a instalação da Icomi, Indústria e Comércio de Minérios.

No final da década de 50, foi construída a estrada de ferro do Amapá, com 19 quilômetros lineares, para o transporte de mão-de-obra e escoamento da produção de manganês com destino ao mercado externo.

Posteriormente, foi instalado um cais flutuante em frente à ilha de Santana, no canal norte do rio Amazonas, aproveitando a profundidade, que permite a navegação de navios de grande calado, o que possibilitou a geração de empregos e incentivou o comércio e a indústria de pequeno porte.

Esse crescimento econômico ampliou a área urbana do povoado e fez surgir novas vilas, transformando-o em Distrito, em 1981. A elevação a nível de Município ocorreu em 1987.

A Companhia Docas de Santana Miguel Pinheiro Borges é outra fonte de emprego e renda. Por lá circulam mercadorias que abastecem todo o Estado e é, sem exagero algum, porto estratégico de importação e exportação na Região Amazônica, pois se situa em ponto privilegiado, às margens do rio Amazonas, desaguando no Oceano Atlântico.

Ora, as áreas de livre comércio ou zonas francas foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá/Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do País, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, com incentivos de IPI e do ICMS, proporcionando melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos.

Sei que alguns dos meus nobres pares devem estar afoitos para retificar que as cidades de Macapá e Santana não se situam na Amazônia ocidental, porém, cumpre lembrar que o Estado do Amapá possui fronteira com a Guiana Francesa, um dos fatores resultantes da criação dessa área de livre comércio, cujas atividades são voltadas à importação nacional e estrangeira.

Nos últimos anos, a Suframa redefiniu seu planejamento estratégico para a região e estabeleceu como prioridade o investimento na formação de capital intelectual, na implantação de bioindústrias e no surgimento de novos pólos industriais. Nesse cenário foi concebido e implantado o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

Nesse processo, a autarquia encomendou ainda estudos para a viabilização de novos pólos industriais e, neste último caso, está apostando na atração de empresas do segmento gás-químico para o PIM (Pólo Industrial de Manaus). Essas indústrias poderão explorar o potencial da província petrolífera de Urucu, de onde sairá um gasoduto com destino a Manaus, obra iniciada pela Petrobras em 2006, com a promessa de estar concluída até 2008.

Para a região atendida pela Suframa, a Amazônia Ocidental mais as cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, o fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus significa mais recursos para o financiamento de obras de infra-estrutura, focadas no desenvolvimento das potencialidades regionais.

São ótimas as perspectivas para a região, porque o Amapá desponta como um Estado exportador e, como há uma forte demanda interna e um crescente aumento das importações e exportações, a tendência, para o bem de todos e felicidade geral da Nação, é crescer cada vez mais.

O Amapá, Sr. Presidente, possui uma riqueza natural e humana imensa. O talento é abundante como fruta nativo, e eu me sinto especialmente honrado com a missão que me cabe. E eternamente grato pela oportunidade que Deus me deu.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Eu peço a V. Ex^a um aparte.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Com muito prazer, concedo um aparte ao Exm^o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Peço ao Presidente a aquiescência com o tempo. Senador Gilvam... Desculpe-me, Geovani – são irmãos, não é?

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – É o mesmo DNA, Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Eu quero dizer a V. Ex^a que a sua presença aqui é significativa para todos nós, V. Ex^a que, como Deputado Federal, foi autor e conseguiu ver esse seu sonho realizado, o da criação e instalação da Universidade Federal do Amapá. E hoje nós estamos colhendo frutos desse projeto que V. Ex^a aprovou no Senado e na Câmara. V. Ex^a, como ex-Prefeito de Macapá, ex-Deputado Federal por duas legislaturas e Prefeito de Santana, quero dizer que nós ficamos muito lisonjeados com a sua presença, ao substituir temporariamente, à altura, o seu irmão, Senador Gilvam, que presta um grande serviço também nesta Casa, em nome do povo do Amapá, trazendo aqui assuntos de extrema importância. Parabeno V. Ex^a por aflorar essa questão da área de livre comércio, que foi uma grande conquista que tivemos, graças ao Senador José Sarney, por aflorar a questão da nossa Zona Franca, que está nesse processo de discussão em que a Bancada do Amapá está empenhada para que possamos aprovar, porque o Amapá necessita. E aqui, na oportunidade, peço aos grandes Estados que eles olhem o Amapá com carinho, esse filho que está ainda aprendendo a andar, mal engatinha, porque esse Estado precisa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Sr. Presidente, peço dois minutos para concluir. Nosso Estado precisa exatamente dessa Zona Franca. Precisamos fazer com que nossos insumos sejam beneficiados. É isso que nós queremos para fazer evoluir o nosso Estado. Então, quero parabenizar V. Ex^a, dizer que V. Ex^a, aqui nesta Casa, é uma força para o Amapá, que tem o Senador José Sarney, eu, e agora V. Ex^a como representantes, e tenho certeza absoluta de que a sua convivência com

todos nós, Senadores, será muito boa, principalmente porque aqui cada grupo de três defende o seu Estado, e este conjunto defende o nosso País, mais propriamente a democracia. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a vem, com o espírito democrático, determinado a fazer com que esta Casa, cada vez mais, recupere a sua tradição de importância no processo democrático brasileiro. Parabéns, Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, com muita honra, incorporo ao nosso pronunciamento.

Gostaria de dizer, como V. Ex^a lembrou, que, nesta Casa, no Congresso Nacional, é muito difícil transformar um projeto de lei de sua autoria em norma jurídica, principalmente na minha época, quando eu era Deputado Federal pelo Território Federal do Amapá. O sistema é bicameral, e nós não tínhamos, naquele tempo, representação no Senado Federal. Então, nós tínhamos que brigar lá na Câmara para transformar o projeto de lei em norma jurídica e brigar aqui no Senado, sem nenhum representante do Estado. Conseguimos esse feito, transformando o Projeto de Lei nº 907/83.

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, eu gostaria da generosidade de V. Ex^a, porque já estou quase concluindo o pronunciamento, para fazer uma referência ao Senador Papaléo, de quem tive a honra de ser colega quando era Prefeito da capital do meu Estado, e eu, naquela oportunidade, Prefeito da cidade de Santana. Eu tive a honra de, junto com V. Ex^a, formar a Associação dos Prefeitos do Estado, que é um princípio previsto na Constituição Federal. Eu fui seu eleitor; V. Ex^a foi meu Presidente, por sinal, um grande Presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Amapá.

Quero lhe fazer essa homenagem e agradecer o seu empenho na luta junto com a bancada federal, pela importância que representa a zona franca verde do Estado do Amapá.

Para concluir, eu queria ressaltar a presença aqui do Vereador Luís Melo, de Santana; do Vereador Cabral Tork, Presidente do meu Partido lá; da minha genitora, que está aí, de quem eu falei há pouco; de vereadores, pessoas e lideranças que vieram; Dr. Tadeu, ex-Prefeito da minha cidade, por sinal, um grande Prefeito, que está me brindando aqui com a sua presença, junto com essa comitiva que veio dar o seu calor, o seu incentivo.

E, por fim, Sr. Presidente, ouso garantir aos meus pares, familiares e, sobretudo, aos amapaenses: eu não os decepcionarei.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Geovani, eu gostaria de felicitar V. Ex^a, que substitui o Senador Gilvam no Senado Federal. Espero que não só dê continuidade ao trabalho do Senador Gilvam, que representa com dignidade o seu Estado, o Estado do Amapá, como também possa prosseguir com as suas atividades legislativas, assim como desenvolveu na Câmara dos Deputados.

Meus parabéns! (Palmas.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação inadiável, de acordo com o art. 14.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Geovani, que se apresentou aqui na tribuna com um belíssimo discurso, e dizer que o me traz à tribuna é a prestação de um pouco de contas de algumas atividades entre as várias que temos no Congresso Nacional e, de forma muito especial, no Senado, defendendo setores importantes para o País. E eu não poderia deixar de fazê-lo, porque são setores importantíssimos também para o meu Estado. Tivemos uma atuação muito exitosa na construção civil. Os resultados estão aí para não deixar dúvida do desempenho desse setor.

Agora, mais recentemente, fomos convidados e estamos participando, de forma muito ativa, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Têxtil e de Confecções, que iniciou os seus trabalhos há menos de um mês e congrega mais de 250 Deputados e Senadores. Tenho a honra de ter sido escolhida para coordenar a Frente no Senado. O Deputado Rodrigo Rocha Loures a coordena na Câmara. Para nós, essa Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Têxtil e de Confecções é absolutamente imprescindível e relevante, porque esse é um setor que emprega, de forma direta, nada mais, nada menos do que 1,7 milhão de brasileiros e brasileiras – aliás, muito mais brasileiras do que brasileiros, até porque, nesse setor, empregam-se nada mais, nada menos do que 75% de trabalhadoras, ou seja, mulheres.

Esse também é o setor que mais oferece o primeiro emprego. Então, se não bastassem tantas outras qualidades, como sua importância e relevância, o fato de três quartos dos seus trabalhadores serem mulheres e a maior oferta de primeiro emprego ser exatamente no setor têxtil e de confecção, só por essas duas

qualidades esse já é um setor que deveria merecer de todos nós absoluta prioridade. E é por isso que nós incorporamos, estamos trabalhando, já tivemos alguns eventos, e eu queria deixar aqui o relato.

O primeiro deles aconteceu logo em seguida à constituição da frente. Fomos recebidos pelo Dr. Ivan Ramalho, Secretário Adjunto do MDIC, e tiramos, em uma importante reunião, um compromisso. Tão logo o Governo apresente a proposta de política industrial – que deverá ser apresentada à Nação agora no mês de maio –, o primeiro setor que terá o fórum de competitividade reestruturado e implementado será exatamente o setor têxtil e de confecção no nosso País.

O fórum de competitividade é muito importante, porque é um organismo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mas que contempla a participação de todos os setores na esfera do Governo Federal que tenham a ver com o desenvolvimento daquele setor produtivo. Portanto, é uma mesa de encaminhamento de soluções para o setor, que, no caso da construção civil, se demonstrou extremamente eficiente, eficaz, com resultados que depois eu gostaria de realçar.

A segunda audiência foi com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, porque nós temos algumas emergências. A primeira emergência é que o acordo que estabeleceu uma série de regras para a entrada absolutamente afrontosa – e que trouxe grandes prejuízos para a indústria nacional – dos produtos chineses vence agora no final deste ano. Portanto, restabelecer, aprimorar o acordo com a China para a fiscalização, e regras para a entrada dos produtos chineses na área têxtil e de confecções é muito importante.

Então, estivemos debatendo esse assunto, o compromisso do Ministro Celso Amorim com a retomada, o debate e o aprimoramento desse acordo. Saímos também com o compromisso do acompanhamento, agora no dia 29 de abril, em uma reunião importantíssima com o setor têxtil, nos Estados Unidos, para o andamento do acordo bilateral Brasil/Estados Unidos. Para as pessoas terem dimensão do que estamos falando, os Estados Unidos compram nada mais, nada menos do que US\$100 bilhões ao ano de têxtil e de confecções; e o Brasil não chega a vender para os Estados Unidos nem meio bilhão, não chega a US\$500 milhões ao ano. Portanto, se apenas dobrarmos, de US\$500 milhões para US\$1 bilhão, com os Estados Unidos, já será possível atingir a meta a que nos propusemos: gerar um milhão de novos empregos nesse setor.

E, por último, ainda saímos da audiência com o compromisso do Ministro Celso Amorim de realizar, no segundo semestre, um grande evento para tratar

do comércio do Brasil com os demais países, com os demais mercados, na área de têxtil e de confecções.

Esperamos, efetivamente, o sucesso da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção, que emprega 1,7 milhão de brasileiros e brasileiras, que emprega 75% de mulheres e que dá a maior oferta de emprego para os jovens. Que o setor possa ter o mesmo desenvolvimento, o mesmo crescimento que hoje a construção civil está aí demonstrando, de forma inequívoca, com a sua pujança, o seu desenvolvimento, a geração de emprego, de empreendimentos, de riqueza. E isso muito nos dá satisfação, porque tivemos a oportunidade de acompanhar o processo desde a tramitação que modificou o patrimônio de afetação, que modificou significativamente a legislação da construção civil, a questão da desoneração tributária, a cesta básica do material da construção, que foi uma idéia que começou a circular em Santa Catarina, no Município de Jaraguá.

Eu nunca esqueço o almoço que tivemos, ainda na metade de 2004, quando o primeiro empresário da construção civil trouxe a idéia de existir, da mesma forma que a cesta básica de alimentos, uma cesta básica de produtos da construção civil, que foram desonerados. E está aí o resultado, juntamente com o crédito, trazendo notícias extremamente positivas – se o Presidente me permitir mencionar –, como essa de que o consumo do cimento e o nível de emprego mantêm a alta no setor da construção civil:

A indústria da construção civil continua crescendo de forma acelerada neste início de 2008 e dá sinais de que novos recordes históricos serão quebrados neste ano. Dados divulgados pelas organizações setoriais da indústria e por algumas das principais empresas do setor mostram que a demanda, que já vem aquecida desde o ano passado, não está arrefecendo, mesmo com o aumento de alguns insumos.

Dados divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) mostram que o consumo do cimento teve uma ampliação de 13% nos três primeiros meses deste ano, em relação ao mesmo período de 2007.

[...]

Na outra ponta, o Sindicato...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Para concluir, concedo mais um minuto a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Na outra ponta, o Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon) registrou recorde histórico no nível de emprego no setor. Hoje, o número de trabalhadores formais da construção no País está em cerca de 1,9 milhão de pessoas, maior estoque de mão-de-obra registrado desde 1995, quando a atual metodologia do levantamento foi implantada.

[...] Contabilizados os últimos 12 meses, o volume de empregados cresceu quase 16%.

E eu tenho muito orgulho de que Santa Catarina tenha sido um dos Estados que lideraram esse crescimento de emprego na área da construção civil. Foi nada mais, nada menos do que 16,9% de crescimento do emprego formal na construção civil, no meu Estado.

É por isso, Sr. Presidente, que nós ficamos muito felizes quando vemos outras notícias como, por exemplo, a do crédito imobiliário avançando em todo o País: a Região Norte representou 24% do total do crescimento do crédito; a Região Nordeste, 20% do total do crescimento do crédito imobiliário. Portanto, é uma demonstração muito clara de que, quando há política direcionada para o setor no sentido de melhorar as condições de crédito, a desoneração tributária e a legislação, o setor responde.

Portanto, aquilo que foi feito na construção civil nós esperamos que, efetivamente, também possa acontecer no setor da indústria têxtil e do vestuário, pelo volume de empregados e empregadas e de jovens que esse setor acolhe, de forma tão importante, em todos os cantos do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza dos minutinhos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa.

Convido V. Ex^a a ocupar a tribuna pelo prazo de 10 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Pela ordem, Sr. Presidente. Aqui, no fundo do plenário. Peço minha inscrição pela Liderança do PDT, por cinco minutos, tão logo seja possível.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, dê-me uma informação: para uma comunicação inadiável, ainda há condições de me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não há vaga. No momento não há vaga. Mas, ficaremos na expectativa de surgir uma vaga na lista de oradores, porque esta Casa se engrandece com as palavras de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Fico aguardando. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão de 22 de abril, Parlamentares desta Casa, brasileiras e brasileiros que estão aqui e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, Senador Mercadante – V. Ex^a fica bem em todo lugar, principalmente aí na Mesa Diretora –, o que me traz aqui – viu, Mercadante? – é essa história de que o Senado está desgastado. Está não! Isso é conversa e é mentira! Ô Cafeteira, de maneira nenhuma. Vou dar uns quadros, porque sou prático, sou cirurgião.

Olha, três Senadores faleceram, para tristeza nossa. Fui ao último enterro, o do Jonas Pinheiro, e vi o povo chorar. Ao enterro do Ramez Tebet, não fui – era o meu mais íntimo –, porque eu estava no casamento da filha do Azeredo e era aquele tempo de “apagão aéreo”. Mas ele era o mais ligado a mim. Fui ao de Antonio Carlos Magalhães, quando chorou a Bahia, chorou o Brasil e ainda hoje se chora e se homenageia.

Tinha uma ligação muito íntima com Ramez Tebet, ô Mercadante. No meu gabinete, Sibá, só tem retrato de três homens. Um é do Papa João Paulo II, abençoando eu e Adalgisa, em dezembro de 1995, quando governava o Piauí e fui lá. O outro é de Petrônio Portella, esse patrimônio da redemocratização que presidiu esta Casa com muita honra e muita dignidade. Eu, bem novinho, e ele me induzindo a entrar na política. E o outro retrato é meu com Adalgisa e Ramez Tebet.

E não fui, Senador Jefferson Péres, ao sepultamento. E no dia em que fizeram uma sessão aqui em homenagem a ele, comprometi-me de ir à cidade dele colocar flores no túmulo de Ramez Tebet. E, desde lá então, houve uma oportunidade num 4º Encontro de Jornalistas do Mato Grosso do Sul. Tenho o certificado aqui, muito bacana. Eles fazem isso para divulgar a cidade de Ramez Tebet: Três Lagoas. E, para entender aquilo, Jefferson, temos que entender Sêneca, que não era nem de Atenas nem de Esparta. Era de uma cidade pequena, mas ele dizia: “Não é uma cidade pequena; é a minha cidade”. Todos nós víamos Ramez Tebet orgulhoso dessa Três Lagoas. E é um encanto de cidade.

Senador Mercadante, o motivo era muito fácil: todos falarmos de Ramez Tebet, principalmente eu. Deus permitiu que – quando eu governava o Estado do Piauí, ele era Ministro da Integração e nos ajudou muito a concluirmos os açudes e as barragens – colocasse, quando em vida, no seu peito, a maior comenda do Estado do Piauí: a Medalha da Ordem Estadual do Mérito Renascença. E ele me dizia, ô Suplicy, que aquela era a primeira homenagem nacional que ele tinha recebido, o Ramez Tebet, antes de ser Presidente do Congresso. E ele saiu do Ministério no momento mais

dramático desta Casa, o daquela CPI do Judiciário, a do Lalau; foram cassados os Senadores Jader Barbalho, Antonio Carlos Magalhães e Arruda, que hoje é Governador. E ele presidiu, navegou e levou este Senado a uma credibilidade extraordinária.

Mas o que queria dizer, então, é que o Senado não está desgastado, não, Mercadante. Não tem esse negócio de desgastado, não.

Mas recebi um convite e fui ao 4º Encontro de Jornalistas do Mato Grosso do Sul; tinha um palestrante no dia anterior, Maurício Kubrusly, da Globo, e eu terminei. Estava lá também o jornalista Ricardo Ojeda, diretor, estudantes de comunicação, políticos e tudo, e o que me surpreendeu, Mercadante: paulistas, seus eleitores, da cidade de Castilho. Para você ver como há credibilidade aqui: eu, lá do Piauí, junto com as lideranças que estavam lá, de Castilho, os Prefeitos de São Paulo – disseram que eram apenas 15 km dali, não é? E eu não era eu; eu era o Senado. Sabe por quê? Porque o Presidente desta Casa, sabendo que eu iria nessa missão.. Está sendo aguardado lá Pedro Simon, pois tem um educandário Ramez Tebet, que Pedro Simon vai inaugurar. Perguntaram por que eu não fui com ele. Eu digo que se chegasse lá com Pedro Simon... Ele é mais do que um sol, o sol só brilha de dia; ele, dia e noite. Então, Deus me antecipou. Eu sou assim como o João Batista, que disse: eu vim anunciar o Salvador, o Cristo. Pedro Simon, já estão o esperando. É uma escola aberta. E eu sou da geração... Ô Mercadante, nós somos preparados mesmo, nós, você também entra no nós, não é?

Monteiro Lobato dizia, Pedro Simon, que um país se faz com homens e com livros, e eu queria lhe dizer e disse lá: “Mato Grosso do Sul, Três Lagoas é por um homem e um livro. É um livro muito bem escrito: *Simplemente Ramez Tebet*, escrito por Coaraci Nogueira de Castilho. Mas eu dizia lá, Pedro Simon: “Feliz da cidade, feliz do povo que não precisa buscar exemplos na história, em outras nações, em outras cidades. O exemplo é Ramez Tebet”. E dizia: “Para prefeita, a encantadora – permita-me dizer, porque sou franco, que, no meu entusiasmo, se chegar uma mulher à Presidência da República, eu aposto nesta beleza – Simone Tebet. Ali eu vi uma prefeita abraçada com o povo, acreditada pelo povo, amada pelo povo e filha de Ramez Tebet. Pedro Simon, então, eu dizia lá: “Basta dar a todo filho de Mato Grosso do Sul um livro”. É o hino do Mato Grosso do Sul, o hino do exemplo o discurso de Pedro Simon.

Pedro Simon, todo mundo sabe que V. Ex^a tem grandes pronunciamentos. Outro dia, o nosso amigo Jarbas Vasconcelos disse que ia fazer um discurso sobre o Ulysses. Eu estaria viajando. Tinha compromisso no Piauí. Mas eu disse: “Jarbas, vá ler primeiro

o discurso de Pedro Simon sobre Ulysses”. Eu disse: “Vá ler”. E ele fez.

Pedro Simon, nesse discurso, o Espírito Santo baixou em V. Ex^a, e o significado é que foi antes da morte, do falecimento do Ramez. Acho que o Espírito Santo baixou, você entrou, adentrou aqui e disse que ele estava entrando em coma, moribundo, não via, não via mais o sorriso.

Eu diria e disse para a prefeita, aquela extraordinária e linda mulher em quem eu aposto aqui, eu disse lá: se tiver uma mulher que chegue a Presidente da República, eu aposto nela contra as do partido de vocês todos. Eu aposto porque eu vi. É a genética, é a ética, é a decência e a credibilidade.

Vou dizer como nasceu a candidatura dela.

Ramez Tebet mandou o seu genro, Eduardo, escolher um candidato a prefeito – o prefeito de lá era do PT. Aí o genro disse: “Não tem jeito não, ó Tebet. É a Simone”. Ele disse: “Mas não dá certo. Vamos lá”. Aí ele foi. “Vou lhe ensinar como se faz política. Com aquele jeito dele, chamou um daqueles amigos e disse: “Aquele tem 40 votos, me acompanha há décadas”. Aí começou a conversar com o amigo e disse: “E aí, quem é que a gente lança como prefeito?” Aí o amigo dele disse: “A nossa Simone”. Aí ele teve que ceder e a “nossa Simone” é talvez hoje....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador, vou conceder mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dois, pelo Regimento, e V. Ex^a me dá quanto pela sua generosidade e pela sua sensibilidade? (Pausa.)

Ah, está bem. Depois vou fazer um apelo, tendo em vista a sensibilidade de V. Ex^a.

Primeiro, Pedro Simon, o aparte que não pode faltar. Olhem, leiam o discurso de Pedro Simon! Não existe coisa mais bela; é uma oração.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está me tocando o sentimento. Na verdade, foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Eu estava falando dessa tribuna quando soube que nosso querido Tebet estava vivendo horas amargas e difíceis. Não querendo ir ao hospital, ficou em sua casa esperando o pior. Fui a essa tribuna, onde está V. Ex^a, e fiz o pronunciamento que, juro por Deus, não sei como. Eu disse aquilo que a minha alma sentia. Acho que realmente o Espírito Santo me inspirava. O que me deixou traumatizado e dramatizado foi o que a filha dele me contou. Segundo ela, ele estava sentado na frente da televisão e, quando os filhos viram que eu estava falando dirigindo-me a ele, ligaram a televisão. E ele, praticamente ao fim, abriu

os olhos – ele não falava mais – e começou a chorar. Ele ficou assistindo ao pronunciamento, ouvindo o meu discurso até o fim. Quando eu terminei, ele fechou os olhos e não falou mais. Eu juro por Deus que... O Tebet era um santo. O Tebet era um desses homens dignos, puro, correto. O final do Tebet foi magnífico. Ele saiu da aplicação, veio para cá e sentou aqui na cadeira dele, e eu lhe disse: “Tebet, parece que você veio de uma estação de veraneio, de uma estação de águas. Você está ótimo”. E ele me respondeu: “Sim, quando eu faço a transfusão de sangue...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele foi à tribuna e fez um discurso ao seu Brasil e ao seu Mato Grosso, alquebrado, mas naquele momento mostrava força que realmente não entendi de onde vinha. Ele realmente morreu em paz, morreu trabalhando, morreu de pé. E tem muita razão V. Ex^a: a filha dele, prefeita, honra o mandato dele, honra a tradição dele, honra a história dele. Eu não posso esquecer o que me disse: “Ó Pedro, a minha filha me disse que tinha um problema muito sério. Alguém tinha cometido um equívoco grave na Prefeitura, e ela queria tomar posição. Eu disse a ela: minha filha, não faça isso agora. Você está recém-começando. Não faça isso agora. Deixa para mais tarde”. Dali a pouco, ele viu que ela havia demitido o funcionário. Ele telefonou para ela e lhe disse: “Eu queria que fizesse isso, sim, minha filha, mas eu não tinha coragem... Eu achava que era ainda muito cedo para se fazer, mas isso honra realmente o meu nome”. É uma grande mulher. A esposa é uma mulher fantástica, mas, na história da biografia dos membros do Congresso Nacional, o Tebet haverá de marcar a sua posição pela dignidade que teve. Eu felicito V. Ex^a que, com o seu sentimento, com a sua alma, com a sua pureza e com a sua singeleza, está fazendo um discurso à altura da memória do nosso Tebet. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a está sendo aguardado para inaugurar – não podia haver uma pessoa, um nome mais importante, mais ligado a um educandário – a Praça Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares, e tem um busto. Mas a Simone Tebet é de uma inspiração... Ele está no chão, com os braços abertos. Não botou ele, como nós vimos na história do mundo, no alto, não. O povo vai lá e o abraça. Eu tirei retrato. E eu fui ao cemitério. E esse negócio de dizer que político está atrás...

Olha, eu sei que não foi por mim não. Eu li uma mensagem do nosso Presidente, Garibaldi, quer dizer, eu representava o Senado. Ô Romeu Tuma, eu dava autógrafa, tirava um monte... Ô Mercadante, havia muito paulista lá. Então eu não vejo esse desgaste. Nós não estamos desgastados, não. Lá no Mato Grosso do Sul

eu dei muito autógrafa. Eu recebi aplausos. Eu sei que não era por mim; era por Ramez Tebet, era por Pedro Simon, era pela carta do nosso Presidente, que eu li, mas simbolizava o Senado.

Romeu Tuma, chorei pelo pronunciamento. Ouvi no carro V. Ex^a. V. Ex^a é que faz a grandeza da política; V. Ex^a chorava pelo sofrimento dos aposentados e idosos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, eminente representante do Piauí, os oradores inscritos estão, com toda a legitimidade, chamando a minha atenção porque o tempo de V. Ex^a está esgotado. Temos o maior prazer em ouvi-lo, mesmo porque V. Ex^a traz muitos ensinamentos a esta Casa. Vou lhe conceder mais dois minutos, o que completa cinco minutos de prorrogação.

Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não vou ocupar muito tempo em respeito ao Presidente. Ouvia V. Ex^a do gabinete e vim correndo. Eu endossaria todas as palavras que o Senador Pedro Simon e V. Ex^a falaram a respeito do meu irmão Ramez Tebet. Tive a felicidade e a honra de ter privado da amizade dele. Acompanhei alguns fatos que o amarguraram neste Senado, principalmente como Presidente da Comissão de Ética, onde o valor e a dignidade dele se fizeram presentes, quando enfrentou alguns poderosos. Ele não se acovardou diante deles. Que Deus o mantenha no céu a nos proteger aqui para termos sempre o favorecimento da sociedade brasileira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É importante o exemplo. Mercadante, ele sonhou uma fábrica de papel, e hoje uma multinacional está lá, construindo a fábrica. Tem mais de 8.500 brasileiros, peões, Antonio Carlos Valadares. Fui ao canteiro da obra e vi milhares de nordestinos. Piauienses, há muitos. O sonho de Ramez Tebet era propiciar trabalho.

Então a cidade é feliz porque é obediente a Deus, que diz: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma cidade que não tem desemprego. E eu lamentei ver milhares de nordestinos e piauienses deslocados porque o Governo não criou um ambiente de trabalho no Nordeste. Milhares, que choravam com saudade das esposas, foram recebidos pelo Mato Grosso para terem direito ao trabalho.

Presidente, nossos agradecimentos pela sua sensibilidade e pelo tempo, que foi ampliado, e as últimas palavras aos céus: Ramez Tebet, ilumine a todos nós, Senadores!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Ideli.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, chegou o ofício do PTB para eu falar pela Liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendido no momento adequado.

Tem a palavra a Senadora Ideli, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos tido poucas oportunidades de tratar de assuntos positivos aqui no plenário do Senado.

Eu queria aqui fazer o registro do aumento significativo do microcrédito produtivo orientado. Esse foi um projeto que, para meu orgulho, eu relatei aqui no Senado. Ele foi aprovado em 2005 e só no ano passado tivemos a oportunidade de ver um crescimento de 52% no microcrédito, que é destinado a pequenos empreendedores. Em 2007 foram feitas quase um milhão de operações. E, em termos de recurso, R\$1,1 bilhão, o que dá exatamente a dimensão de quão pequenos são os créditos, que, porém, fazem verdadeira revolução para as pessoas e as famílias que são beneficiadas.

Faço esse registro, Sr. Presidente, porque aprovamos a matéria e dela participamos. Eu, nesse processo de relatoria do microcrédito produtivo orientado, tive um bom debate. Inclusive, eu tive a oportunidade de aperfeiçoar o projeto e, por isso, estou muito feliz.

Desejo, inclusive, compartilhar com todos os membros do Senado e com os telespectadores da TV Senado essa lei que pegou e que vem beneficiando milhões de brasileiros em todos os cantos do nosso País, propiciando oportunidade de geração de emprego e renda para pequenos empreendimentos na faixa de trezentos, quatrocentos, quinhentos mil reais, pois ela permite que as pessoas, a partir da aquisição de um pequeno bem, da ação de uma pequena reforma, de uma pequena estrutura, possam ter condição de uma vida mais digna.

Em três anos, comemoro no plenário do Senado esses R\$2,5 bilhões que foram emprestados pelo microcrédito produtivo orientado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela Liderança do PTB, ao Senador Romeu Tuma, por cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumo a tribuna para comemorar o Dia da Aviação de Caça. Mas, antes, Senador Jeffer-

son Péres, eu jamais me atreveria a discutir qualquer problema da Amazônia com V. Ex^a. Eu sempre ouviria seus conselhos e suas colocações diante de tudo o que acontece naquela região que tanto preocupa a Nação e as autoridades, como não o faria com o General Heleno. Conheço o General Heleno. Não vou entrar no mérito nem discutir o assunto que ele levantou, porque vamos fazer um convite para que ele venha à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para nos relatar realmente qual é a situação na Região Amazônica. O Governador do Amazonas é o Braga, não é, Senador Jefferson Péres?

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Eduardo Braga.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eduardo Braga. Na última reunião da Fiesp, ele me disse que foram detectadas plantações de cocaína, não mais do epadu, mas de cocaína mesmo, de primeira linha, na região de fronteira, do lado brasileiro com a Colômbia, escondidas por entre as plantações de mandioca. Isso está identificado. Ele já recebeu o relatório, e eu espero que ele nos forneça.

Acerca da discussão sobre a Raposa Serra do Sol, desde quando o Senador Líder do Governo era o Presidente da Funai, discutia-se esse assunto. Então, esse assunto já está há mais de 15 anos em discussão: se se faz ilha, se é demarcação contínua ou não...

O Presidente José Sarney e o Ministro Saulo Ramos fizeram um projeto para demarcação de ilhas em vários pontos do País. Então, não vou entrar no mérito.

Mas quero dizer que o General Heleno é um homem correto, digno, chefiou as forças brasileiras no Haiti e conseguiu restabelecer um pouco de paz. Hoje, está voltando uma agressividade novamente, como protesto pelo aumento do preço dos alimentos naquele país. Ele fazia a logística de distribuição daqueles produtos de que a população mais carente precisava, ao tempo do Presidente Collor.

Então, eu não poderia deixar de ser testemunha da dignidade e do respeito com que o General Heleno cuida das causas públicas, e, como Comandante da Amazônia, ele tem razões para ter conhecimento profundo de tudo o que lá ocorre, inclusive com respeito ao comportamento das ONGs que estão sendo investigadas aqui na CPI.

Senador Alvaro Dias, era isso que eu queria falar sobre o General Heleno, prestar a minha homenagem a ele, sem entrar no mérito da disciplina. O caráter dele merece nosso respeito e nossa admiração.

Vou tentar ser rápido, Sr. Presidente.

Toda vez que o Senado da República comemora uma data alusiva às Forças Armadas, lembramos a FEB, mas não podemos deixar de destacar o trabalho

da Força Aérea Brasileira, o justo reconhecimento pelo que, nos céus da Itália, conseguiu realizar em nome da Pátria. E é este o momento certo para que o façamos, ao comemorarmos o Dia da Aviação de Caça.

Mas, por que esta data foi assinalada em reverência à FAB? Encontramos uma das melhores respostas na matéria “O Mais Longo dos Dias”, de autoria do Tenente Alessandro Silva e publicada na *Revista Aerovisão* nº 213, de abril de 2005.

Devido ao preciso relato produzido pelo autor, ilustre oficial de nossa Força Aérea, segurei o seu raciocínio como roteiro do que tenho a dizer, pois o Dia da Aviação de Caça coroa uma história de heróis, e poderia perder-me pela emoção ao procurar destacar seus principais acontecimentos.

Descrevo aqui, Sr. Presidente, visto que meu tempo se esgotou, a operação, no início da Primavera, de fuga do Exército alemão, que pretendia estabelecer uma nova linha de resistência no Vale do Rio do Pó.

Aqui, há algumas passagens de comportamento da Força Aérea Brasileira, comportamento reconhecido pelo comandante do pelotão aéreo americano. A única força aérea que recebeu prêmio dos Estados Unidos foi a Força Aérea Brasileira.

Então, eu deixaria para ser publicado, se V. Ex^a permitir, e leria aqui o porquê do “Senta a Pua”, o nome da designação do Esquadrão Aéreo que trabalhou na Itália.

O grito de guerra “Senta a Pua” surgiu na Base Aérea de Salvador em 1943/44, quando lá servia o 1º Tenente-Aviador Firmino Ayres de Araújo. Zé Firmino, como era conhecido, era um paraibano, todo desengonçado, do tipo que chama todo mundo por “Zé”.

Nessa época, surgiu no Nordeste a gíria “Senta a Pua”, e Zé Firmino a utilizava para apressar os motoristas nas suas viagens. Isso obrigava o homem a correr um pouco acima do limite.

Quando veio o voluntariado para o 1º Grupo de Aviação de Caça que combateria na Itália, esse grito foi levado para o Panamá junto com três candidatos cedidos por Salvador. Do Panamá, onde o grupo fez seus primeiros treinos, ele foi levado para os Estados Unidos, onde os voluntários tiveram o primeiro contato com os P-47 Thunderbolt, suas principais armas contra o nazi-fascismo.

Já na Itália, o “Senta a Pua” foi ganhando corpo e se transformou no grito de guerra “Jambock”, nome código do 1º Grupo de Caça.

Agora só faltava um símbolo, que surgiu no deslocamento dos Estados Unidos para Livorno, na Itália, a bordo do UST Colombie, pelas mãos do Capitão Fortunato Câmara de Oliveira.

A idéia básica é o avestruz, que retratava a velocidade e a maneabilidade do avião de caça P-47, como também o estômago dos veteranos devido à péssima comida recebida a bordo do UST Colombie. O boné do avestruz representava a robustez do P-47 e proteção ao piloto, e o céu do Brasil com o Cruzeiro do Sul em destaque. A pistola insinua a potência de fogo do Thunderbolt, que possuía oito metralhadoras “ponto cinquenta”,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Só mais um segundo, Sr. Presidente.

... quatro em cada asa; duas bombas de quinhentas libras, uma bomba de napalm ou gasolina gelatinosa e seis foguetes de cento e cinco milímetros. Ao fundo vermelho, que eterniza o sangue derramado pelos pilotos mortos e feridos em combate, vê-se uma nuvem cúmulo, que representa o espaço aéreo, e uma bolota de fumaça negra e os estilhaços, que é a artilharia inimiga. E, circulando o símbolo, a faixa dupla verde-amarela lembrando a nossa Pátria Brasil. Por fim, a exclamação “Senta a Pua”, o grito de guerra dos pilotos de caça... Os de ontem e os de hoje.

Peço ao Presidente da República: senta a pua, para melhorar a aviação de caça brasileira, principalmente nesta hora de necessidade para a sua defesa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

Em seguida, será o Senador Eduardo Suplicy – logo após o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós que acompanhamos a grande imprensa sabemos da ampla repercussão alcançada por uma reportagem publicada nesta segunda-feira pelo jornal norte-americano **Los Angeles Times** a respeito do problema da dengue no Brasil. O principal argumento daquela reportagem é de que a epidemia de dengue, além de ter-se transformado em uma mancha na imagem glamorosa do Rio de Janeiro, corre o risco de comprometer o status, que nosso País vinha conquistando pouco a pouco, de economia a caminho do Primeiro Mundo. A epidemia de dengue e a guerra entre polícia e traficantes nas favelas revelam, segundo o jornal, “o lado escuro do Rio de Janeiro”.

De acordo com aquele diário norte-americano, as embaixadas de vários países do Brasil já estariam alertando os turistas sobre o risco da dengue.

O jornal também menciona que os moradores da “Cidade Maravilhosa estão preocupados e irritados com uma aflição do Terceiro Mundo” e que os cariocas não estão atacando o mosquito transmissor da doença, mas sim atacando o que chamariam de uma resposta tardia e confusa do Governo.

O **Los Angeles Times** também menciona a reação das autoridades brasileiras “que se acusam mutuamente com um jogo de acusações similar ao que aconteceu durante a crise provocada nos Estados Unidos pelo furacão Katrina”. E acrescenta que duas imagens estão sendo queimadas pelo mosquito, a do Brasil a caminho do Primeiro Mundo e também a do Rio de Janeiro, “principal atração turística do Brasil”. Fala em quase 90 mortes – já ocorreram mais de 90 – pela dengue só no Estado do Rio de Janeiro e mais de 93 mil infectados.

É verdade que nós não queremos politizar essa questão da dengue, pelo fato de o Estado do Rio de Janeiro ser dirigido pelo PMDB e a Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro ser dirigida pelo DEM, um partido de Oposição. O que nós queremos é trazer dados, informações suficientes, preocupantes até, no intuito de mais uma vez alertarmos as autoridades constituídas do País sobre a gravidade da situação.

Inclusive quero citar o caso do meu Estado, que, diariamente, estampa em seus jornais manchetes sobre a dengue ocorrida no Estado.

Os dados de que disponho sobre o Estado de Sergipe, e que foram divulgados pela imprensa – inclusive li há poucos instantes na **Infonet**, que é um portal muito lido por mais de 70 mil pessoas somente no Estado de Sergipe – dizem o seguinte:

Foram notificados, em Sergipe, 5.529 casos, mas comprovados, 2.726. Houve oito mortes: cinco em Aracaju, uma em Tobias Barreto, uma em Itabaiana e uma em Nossa Senhora do Socorro. Mortes lamentáveis. Há epidemia de dengue em 20 municípios, e 15 estão em risco epidêmico.

Não podemos, naturalmente, comparar esses números com os números exorbitantes do Estado do Rio de Janeiro, onde já são mais de 93 mil casos no Estado inteiro! E, somente na Cidade do Rio de Janeiro, 55 mil casos, com um total de 91 mortes no Estado inteiro.

Sr. Presidente, a meu ver, reportagens como esta, a do **Los Angeles Times**, por mais desagradáveis que sejam, devem ser levadas a sério por todos nós. Em primeiro lugar, porque realmente se trata de uma epidemia de Terceiro Mundo. Não precisamos da dengue. Passamos décadas sem ela.

O jornalista Janio de Freitas argumenta no mesmo sentido quando diz que estamos diante de “uma situação africana” e que temos um novo doente a cada minuto, sendo que a maioria das mortes são crianças.

E ele acrescenta que “a população se esvai nas filas lerdas e longas, as crianças queimando de febre, os idosos ruindo na fraqueza, em busca de um atendimento que se recomenda urgente tão logo haja os primeiros sintomas” já que a morte pode vir em 48 horas.

Como sabemos, a dengue é transmitida pelo mosquito **Aedes aegypti**, que prolifera no verão devido ao aumento de criadouros – pneus, garrafas, vasos, caixas d’água destampadas e qualquer coleção de água parada a céu aberto. Os sintomas aparecem de 3 a 15 dias. Pois bem, no argumento de Janio de Freitas, esta mesma doença esteve erradicada no Rio, quase por completo durante décadas, quando a cidade era capital da República. Ela foi voltando aos poucos e fez o ressurgimento agudo no Governo Fernando Henrique. Depois foi relativamente controlada, mas em seguida veio a tragédia, de uma penada, que foi a extinção do serviço dos mata-mosquitos.

Esse serviço, de vigilantes sanitários, era o que o Governo Federal comprometera-se a manter no Rio ao mudar-se para Brasília. Foi eliminado em nome do corte de despesas. O governo usou aqui o raciocínio de economistas que lidam com valores financeiros, lidam mais com pagamento de dívida externa e dívida interna do que com vidas humanas.

Esse tipo de enfoque tem que mudar. Ele é inaceitável. Na condição de membro da bancada da saúde, chamo a atenção alto e bom som no seguinte sentido: ou colocamos a saúde nos trilhos, como prioridade número 1, lado a lado com a educação, ou vamos assistir nossa marcha lenta em sentido oposto ao do Primeiro Mundo.

Não tenho como me contrapor aos argumentos do **Los Angeles Times**. Aumento de crédito, crescimento econômico e todo e qualquer sinal de desenvolvimento tem que estar submetido à qualidade de vida social, ao IDH, à atenção e prevenção das doenças que comprometem mais fortemente aos mais pobres.

Desenvolvimento é muito mais, desenvolvimento é colocar a saúde pública em outro patamar (e a dengue desmente isso), é colocar a educação em outro patamar (e que os testes nacionais e internacionais desmentem), e priorizar a segurança pública e o emprego. Acredito que esta deve ser a verdadeira luta do Governo, e outro dia já alertei para o congelamento das verbas da saúde, de dólares *per capita* ano após ano (mesmo com a variação nominal do orçamento). Essa política é indefensável.

Para especialistas da Fiocruz, o Rio está enfrentando a mais grave epidemia de dengue da história. Ao mesmo tempo, os especialistas da doença também dizem que o clima não é o único vilão da epidemia, que há locais como o norte do Estado de São Paulo, ou

mesmo outras regiões do Estado do Rio que possuem o mesmo clima da capital carioca e que não estão enfrentando a epidemia.

O que falta então é um combate eficiente e, como dizem os sanitaristas, o que pode fazer a diferença é um sistema de vigilância integrado e uma boa cobertura de Saúde em Família. Eles propõem que se gaste mais com a saúde pública, que se melhore a gestão da saúde pública e que se priorize menos o superávit primário ou a dívida pública.

A nossa principal dívida é social, Sr. Presidente. Se o nosso País não adotar urgência e prioridade no combate a epidemias africanas, não tem como postular sua entrada no elenco de países de maior IDH...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE.) – ... e muito menos de economias que marcham para o Primeiro Mundo.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Presidente, para fazer justiça, estamos aqui fazendo comentários de uma reportagem de um jornal de caráter internacional que analisa a situação do Brasil que é realmente grave, não só no Rio de Janeiro, diga-se de passagem. Muitos Estados brasileiros estão sofrendo as consequências da falta de cuidado com a dengue, e esta falta de cuidado tem que acabar.

A dengue sendo contida este ano, o Governo tem que ter a salvaguarda do atendimento à população de forma permanente, isto é, educando a população, conscientizando a sociedade da importância em manter o saneamento...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE.) – ...em manter a população em tranquilidade e segurança quanto à saúde.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e, mais uma vez, enfatizo a importância de que o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde, as Secretarias dos Municípios, das Prefeituras Municipais de todo o Brasil se congreguem e que possam interagir no sentido de fortalecer o sistema de saúde e evitar mortes de pessoas cujas vidas são importantes para a sociedade brasileira.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, todos nós que acompanhamos a grande imprensa sabemos da ampla repercussão alcançada por uma reportagem publicada nesta

segunda-feira pelo jornal norte-americano **Los Angeles Times** a respeito do problema da dengue no Brasil.

O principal argumento daquela reportagem é de que a epidemia de dengue, além de ter-se transformado em uma mancha na imagem glamorosa do Rio de Janeiro, corre o risco de comprometer o status que nosso País vinha conquistando pouco a pouco, de economia a caminho do Primeiro Mundo. A epidemia de dengue e a guerra entre polícia e traficantes nas favelas revelam, segundo o jornal, o “lado escuro do Rio de Janeiro”.

De acordo com aquele diário norte-americano, as embaixadas de vários países no Brasil já estariam alertando os turistas sobre o risco da dengue. O jornal também menciona que os moradores da “cidade maravilhosa estão preocupados e irritados com uma aflição do Terceiro Mundo” e que os cariocas não estão atacando o mosquito transmissor da doença mas sim “atacando o que chamariam de uma resposta tardia e confusa do governo”.

O **Los Angeles Times** também menciona a reação das autoridades brasileiras “que se acusam mutuamente com um jogo de acusações similar ao que aconteceu durante a crise provocada nos Estados Unidos, pelo furacão Katrina” e acrescenta que duas imagens estão sendo queimadas pelo mosquito, a do Brasil a caminho do Primeiro Mundo e também a do Rio de Janeiro, “principal atração turística do Brasil”. Fala em quase 90 mortes pela dengue só no estado do Rio e mais de 93 mil infectados.

A meu ver, reportagens como esta, por mais desagradáveis que sejam, devem ser levadas a sério por nós.

Em primeiro lugar, porque realmente se trata de uma epidemia de Terceiro Mundo. Não precisamos da dengue. Passamos décadas sem ela. O jornalista Janio de Freitas argumenta no mesmo sentido quando diz que estamos diante de “uma situação africana” e que temos um novo doente a cada minuto sendo que a maioria das mortes são crianças. E ele acrescenta que “a população se esvai nas filas lerdas e longas, as crianças queimando na febre, os idosos ruindo na fraqueza, em busca de um atendimento que se recomenda urgente tão logo haja os primeiros sintomas” já que a morte pode vir em 48 horas.

Como sabemos, a dengue é transmitida pelo mosquito **Aedes aegypti**, que prolifera no verão devido ao aumento de criadouros – pneus, garrafas, vasos, caixas d’água destampadas e qualquer coleção de água parada a céu aberto. Os sintomas aparecem de 3 a 15 dias. Pois bem, no argumento de Janio de Freitas, essa mesma doença esteve erradicada no Rio, quase por completo durante décadas, quando a cidade era capital da República. Ela foi voltando aos poucos e fez o ressurgimento agudo no Governo Fernando Henrique. Depois foi rela-

tivamente controlada, mas em seguida veio a tragédia, de uma penada, que foi a extinção do serviço dos matamosquitos. Esse serviço, devigilantes sanitários, era o que o Governo federal comprometera-se a manter no Rio ao mudar-se para Brasília. Foi eliminado em nome do corte de despesas. O governo usou aqui o raciocínio de economistas que lidam com valores financeiros, lidam mais com pagamento de dívida externa e dívida interna do que com vidas humanas.

Esse tipo de enfoque tem que mudar. Ele é inaceitável. Na condição de membro da Bancada da saúde, chamo a atenção em alto e bom tom no seguinte sentido: ou colocamos a saúde nos trilhos, como prioridade um, lado a lado com a educação, ou vamos assistir nossa marcha lenta em sentido oposto ao do Primeiro Mundo.

Não tenho como me contrapor aos argumentos do **Los Angeles Times**. Aumento de crédito, crescimento econômico e todo e qualquer sinal de desenvolvimento tem que estar submetido à qualidade de vida social ao IDH, à atenção e prevenção das doenças que comprometem mais fortemente aos mais pobres.

Desenvolvimento é muito mais, desenvolvimento é colocar a saúde pública em outro patamar (e a dengue desmente isso), é colocar a educação em outro patamar (e que os testes nacionais e internacionais desmentem), e priorizar a segurança pública e o emprego. Acredito que esta deve ser a verdadeira luta do governo, e outro dia já alertei para o congelamento das verbas da saúde, de dólares per capita, ano após ano (mesmo com a variação nominal do orçamento). Essa política é indefensável.

Para especialistas da Fiocruz, o Rio está enfrentando a mais grave epidemia de dengue da História. Ao mesmo tempo, os especialistas da doença também dizem que o clima não é o único vilão da epidemia, que há locais como o norte do estado de São Paulo, ou mesmo outras regiões do Estado do Rio que possuem o mesmo clima da capital carioca e que não estão enfrentando a epidemia.

O que falta então é um combate eficiente e, como dizem os sanitaristas, o que pode fazer a diferença é um sistema de vigilância integrado e uma boa cobertura do Saúde em Família. Eles propõem que se gaste mais com a saúde pública, que se melhore a gestão da saúde pública e que se priorize menos o *superávit* primário ou a dívida pública.

A nossa principal dívida é social. Se o nosso país não adotar urgência e prioridade no combate a epidemias africanas não tem como postular sua entrada no elenco de países de maior IDH e muito menos de economias que marcham para o Primeiro Mundo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A FEBRE CAUSADA PELO MOSQUITO LEVOU A ÓBITO QUASE NOVENTA PESSOAS, ATINGINDO DE FORMA MAIS GRAVE AS CRIANÇAS E OS POBRES, E PROVOCOU INDIGNAÇÃO CONTRA AS AUTORIDADES MUNICIPAIS

Por **Andrés D'Alessandro** e **Patrick J. McDonnell**, redatores do **Los Angeles Time**.

21 de abril de 2008

RIO DE JANEIRO – O Brasil está crescendo rapidamente. A moeda está se valorizando, as pessoas estão comprando casas e carros em um ritmo acelerado, e financistas de toda a parte do mundo estão ávidos para investir. O País parece estar equilibrado para atingir o oficial de país de Primeiro Mundo.

Mas os habitantes desta auto-proclamada cidade maravilhosa estão preocupados com uma aflição de terceiro mundo – a febre causada pela dengue, doença tropical que se espalha de modo epidêmico. Os agentes de saúde relataram que a dengue, até sexta-feira, tinha provocado a morte de pelo menos 87 pessoas no estado do Rio de Janeiro este ano – e mais de 93.000 pessoas tinham contraído a doença. A maioria dos casos ocorreu aqui na cidade, a principal atração turística do Brasil. As crianças e os adolescentes até quinze anos têm sido os mais atingidos, e perfazem quase a metade do número de mortos, dizem os agentes.

A dengue tornou-se um flagelo anual em uma faixa do Brasil tropical, mas a epidemia deste ano parece ser, provavelmente, a mais mortal da história recente do Rio.

Mais do que pôr a culpa no mosquito *Aedes aegypti*, um mosquito de listras brancas, que espalha o sofrimento, muitos cariocas, como são conhecidos os habitantes do Rio, estão censurando severamente o que eles consideram uma reação confusa e atrasada por parte do governo. Os críticos dizem que os funcionários trabalharam de modo vagaroso para fumigar e tomar outras ações durante o verão do hemisfério sul, quando as chuvas criam excelentes condições para os nascedouros de mosquitos.

“Esta epidemia é de total responsabilidade das autoridades estaduais e federais”, disse Edna Rollim, 58 anos, uma professora de história que expressou o sentimento de muitos dos entrevistados na barulhenta praça do centro da cidade, a Cinelândia. “Eles pa-

raram de fumar no verão, e agora nós sofremos as consequências.”

Os legisladores estão se atacando em um jogo de culpas, que lembra em muito o que aconteceu em Nova Orleans na passagem do furacão Katrina – que também atingiu de forma mais grave os pobres e mostrou o lado negro escondido de uma Meca internacional do turismo.

Com o número de casos crescendo cada vez mais, e as clínicas superlotadas, as autoridades, este mês, enviaram, tardiamente, mais de 1.000 soldados para juntarem-se aos bombeiros, voluntários e outras pessoas no patrulhamento das ruas e na inspeção de milhares de casas em uma ofensiva bastante alardeada. As equipes fumigam e destroem os lugares com água parada, onde os mosquitos proliferam.

Os esquadrões anti-dengue concentram o foco nas favelas pobres, onde as pessoas vivem em espaços exíguos e infimas condições sanitárias. O governador do Rio, Sérgio Cabral, declarou: “Temos que atacar a dengue do mesmo modo que não podemos tolerar a ocupação das favelas pelos traficantes de drogas”.

A epidemia de dengue, do mesmo modo que a troca de tiros entre polícia e traficantes, nas favelas, tornou-se uma mancha vexatória na imagem glamourosa do Rio. Algumas pessoas acusam o governo de tentar cobrir com um véu a epidemia de dengue, para não afugentar os turistas.

Houve alguns relatórios sobre redução de taxas de ocupação hoteleira, mas não houve cancelamentos em massa. Nos hotéis mais importantes, no aeroporto internacional e em alguns pontos turísticos como o Corcovado e o Pão de Açúcar, alguns poucos sinais alertam os visitantes para a ameaça da dengue.

Mas não é preciso falar nada. As embaixadas dos Estados Unidos e de outros países avisaram os visitantes para que tomem precauções, como, por exemplo, usar camisas com mangas compridas e evitar shorts ou bermudas.

O acalorado debate sobre a dengue expôs mais uma vez as profundas diferenças entre as camadas sociais, em uma nação famosa por sua desigualdade de renda. Até recentemente, os habitantes dos bairros pobres reclamavam que tinham sido ignorados.

“Morro de medo que o meu bebê fique doente”, disse Graciela Kauan, 16 anos, com o filhinho de oito meses no colo, na Cinelândia. “Eu cubro meu filho com repelente toda noite e ele dorme coberto com um mosquiteiro.”

A dengue, uma doença viral transmitida pelos mosquitos, é uma doença parecida com a gripe e nem sempre é fatal. Entretanto, os médicos têm medo que uma variante mais grave possa estar se alastrando aqui

e no vizinho Paraguai, que também está enfrentando a crise da dengue.

Não há vacina para a dengue. O tratamento envolve, usualmente, repouso e aumento da ingestão de líquidos. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, os mosquitos transmissores da dengue proliferaram nos trópicos, em todo o mundo, graças a fatores como a rápida urbanização, falta de saneamento, e o uso cada vez maior de caçambas e baldes feitos de plástico, que podem se tornar excelentes nascedouros para os mosquitos. Alguns especialistas dizem que a mudança climática também pode ter favorecido o mosquito transmissor da dengue.

Embora digam que a epidemia já tenha começado a ceder, as autoridades dizem que os casos não devem cessar, provavelmente, até os meses de junho ou julho, com a chegada do tempo mais frio. Os especialistas em saúde esperam que o presente surto de dengue faça com que haja uma intervenção mais cedo nos próximos anos.

“Havia indícios de risco de epidemia já há muito tempo”, relatou Luiz Pinguelli Rosa, um especialista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Agência Brasil de Notícias. “Se as medidas que foram tomadas recentemente tivessem sido tomadas há dois meses, a situação teria sido com certeza melhor, tanto no combate ao mosquito quanto no tratamento dos infectados.”

Patrick.mcdonnel@latimes.com

Reportagem feita, do Rio de Janeiro, por **D’Alessandro** e, de Buenos Aires, por **McDonnell**. O correspondente especial **Marcelo Soares**, em São Paulo, contribuiu para esta reportagem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero tornar pública uma preocupação – já não bastassem tantas – em relação ao Estado do Pará, o meu Estado querido. Mais uma agora, Senador Alvaro Dias, Presidente desta sessão.

O Banco da Amazônia, o respeitável Banco da Amazônia, um ano atrás, promoveu um concurso público para as várias áreas técnicas de seu quadro. Há um ano. A validade do concurso do Banco da Amazônia, conforme edital, é de um ano. Como o concurso foi em junho do ano passado, obviamente em junho

deste ano, completa-se um ano. Nenhuma chamada foi feita para os aprovados de uma maneira geral, do primeiro até o último classificado. Nenhuma chamada! Aqueles que pagaram taxas, aqueles de fora, que pagaram avião e hotel, enfim, como eles vão contar com os seus ressarcimentos, se o Banco da Amazônia não tomar uma providência na divulgação do resultado desse concurso? É um absurdo, Sr. Presidente, ter que se conviver ainda com esse tipo de chamadas para concurso. Ficam com o dinheiro das pessoas e não dão uma notícia sequer para aqueles que fizeram concurso. Isso não é só no Banco da Amazônia. Estou, sinceramente, admirado por ser o Banco da Amazônia, ao qual eu creditava tanta confiança.

Estou encaminhando ofício à Mesa para que a Mesa possa cobrar do Presidente do Banco da Amazônia esclarecimentos para esse caso, porque eu já recebi mais de mil *e-mails* cobrando providências do Senado e de outras autoridades deste País, para que aquelas pessoas que fizeram concurso para o Banco da Amazônia não fiquem prejudicadas.

Eram esses meus esclarecimentos à nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa recebe, na forma regimental, o requerimento de V. Ex^a.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Eduardo Suplicy e, logo após, ao Senador Marco Maciel.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, há duas semanas, visitou-nos Fernando Lugo Mendes aqui no Senado, e foi por todos nós saudado, assim como visitaram-nos os demais candidatos à presidência do Paraguai.

E hoje venho à tribuna do Senado para saudar que um país irmão, vizinho a nós, membro do Mercosul, que tem todas as condições para ser, mais e mais, amigo do Brasil, tenha realizado eleições democráticas onde a candidata do partido que há 61 anos governava o Paraguai, do Partido Colorado, reconheceu justamente a Sr^a ex-Ministra da Educação do Presidente Nicanor Duarte, a Sr^a Blanca, reconheceu a derrota, agradecendo a todos os votos nesse momento cívico que vivemos. Fernando Lugo Mendes recebeu 43,83% dos votos; a candidata governista do Partido Colorado, Blanca Ovelar, ficou com 30,71%; o ex-general Lino Oviedo, ficou em terceiro com 21,98% dos votos. A participação de acordo com o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai, foi de 65,7% de um total de 2 milhões 860 mil eleitores, no Paraguai que tem

hoje uma população da ordem de 6 milhões e 200 mil habitantes.

É muito importante que no Paraguai tenha havido uma eleição democrática, inclusive Presidente Alvaro Dias, gostaria de lembrar que V. Ex^a e eu, certo dia, ouvimos aqui o General Lino Oviedo dizer que desejava voltar ao seu país para ser julgado. Ele pôde retornar ao seu país, se apresentou à justiça – houve decisão da justiça –, participou das eleições, como muito desejava, e teve uma votação expressiva.

Foi importante, portanto, o Paraguai ter eleições com a participação não apenas da Sr^a Blanca, que representou o Partido Colorado, do General Lino Oviedo. Isso faz com que aumente a importância da vitória de Fernando Lugo, que tem tido uma posição, na minha avaliação, muito equilibrada. Ele se diz um político de centro progressista que tem afinidades, por exemplo, com o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez. E legitimamente ele vem dizendo, e o fez durante sua campanha, que gostaria de rever os termos do acordo realizado entre o Brasil e o Paraguai – o primeiro ocorreu em 1966 e o segundo em 1973 – sobre o preço da energia.

O Presidente Lula, em Gana, mencionou que temos um acordo estabelecido até 2023 e, em princípio, vamos respeitá-lo.

Ele também mencionou que o Brasil é um País grande, que precisa estar dialogando com os países menores e relativamente mais pobres, no sentido de colaborar com o desenvolvimento desses países da melhor forma possível. Por outro lado, o Ministro Celso Amorim, sobre este assunto, mencionou algo interessante: soa estranho que um país que tenha com o Brasil construído a usina hidrelétrica de Itaipu não tenha na sua capital, Assunção, um provimento de energia o mais adequado, para possibilitar que empresas industriais e outras ali se instalem mais convenientemente, e que será muito próprio que o Brasil ajude o sistema de transmissão de energia elétrica para Assunção.

Então, eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de estimular o Governo brasileiro do Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim, com o diálogo de todos nós, a colaborarmos para que o Brasil e o Paraguai tenham um entendimento de países irmãos e nos melhores termos possíveis.

Quero, mais uma vez, saudar a vitória do Presidente Fernando Lugo. Ontem conversei com Frei Betto, que é amigo pessoal dele, assim como também do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E Frei Betto, que voltava do Paraguai, me disse do entusiasmo e inclusive do respeito e da admiração de toda a comunidade católica.

Ele, que compareceu à missa no domingo e esteve, na própria segunda-feira, com o Presidente Fer-

nando Lugo, pôde testemunhar o carinho dos católicos e o apoio àquele Presidente. Assim, é importante que Fernando Lugo tenha um amigo pessoal do próprio Presidente Lula, Frei Betto, que estará colaborando para esse bom diálogo.

Quando o Presidente Fernando Lugo esteve aqui, tive a oportunidade...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Tive a oportunidade de dar-lhe as informações sobre a proposta da renda básica de cidadania, expressando, inclusive, ao Presidente do Senado do Paraguai e ao hoje eleito Presidente Fernando Lugo, a minha disposição de colaborar com as autoridades do Executivo e do Congresso paraguaios, com vistas à instituição ali de um fundo que também venha possibilitar a garantia de uma renda básica a todos os paraguaios.

Eu gostaria de dizer da importância de estarmos caminhando na direção do direito de livre circulação de pessoas entre o Paraguai, o Brasil e todos os países do Mercosul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, por dez minutos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, boa-tarde.

“Minha pátria é a língua portuguesa”, disse-o muito bem Fernando Pessoa em uma de suas definições magistrais. A lusofonia está entre os grandes blocos lingüísticos e culturais do mundo, maior que os dos falantes de francês, espanhol ou árabe. Mesmo assim, o árabe e o espanhol foram acrescentados aos idiomas oficiais da Organização das Nações Unidas, ao lado do inglês, francês, chinês e russo, línguas faladas nos países dos membros do Conselho de Segurança da ONU. Contudo, o idioma português ainda hoje não está entre eles. Um dos motivos alegados é a diversidade de ortografias.

Desde 1911, Sr. Presidente, se busca uma ortografia atualizada e aceita pelo Brasil e Portugal. Foram feitas três simplificações da língua (em 1911, em 1931 e entre 1945 e 1946) até que em 1990 foi assinado em Lisboa o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com sua data de entrada em vigor cancelada pelo Protocolo Modificativo num encontro dos países lusófonos, em 1998, na Cidade da Praia em Cabo Verde. Nesse encontro, inclusive, tive a oportunidade

de comparecer chefiando a delegação brasileira. Os Parlamentos do Brasil, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe aprovaram a decisão dos seus Chefes de Governo.

É importante dizer que o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a que me refiro, depende ainda de aprovação da Assembléia da República, ou seja, o Parlamento de Portugal.

E o que se percebe – desafortunadamente – é que não há consenso nos círculos culturais e acadêmicos portugueses com relação à aprovação do mencionado acordo.

O ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vilaça, e o atual, Cícero Sandroni, e o diplomata cabo-verdiano Luís Monteiro da Fonseca, secretário-executivo da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), insistem no prazo de dois anos para sua vigência.

Não se entende a dilatação da vigência do Acordo Ortográfico para seis anos, pois o já aprovado não é algo que vá produzir muitas mudanças na Língua Portuguesa. Só para dar exemplo, Sr. Presidente, na realidade só serão modificadas 0,5% das palavras no Brasil e 1,6% das palavras em Portugal. Apesar disso, há muitas vozes discordantes, às quais o escritor João Ubaldo Ribeiro tenta acalmar demonstrando que o Acordo Ortográfico “não faz grandes inovações”, enquanto o acadêmico Arnaldo Niskier lamenta a perda de tempo pelos seus sucessivos adiamentos.

Na mesma direção se manifestou o reputado filólogo brasileiro Evanildo Bechara, pernambucano e membro da Academia Brasileira de Letras. Ele tem o que chamaríamos “a sabedoria do equilíbrio”.

Já que falamos em equilíbrio, o que se recomenda é que acompanhem o ritmo natural dessas mudanças. Os chefes de Estado e de Governo da CPLP, em sua reunião em São Tomé, em 2004, aceitaram, além da adesão do Timor Leste, que é o oitavo país lusófono, o prazo de seis anos para a implantação do referido Acordo Ortográfico.

O Presidente da República Portuguesa Cavaco Silva endossou esta data ao visitar, em março passado, o Rio de Janeiro para participar das comemorações do Segundo Centenário da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil.

Na ocasião, afirmou: “As negociações começaram quando eu era primeiro-ministro. Agora o acordo vai para a Assembléia da República, vai ocorrer aí um debate e vai para Belém igualmente”. Quando ele diz que vai para Belém, significa que vai depender também da aprovação do Presidente da República, visto que Portugal pratica um parlamentarismo com viés de presidencialismo, em que ele não somente tem

um papel relevante na formulação da política externa portuguesa.

A seguir disse o Presidente Cavaco Silva: “O Conselho de Ministros aprovou ontem a proposta do segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1991, comprometendo-se a adotar as medidas adequadas para ‘garantir o necessário processo de transição, no prazo de seis anos’”.

O Ministro da Cultura de Portugal, José António Pinto Ribeiro, por sua vez, no jornal *O Público*, importante diário lusitano, asseverou que “os seis anos previstos para a transição da língua em Portugal não impedirão que o País comece o processo”, e acrescentou: “na minha opinião, nós devíamos ter sido os primeiros”.

Ainda palavras do Ministro da Cultura de Portugal: “O Governo não veio a optar por uma moratória ao definir o período de seis anos para a execução do Acordo. Não foi esse o nosso objetivo, nem desejamos que seja estabelecida nenhuma moratória”.

E justificou esse prazo com a necessidade de organização: “É preciso formar professores, é preciso rever currículos escolares, é preciso fazer livros, há muitas coisas para fazer até estar completamente executada” a reforma.

Os escritores, assim esperamos, não serão prejudicados pelo Acordo Ortográfico, pois a liberdade estilística em nada será afetada. A linguagem literária baseia-se língua gramatical, porém a completa ao enriquecê-la em plena liberdade criativa.

Quanto à substituição dos livros didáticos, eles costumam ter um prazo de três anos no Brasil e de quatro a seis em Portugal. A questão principal, pois, consiste em dar o primeiro passo. Evanildo Bechara, que já citei anteriormente, disse com propriedade que “língua é poder”. Ou mais do que isso. “A troca de sua língua é quase igual à troca de sua própria alma”, disse certa feita o filólogo francês do século XIX Gaston Paris.

Sr. Presidente, já estou concluindo.

O jornal *O Globo*, em edição de 7 de março passado, publica matéria de autoria de Chico Otávio, em que anota que “Portugal levou 18 anos entre a assinatura do acordo e sua ratificação pelo Conselho dos Ministros na semana passada, para dar o primeiro passo no sentido de implementá-lo. Teoricamente o acordo está em vigor desde o início de 2007, com a assinatura de três dos oito países signatários: Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Na prática, porém, ele não existe sem a entrada de Portugal. Embora as próximas etapas – aprovação pelo Parlamento e pelo Presidente – andem mais rápido, isso não significa dizer que as resistências às mudanças foram debeladas”.

O Ministro José António Pinto Ribeiro considera, porém, o Acordo significativo, pois, “quanto mais

profunda é a relação de um povo com a palavra, mais profunda é a sua identidade”. Acredita igualmente, que, se os oito países que formam a comunidade tiverem uma língua portuguesa comum, poderão se globalizar sem medo de perder sua identidade. E, encerra, afirmando: “...quem não tem dissolve-se”.

Sr. Presidente, concluo: é fundamental que o Congresso Nacional se associe ao tema, para que o Acordo Ortográfico não sofra novos adiamentos e consigamos tornar o português um dos idiomas oficiais da ONU. Somos cerca de 250 milhões de luso falantes. O mundo deve – e precisa – ouvir também a nossa voz.

Hoje, convém recordar, registramos a passagem de mais um ano da descoberta do Brasil – o 508º aniversário, certamente uma data que marca a mais notável saga dos navegadores portugueses nos albores do Renascimento. Festejamos também hoje, o Dia da Comunidade Luso-Brasileira. Em nossos dias, o Brasil é a mais populosa das nações lusófonas. Temos especial interesse e também significativa responsabilidade na implantação do Acordo Ortográfico, um documento compreensivo e resultado de longas negociações com toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Tudo isso conflui para que estejamos atentos à necessidade de avançar na implementação do Acordo Ortográfico, o que permitirá a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, – instrumento importante na perfusão do português em todo o mundo, o que torna possível, para todos nós, como corolário, maior participação de nossa cultura e maior difusão de nossos valores nestes tempos de mundialização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, graças a uma liminar concedida pelo Ministro Carlos Ayres Britto e graças também a um pronunciamento do General Comandante Militar da Amazônia, General Heleno Augusto, voltou ao centro de debate do País o problema da reserva Raposa Serra do Sol, de Roraima.

Uma questão preocupante pelo risco de confrontação já agora e mais preocupante ainda porque não sabemos a que nos pode levar no futuro a demarcação daquela reserva.

Sr. Presidente, eu falo a respeito com razoável conhecimento de causa não por ser da região – às vezes, um Parlamentar pode ser profundamente desconhecedor de aspectos da sua própria região –, mas porque integrei

a Subcomissão do Senado, há cinco anos, que estudou o problema. Nós nos deslocamos a Roraima, realizamos audiências públicas e ouvimos os dois lados.

Realmente, creio que, ali, o Governo brasileiro, cedendo à pressão de entidades estrangeiras, cometeu um grave equívoco ao fazer a demarcação de uma área tão extensa – 17 mil quilômetros quadrados, quase do tamanho de Sergipe – em áreas contínuas.

Dir-se-á que as populações indígenas precisam de grandes áreas devido ao seu modo de vida. Sim, concordo quando são índios que vivem em estágio tribal, aldeados como foram os ianomâmis. Dei total apoio à criação da reserva ianomâmi em 1992 pelo Presidente Collor. Os ianomâmis são índios não-aculturados que vivem, com seu modo de vida tradicional, da caça e da pesca e precisam deslocar-se. É uma cultura itinerante. Eles precisam de grandes espaços, sim, Senador Tia Viana, e só assim eles preservarão sua cultura e seu modo de vida.

Mas, no caso da Raposa Serra do Sol, a situação é completamente diferente. É uma grave deformação da realidade querer comparar as duas situações.

Os partidários da demarcação contínua tentam demonizar os opositores, colocando uma falsa questão: seriam, de um lado, os índios e, de outro lado, os arrozeiros.

Ora, Senador Tião Viana, não é assim. Os arrozeiros que chegaram há cerca de 20 ou 30 anos a Roraima realmente são uma minoria ínfima, algumas poucas dezenas de agricultores. Eles podem perfeitamente ser deslocados e indenizados. Mas não é dos arrozeiros que eu falo. Falo dos não-índios que vivem naquela área, na Raposa Serra do Sol, há muitas gerações.

No final do Século XVIII, já havia imigrantes ali. Quando veio o ciclo da borracha, milhares de nordestinos lá se instalaram como pecuaristas, como extratores, como agricultores. Eles estão lá, vivendo lado a lado com os índios, há muitas gerações. Não têm o direito de viver ali? Tanto direito quanto os índios. Eles têm a mesma legitimidade. É uma dicotomia falsa esta: são milhares de índios contra alguns poucos arrozeiros.

Não defendo interesses de proprietários rurais coisa nenhuma. Defendo os caboclos que vivem lá, ao lado de índios aculturados. Eles são índios aculturados, também vivem de atividades econômicas numa economia monetária. São quatro etnias diferentes, Sr. Senador. Um ingaricó, falando na sua língua materna, não é entendido por um macuxi. A língua ingaricó é tão diferente da macuxi quanto é a nossa do alemão. Um uapixana não entende um tauarepang.

São etnias completamente diferentes.

O absurdo é tamanho, Senador Alvaro Dias, que os macuxis migraram – são índios caribes – da Foz

do Orinoco para Roraima quando já havia imigrantes portugueses estabelecidos, dos quais descendem os não-índios que estão lá.

Agora se vai expulsar essa gente? Estão sendo expulsos. Há cinco vilas, Senador Marco Maciel, dentro da reserva. Cinco vilas. Vão ser destruídos os não-índios que moram lá, vão ser expulsos também.

E mais, Sr. Presidente, permita-me um minuto. Eu li hoje, com preocupação, que a advogada do Conselho Indigenista Missionário, Senador Marco Maciel, já anunciou que vai à ONU, pedir apoio para a ação no Supremo. Vejam bem, ela já antecipa que não aceitarão a decisão do Supremo Tribunal Federal, que vão levar isso para as instâncias internacionais. Isso é muito grave. Há perigo de separatismo no futuro, sim. Lá está cheio de ONGs cujas intenções eu desconheço.

O Kosovo sempre foi da Sérvia, mas os de etnia albanesa proclamaram a independência e imediatamente a União Européia a reconheceu. Está feita a secessão da Sérvia.

Eu não acredito em internacionalização da Amazônia, no sentido de que a ONU vai internacionalizar.

(Interrupção do som.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM.) – Isso é fantasia, não existe esse perigo. Agora, que reservas como essa, naquela fronteira difícil, complicada, presa de um narcotráfico, das poderosas organizações criminosas de narcotraficantes com muito dinheiro e muito poder de corrupção daquelas populações que lá vivem, não sei que futuro nos aguarda.

Estou muito, mas muito mesmo preocupado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. E, logo após, o Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, demais Senadores e Senadoras, hoje, tivemos a ilustre visita de uma delegação de dez Senadores franceses que compõem a Comissão de Finanças do Parlamento francês, presidida pelo Senador Jean Arthuis, tendo como Relator o Senador Philippe Marini. Tivemos um debate transparente, que acho extremamente motivador, com essa delegação francesa.

O primeiro tema de interesse dos franceses era o tema do biocombustível. É um interesse especial sobre o etanol, mas também sobre o biodiesel.

Estamos assistindo, no plano internacional, a vários pronunciamentos do Fundo Monetário Internacio-

nal, de autoridades da ONU, de movimentos sociais, de lideranças empresariais, todos preocupados com a alta do preço dos alimentos que, ano passado, segundo a FAO, cresceu, em âmbito mundial, 36%, com ausência de estoques e uma pressão de custos que aumenta a pobreza, a fome e coloca um imenso desafio sobre a necessidade de intensificarmos a produção de alimentos e termos políticas que amenizem essa elevação consistente dos preços.

Tanto é assim que, mesmo no Brasil, metade do custo de vida hoje é exatamente a pressão do índice de alimentos.

Respondemos que o Brasil – e o Senador Osmar Dias foi muito feliz também na sua intervenção, naquela oportunidade – produzia 58 milhões de toneladas de grãos há 15 anos; hoje produz 140 milhões de toneladas de grãos. E, desses quase 150% de aumento de produção em 15 anos, 130% são aumento de produtividade, aumento de tecnologia no campo, contribuição da Embrapa, correção de solo, adubação, calcário, sementes. E, portanto, esse aumento de produtividade nos levou a um aumento de área de apenas oito milhões de hectares, o que é pouco, dado o potencial de expansão da fronteira agrícola do Brasil.

A segunda questão é sobre a cana-de-açúcar. Ora a cana-de-açúcar atinge apenas 4% da área agricultável do Brasil, apesar de já estarmos colhendo 475 milhões de toneladas. Somos hoje o mais produtivo produtor de etanol do Planeta. Produzimos a vinte e dois centavos de dólar o galão de etanol contra um custo médio de quarenta centavos de dólar que os Estados Unidos produzem. Nosso custo é quase metade do custo do etanol americano e a cana-de-açúcar não tem a possibilidade de ocupar, através da monocultura, amplas áreas brasileiras, porque temos identificadas apenas treze áreas que preenchem os requisitos necessários a esse tipo de cultivo.

Portanto, o Brasil é um grande produtor e exportador de alimentos, tem um rebanho de duzentos milhões de cabeças.

Temos condições de continuar expandindo a nossa produção agrícola e fornecer alimentos para o mundo e temos, através do biodiesel, que protege e favorece a pequena agricultura familiar, e da produção de etanol, uma fonte de energia renovável extremamente importante.

A segunda questão que preocupava os franceses é se o Brasil vai entrar na Opep a partir das novas grandes e promissoras jazidas de petróleo que estão sendo encontradas, especialmente no pré-sal, a cerca de 250, 300 quilômetros da costa, a 6 mil metros de profundidade.

Todas as perfurações que foram feitas demonstram um óleo de excelente qualidade, um óleo leve, muito gás, muita produtividade. Apenas um poço já delimitado, um campo de petróleo, tem entre 5 e 8 bilhões de barris, algo em torno da metade das reservas que o Brasil tinha até então. E há inclusive estimativas de que nós poderíamos chegar a 70 bilhões de barris nas reservas do pré-sal, o que colocaria o Brasil, seguramente, entre as oito mais importantes economias do mundo na produção de petróleo. Portanto, procede a preocupação dos franceses.

Mas nós somos uma potência petrolífera tardia. Nós estamos chegando à auto-suficiência de petróleo – já temos auto-suficiência quantitativa, mas não em termos de balança comercial, porque o nosso óleo é predominantemente um óleo pesado. Nós importamos óleo leve e as nossas refinarias não estão ainda adequadas a esse padrão de produção. Mas, se de fato se concretizarem as jazidas do pré-sal, nós viraremos uma potência petrolífera. E, diferente de outras experiências, onde o nacionalismo petrolífero tem levado a confrontações diplomáticas, à militarização de regiões do Planeta, o Brasil é uma democracia consolidada, um País industrializado, com uma plataforma de serviços importante, com uma sociedade civil bastante atuante.

Portanto, podemos inovar do ponto de vista do papel importante que a economia do petróleo terá no desenvolvimento do Brasil, rediscutindo os critérios de repartição entre os entes federados no pagamento de *royalties*, porque não podemos continuar com nove Municípios do Rio de Janeiro recebendo 62% dos *royalties* de petróleo. Essa concentração é indevida; o IBGE tem proposta de recalcular o critério de repartição, mas mais importante que isso é o compromisso de como vamos aplicar os recursos não-renováveis do petróleo, em um compromisso intergeracional, pensando o futuro, pensando em uma economia pós-petróleo, como tem dado exemplos importantes Países como a Noruega.

A terceira questão que nos chamou bastante a atenção nessa audiência de hoje com o Senado francês foi sobre o papel do Mercosul e as negociações comerciais e internacionais.

O Mercosul hoje é uma realidade. A América do Sul hoje representa, a Aladi, em torno de 25% das exportações brasileiras, e vem crescendo intensamente o comércio bilateral no âmbito do Mercosul. Estamos constituindo o Parlamento do Mercosul, criando instituições multilaterais, e o Mercosul fez uma oferta para negociação bilateral com a União Européia que é a mais exitosa experiência do pós-guerra. A União Européia é hoje um espaço provedor de estabilidade monetária, com o euro, de coordenação de política macroeconômica, de integração de políticas públicas, de unidade

de ação diplomática, portanto um grande fator de estabilidade na política internacional, e o Brasil tem todo interesse em aproximar as relações bilaterais...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) ...porque nosso comércio com a França é de apenas 6,8 bilhões de euros. Digo “apenas” porque representa menos de 1% das exportações e do comércio exterior francês.

Fizemos uma oferta para desonerar a indústria, desonerar serviços e reduzir compras governamentais, mas esperamos que a França faça uma oferta. Ela é um dos principais entraves, no âmbito da União Européia, para reduzir as barreiras agrícolas e os subsídios agrícolas.

Eu disse na audiência – e termino com esta afirmação – que é muito difícil para os Países em desenvolvimento, num mundo onde precisamos produzir mais alimentos, conviver com o abuso dos subsídios agrícolas que são dados para os agricultores da União Européia. Uma vaca na Europa recebe US\$3,50 por dia de subsídio, num mundo em que 1,5 bilhão de pessoas vive com menos de US\$1,00. Essa, eu diria, é a grande tarefa das negociações que precisamos levar a fundo para podermos ampliar a produção de alimentos.

A FAO, organismo da ONU que trata da agricultura e da produção de alimentos, projeta até 2050 um crescimento de 70% da população mundial, quando atingirmos cerca de 11 bilhões de pessoas. Evidentemente, o desafio da produção de alimentos é imenso. Um País como a China, que tem 1,350 bilhão de pessoas, tem menos da metade da terra agricultável do Brasil. O mesmo vale para colossos como a Índia, com mais de um 1 bilhão de pessoas. Portanto, esse novo eixo dinâmico de grande e intensa urbanização que é a Ásia precisará crescentemente de matérias-primas e, particularmente, de produção de alimentos.

O Brasil é uma das áreas mais promissoras da economia mundial, porque temos fronteiras agrícolas. Só na Amazônia, que tem 17% de área já aberta, 8% da região, 40 milhões de hectares, são terras de altíssima produtividade. Isso é quase o equivalente a toda a área que utilizamos hoje na produção de grãos. Portanto, temos possibilidades de expandir a produção e a fronteira agrícola e de aumentar a produtividade, especialmente na área da pecuária, desses 200 milhões de cabeças.

O Brasil, por tudo isso, é hoje uma liderança emergente, uma liderança reconhecida e um País decisivo para que possamos encontrar menos assimetria, mais distribuição de renda, de possibilidade de progresso. E a União Européia tem que ter uma posição mais ousada na Rodada de Doha e abrir a agricultura para que

o mundo possa produzir alimentos, especialmente os Países em desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só quero comunicar à Mesa, a V. Ex^a, que estamos dando entrada nesta tarde a um ofício assinado por vários Senadores, pedindo uma audiência – e fazemos questão de que seja oficialmente, pela Mesa – com o Presidente da Câmara dos Deputados, para que possa colocar em pauta, com extrema urgência, os projetos do Senador Paulo Paim que tratam dos problemas dos aposentados.

Queria também pedir uma informação a V. Ex^a. São 16h24min, e queria que V. Ex^a me informasse se haverá Ordem do Dia e a que horas será.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência aguarda o requerimento de V. Ex^a sobre a audiência com o Presidente da Câmara e informa que haverá Ordem do Dia. Encerrou-se, há pouco, a reunião de Líderes. Haverá votações de autoridades e, parece-me, uma medida provisória, a primeira da Ordem do Dia.

Portanto, teremos, sim, Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem foi o dia em que o Brasil rememora a morte do grande herói brasileiro que foi Tiradentes; o grande herói da independência nacional, que merecia que dedicássemos aqui horas e horas, se fosse o caso, lembrando a sua luta, Senador Tasso, o seu sacrifício em nome da independência do Brasil. Inclusive lembrando tudo que ele deixou incompleto e que nós não conseguimos completar ainda em relação à independência brasileira.

Mas ontem foi também o aniversário desta Cidade, Senador Mão Santa, onde nós estamos; ontem foi o aniversário de Brasília. Ontem à noite, aqui, nessa Esplanada, que todos vêem, Senador Pedro, como o lugar do Congresso, entre 600 mil e 1 milhão de pessoas estiveram reunidas brincando, cantando, dançando, e nenhum acidente aconteceu. Nenhuma violência aconteceu, salvo um ou outro desses mal-entendidos que ocorrem naturalmente.

Brasília fez 48 anos. Mas eu não vim falar da Brasília Capital. Eu vim falar de uma outra Brasília que muitos não conhecem, que o Brasil inteiro não sabe que existe, que até muitos de nós, Senadores e Deputados, não conhecemos. É uma Brasília de gente que aqui vive. Ou porque escolheu esta Cidade, ou porque aqui nasceu. Começamos até lembrando os muitos funcionários desta Casa que não estão aqui porque vieram por causa de mandato e da política, mas estão aqui como trabalhadores, como servidores, servindo ao País. Mas não é isso que eu quero falar.

Eu quero falar de uma Brasília, por exemplo, onde há pessoas que pouca gente se lembra de que são de Brasília. As pessoas lembram que Nelson Piquet e o Nelsinho Piquet também, dois símbolos brasileiros, são de Brasília?

Alguém se lembra com clareza de que os grupos Legião Urbana, Capital Inicial e Plebe Rude, três dos mais importantes grupos da música jovem deste País – certamente, se não os mais dos mais -, são de Brasília, feitos por jovens que aqui nasceram, aqui cresceram, aqui criaram suas bandas, aqui começaram a tocar?

As pessoas se lembram de que, além de nós Parlamentares, Senador Jarbas, aqui vivem, aqui moram, aqui cresceram pessoas como Joaquim Cruz, Carmem de Oliveira, o grande campeão de basquete Oscar, o Kaká, que hoje orgulha o Brasil inteiro pelo mundo afora, o Tranquilini, esse grande campeão de judô?

Alguém se lembra de que esse é o pessoal de uma outra Brasília, não da Brasília Capital, da Brasília cidade, da Brasília de gente que aqui vive não porque esta é a Capital do País, mas porque esta é a cidade dessas pessoas?

Alguém se lembra até de que o grande Ney Matogrosso não nasceu aqui, mas aqui começou sua carreira e se transformou no grande cantor que é?

Pouca gente se lembra porque é uma outra Brasília. Uma outra Brasília que faz coisas surpreendentes.

Alguém sabe por aí que, em Brasília, nas paradas de ônibus, em diversas delas, há bibliotecas implantadas não pelo Poder Público, mas por um jovem baiano que aqui mora desde muito pequeno e que aqui iniciou esse grupo de atividades culturais? Com essas bibliotecas, Senador Mão Santa – queria um dia levar os Senadores lá -, ele não apenas leva a literatura para os pontos de ônibus, mas algo mais raro: essas bibliotecas são abertas, públicas, dia e noite, Senador Tasso Jereissati. Nunca roubaram um livro. E não é porque nunca tiraram um livro; é porque tiram e devolvem. Até o lápis que fica em cima de uma mesa para que a pessoa anote o livro que está levando e diga a data que vai devolver, até esse lápis continua o mesmo; e ele deixa

de propósito, meses e meses lá. Fala-se de corrupção como se fosse uma coisa de Brasília. As paradas de ônibus daqui, não todas ainda, têm livros. Mas não é um, dois, três, não; uma das bibliotecas tem dois mil livros, abertos, dia e noite, sem guarda! As pessoas chegam, tiram, anotam, levam, trazem de volta.

Alguém se lembra de que o Programa Bolsa Escola nasceu em Brasília, apesar de que muitos digam que nasceu em Campinas? Na verdade, Brasília assessorou o Prefeito de Campinas na hora de implantar. Eu fui lá ajudar a implantar. E daqui se espalhou, primeiro graças ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, em seu segundo mandato, logo no começo, pegou esse programa e levou para o Brasil, com uma generosidade rara em político, mantendo o mesmo nome utilizado por um político que era de um partido da oposição, que era eu. Ele pegou o Bolsa Escola – podia ter inventado o nome que quisesse, ate bolsa família, se quisesse, mas ele disse “vou manter o mesmo nome de Brasília” – e manteve o Bolsa Escola. Mas foi aqui que nasceu. Onde? Na Universidade de Brasília, como um conceito, em um livro publicado a partir da Universidade de Brasília, e, depois, com o Governo do Distrito Federal, quase – é preciso dizer – no mesmo dia em que Campinas também implantou, porque lá o Prefeito tinha começado dois anos antes.

Alguém se lembra de que aqui em Brasília as pessoas param o carro – inclusive de senadores – para que o pedestre passe? Alguém se lembra desse lado civilizador e civilizatório do Distrito Federal, Brasília, que espanta as pessoas do Brasil inteiro quando aqui vêm? Inclusive, eu já vi muitos estrangeiros ficarem espantados porque o carro pára não importa quem é que pede levantando a mão para passar. Até bicho, se for passar ali pela faixa, os carros param.

Esse gesto, essa outra Brasília, as pessoas não se lembram de que aqui existe, Senador. Mas Brasília não é só a capital do Brasil, não é só o Congresso Nacional, nem o Poder Executivo: é uma cidade de dois milhões de habitantes – dois milhões! –, que hoje exporta para o mundo inteiro. Fazem parte da balança comercial brasileira exportações saídas do Distrito Federal. E não só de indústria, também da agricultura. E, na indústria, o que há de mais moderno, de ponta na indústria da informática.

Alguém se lembra de que o Sarah Kubitscheck, essa maravilha do Brasil, nasceu em Brasília, graças a uma figura fenomenal chamada Campos da Paz, Aloysio Campos da Paz, que é praticamente um pioneiro desta cidade, que aqui chegou quando a cidade estava começando, aqui ficou, aqui desenvolveu o Sarah e levou-o para o Brasil inteiro, como exemplo de gestão e de eficiência científica e tecnológica?

Alguém se lembra, por exemplo, que aqui, nesta cidade, a gente tem uma coisa chamada Clube do Choro, que é um exemplo de música para o Brasil e o mundo inteiro? A gente se lembra – claro, com razão – do samba que tem o Rio, mas se esquece de que Brasília, independentemente de ser a capital do Brasil, independentemente da política, tem uma música própria. Não só aqueles grupos de *rock* de que falei, mas também essa coisa maravilhosa brasileira que é o chorinho, não só tocando, mas hoje ensinando com a escola que tem, para ser usada e levada para o Brasil inteiro.

Alguém se lembra, por acaso, de que em Brasília a gente tem uma orquestra do Teatro Nacional Cláudio Santoro, que é uma orquestra exemplar do Brasil?

Alguém se lembra de que hoje Brasília é uma das cidades de maior capacidade econômica de todo o Brasil?

As pessoas esquecem lá fora – e é para elas que estou falando e para os Senadores também – que há duas Brasília's que se orgulham de existir: a Brasília capital e a outra Brasília. A Brasília capital é aquela que sai no noticiário todas as noites. É aquela das coisas boas e dos escândalos também. Mas a outra Brasília é uma cidade de gente de carne e osso, que produz, que cria, que inventa, que dinamiza e que também, não podemos negar, tem as mazelas da sociedade brasileira, como as desigualdades.

Vim aqui hoje falar dessa outra Brasília, que não dá para a gente dizer que completa 48 anos, porque ela é permanente. Ela vai se desenvolvendo ao longo do tempo, ela não tem uma data de nascimento, ela é fruto da criatividade do povo do Distrito Federal e não da inauguração, do gesto de um Presidente, de um arquiteto ou de um urbanista, como foi a Brasília capital.

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero passar a palavra ao Senador Geraldo para um aparte.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Buarque, muito oportuna e muito bem lembra a sua manifestação de carinho e de apreço por esta cidade. Destaquei, hoje aqui de manhã, na sessão em homenagem aos aposentados, que Brasília, de alguma forma, é a cara do Brasil no que diz respeito ao fosso entre a enorme riqueza e a enorme pobreza que existe em nosso País. Mas ela tem coisas bonitas também, Senador Buarque. V. Ex^a estava falando dos grupos de música. Não se esqueça de exaltar a Escola de Música de Brasília, que eu não diria que é a melhor do mundo, mas talvez seja a melhor deste País, que já formou tantos e tantos profissionais nesta área. Brasília, esta cidade do contraste, da opulência e da miséria, também tem algo que foi introduzido no seu Governo e que, para mim, é um fato que simboliza a possibilidade, no nosso País, de a gente construir

uma verdadeira democracia: é a faixa de pedestre e a obediência que todos temos a ela. Ali atravessam ricos e pobres, que têm o mesmo tratamento. Os carros param, e as pessoas atravessam, Senador Buarque. Isso pode parecer uma coisa muito pequena, mas não é, não. Isso simboliza, como digo a V. Ex^a, a possibilidade de a gente imaginar que, quando o povo deste País se mobiliza em torno de uma idéia fantástica como aquela, consegue realizar, consegue transformar, consegue produzir. Portanto, Brasília é isso: é a cidade do contraste econômico, mas é a cidade cuja população deu um exemplo para todo o País, quiçá para o mundo, de como a gente pode ser civilizado, de como a gente pode exercitar a civilidade e a democracia entre todos nós. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que a faixa de pedestres já tem dez anos que foi implantada aqui, e funciona há dez anos. Por quê? Porque a população de Brasília a adotou, dessa outra Brasília, dessa Brasília que não é feita da capital do Brasil, mas das pessoas que aqui moram.

Finalmente, quero dizer àqueles que estão me assistindo e que, durante essa fala, receberam uma ligação por alguma razão, que toda vez, Senador Mão Santa, que V. Ex^a vê lá no telefone o número que está lhe chamando, aquilo se deve a um inventor de Brasília. O bina foi inventado aqui por um mineiro chamado Nélcio José, mas que mora em Brasília há muitos anos. É um produto de Brasília.

Quantos milhões de brasileiros todos os dias se beneficiam dessa tal de bina ou desse bina...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ... e não lembram que esse é um produto que saiu do Distrito Federal, que saiu da outra Brasília. Comemoro esse fato no dia do aniversário da Brasília que todos conhecem, que é a Brasília capital.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O melhor de Brasília é a mocidade estudiosa, ela que se indignou contra a corrupção, não só lá, mas do País. Este é o grande presente da mocidade estudiosa, da Universidade que V. Ex^a dirigiu, da Universidade de Darcy Ribeiro, que hoje é a liderança máxima da juventude do Brasil. Brasília passou com a atitude de indignação, dando um basta na corrupção, por esta mocidade estudiosa da Universidade de Brasília. Ela hoje é a maior riqueza de Brasília e do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Esta Presidência alerta...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, eu preciso de mais um minuto, pelo menos, mas não muito.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Esta Mesa vai dar mais um minuto a V. Ex^a, mas alerta que já foram feitas três prorrogações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Já está chegando à Casa o Presidente efetivo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito bem. Quero concluir apenas dizendo, Senador Mão Santa, que eu deixei a UnB, por ser a minha casa, aquela onde, hoje de manhã, eu dei a minha aula – toda terça-feira – por último. E estava escrito bem grande para não esquecer: “E o movimento estudantil”. Porque toda vez que essa grande instituição se desencaminhou foram os estudantes mobilizados, em geral junto com professores e servidores, que recuperaram a dignidade e o rumo para a Universidade de Brasília. Eu lhe agradeço por ter tocado no assunto.

Mas não há dúvida: a UnB é um produto da outra Brasília; é um orgulho da Brasília que não é apenas capital. É uma cidade, como todas as outras onde moram os nossos Senadores.

Era isso, Sr. Presidente, neste momento em que comemoramos o aniversário das duas Brasília: a capital e a outra Brasília.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Cristovam Buarque?

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Valter Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um requerimento na mesa, de minha autoria e do Senador Pedro Simon, onde nós requeremos, nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de louvor à vida pública do nobre Senador paraibano Humberto Lucena, que, se vivo, estaria completando hoje 80 anos de idade.

Então, eu pediria a V. Ex^a que fizesse essa homenagem, que colocasse em votação esse requerimento, para que pudéssemos rapidamente discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Efraim, ainda hoje votaremos esse requerimento, porque se trata de uma homenagem muito justa a um grande homem público com o qual eu convivi aqui, o Senador Humberto Lucena.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, eu vou aproveitar e colocar em votação agora mesmo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery com a palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, inscrevo-me para solicitar a transcrição no para que conste em seus Anais, três matérias, declarações e posicionamentos resultantes da 46ª Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB.

A primeira trata da nota que tem como objetivo solidarizar-se com os Bispos Dom Erwin Krautler, da Prelazia do Xingu, em Altamira, no Estado do Pará; Dom José Luiz Azcona Hermoso, da Prelazia do Marajó; e Dom Flávio Giovenale, da Diocese de Abaetetuba, também no Pará, os quais vêm sofrendo perseguição e ameaça de morte por suas atuações em defesa da vida, do meio ambiente e pela luta em defesa dos direitos humanos e dos menos favorecidos.

O outro requerimento, Sr. Presidente, trata da transcrição no da nota em que a CNBB manifesta solidariedade para com a Diocese de Roraima e os povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ratificando seu apoio à retirada dos ocupantes não indígenas daquela terra, ação essa que vem sendo promovida pelo Governo Federal por meio da Operação Upakaton 3.

Por último, Sr. Presidente, há uma importante nota da CNBB que trata de uma reflexão sobre as eleições municipais no Brasil em 2008, em que a CNBB pede a todos os cidadãos brasileiros participação ativa para escolha consciente e responsável de seus próximos governantes e legisladores municipais.

São esses os nossos requerimentos que submeto à apreciação de V. Ex^a, Sr. Presidente, e da Mesa, na tarde de hoje.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ NERY EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Itaici, Indaiatuba-SP, 4 de abril de 2008

P – Nº 0280/08

NOTA DE ESPERANÇA

Nós, Bispos do Brasil, reunidos na 46ª Assembléia Geral da CNBB em Indaiatuba, SP, estamos acompanhando com muita apreensão as notícias que chegam de Roraima, mais precisamente no que se refere a Operação Upakaton 3, realizada pelo Governo Federal, para a retirada dos não índios que teimam em permanecer com métodos violentos na homologada *Terra Indígena Raposa Serra do Sol* (TIRSS).

Em nosso País, já temos feito uma caminhada muito significativa no reconhecimento e conquista dos direitos. Precisamos pagar essa dívida histórica que temos com os povos indígenas, os mais sofridos ao longo da nossa história. É hora de vislumbrarmos um novo horizonte, onde a pluralidade dos povos indígenas e seus direitos originários sejam definitivamente reconhecidos.

Com a Diocese de Roraima, queremos manifestar nosso respeito, solidariedade e apoio aos Povos Indígenas que habitam a terra demarcada e homologada. O Evangelho anunciado e acolhido por estes povos faz deles, cada vez mais, sujeitos da sua própria história.

Manifestamos nosso apoio ao trabalho que o Governo Federal vem realizando na Operação Upakaton 3. Esperamos que o processo de desintrusão da TIRSS seja rápido, pacífico e que a lei seja respeitada por todos, consignando o direito regulamentar das famílias retiradas ao recebimento de indenizações das benfeitorias decorrentes de ocupações de boa fé, conforme a Constituição.

Suplicamos que o Deus da Paz ilumine os caminhos dos Povos de Roraima e os conduza à convivência pacífica, alicerçada na verdade, na justiça e no respeito aos direitos de todos.

Dom Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana-MG
Presidente da CNBB
Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus-AM
Vice-Presidente da CNBB
Dom Dimas Lara Barbosa
Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB

Nota de apoio aos povos indígenas da Terra Raposa Serra do Sol

sexta: 11 de abril de 2008

Nós, bispos do Brasil, reunidos na 46ª Assembléia Geral da CNBB, em Indaiatuba, SP, solidarizamos-nos, mais uma vez, com a Diocese de Roraima e os povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No último dia 4, através da "Nota de Esperança", tornamos público nosso apoio à Operação Upakaton 3, que estava sendo realizada pelo Governo Federal para a retirada dos ocupantes não indígenas da referida terra.

Na tarde de ontem, 9 de abril, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal, concedeu medida liminar na Ação Cautelar proposta pelo Governo de Roraima. Desta forma, ficam suspensos todos os atos de desocupação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol até o julgamento do mérito da primeira ação contra a demarcação desta terra, que também tramita no STF.

Em nosso entendimento, a demora na retirada definitiva dos não índios que insistem em permanecer na terra homologada tem contribuído para o agravamento do quadro de violência a que estão submetidos os povos Ingarikó, Macuxi, Wapixana, Patamona e Taurepang.

Não podem ser premiados os que violam sistemática e impunemente a Constituição, invadindo e ocupando de maneira ilegal terras que não lhes pertencem a nenhum título, promovendo ali o garimpo, a extração ilegal de madeira, a pecuária e plantações de arroz, ao arrepio da lei, e afrontando a Constituição Federal.

No aguardo de que o STF possa julgar em breve o mérito da primeira ação contra a demarcação, pedimos ao Deus da Vida que oriente os caminhos a serem trilhados pelos povos habitantes do Estado de Roraima, para que não percam a esperança e possam alcançar a Paz e Justiça.

Itaici, Indaiatuba-SP, 10 de abril de 2008

Dom Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana
Presidente da CNBB

Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus
Vice-Presidente da CNBB

Dom Dimas Lara Barbosa
Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS
DO BRASIL**

52ªAG(Doc)

CNBB

*46ª Assembléia Geral**Itaici – Indaiatuba - SP, 02 a 11 de abril de 2008***NOTA DE SOLIDARIEDADE**

Nós Bispos, juntamente com os Organismos, assessores e colaboradores da Igreja no Brasil, reunidos na 46ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, Indaiatuba (SP), vimos nos solidarizar com os Bispos que, atualmente, por causa do Evangelho, sofrem perseguição e até ameaças de morte: Dom Erwin Krautler, da Prelazia do Xingu, Dom José Luiz Azcona Hermoso, da Prelazia do Marajó, e Dom Flávio Giovenale Diocese de Abaetetuba. Qualquer agressão a eles atinge a todos nós, seus irmãos no ministério episcopal, e ao povo a quem servem com destemido zelo e corajosa profecia. (cf. Jr 18,18-23).

Em Cristo somos um só com eles e com as pessoas que eles defendem: os povos indígenas; as mulheres, crianças e adolescentes que o tráfico de seres humanos instrumentaliza, que a exploração sexual vende e as drogas matam. Apoiamos também seu empenho na defesa do meio ambiente que a ganância devasta com nefastas conseqüências para a vida humana. Suas lutas são, portanto, as nossas lutas, seus sofrimentos são os nossos sofrimentos. O martírio deles seria “crucificar novamente o Filho de Deus” (Hb 6,6). Seria injusta qualquer agressão a estes agentes. Sabemos também porque são perseguidos: “O servo não é maior que seu senhor. Se me perseguiram, vos perseguirão”. (Jo 15,20)

Somos solidários igualmente às demais lideranças: Bispos, padres, pessoas consagradas, leigos que trabalham pelos mesmos ideais de vida e de justiça em todo o Brasil onde os direitos humanos são constantemente aviltados e, por isso também sofrem ameaças. Com eles, acreditamos que “o fruto da justiça será a paz e a prática da justiça resultará em tranquilidade e segurança duradouras” (Is 32, 17). Com eles rezamos: “liberta-me, Senhor! Defende-me pela tua justiça. Atende-me e salva-me!” (Sl 71, 2).

Orgulhamo-nos desses irmãos e irmãs! A perseguição de que são vítimas, por um lado, comprova a autêntica ação evangélica da Igreja no Brasil. Por outro lado, expõe também a perversidade que se introduziu em nossa sociedade cuja história é vergonhosamente manchada de sangue de inocentes que tombaram por causa de seu trabalho na defesa dos injustiçados, oprimidos e excluídos. Diante disso, manifestamos nossa indignação!

Conclamamos todos os cristãos e todas as pessoas que lutam pela justiça e pela paz a não se acomodarem, e não deixar a consciência adormecer: “A verdade e a justiça estão acima da minha comodidade e saúde física – pois, se o meu bem-estar é mais importante do que a verdade e a justiça, vigoram a lei do mais forte, a violência e a mentira”. (cf. Bento XVI, *Spe Salvi*, 38). Todos somos responsáveis pela construção de um país justo em que as leis sejam respeitadas e garantido o direito de todos a uma vida digna. A justiça e não a violência é que constrói a paz.

Exigimos das autoridades competentes investigações sérias e proteção para os ameaçados. Sua vida é preciosa para o povo que defendem e para nós que lhes somos solidários. Basta de violência!

Que Cristo, o vencedor de todas as formas de morte, nos faça dignos d’Ele!

Itaici, Indaiatuba-SP, 10 de abril de 2008

Dom Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana
Presidente da CNBB

Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus
Vice-Presidente da CNBB

Dom Dimas Lara Barbosa
Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

CNBB

*46ª Assembléia Geral**46ªAG(Doc)**Itaici – Indaiatuba - SP, 02 a 11 de abril de 2008*

ELEIÇÕES 2008

Declaração da CNBB

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 46ª Assembléia Geral da CNBB, de 02 a 11 de abril de 2008, em Itaici, Indaiatuba, SP, queremos contribuir, como em pleitos anteriores, com as eleições de 05 de outubro, quando escolheremos o prefeito/a e os vereadores/as dos nossos municípios.

Os cidadãos e as comunidades eclesiais têm aí um amplo campo de atuação. A tradição da Doutrina Social da Igreja considera a participação na política uma forma elevada do exercício da caridade - uma maneira exigente de viver o compromisso cristão a serviço do próximo.

A afirmação do Poder local ganha espaço específico no mundo globalizado. Urge criar, no âmbito municipal, estruturas que consolidem uma autêntica convivência humana, promovendo os cidadãos como reais sujeitos políticos. No município, a política pode atender às necessidades concretas da população: saúde, educação, segurança, transporte, moradia, saneamento básico e outras. O Poder local tem sido ainda mais valorizado através das *Redes Intermunicipais* pelo intercâmbio de experiências – sinais de esperança no mundo planetário.

O voto depositado na urna exige dos *eleitores/as* e dos *eleitos/as* um compromisso com a consolidação da democracia. Os *eleitos/as* são chamados a concretizar a mística do serviço, na esperança e na perseverança, construindo um mandato coletivo, em busca do bem comum, com a garantia de continuar os projetos positivos da administração anterior. Os *eleitores/as* são convidados a acompanhar os *eleitos/as* no cumprimento de sua missão e a valorizar os que atuam com critérios éticos.

A *cultura da corrupção* perpassa as malhas da nossa história política. A corrupção pessoal e estrutural convive com o atual sistema político brasileiro e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades. É relevante e urgente aplicar com empenho a Lei 9.840, em decorrência da qual já foram cassadas em torno de 600 pessoas. Esta lei ajuda a assegurar a lisura das eleições na campanha eleitoral. Para tanto, queremos valorizar os *Comitês contra a corrupção eleitoral*. Também apoiamos o *Projeto de Lei de iniciativa popular*, complemento à Lei 9.840, proibindo candidatura de quem já foi condenado em primeira instância.

A formação política para o cumprimento da missão de prefeito/a e vereador/a exige que a *ética* seja o farol que oriente os quatro anos de mandato, num contínuo diálogo entre o Poder local e suas comunidades. Estamos todos em processo de contínua

educação para a cidadania e o exercício do voto é um dos instrumentos eficazes para as mudanças necessárias para o País.

A Igreja tem como tarefa iluminar as consciências dos cidadãos, despertando as forças espirituais e promovendo os valores sociais, através da pregação e do testemunho. A encíclica *Deus Caritas est*, retomada no *Documento de Aparecida*, exorta os cristãos leigos/as a assumir compromisso na política, também partidária. Não corresponde aos Pastores esta tarefa.

Convidamos nossas comunidades a realizar *debates e reflexões* sobre os *programas dos partidos*, além das qualidades dos candidatos.

Propomos *critérios para a votação*: respeito ao pluralismo cultural e religioso; comportamento ético dos candidatos/as; e defesa da vida, da família e da liberdade de iniciativa no campo da educação, da saúde e da ação social, em parceria com as organizações comunitárias. Consideramos *qualidades imprescindíveis* para os candidatos/as: honestidade, competência, transparência, vontade de servir ao bem comum, comprovada por seu histórico de vida. Para tanto, reafirmamos o Documento de Aparecida ao “apoiar a participação da sociedade civil para reorientação e conseqüente reabilitação ética da política” (n. 406).

Que o Espírito de Deus nos acompanhe na tarefa de ajudar a tornar mais humanos e justos os nossos municípios!

Itaici, Indaiatuba-SP, 9 de abril de 2008

Dom Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana
Presidente da CNBB

Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus
Vice-Presidente da CNBB

Dom Dimas Lara Barbosa
Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As matérias de V.Ex^a serão recebidas de acordo com o Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 477, DE 2008

Senhor Presidente,

Vimos, nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requerer seja aprovado voto de Louvor a vida pública do nobre Senador Humberto Lucena, que sê vivo, estaria completando hoje, 80 anos de idade.

Justificação

No dia 13 de abril de 2008, ocorreu o décimo aniversário da morte de Humberto Lucena, que por duas vezes presidiu o Senado Federal e marcou presença em sucessivos mandatos na Câmara dos Deputados, é data cívica para o Legislativo brasileiro. Embora me manifeste como cidadão, não tenho dúvida de que vocalizo ponto de vista unânime no Senado Federal, cuja direção-geral tenho a honra de ocupar.

Foi nas duas Casas do Parlamento que Lucena, por quase meio século, pontificou. Falecido em 13 de abril de 1998, foi um dos parlamentares mais atuantes no cenário da política nacional, na segunda metade do século XX. Coube-lhe exercer cargos de grande relevância, em momentos decisivos da vida brasileira, correndo, inclusive, riscos pessoais.

Era o líder da oposição democrática, o MDB, na Câmara dos Deputados, quando o regime militar, em dezembro de 1968, fechou o Congresso Nacional e editou o Ato Institucional nº 5. Deflagrou-se então um surto de perseguição política e censura aos meios de comunicação, que constitui uma das páginas mais negras da história política brasileira.

Prisões, torturas, banimentos, mortes e desaparecimentos de adversários do regime marcaram aquele momento. A imprensa, censurada, era de pouca valia. No âmbito parlamentar, multiplicavam-se as cassações de mandatos. O medo silenciou numerosas vozes – mas, felizmente, nem todas. Lucena, que já era uma das lideranças políticas mais atuantes de então, ao lado de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, tornou-se um dos símbolos da resistência civil à ditadura.

Da tribuna da Câmara, denunciou tortura e perseguições políticas, promovidas pelo regime militar. Seu nome constou, por isso mesmo, de diversas listas de

cassação, que circulavam como instrumento de ameaça, para silenciar a voz de parlamentares combativos. Com ele, não funcionou. Prosseguiu sendo um dos canais de manifestação com que a sociedade civil contava no Congresso para veicular denúncias sob censura na imprensa.

Era amigo e interlocutor de outro perseguido famoso do regime, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, a quem manifestou publicamente solidariedade por diversas vezes, o que aumentou seu contencioso junto à repressão. Quando, no final da década de 70, teve início movimento em prol da redemocratização, Lucena estava na linha de frente.

Assim como participou da resistência, participou da virada. Como senador, em 1984, envolveu-se de corpo e alma com a campanha das diretas-já, e foi, no ano seguinte, dos principais articuladores da candidatura vitoriosa de Tancredo Neves à Presidência da República. Quando da convocação da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), de que foi ardoroso defensor, presidia o Senado e o Congresso Nacional.

Nessa condição, proferiu o discurso de sua instalação, em que recapitula as lutas políticas que a precederam e resume as expectativas da sociedade brasileira por transformações políticas, sociais e econômicas profundas. Lucena voltaria a presidir o Senado e o Congresso Nacional na década seguinte, dos 90, comandando o processo de revisão constitucional, que acabou inviabilizado por decisão da maioria parlamentar. Foi peça-chave no processo de **impeachment** de Fernando Collor.

Sendo um político de personalidade e idéias próprias, que não transigia com princípios e cujo ideário estava em sintonia com os fundamentos da social-democracia, não é de estranhar que possuísse adversários. Por isso mesmo, no final de sua vida, foi alvo de perseguição política.

Acusado de haver usado irregularmente a gráfica do Senado para imprimir material de divulgação de seu trabalho parlamentar – acusação sem fundamento, de vez que esse uso estava amplamente respaldado pelas normas da Casa – teve seu mandato parlamentar cassado.

A seguir, no entanto, tendo em vista o despropósito da punição, o mandato lhe foi restaurado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República, numa demonstração inequívoca de sua inocência e honradez. Não há dúvida, porém, de que os danos

emocionais do episódio lhe foram irreversíveis, não havendo exagero em dizer que a tristeza e o desgosto lhe abreviaram a vida.

Lucena foi político exemplar. Jamais participou do troca-troca de partidos, Era político fiel a programas e idéias. Iniciou sua carreira no antigo PSD, de Rui Carneiro, Amaral Peixoto e Juscelino, somente o deixando quando de sua extinção, por ato arbitrário do regime militar, em 1965.

Na sequência, ajudou a fundar O MDB, que faria oposição à ditadura. Quando o MDB foi extinto, em 1980, por outro ato arbitrário do regime militar, cuidou de recompô-lo, ao lado de Ulysses Guimarães, tornando-se um dos fundadores do PMDB. Isso é História. Basta consultar os anais do Legislativo e os registros da imprensa na época. Seu nome está associado a um dos períodos mais férteis e movimentados da história republicana brasileira, de resistência heróica ao arbítrio e de reconstrução democrática.

Hoje, data em que se comemoraria o nascimento de Humberto Lucena, desejamos louvar sua vida de com esta pequena homenagem e abraçar toda a família Lucena, na pessoa de Dona Ruth Maria, com nosso sentimento eterno de admiração e amizade.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – Senador **Efraim Morais** – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Efraim Morais, que requer, de acordo com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado um voto de louvor à vida pública do Senador Humberto Lucena que, se vivo, estaria completando hoje 80 anos de idade.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para justificar e encaminhar, com a palavra o Senador Efraim Morais.

Quero adiantar que o requerimento é assinado também pelo Senador Pedro Simon.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, no dia 13 de abril de 2008, ocorreu o décimo aniversário de morte do ex-Senador paraibano Humberto Lucena, que por duas vezes presidiu o Senado Federal e marcou presença em sucessivos mandatos na Câmara dos Deputados. É data cívica para o Legislativo brasileiro.

Embora me manifeste, Sr. Presidente, como cidadão, não tenho dúvida de que vocalizo ponto de vista unânime no Senado Federal, cuja direção geral tenho a honra de ocupar sob a Presidência V. Ex^a.

Sr. Presidente, ainda quero adiantar, para concluir, que hoje, data em que se comemoraria o nascimento de Humberto Lucena, que completaria exatamente 80 anos de idade, desejamos louvar a sua vida com esta pequena homenagem e abraçar toda a família Lucena na pessoa de sua esposa D. Ruth Maria, da sua filha Lisle Lucena, que aqui se encontra, da Deputada Iraê Lucena, também de sua irmã Thaís Lucena e do seu filho Humberto Júnior.

É esta homenagem que o Poder Legislativo, o Senado Federal, presta a esse grande paraibano, a esse grande brasileiro, Humberto Lucena.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra Romero Jucá, pedindo a compreensão de V. Ex^a porque o Senador Pedro Simon é subscritor desse requerimento e deseja encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero apenas, Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo, associar-me à homenagem ao Senador Humberto Lucena, por tudo que ele representou e representa no País e para a Paraíba, e fazer minhas as palavras do Senador Efraim Morais e com certeza as palavras do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Igualmente, Sr. Presidente, ao ilustre Líder da Paraíba apresento os meus votos de homenagem à família, porque hoje são exatamente 80 anos, a data do seu aniversário. E de tristeza, porque há poucos dias, exatamente há 13 dias, nós sofremos e votamos o voto de pesar pelos dez anos de falecimento de Humberto Lucena. Uma grande figura neste Parlamento, Sr. Presidente, lá na Câmara e aqui no Senado. Foi nosso Líder do velho MDB, nas horas mais difíceis e mais dramáticas que o País atravessou, um líder com autoridade, com autenticidade; foi duas vezes Presidente desta Casa e nosso Líder do PMDB aqui nesta Casa.

Humberto Lucena se impôs ao respeito e à admiração do povo brasileiro. Humberto Lucena era exa-

tamente pelo seu estilo, pela sua forma de ser; no seu gabinete, em torno dele, ele reunia as grandes Lideranças do MDB para buscar o entendimento, para buscar a fórmula, muitas vezes dramática para se encontrar o que o PMDB ou o velho MDB poderia fazer para sair das crises em que se encontrava.

Tenho o maior respeito pelo querido e bravo Senador que foi Humberto Lucena.

Tenho o maior respeito pela sua família; o maior respeito pela sua querida esposa, a Dona Ruth Maria, uma senhora de luta e de garra. Lembro-me de Lucena, um homem humilde, um homem simples.

A sua esposa tinha uma venda de animais domésticos. Esse negócio cresceu, se desenvolveu, ela fez uma atividade tão intensa que, com as suas economias, comprou uma casa. Lucena dizia para nós: “Pois é, a minha casa é fruto do trabalho da minha mulher”.

Vivi o drama de Lucena lá em São Paulo, as várias cirurgias que ele sofreu. Candidato certo, nomeação certa para Governador da Paraíba, não pôde se candidatar porque sua saúde não permitiu. Mesmo doente, mesmo sem campanha, reelegeu-se pela terceira vez Senador por seu Estado.

Eu me lembro da falta que o Lucena fez à Bancada do PMDB. Na própria Paraíba, com a sua morte, o partido, que era poderoso, forte – Governador, três Senadores –, se viu numa posição de disputa interna, e as pessoas, pela falta da competência de alguém como Lucena, não tiveram condições de levar adiante o seu trabalho.

Um abraço aos seus filhos, à querida Deputada lá na sua capital, e à Lisle, sua filha que trabalha aqui conosco.

Lanço aqui, para fazer parte dos Anais – quem diria! –, a poesia que o pai Humberto Lucena, com o nome “Sinhazinha”, deixou em homenagem à sua filha Lisle.

SINHAZINHA

Naqueles tempos de outrora
N'uma casa de qualquer rua
Havia um rosto de fora
Na clara noite de lua

Era o da meiga Sinhazinha
Que tão pura quanto bela
Ao se deitar a mãezinha
Aparecia na janela

Vinha ouvir o trovador
Que marcara aquela data
Pra declarar seu amor
Durante a serenata
Escutava a sorrir
As canções que ele cantava
E depois indo dormir
Ela então assim sonhava

Via a sua mucama
Uma preta velha querida
Bem junto de sua cama
Ninando a menina garrida
Contava lindas histórias
Como a da Carochinha
Descrevia pompas e glórias
Na lenda de uma rainha
Narrava a de João e Maria
Que usando boas maneiras
Livrara-se certo dia
Das garras da feiticeira
Falava de Cinderela
Naquele baile tão belo
E do sapato que ela
Perdeu lá no castelo

Quem diria! O bravo e extraordinário Lucena, com a beleza e a pureza da poesia, dirigindo-se à sua filha!

Aliás, a sua filha Lisle, graças a V. Ex^a, à Mesa do Senado, realiza um trabalho em um apartamento abandonado, não usado pelo Senado. Ela e uma equipe realizam um dos trabalhos mais extraordinários, a Oficina do Papai Noel: mais de 1,5 mil crianças recebem, para a vida, para o ano inteiro, o necessário para alimentação, roupa, higiene, material escolar. Um trabalho fantástico que merece o respeito e a admiração de todos nós.

Agradeço ao querido Senador, nosso bravo amigo Efraim Moraes, pela iniciativa – ele, em primeiro lugar, e eu, em segundo, apresentamos esse documento. Agradeço também à Casa e a V. Ex^a pela honra de podermos aprová-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SINHAZINHA

Naqueles tempos de outrora
N'uma casa de qualquer rua
Havia um rosto de fora
Na clara noite de lua
Era o da meiga Sinhazinha
Que tão pura quanto bela
Ao se deitar a mãezinha
Aparecia na janela

Vinha ouvir o trovador
Que marcara aquela data
Pra declarar seu amor
Durante a serenata
Escutava a sorrir
As canções que ele cantava
E depois indo dormir
Ela então assim sonhava

Via a sua mucama
Uma preta velha querida
Bem junto de sua cama
Ninando a menina garriða
Contava lindas histórias
Como a da Carochinha
Descrevia pompas e glórias
Na lenda de uma rainha
Narrava a de João e Maria
Que usando boas maneiras
Livrara-se certo dia
Das garras da feiticeira

Falava de Cinderela
Naquele baile tão belo
E do sapato que ela
Perdeu lá no Castelo
Desse mundo de fantasia
Despertava bem feliz
E ao começar o dia
Ia à missa na Matriz
Sinhazinha no seu vestido
De seda cheio de rendas
Atraía o melhor partido
Das vilas e das fazendas
Abalando os corações
Ficava nervosa e tímida
Recordava as canções
Gostava de ser querida
Mas descobrindo o amor
Pedi consentimento
E com a face em rubor
Aceitava o casamento

Lembrei-me da Sinhazinha
Essa visão antiga
Ao conhecer uma mocinha
Que inspirou esta cantiga
Embora moderna
Morando na cidade
Crê que só Deus faz eterna
A lei da felicidade

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de colocar em votação este requerimento, quero novamente dizer do meu apreço e da minha admiração pelo Senador Humberto Lucena.

Enquanto vivo, o Senador Humberto Lucena foi o meu líder aqui. Como assinalou o Senador Pedro Simon, foi Líder da Bancada do PMDB.

Mas agora me lembro que tenho à minha direita o Senador Tião Viana, que certamente deseja se incorporar a este momento de homenagem proposto pelo Senador Efraim Morais, homenagem à personalidade do Senador Humberto Lucena.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi Alves, é fato o que V. Ex^a diz. Em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores do Senado, quero me incorporar à manifestação de apreço e respeito à família e ao Senador Humberto Lucena, uma referência de homem simples que honrou sua vida parlamentar em nome do povo da Paraíba perante o Senado Federal.

A justa homenagem que fazem o Senador Efraim Morais, o Senador Pedro Simon e V. Ex^a merece toda a acolhida de todos nós, Senadores. E o Partido dos Trabalhadores, com muita honra, se incorpora a tal homenagem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem tomar o tempo de V. Ex^a, que está ansioso para iniciar a Ordem do Dia, quero também me incorporar, em nome do meu Partido, o PSDB, às palavras aqui pronunciadas. Eu, que tive a oportunidade de também conviver com Humberto Lucena durante alguns anos em Brasília, reconheço a competência com que sempre se houve como líder e como executivo, foi um homem público que honrou a classe política brasileira. Portanto, as homenagens se justificam.

Meus cumprimentos ao Senador Efraim Morais e ao Senador Pedro Simon pela iniciativa, porque temos o dever de cultivar as personalidades que honram a atividade que exercem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Quero dizer que esta comunicação certamente será aprovada, à unanimidade, e será transmitida a toda a sua família, à família de Humberto Lucena.

Mas eu queria assinalar a presença aqui – como já fez Efraim Morais e outros oradores – de sua filha Lisle, que está presente aqui, representando a famí-

lia de Humberto Lucena, representando a sua viúva, Dona Ruth.

A saudade de Humberto Lucena se faz presente nesta hora, a saudade daquele homem que, como dizia Pedro Simon, era talhado, vocacionado para o entendimento, para a conciliação. Sem querer fazer nenhuma ingerência na política paraibana, sem querer, realmente, ousar dizer alguma coisa sobre a política paraibana, eu diria que Humberto Lucena está fazendo falta hoje, porque a política paraibana está convulsionada. É claro que, se Humberto Lucena ainda estivesse vivo, ainda estivesse presente, ele certamente se constituiria numa voz de conciliação e de entendimento.

Em votação o requerimento de voto de louvor à vida pública do nobre Senador Humberto Lucena, de acordo com o requerimento proposto pelo Senador Efraim Morais e secundado pelo Senador Pedro Simon.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Serão feitas as comunicações devidas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 478, DE 2008

Requerimento de voto de congratulação ao centenário do senador Walter Franco, do Estado de Sergipe.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulação ao centenário do ex-senador Walter Franco, devendo ser apresentada congratulação à família do homenageado.

Justificação

O ex-Senador Walter Franco completaria no último dia 21 de abril de 2008 cem (100) anos de idade. Nascido no começo do século passado, em 1908, na Cidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe, o ex-senador Walter Franco foi um ilustre representante do meu Estado de Sergipe, tendo exercido o cargo de Senador da República entre o período de 1946 a 1955 e Deputado Federal entre 1955 a 1957, quando faleceu no dia 16 de agosto de 1957.

Estudou nos Colégios Salesiano e Antônio Vieira, em Sergipe, tendo cursado o antigo científico, mas principalmente Walter Franco foi um grande empresário, comerciante, pecuarista e banqueiro.

Assim, contribuiu para o desenvolvimento da atividade industrial e financeira no Estado de Sergipe, gerando empregos e crescimento socioeconômico do estado.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB–SE.

(À Comissão de Contribuição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem a palavra, pela ordem, antes que eu leia a primeira matéria da Ordem do Dia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Exª é uma figura que cultiva a ordem. Não vou fazer trocadilhos.

Sr. Presidente, peço a palavra apenas para parabenizá-lo pela feitura do Especial do *Jornal do Senado*.

Há muito tempo, o *Jornal* vem divulgando as notícias diárias, mas, agora, fez um belíssimo trabalho com a compilação do que foi feito no Senado nos últimos tempos acerca de Segurança Pública. Aqui há as mais diversas opiniões dos Senadores – com muitas delas não concordo, assim como outros Senadores não concordam com as minhas opiniões –, mas se trata de um reflexo do trabalho que o Senado fez, ainda que muito disso se encontre paralisado, principalmente na Câmara – alguma coisa se encontra parada aqui também por conta de não andar a Ordem do Dia, motivo de agonia para V. Exª.

Mas quero parabenizá-lo – foi na gestão de V. Exª – por esse trabalho muito bem feito coordenado pelo jornalista Davi Emerich. É um trabalho que os Senadores precisam ler.

Ao que eu saiba, outros jornais, a exemplo desse, serão feitos: na área de Educação, de Saúde, de Assistência Social, de Direito Tributário. Isso vem engrandecer o Senado e mostrar que aqui também se trabalha.

Quero parabenizá-lo, por essa iniciativa que nos engrandece, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e transiro, se V. Exª me permitir, as congratulações ao jornalista Davi Emerich, que, segundo V. Exª, fez um trabalho de compilação, organização e sistematização de tudo o que foi feito

por esta Casa a respeito do problema da segurança pública, inclusive com apresentação de propostas, por uma comissão, que já foram aprovadas e levadas ao plenário da Câmara dos Deputados, infelizmente, como diz V. Exª, algumas ainda aguardando votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida, tendo em vista a falta de acordo das lideranças para sua deliberação.

Transcorre hoje a quinta sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas 11 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 20 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 2 de abril;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Magela (PT – DF);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 9, de 2008, e se esgotará no dia 4 de junho; e

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 10 de abril.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Esta medida provisória foi objeto de um acordo de todas as Lideranças presentes a uma reunião realizada há pouco no Gabinete da Presidência do Senado.

É uma medida provisória eclética, já que trata de vários assuntos.

Concedo a palavra, de acordo com o critério de rodízio dos Relatores das medidas provisórias, ao nobre Senador Romero Jucá, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 346, DE 2008 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Romero Jucá, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, é pela aprovação da medida provisória.

Em primeiro lugar, coloco em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Líder do DEM, Senador José Agripino, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, os diversos Líderes, fizemos um entendimento para, por acordo, votarmos, até simbolicamente, a medida provisória sob exame, que, na verdade, estende o prazo para a concessão de gratificações de servidores do Serviço Público e contratação de pessoal por serviço prestado.

Na verdade, a medida provisória, neste caso, justifica-se de certa forma pelo fato de ser imperioso que se renove a gratificação ou a retribuição financeira para pessoas e que se renove a possibilidade de contratação de pessoas por serviço prestado.

Em seguida, virão duas medidas provisórias que tratam da concessão de crédito extraordinário. Quero dizer a V. Ex^a e à Casa que sobre este assunto não há acordo, até porque se está julgando neste momento – ou se encontra em processo de

julgamento desde a semana passada –, no Supremo Tribunal Federal, uma Adin, uma ação direta de inconstitucionalidade, com a qual o meu Partido entrou no Supremo questionando a edição de medidas provisórias que tratassem de concessão de crédito extraordinário para matérias que não fossem relativas a enchentes, a calamidades, como seca. E este é o caso das duas MPs que estão a seguir na pauta para serem apreciadas.

Recusamo-nos a votar essas matérias. É claro que, se o Governo quiser, ele colocará número em plenário e votará, mas faremos a devida obstrução até que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a constitucionalidade ou não em se tratar de concessão de crédito extraordinário por medida provisória.

De modo que concordamos em votar, simbolicamente, esta MP nº 407, pois concordamos com o seu mérito e com o atendimento dos pressupostos de urgência, relevância e constitucionalidade. Todavia, anunciamos, desde já, que relativamente às duas MPs que vêm a seguir não há acordo e a nossa recomendação será pela obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas as emendas de parecer contrário.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo-limite de 31 de julho de 2009, os contratos por prazo determinado, vigentes em 27 de dezembro de 2007, realizados com base na alínea **h** do inciso VI do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação disposta no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela lei.

§ 1º A autorização de que trata o **caput** deste artigo condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 2º A prorrogação não poderá ultrapassar a data-limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º O **caput** do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

.....”(NR)

Art. 3º O **caput** do art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

.....”(NR)

Art. 4º O **caput** do art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

.....”(NR)

Art. 5º O inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

II – 800 (oitocentos) cargos de Analista de Infra-Estrutura.”(NR)

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 1º

.....

§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.”(NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 345, DE 2008

(Escolha de Autoridade.)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 345, de 2008, da Comissão de Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, sobre a Mensagem nº 209, de 2007 (nº 846/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à consideração do Senado o nome do Senhor *Enéas Costa de Souza*, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Luís Fernando Schuartz.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso

I, alínea e, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

A Mesa abrirá o painel para possibilitar a votação pelas Sr^{as} e Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, apesar de ser votação secreta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, comunico que há acordo para votarmos a indicação dessa autoridade. Eu queria convidar os companheiros do Democratas que estejam nos gabinetes ou em outros lugares que não no plenário, para que venham até aqui porque há acordo para que se vote esta matéria. É claro que o voto é secreto e está à consideração individual de cada Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Mesa abrirá o painel e, assim, possibilitará o encaminhamento da votação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, quero fazer um registro.

Faleceu, noite passada, um servidor do Senado Federal, Sinval Barbosa Sobrinho, Técnico Legislativo, que trabalha nesta Casa desde 1979. É um funcionário que sempre esteve a serviço do processo legislativo, a serviço dos Srs. Senadores e desta Casa como um todo. Todos nós sabemos a importância que têm esses servidores e o desfalque que provoca a perda de um funcionário do quilate do Sr. Sinval.

Portanto, ao fazer esse registro, quero associar-me à dor pela qual toda a sua família passa e deixar consignado nosso voto de pesar nos **Anais** desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente.

Eu queria, em nome da Mesa do Senado Federal, apresentar os nossos votos de condolência à família do Sr. Sinval, até porque é um dos funcionários com muitos serviços prestados a esta Casa. Assessor direto do Diretor-Geral, Dr. Agaciel Maia, Sinval tinha, sem dúvida, uma folha de serviços prestados ao Senado da maior importância. Eu tinha uma vinculação

muito próxima do Sr. Sinval em função do cargo que exerce aqui.

Por isso, o Poder Legislativo, o nosso Senado Federal, perde, sem dúvida, um dos bons funcionários de seu quadro. Lamentamos, sinceramente, o seu falecimento.

Fica o registro, e levamos as nossas condolências à família do nosso companheiro de trabalho, o Sinval.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, quero me associar às manifestações de pesar pelo falecimento de Sinval Barbosa Sobrinho, servidor da Diretoria-Geral desta Casa, tendo, durante muitos anos, prestado seus bons serviços a esta Instituição.

À família do Sr. Sinval Barbosa Sobrinho e a todos os seus colegas de trabalho eu quero manifestar também o meu voto de pesar.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves, associe-me, em nome da bancada do PSDB, às condolências prestadas à família por essa fatídica notícia do falecimento do servidor do Senado Federal Sinval Barbosa Sobrinho, ele que diariamente convivia conosco, fazendo o trabalho de interlocução com os Senadores. Lamentavelmente fomos surpreendidos hoje com a notícia do seu óbito.

Quero aqui, em nome da bancada do PSDB, externar os nossos sentimentos à família enlutada.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas endossar as palavras de V. Ex^a pelo sentimento de pesar e de tristeza pelo falecimento do Dr. Sinval. Eu pediria a V. Ex^a que incorporasse esta minha manifestação às declarações que fez há pouco, da Presidência desta Casa, em homenagem ao bom servidor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que está se deslocando para o próximo microfone.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente associe-me às condolências à família do Sr. Sinval Barbosa, que foi um funcionário exemplar nesta Casa.

De outra parte, também gostaria de manifestar a boa impressão causada hoje pelo professor Enéas Costa de Souza, designado para o Cade. Ele tem uma formação tanto de economista, quanto de psicanalista, psicólogo e humanista; interessou-se por cinema, por literatura. Tem dado contribuições muito relevantes e se mostrou um conhecedor da obra de John Maynard Keynes, que tem grande relevância, hoje, no momento em que os responsáveis pela política econômica dos países mais desenvolvidos, mas também aqui, tanto precisam refletir sobre as lições de John Maynard Keynes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria destacar que o nome do Sr. Enéas Costa de Souza foi aprovado na audiência de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos por unanimidade.

Dezenove Senadores votaram favoravelmente à sua indicação por reconhecerem, no seu currículo, um servidor público que, tendo trabalhado na Finep, no BRDE, com várias experiências em políticas públicas, está ligado ao tema da concorrência, do financiamento às empresas, no acompanhamento das micro, pequenas e médias empresas, nos temas da concentração. S. S^a tem mestrado, na Unicamp, em economia e, durante muito tempo, docente, discutindo macroeconomia, em particular o pensamento de Keynes, que continua a iluminar a reflexão econômica, a teoria econômica e as políticas públicas.

Tenho certeza de que o Plenário referendará seu nome para desempenhar essa importante função como Conselheiro do Cade e contribuir para que essa instituição possa acompanhar o tema da concorrência com responsabilidade, com cuidado. Especialmente em uma economia globalizada, o Brasil precisa ter muita seriedade no trato desse tema e, ao mesmo tempo, fomentar a concorrência e a eficiência que decorrem exatamente das regras e do ambiente em que estabelecemos a concorrência empresarial.

Por tudo isso, peço o apoio de todos os Senadores e Senadoras para a indicação, aprovada por unanimidade hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, do nome do Sr. Enéas Costa de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando o tempo da chegada dos Senadores para votação em plenário, quero comungar de um importante tema com outros Srs. Senadores.

O Senador Romeu Tuma defendeu que fosse feito um convite ao General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia, para vir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debater as questões amazônicas envolvendo a demarcação de terras indígenas.

Hoje, o Senador Jefferson Péres fez uma importante manifestação e uma reflexão, com um olhar amazônico, sobre o que está ocorrendo em relação a esse assunto. A decisão do Supremo Tribunal Federal de determinar a suspensão da operação de desintrusão dos rozeiros da reserva indígena Raposa Serra do Sol reflete a emergência de uma situação que traz preocupação para todos nós. Eu não faria nenhuma crítica ao General Augusto Heleno em relação ao conteúdo e às preocupações demonstradas por ele em relação à insegurança de um debate mais amplo, mais profundo sobre a questão indígena. Agora, o ataque direto à política do Governo foi um desserviço prestado por ele ao Brasil, um erro de conduta militar que não é compatível com o Estado democrático e pleno, como é o Brasil.

Então, eu faço essa crítica, com toda consistência, à conduta do Comandante Militar da Amazônia e entendo que o fórum, sim, é o Congresso Nacional, é o Supremo Tribunal Federal, é a sociedade. Numa democracia, impõe-se que cada um cumpra as suas responsabilidades constitucionais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. Em seguida, darei a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu trago, com muita alegria, o meu voto favorável ao professor Enéas Costa de Souza para o Cade. É uma pessoa sobre a qual eu posso falar com conhecimento próprio: da sua integridade, da sua correção, da sua seriedade, da sua capacidade, da sua competência.

Convivi com o professor Enéas e tive a honra de tê-lo ao meu lado, quando Governador do Rio Grande do Sul, e sei que ele será um ponto muito importante na representação do Cade. O Cade precisa de pesso-

as como o professor Enéas, com a sua imparcialidade, com a sua competência, com a sua capacidade, com a sua grandeza de espírito na hora das decisões, porque é tão importante o papel do Cade e tão mais importante o que a gente espera que o Cade poderá fazer. O professor Enéas é a garantia de um homem sério e competente para essa missão.

Em segundo lugar, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, eu quero fazer minhas as palavras do ilustre companheiro Senador do Acre. Quero dizer que concordo com S. Ex^a. Ainda que se leve a inter-rogação da forma como foi feito e não se endosse a forma como foi feito, é muito importante o convite feito para que o ilustre General, Comandante do 5º Exército da Amazônia, venha à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prestar um importante depoimento.

Eu sou daqueles que posso não concordar com a forma como ele fez, mas tenho muita profundidade na identidade com as preocupações que o General apresentou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Pedro Simon e concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero externar o apoio à participação do Dr. Enéas Costa de Souza no Cade, pela sua história, personalidade e competência.

Também quero fazer minhas as palavras dos Senadores que me antecederam, em relação à presença do General Augusto Heleno no Senado Federal. Compartilho de muitas das preocupações externadas publicamente pelo General, que merecem uma reflexão e uma discussão por parte do Congresso Nacional, se bem que críticas possam ser feitas por Senadores, Deputados e pela sociedade em relação à forma como ele se externou. De qualquer forma, pela repercussão, é importante o debate, ele é fundamental.

Sr. Presidente, quero dizer para o Plenário que estou apresentando uma proposta de projeto de lei que permite, para a pessoa com deficiência visual, a identificação, por meio de um sinal, das cédulas de dinheiro, do meio circulante monetário nacional. Assim, a pessoa com deficiência visual, cegueira total, mediante um sistema de identificação, poderá, sem ajuda, reconhecer o recurso que está manipulando. Projeto semelhante foi apresentado pelo Senador Paulo Octávio, agora Vice-Governador do Distrito Federal. Quando ele era Senador, esse projeto foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e pela Comissão de Assuntos

Sociais. No entanto, em função da licença do Senador, o processo foi interrompido.

Dessa maneira, considerando a relevância da matéria, a importância e o interesse da pessoa com deficiência visual, estou reapresentando o projeto de lei para apreciação no Senado e, depois, na Câmara dos Deputados.

Aliás, Sr. Presidente, peço que pronunciamento nesse sentido seja considerado como lido, para constar dos Anais do Senado Federal.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imaginem-se vivendo a seguinte situação: você é uma pessoa cega e não tem como identificar o valor das notas, das cédulas de dinheiro que possui. Neste momento, ou você tem o auxílio de uma pessoa que enxerga, ou está sujeito à honestidade daquele que irá receber o seu dinheiro.

Esta vulnerabilidade faz parte da vida de 2,5 milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil. E foi pensando nesta realidade que propusemos o projeto de Lei que hoje apresentamos a esta Casa Legislativa.

A proposta determina que as cédulas utilizadas como meio circulante deverão conter elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual. A substituição das cédulas existentes pelas novas cédulas com identificação deverá ocorrer no período de 10 (dez) anos.

Esta iniciativa não é inédita. Outras duas proposições com o mesmo objetivo já tramitaram nesta Casa. No entanto, após prolongadas tramitações e aperfeiçoamentos, foram arquivadas em função do encerramento das legislaturas.

O texto que ora apresento à apreciação dos nobres colegas é resultado de amplo debate e reproduz aquele aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, já tendo sido apreciado também pela Comissão de Assuntos Sociais. O projeto original, que serviu de inspiração a esta proposição é de autoria do Senador Paulo Octávio.

Em tese, já estaria pronto para ser remetido à Câmara Federal. Entretanto, ainda está sujeito a novos entendimentos e alterações porventura ainda decorrentes.

Neste sentido, exponho novamente a questão aos colegas senadores, tendo em vista a importância da matéria para milhões de brasileiros que se mostram

cada vez mais ativos e participativos do cenário social brasileiro, realizando negócios e utilizando dinheiro em espécie como forma de pagamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro. Quero fazer coro às palavras do Senador Tião Viana sobre a necessidade de o Senado Federal fazer uma grande discussão, especialmente no que se refere às políticas indígenas, ou às políticas indigenistas, para o nosso País, sobretudo para a Amazônia.

Portanto, a vinda do General Comandante Militar da Amazônia ao Congresso Nacional seria uma excelente oportunidade de se fazer uma discussão sem emoções; uma discussão que, acima de tudo, envolverá o Senado Federal, mais uma vez – porque já houve uma comissão temporária que tratou das questões indígenas nesta Casa –, num debate que é fundamental e que perpassa por uma questão mais importante ainda, que é a de política de fronteiras. Ou seja, o que o Brasil precisa para estabelecer uma política de fronteiras coerente com o seu desenvolvimento, com práticas assemelhadas na região de fronteira, com o ir e vir das pessoas, com um tratamento diferenciado para saúde, educação, manejo de resíduos sólidos, meio ambiente, reconhecimento de cursos universitários. Já avançamos bastante nesse sentido, principalmente com um tratamento específico, ou um tratamento rigoroso do Governo Federal, do Presidente Lula, com relação a essas questões.

É fundamental essa discussão e não somente que se fale em índio, meu caro Senador Tião Viana. Índio precisa não só de demarcação, mas que se estudem as condições para, inclusive, indenizarem-se os produtores. Se existe o art. 231, deve-se não só indenizar a benfeitoria, mas a terra nua. Existem alternativas para não se mexer no art. 231. Sem mexer no art. 231, houve uma grande conquista das etnias indígenas na Constituição de 1988.

Ao mesmo tempo, devem-se discutir as outras especificidades de Estados brasileiros. O meu Estado tem esse problema. Algumas aldeias vivem em verdadeiros campos de concentração, como na região de Dourados.

Falar em índio é muito bonito, Senador Tião Viana, mas para o índio deve-se levar também infra-estrutura, energia, como a que o Luz Para Todos está levando,

água, saneamento, educação. Então, é uma política ampla. E, mais do que nunca, deve-se olhar para a Funai, que precisa ter plano de cargos, um pessoal efetivo. É preciso que se tirem influências, algumas delas boas e outras, alienígenas, da gestão da Funai, ter estrutura, ter competência para esse grande desafio que são os problemas indígenas no País.

Sr. Presidente, não posso, também, deixar de destacar A Carta ao Leitor da revista *Veja* desse final de semana, que fala das entrevistas das Páginas Amarelas, que trazem políticos, esportistas, monarcas, enfim, uma gama variada de pessoas que formam opinião e que se destacam na sociedade, nacional e internacionalmente.

E registro aqui o destaque dado à entrevista do Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, e também à entrevista de V. Ex^a, em que ressaltam a importância das instituições democráticas e a importância do Estado soberano, em que cada Poder tem seu papel crucial, principalmente em função do regime democrático que hoje vivemos.

O Ministro Gilmar Mendes posicionou-se em relação a uma série de questões levantadas na entrevista, mas especialmente com relação à mudança de mandatos presidenciais. Eu mesmo já me posicionei aqui com relação a isso. Nós temos uma Carta Magna, uma Constituição que não podemos mudar em função de realidades ou de circunstâncias de cada governo, de cada país.

Ressalto também a questão muito bem lembrada por V. Ex^a, das medidas provisórias. Usando as palavras que V. Ex^a usou na entrevista, o Congresso está na UTI. Temos de voltar a destacar os grandes debates, voltar aos grandes temas e fazer valer a capacidade e a delegação que temos do povo brasileiro de fazer nossas leis aqui.

Portanto, mais uma vez, registro aqui o papel da imprensa e o papel que V. Ex^a tem desempenhado à frente do Congresso Nacional.

Aproveito para desejar ao Ministro Gilmar Mendes muito sucesso à frente o Supremo Tribunal Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral. Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Delcídio Amaral, em sua fala sempre oportuna, sempre pragmática, sempre construtiva, falou, de relance, sobre o episódio que recentemente envolveu o General Augusto Heleno, Comandante da Amazônia, e, ao final, desejou bom êxito ao Ministro Gilmar Mendes, a

cuja posse pretendo comparecer amanhã como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Ele vai presidir a Suprema Corte de Justiça do Brasil.

S. Ex^a o Senador Delcídio referiu-se à vinda do General Augusto Heleno à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que vai acontecer, e vou fazer questão de lá comparecer para receber bem o General Augusto Heleno. Vou receber com a dignidade que S. Ex^a merece.

E aqui registro, Presidente Garibaldi, minha indignação com os fatos. O General Augusto Heleno, Comandante da Amazônia, homem que conhece, portanto, a Amazônia e seus problemas, em um evento no Rio de Janeiro, teceu comentários críticos sobre a política indigenista do Governo. Disse que era caótica, mal alinhavada. Adjetivou, dentro do seu entendimento, a política indigenista que o atual Governo leva a efeito a propósito da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O mundo caiu por cima de S. Ex^a: a hierarquia foi quebrada; cometeu um crime de lesa-pátria; chama o General Augusto; o Ministro Jobim se reúne com ele. Vira daqui, vira dacolá, e fica o General Augusto, que defendeu um ponto de vista em função de que, no seu entendimento, ali residia o interesse do Brasil e dos brasileiros, sendo chamado a atenção.

Muito bem. Opiniões as mais divergentes se manifestaram. A minha opinião é de respeito à opinião do General Augusto. E vou ouvi-lo aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dando a ele o crédito de um brasileiro de boa categoria, de primeira categoria, que emitiu uma opinião que, do meu ponto de vista, não feriu hierarquia nenhuma. Num ambiente próprio, emitiu uma opinião, tinha o direito de fazê-lo.

É preciso que se reconheça a envoltória dos fatos que circunstanciam o mesmo momento em que o General Augusto Heleno fala, que é o mesmo momento, Senador Antonio Carlos Valadares, mesma hora, mesma semana, em que o Movimento dos Sem-Terra, uma organização também respeitável, que tem a obrigação de defender a reforma agrária neste País, mas dentro da lei e da ordem, praticou. O que foi que aconteceu, na semana passada, na mesma semana em que o General Augusto Heleno falou – e porque falou foi chamado pelo Ministro da Defesa a mudar de comportamento, como se tivesse cometido um crime –, o que praticou o MST? O MST, na mesma semana, bloqueou a BR-070, que liga Mato Grosso a Bolívia; ocupou a Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto; ocupou a agência do Banco do Brasil em Sorocaba; invadiu a sede do Incra no Distrito Federal; ocupou a Usina Hidrelétrica de Xingó, em Canindé de

São Francisco, em Sergipe; invadiu não sei quantas fazendas no Ceará, na Paraíba e em Minas Gerais; obstruiu a estrada de ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce; invadiu a sede do escritório da Vale do Rio Doce, em Belém. E o Sr. João Pedro Stédile, que é o comandante do MST, ainda por cima, disse e repetiu, para quem quisesse ouvir, que havia promovido a obstrução da ferrovia, havia promovido a invasão da sede da Vale do Rio Doce, em Belém, e que repetiria a atitude as vezes que fossem necessárias, desconhecendo que a Companhia Vale do Rio Doce, que emprega milhares de brasileiros, exporta bilhões de dólares e que é um bem nacional, havia obtido, pela Justiça, anteriormente, o direito de dizer que seu patrimônio estava protegido pela lei contra invasões do MST, que não teriam qualquer tipo de justificativa. Um salvo conduto, dado pela Justiça isenta do Brasil, dava à Companhia Vale do Rio Doce o direito de se proteger de invasões de qualquer movimento social – leia-se MST.

Muito bem. Senador Papaléo, V. Ex^a já ouviu falar em alguma admoestação por parte do Governo a essa quebra da lei e da ordem pelo MST em qualquer lugar do Brasil?

Contra o General Augusto se disse: “Chamem imediatamente e enquadrem o General”. Entretanto, o MST agride a ordem, afronta a Justiça, e ninguém dá um pio. Está certo isso?

Vou ouvir com toda atenção as ponderações do General Heleno. Vou ouvi-lo com o respeito que suas opiniões merecem. Mas, Senador Garibaldi, chamo a atenção do Brasil para o estado em que estamos vivendo, a preservação do Estado de direito: são dois pesos e duas medidas. Para o General Heleno, para a política indigenista, um tratamento; para o MST, para João Pedro Stédile, é outra coisa. Ao General Heleno a lei; a João Pedro Stédile a libertinagem, a possibilidade de fazer o quem bem quiser.

Não será bem assim, Senador Garibaldi. Nós estaremos aqui vigilantes para denunciar e exigir a tomada de providências em nome de um bem que é da Constituição brasileira: a preservação da ordem e do direito na República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos proclamar o resultado. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu aguardo.

(Procede-se à apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 345, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ENÉAS COSTA DE SOUZA, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 22/4/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 22/4/2008 17:09:46
Encerramento: 22/4/2008 17:38:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Votos NÃO : 08 Total : 51
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 43

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 22/4/2008 17:38:14

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e, NÃO, 8. Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Enéas Costa de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça, na vaga do Sr. Luiz Fernando Schuartz.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, o Senador Mário Couto, quero ler a Mensagem nº 58, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 58, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 58, de 2008 (nº 137/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Jorge José Frantz Ramos*, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Antes de submeter o parecer à discussão, concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou ser rápido, Presidente.

Associo-me às palavras do Senador José Agripino, principalmente quando o nobre Senador, competente Líder dos Democratas, aborda o problema que envolve a Vale do Rio Doce.

Senador Papaléo Paes, não sei por que – e aqui estou falando em nome do Estado, em defesa do meu Estado, melhor dizendo, preocupado com sua economia, porque a Vale é uma das empresas que mais exporta no Estado do Pará, é uma empresa de fundamental importância para a economia do meu Estado – escolheram a Vale, para prejudicar.

Senador José Agripino, não entendo. Isso ainda não entrou na minha cabeça. V. Ex^a falou de uma invasão, que foi a última, mas já se somam mais de cinco invasões, mais de cinco paralisações. Cada paralisação traz um prejuízo enorme à economia do meu Estado, que já começa a ter uma retração, com o fechamento das guseiras e das madeireiras e com a taxaço do boi em pé. A economia do Estado do Pará já sofre uma retração. Pára, sistematicamente, a Vale

do Rio Doce. Aonde o Estado do Pará vai com sua economia, Senador?

Sr. Presidente, já é hora de saber por que essa intenção primeira de prejudicar o Estado do Pará por meio da Vale. Temos de buscar isso. Cada um deve fazer seu protesto, e eu mesmo o faço, quando acho viável. Eu mesmo o faço. Mas protestos abusivos, sistemáticos, contra uma empresa só? Temos de colocar uma interrogação e buscar o que está por trás disso, que prejudica, e muito, a economia do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – o Relator é o Senador Mão Santa –, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

PARECER Nº 347, DE 2008 – CRE

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Jorge José Frantz Ramos, concluída a votação e após a contagem dos votos, obteve 12 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Antonio Carlos Valadares pede a palavra durante o processo de votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu também gostaria de emitir breves palavras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Após o Senador Antonio Carlos Valadares, falará a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Após a Senadora Ideli Salvatti, falará o Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou entre aqueles que pensam que, em todas as oportunidades, devemos destacar o valor e a personalidade daqueles cidadãos do Brasil, dos nossos Estados e dos nossos Municípios que, direta ou indiretamente, contribuíram para o progresso da nossa sociedade.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para afirmar que, por dever de justiça, reconhecendo publicamente o valor do Senador Walter Franco, que, ontem, se estivesse vivo, completaria 100 anos de existência, apresentei requerimento, congratulando-me com a família do homenageado, para que pudéssemos reviver, rememorar, em poucas palavras, de forma sincera, a personalidade do cidadão Walter Franco, que exerceu, com muita dignidade, com muita competência, os mandatos de Senador da República entre 1946 e 1955 e de Deputado Federal entre 1955 e 1957, ano em que veio a falecer, no dia 16 de agosto.

O Senador Walter Franco foi um político muito vinculado às hostes da União Democrática Nacional (UDN), ao lado de grandes figuras da política de Sergipe que, não só na UDN, mas também no antigo PSD, fizeram escola e trouxeram para as gerações futuras um padrão de honestidade, de dignidade, de idealismo, tais como o seu irmão, também Senador, Augusto Franco; o ex-Governador Luiz Garcia; o ex-Governador Seixas Dória; o ex-Governador Celso de Carvalho; o ex-Senador Leite Neto; o ex-Deputado Federal e ex-Ministro Armando Rollemberg e muitas outras figuras que enaltecem a vida política e administrativa e que constituem o patrimônio da história de Sergipe.

Portanto, Sr. Presidente, meu requerimento apresentado à Mesa na tarde de hoje visa a prestarmos, por meio do Senado Federal, essa homenagem merecida a um homem que deu exemplo de trabalho e de dedicação ao seu povo e à sua família. Como empresário, ele viveu além, à frente do seu tempo, porque criou indústrias, gerou empregos, proporcionou felicidade e alegria aos sergipanos. Na área política, teve uma atuação marcante, sempre solidário, sempre fiel à UDN, jamais exigindo em contrapartida qualquer benefício para si ou para sua família. Constituiu, portanto, ao longo da sua trajetória política, um exemplo a ser seguido.

O Senador Walter Franco, que relembro nesta hora, ao passar pela vida, deixou marcas indeléveis, exemplos edificantes de coragem, de destemor, de lealdade e de honestidade, que reconhecemos nesta hora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT nesta Casa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já me alertaram para que o Senador Valadares exerça o sagrado direito do voto.

Aproveito estes breves momentos que temos enquanto colhemos os votos nominais para a aprovação da indicação das autoridades. Tenho dito algumas vezes que temos certa dificuldade em trazer o mundo real para dentro deste plenário. Temos tido essa dificuldade, Senadora Serys. Houve um feriado, circulamos mais, recebemos *e-mails* e ficamos satisfeitos com as notícias que vêm sobre a repercussão das políticas adotadas e a consequência do que vem acontecendo no nosso País. Então, eu não poderia deixar de aproveitar estes breves instantes, que nos permitem trazer essas boas notícias, para fazer um comentário a respeito do nível de emprego com carteira assinada.

Os dados relativos ao mês de março saíram agora, Senador Valadares, e são muito contundentes. No mês de março deste ano, houve o maior volume de empregos com carteira assinada desde 1992. Desde 1992, não conseguíamos um volume de empregos com carteira assinada na magnitude que alcançamos no mês de março deste ano. Foram nada mais, nada menos que 206 mil novas vagas com carteira assinada. E, para sabermos da dimensão e do significado desses 206 mil novos empregos com carteira assinada, devo dizer que isso significa 41% a mais do que o verificado em março do ano passado. Portanto, em um ano, houve, no mês de março, 41% a mais de empregos com carteira assinada. Se observarmos o trimestre – os meses de janeiro, de fevereiro e de março –, vamos verificar nada mais, nada menos que 39% a mais de empregos com carteira assinada criados no Brasil. O número é muito contundente. Lembro-me, com satisfação, de quando viemos aqui, Senador Delcídio, comemorar 1,2 milhão, 1,3 milhão de empregos, e, em janeiro, em fevereiro e em março, totalizaram nada mais, nada menos que 554 mil empregos. Portanto, em três meses, houve mais de meio milhão de empregos com carteira assinada.

Esses são números extremamente positivos e importantes, e daí nossa preocupação com a elevação dos juros que o Comitê de Política Monetária (COPOM) determinou. Não podemos, em hipótese alguma, frear o crescimento, o desenvolvimento e, principalmente, essa geração de empregos que está sendo tão importante para milhões e milhões de brasileiros em todos os cantos do nosso País.

É importante realçar que, além do volume de 206 mil novas vagas abertas no mês de março, todos os setores produtivos – todos, sem exceção – tiveram crescimento de emprego, sendo que os campeões foram o setor de serviços e, em segundo lugar, a indústria de transformação. Isso é muito importante, porque a indústria de transformação sinaliza que o crescimento vai continuar, ou seja, que o aquecimento da economia vai continuar e que a geração de emprego vai continuar. Em terceiro lugar, como já tive oportunidade de registrar no pronunciamento na abertura da sessão, ficou a construção civil, como resultado de todas as modificações que foram feitas no patrimônio da afetação, no crédito, na desoneração dos produtos básicos da construção civil.

As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram também o maior volume de empregos na série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Portanto, apenas a Região Nordeste teve uma dificuldade maior, comparativamente às demais Regiões, tendo em vista que, na Região Nordeste, vivenciamos a época da sazonalidade, que efetivamente tem repercussão na geração de empregos.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registrado, mais uma vez na linha de trazer para o tapete azul deste Senado um debate a respeito daquilo que importa e é relevante para milhões de brasileiros. Do contrário, dá-se a impressão de que este mundo do Senado é outro, não o do Brasil real.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti e concedo a palavra ao Senador João Pedro.

Senador João Pedro, se V. Ex^a permitir – penso até que não deveríamos deixar mais orador na tribuna –, o Senador Marconi Perillo deverá fazer uma breve intervenção. Ou não? (Pausa.)

Agradeço ao Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como eu estava à sua esquerda, Sr. Presidente, desci correndo e me dirigi ao primeiro microfone, para registrar que, nesse fim de semana, estive na belíssima cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, que tem uma topografia única e que faz fronteira com a Venezuela e com a Colômbia. É uma tríplice fronteira. Lá tive a oportunidade de conversar com lideranças indígenas, com professores, com vereadores, com o prefeito. Vi uma cidade com muita vitalidade, vi um debate mais do que interessante, uma proposta das organizações indígenas no sentido de se discutir o ensino médio indígena, Sr. Presidente. Por quê?

Dizem as lideranças de lá que o Município de São Gabriel da Cachoeira é o Município mais indígena do Brasil. O Amazonas tem uma população de 120 mil índios. Só na cidade de São Gabriel da Cachoeira, há 11 mil índios. É um Município com uma população espalhada pela fronteira do Brasil com a Colômbia. Nessa região, vivem 23 etnias, Senadora Serys. É uma população brasileira, mas uma população indígena.

Esse debate remete-me à discussão da homologação, a essa grande polêmica em Roraima. Eu não poderia deixar de me manifestar, como homem da Amazônia, do Estado do Amazonas, para dizer que o Comando Militar da Amazônia vive ali em Manaus. Sinceramente, a manifestação do Comandante Militar da Amazônia, o General Heleno, não contribui. Primeiro, o General tem uma cultura de hierarquia. Se há um procedimento do dia-a-dia dos militares, este é a hierarquia. Penso que a decisão do Presidente Lula, eleito com 53 milhões de votos, e o compromisso da sociedade brasileira com os povos indígenas, com os afro-descendentes, remetem-nos a um debate sobre, em primeiro lugar, o princípio da solidariedade e, em segundo lugar, sobre o respeito a essas populações que constituíram as fronteiras do Brasil.

Penso que há um calor exagerado nesse debate. Penso que é preciso mais calma, mais tranquilidade. No Brasil, funciona o Estado brasileiro. Não há por que, de uma hora para outra, artificializar um debate com uma população pequena. Primeiro, nós temos de respeitar os povos indígenas; segundo, é preciso cortar essa concepção da colonização. Nós não precisamos trabalhar colonização na Amazônia. Nós não podemos fazer esse debate achando que a demarcação das terras indígenas, ali na fronteira do Brasil com a Venezuela, daqui a pouco vai levar à autodeterminação desses povos indígenas. De forma alguma, Sr. Presidente! O Brasil é grande, a sociedade brasileira é forte, as instituições do Brasil estão funcionando. Eu penso que, nesse debate, nós estamos artificializando.

Quero colocar aqui o meu apoio à decisão de homologação com respeito aos povos indígenas. E é possível, sim, nós construirmos um debate no sentido de prevalecer a racionalidade, mas, acima de tudo, o compromisso inarredável de uma sociedade democrática com os povos indígenas lá da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou abrir o painel para divulgar o resultado da votação.

(Procede-se à apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 58, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

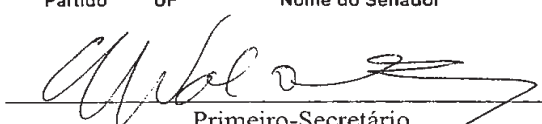
Sr. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO MALI

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 22/4/2008

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 22/4/2008 17:43:29
Encerramento: 22/4/2008 18:00:35

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou


Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 44
Votos NÃO : 03 Total : 48
Votos ABST. : 01

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e, NÃO, 3.

Houve apenas uma abstenção.

Total: 48 votos.

Está aprovado o nome do diplomata Jorge José Frantz Ramos para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para registrar que nós temos o entendimento de votar o representante do CNJ, representante da Câmara, mas essa votação precisa ter uma aprovação qualificada de 41 votos “sim”. Nós estamos com 44 votos “sim”. Acho que é um risco colocarmos para votar e, de repente, por um acidente de falta de presença, rejeitarmos o nome do indicado. Portanto, eu solicitaria que ficasse para a próxima terça-feira essa votação de autoridade, exatamente para não colocar em risco o indicado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, nós vamos encerrar, infelizmente, a Ordem do Dia de hoje com a votação da Mensagem nº 59, de 2008, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, para que esse diplomata do Quadro do Ministério das Relações Exteriores exerça o cargo de Embaixador do Brasil junto à Tunísia. Eu digo “infelizmente” porque hoje houve uma reunião dos líderes, mas só conseguimos construir essa pauta, que eu digo com muita sinceridade que é uma pauta frustrante. Nós deveríamos votar muito mais. E isso se deve não apenas às medidas provisórias, mas, às vezes, deve-se à falta de entendimento que existe hoje nesta Casa entre Governo e oposição, entendimento que precisa prevalecer.

Hoje mesmo, tomei conhecimento de declarações da Senadora Ideli Salvatti, dando conta de que eu estaria, com declarações minhas, atribuindo a culpa disso ao Governo apenas.

A minha palavra é uma palavra que quer fazer justiça. Eu quero dizer que há, sobretudo, além das medidas provisórias, uma falta de entendimento, uma radicalização, às vezes, da oposição, que impede que

tenhamos uma pauta que o povo brasileiro espera. Essa é que é a verdade! A nossa pauta está deixando muito a desejar!

Estou dizendo isto, porque já o disse na presença dos líderes e, agora, faço questão de dizer no plenário: não podemos continuar com essa pauta; ela é insuficiente, ela é débil, ela demonstra que não estamos correspondendo aos anseios do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a foi citada. Pelo art. 14, tenho de dar a palavra a V. Ex^a, pedindo, mais uma vez, a compreensão deste Senador, que é o Senador Marconi Perillo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço para abrir já o painel da próxima votação do Embaixador, porque, enquanto se discute, as pessoas vão votando.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, também fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Primeiro, quero ouvir a Senadora Ideli Salvatti, depois, o Senador Marconi Perillo; aí, darei continuidade à votação.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho que seria mais adequado abrir o painel, porque diminuiu a votação bastante. Há uma preocupação de que não tenhamos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar pela bancada do PSDB, em primeiro lugar, para informar aos meus pares, aos colegas Senadores do PSDB, que estamos, neste momento, votando duas indicações de embaixadores da mais alta qualidade. Embaixadores que já têm um currículo extenso, que já participaram de inúmeras atividades aqui em Brasília, e representaram competentemente o Brasil em

alguns postos muito importantes nas nossas embaixadas no exterior.

Acabamos de votar agora a indicação do Embaixador Jorge Ramos, que acaba de deixar a Embaixada na Suécia, Estocolmo, na qualidade de Ministro Conselheiro.

O Embaixador Jorge Ramos é um dos mais preparados embaixadores da nova geração de diplomatas brasileiros, aluno inclusive do nosso Embaixador Maia, irmão do Líder José Agripino. Serviu com o nosso Embaixador Oto Maia em vários postos. É um dos grandes admiradores e seguidores do Embaixador Oto Maia.

Portanto, quero saudar aqui o Senado Federal pela aprovação do nome do Embaixador Jorge Ramos para, a partir de agora, ocupar a Embaixada do Brasil em Mali.

Quero me referir também ao Embaixador Elim Dutra, que acaba de deixar o posto no Egito, também um dos embaixadores mais qualificados do Brasil. Serviu na Embaixada em Estocolmo, acabou de servir agora no Cairo, durante quatro anos, e vai nos representar na Embaixada em Túnis.

O Embaixador Elim Dutra, além de todas as suas qualidades de diplomata, também é um grande escultor e um hoteleiro importante na cidade de Pirenópolis, Goiás.

Portanto, estou feliz, satisfeito por estarmos aqui votando a indicação destes dois notáveis e competentes embaixadores brasileiros: Jorge Ramos e Elim Dutra.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de dizer que representei o meu partido, o PSDB, ainda há pouco, na reunião de líderes. Fizemos o entendimento de que votaríamos as autoridades na sessão de hoje e que votaríamos uma medida provisória, a Medida Provisória nº 407, que prorroga contratos temporários com organismos internacionais.

Por que apenas essa? Porque as outras duas que estão travando a pauta, a 408 e a 409, dizem respeito à abertura de créditos extraordinários. E o Brasil todo acompanha a apreciação de uma ADIn que busca reverter, no Supremo Tribunal Federal, a edição de medidas provisórias com esse objetivo – essas medidas suprimem os créditos através de PLs aqui no Congresso Nacional.

A Adin está sendo apreciada, e nós já temos 5 votos (contra 3) contrários à edição de medidas provisórias para a abertura de créditos extraordinários. Assim sendo, nós solicitamos um prazo para aguardarmos a decisão final do Supremo Tribunal Federal a fim de colocarmos um basta nas chamadas “des-

medidas” provisórias, nas chamadas edições extraordinárias de medidas provisórias – as medidas provisórias hoje são editadas aleatoriamente, o tempo inteiro, em relação a todo e qualquer assunto, sem que se observe a existência de urgência e relevância, que, na verdade, preconizam a edição de uma medida provisória. Portanto, nós não chegamos a um acordo em relação à edição dessas duas medidas provisórias de crédito extraordinário porque aguardamos a apreciação da Adin.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós também fizemos um entendimento. Eu estou dizendo isso porque V. Ex^a acaba de fazer um apelo veemente às lideranças todas no sentido de adotarmos uma pauta positiva e votarmos matérias relevantes, de interesse nacional. Nós já temos, da parte do PSDB – e estamos acordando com o Democratas –, um conjunto de dez PEC e projetos que são considerados relevantes para o País, projetos dentro da chamada pauta ética, do chamado Pacote da Segurança, reforma tributária, educação, recriação da Sudeco.

Nós nos reunimos hoje com V. Ex^a e com os líderes e assumimos o compromisso de preparar uma agenda-tentativa para a reunião de amanhã ao meio-dia. Já fizemos nosso dever de casa e estaremos à disposição para discutir esses temas, mas sem o compromisso de definir datas para a votação das chamadas medidas provisórias, porque estamos dependendo da decisão do Supremo Tribunal Federal, que, na minha opinião, felizmente, deverá colocar fim a essa desenfreada edição de medidas provisórias – quase todas elas irrelevantes, porque podem ser supridas por outros mecanismos, dentre eles o projeto de lei.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e já concedo a palavra aos oradores que estão ansiosos para falar...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O meu caso precede por causa do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...mas outros estão mais ansiosos para votar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vamos abrir o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 59, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 59, de 2008 (nº 152/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Elim Saturnino Ferreira Dutra*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Tunísia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

PARECER Nº 348, DE 2008 – CRE

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As S^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Enquanto isso, vamos conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, ao Senador José Agripino, ao Senador Renato Casagrande, ao Senador Tião Viana e ao Senador Geovani Borges, que pede a palavra para uma questão de ordem.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Quero registrar que o painel está com problema técnico com relação à minha senha, problema que deverá ser solucionado hoje à noite. Como a votação é secreta e não posso declarar o meu voto, peço que seja registrada a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Se estivéssemos votando a pleno vapor, estaria lamentando mais essa situação. V. Ex^a não está perdendo muito, posso lhe assegurar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos conceder a palavra aos Senadores na seguinte ordem: Ideli Salvatti, em primeiro lugar; Senador José Agripino; Senador Renato Casagrande; Senador Tião Viana; Senador Mário Couto; Senador Flexa Ribeiro; e Senador Expedito Júnior, que já chegou querendo falar.

Com a palavra, portanto, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, da mesma forma como V. Ex^a lamentou a situação do Senador Geovani Borges, que, recém-chegado, não pôde utilizar o painel de votação devido a problemas, provavelmente, com a senha, o que nós também temos vivenciado no Senado da República desde o início dos trabalhos deste ano é que pouco temos efetivamente produzido, pouco.

É claro que há todo um debate a respeito das medidas provisórias, de que elas trancam a pauta, inviabilizam e tal. Mas, se fizermos uma avaliação... Não quero nem fazer de uma série histórica, Senador Tião Viana, não quero fazer comparações entre a quantidade de medidas provisórias deste e de governos que antecederam o do Presidente Lula, mas faço a seguinte ponderação: se fizermos um levantamento para ver o número de matérias votadas por sessão deliberativa, não conseguiremos chegar a uma por sessão. Acho que não chegaremos a uma por semana, Senador Garibaldi!

Há problemas com relação às medidas provisórias? É óbvio que sim. Se não existisse esse problema, não teríamos uma comissão tratando disso, negociando.

Quando venho à tribuna e digo: “vamos trazer o mundo real”, é porque parece que estamos num outro mundo aqui; parece que o que está acontecendo com a população não tem importância. Aqui, a única coisa que tem importância é a guerra partidária estabelecida antecipadamente para o processo eleitoral de 2010. Parece até que nem vai haver eleição em 2008, parece que já estamos às vésperas da eleição de 2010!

Então, de uma vez por todas, este Senado tem de encontrar uma pauta, tem de encontrar propostas, tem de encontrar temas relevantes.

Em nossos Estados, temos sido questionados quanto a isso. O Senador Tião, por exemplo, tem reiteradas vezes dito que muitas pessoas têm lhe dito que desligam a TV Senado porque não agüentam mais a gritaria, a bateção na mesa e a produção pífia, produção que não é adequada a um Senado da República.

Como é que o Senado da República pode passar à margem de uma discussão a respeito, por exemplo, da crise nos Estados Unidos? Qual foi o debate efetivamente feito sobre as consequências da crise americana no Brasil? Quantos discursos aconteceram neste plenário sobre esse assunto? Temos a questão da dengue e uma série de outros assuntos a tratar. Eu mesma já fiz questão de, na tribuna, fazer uma lista de assuntos que passam à margem, passam ao largo, como se não fossem importantes para o povo brasileiro.

Temos de encontrar mecanismos para votar. Isso é importante, é fundamental.

Toda semana há um problema. Agora, levanta-se o problema dos créditos, que, volto a dizer, usaram à exaustão. Já listei, inclusive, relatores de créditos da oposição. Quando é conveniente, não há problema: aprovam, relatam e tal. Agora não se vota porque há uma pendência de julgamento no Supremo. Resolvida a pendência no Supremo, vai haver outra. Toda semana há um entrave, um empecilho para que nós votemos.

Senador Garibaldi, já disse e volto a dizer: na eleição passada, apenas 1/3 destas cadeiras estavam sob avaliação popular para serem substituídas. Na próxima, em 2010, serão 2/3 das cadeiras.

Portanto, o que fizermos ou deixarmos de fazer, se estivermos ou não em consonância com o que a população quer do Senado, vamos receber – e aí vamos receber todos, não vai haver muita distinção –, uma avaliação que, do meu ponto de vista, está abaixo da crítica e da nossa própria capacidade produtiva em termos de votações, de debates, de propostas.

A impressão que dá é de que, muitas vezes, quando saio do meu Estado e venho para cá, estou entrando em um outro mundo, que é outro País, outra realidade, que isto aqui tem muito pouco a ver com o Brasil real que deixamos nos nossos Estados e que, infelizmente, não conseguimos fazer pautar e deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Ideli, V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já estou encerrando.

Estou fazendo, pela enésima vez, um debate e um apelo. A Oposição tem que ser crítica, não pode deixar de ser crítica, mas tem que ser uma crítica propositiva, de aperfeiçoamento, de melhoria, de ir para frente, e não da mesmice que a nada leva e que, infelizmente, faz-nos patinar aqui, neste Senado, há meses, sem deliberar e sem debater os assuntos mais relevantes para o País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino.

Antes do Senador José Agripino, eu gostaria de ouvir a palavra do Senador Romero Jucá. S. Ex^a está indo para uma solenidade de posse do nosso querido ex-companheiro, Senador José Jorge. Então, gostaria de ouvir uma palavra do Senador Romero Jucá para saber se realmente vamos ter outra dinâmica nos nossos trabalhos a partir de agora.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, excepcionalmente, inscrito para falar sobre este assunto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos procurado construir fórmulas para votar e não quero discordar de V. Ex^a, mas quero dizer que votamos matérias importantes. Na semana passada, no nosso entendimento, votamos matérias importantes; e esta semana estamos votando, inclusive por acordo. Deixamos para a próxima semana duas medidas provisórias que são de crédito e, pela marcação da posição da Oposição, vamos aguardar até a próxima semana para que o Supremo Tribunal Federal se manifeste. Se não se manifestar, temos uma posição e a Oposição tem outra e batalharemos voto aqui no plenário exatamente para liberar a pauta, abrir uma janela e votarmos matérias importantes como a emenda constitucional dos precatórios, a emenda constitucional que desvincula dos recursos da União a DRU da educação e outras matérias importantes como a Lei da Pesca, a questão das agências de turismo e outras matérias de interesse do País.

Mas quero dizer que não vejo com pessimismo a dinâmica que estamos construindo, pelo contrário, vemos que temos avançado, com a colaboração da Oposição – é claro que cada um marca a sua posição –, mas, sem dúvida nenhuma, temos votado muitas matérias nos últimos dias e, tenho certeza, iremos avançar ainda mais na próxima semana.

A nossa disposição é de entendimento, de construção e de votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, saúdo o estilo de conciliação de V. Ex^a hoje. V. Ex^a, hoje, está se mostrando

um grande conciliador. Mas, na verdade, votar autoridade é importante, mas há uma autoridade maior, nesta Casa, que é o povo brasileiro, que está esperando uma pauta diferente desta que estamos votando.

Perdoem-me. Eu, hoje, estou provocando este debate porque acho que ele é salutar e não deve ficar apenas no Gabinete do Presidente com os Líderes, mas deve dar oportunidade a todos os Senadores de se manifestarem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas aceitando a provocação positiva de V. Ex^a, quero dizer que, na semana passada, votamos o fim do fator previdenciário, votamos o aumento do salário mínimo para os aposentados e votamos a regulamentação da Emenda nº 29 que coloca mais recursos para a saúde.

Nós, então, estamos avançando. A dinâmica política é uma dinâmica de confronto e de conflito, mas, dentro do conflito e dentro do confronto, temos procurado construir convergências e acredito que, na próxima semana, essas convergências se ampliarão.

Portanto, vamos continuar votando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a, no bom sentido, está liberado para ir à solenidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem todo o direito de ir e vir nesta Casa.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Estou aqui me esgoelando pedindo para falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos fazer uma observação rápida.

Como disse o Senador Romero Jucá, na semana passada, votamos a Emenda nº 29, o fim do fator previdenciário, o reajuste do salário mínimo e o reajuste dos aposentados, tudo por acordo, acordo que, inclusive, tive a iniciativa de propor e até, permita-me dizer, apanhando de surpresa a Base do Governo, para votarmos projetos do interesse do País – como V. Ex^a diz –, do cidadão brasileiro, e projetos da iniciativa de dois Senadores do PT: Tião Viana e Paulo Paim.

O que votamos hoje? E só votamos porque foi por acordo. Já ouvi dezenas de vezes: o Governo tem número, vota; a Oposição não tem número, se aquietou. Presidente Garibaldi, só se votou hoje por acordo

porque a Oposição garantiu o quorum. Pode fazer a avaliação das folhas de votação. Tudo que se aprovou hoje, literalmente tudo, foi por conta do acordo que a Oposição fez para votar. Senão, a Base do Governo não garantiria o quorum. O que votamos, que é do interesse do povo brasileiro, foi por acordo e porque a Oposição assim o desejou.

Obstrução, Presidente Garibaldi, é um direito regimental das minorias na democracia. E significa trabalho, significa resistência. Por que não estamos votando como o Brasil talvez desejasse? Por culpa do Governo, que entope a pauta de medidas provisórias. O que está sobrando não é intransigência da Oposição, o que está sobrando é medida provisória. Não está havendo intransigência da Oposição. Se não quiséssemos votar uma pauta positiva, eu estaria agora pedindo a V. Ex^a que lesse as eventuais medidas provisórias que possam estar sobre a mesa e que iriam obstruir a pauta por um tempo que ninguém pode precisar qual fosse, porque o Governo não está conseguindo colocar número no plenário.

Quem está garantindo as votações é a Oposição, que está querendo colaborar. Então, quero deixar para V. Ex^a, como o próprio Líder do Governo aqui colocou de forma muito clara, que a nossa atitude é de colaboração com o interesse do Brasil. Não há intransigência da nossa parte. Se houvesse intransigência, não teríamos feito o entendimento que fizemos para não pedir a leitura de novas MPs, para que pudéssemos abrir uma janela – nome que foi dado – a fim de discutirmos uma pauta de interesse do Brasil.

Se nós pedirmos a leitura, não haverá esta janela.

Vamos votar agora? Vamos passar por cima de uma coisa que o Supremo Tribunal Federal está avaliando se é ou não é constitucional? Que eu acho que não é, e o Supremo também, acho, vai decidir que não é, porque, até agora, ganha o escore de cinco a três no Supremo pela inconstitucionalidade de se tratar crédito extraordinário por medida provisória.

Quem está dizendo não somos nós. Estamos votando contra sistematicamente e obstruindo para garantir a constitucionalidade dos nossos trabalhos, e o Supremo Tribunal Federal está, por cinco a três, dizendo, até agora, que é inconstitucional editar medida provisória para tratar de crédito extraordinário.

Então, não vamos votar, não concordamos em votar até que o Supremo decida, em votação final, se temos ou não razão, se o Governo pode ou não pode insistir na edição de medida provisória para crédito extraordinário.

De resto, é conversar com o Governo para que ele não mande tanta medida provisória, para que nos deixe legislar, porque, pelo contrário, com muita compreensão, com muito entendimento, como aqui foi dito pelo Líder do Governo Romero Jucá, com muita disposição ou diálogo, temos procurado, sim, construir uma agenda positiva. Agora, não nos podemos dobrar a atitudes inconstitucionais do Governo que até legislar por medida provisória em relação ao Orçamento e a crédito extraordinário o está fazendo.

O nosso direito é, obstruindo regimentalmente, resistir em nome do interesse do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, sem poder dialogar com V. Ex^a, que o Regimento não permite, poderíamos constituir, perfeitamente, uma comissão nesta Casa e pedir ao Supremo Tribunal Federal que conclua essa votação. Acho isso plenamente razoável e penso que o Ministro Gilmar Mendes seria o primeiro a nos atender. Não podemos ficar na dependência dessa votação. Nós já estamos na dependência do Executivo e agora vamos ficar na dependência do Judiciário? Essa dependência não conjuga, não sintoniza com independência, que é o que nós devemos ter.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Presidente Garibaldi, não está em jogo a nossa independência; está em jogo agirmos com legitimidade e dentro da constitucionalidade, ou não. Nós podemos até solicitar ao Ministro Gilmar Mendes, que amanhã toma posse como Presidente do Supremo, que agilize e finalize o processo de votação.

Agora, o que nós queremos é que o Supremo decida se é ou não constitucional. Se o Legislativo, se o Governo não quiser aguardar a decisão do Supremo, que coloque número aqui. Nós vamos obstruir e votar contra medida provisória que trate de crédito extraordinário, porque nós, como o Supremo até agora, entendemos que é inconstitucional. Mas se o Governo tem número, bote os Senadores no plenário. Hoje não teve, e o que se votou foi porque nós, da Oposição, concordamos. Então, na terça-feira, bote número e vamos ao cotejo, vamos debater, vamos votar. Nós votaremos contra, até que o Supremo decida. Porém, quem tem número, se é que eles têm, vote. Agora, não vamos, contando com a colaboração da Oposição, votar matérias que julgamos ilegais e inconstitucionais, que é o caso de medida provisória tratando de crédito extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha primeira manifestação, Sr. Presidente, é de apoio à palavra de V. Ex^a, que tem sido, desde a hora em que tomou posse, em seu primeiro pronunciamento, um ardoroso defensor de uma pauta consistente e positiva para esta Casa.

Então, vou manifestar a minha opinião. Mesmo que tenhamos votado, na semana passada, algumas matérias de interesse da sociedade brasileira, ainda é pouco perto daquilo que temos pronto para votar. Estamos prontos. Há uma lista de diversas laudas de matérias prontas para serem apreciadas pelo Plenário.

Hoje mesmo, na Comissão, na nossa reunião de líderes, discutimos algumas. E V. Ex^a convocou a outra reunião de líderes para amanhã para que possamos, de fato, fazer outra discussão.

Sr. Presidente, tenho tentado colaborar propondo um debate sobre o Código de Processo Penal, sobre a reforma política, defendendo essa pauta positiva na Casa. Acho que nós temos essa condição neste momento.

Nós estamos com uma matéria sendo apreciada na Câmara dos Deputados. O Senador José Agripino, do Democratas, e o Senador Arthur Virgílio, Líder dos tucanos, têm acompanhado o processo. É uma matéria que está regulamentando a edição de medida provisória. Acho que isso poderá resolver boa parte dos nossos problemas. A Câmara dos Deputados tem de desobstruir a pauta para votar essa matéria.

Mas é importante reconhecermos e salientarmos que, de fato, aqui na Casa, nós só temos condições de votar as matérias com mais velocidade, se houver um acordo com a Oposição.

Então, defendo sempre o acordo com a Oposição. Mas também chamo a Oposição para o debate, porque, se ela conseguir fazer com que tenhamos uma pauta no debate com os líderes da base do Governo, teremos condições de, na terça-feira, abrir as janelas para votarmos essas matérias. Então, a Oposição não pode ficar dependente da decisão do Supremo, porque, mesmo indo uma Comissão de Senadores lá, poderá demorar um pouco. Se não aproveitarmos a janela que

teremos na semana que vem e na próxima semana, deixaremos de votar essas matérias.

Mesmo reconhecendo ser necessário fazer um acordo com a Oposição, é fundamental que ela não pendure todas as suas reivindicações na decisão do Supremo, que é outro Poder, outra manifestação, que independe de nós e que, quando se manifestar, orientará a decisão do Governo a partir daquele momento.

É fundamental, Senador José Agripino, que posamos ter condição de, abrindo a janela na semana que vem e na outra semana, definindo uma pauta consistente e positiva de consenso, votar a matéria. Assim, a Oposição estará dando uma grande contribuição para o resgate da credibilidade desta Casa. Só votar MPs e só tratar de CPLs não tem dado a esta Casa a credibilidade necessária. Este é um debate que o Presidente levanta e que todos nós temos defendido. Acho que agora estamos perto de chegar a um acordo com relação a esta pauta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

Sei que V. Ex^a vai apresentar uma questão de ordem, pois V. Ex^a já me adiantou.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a reitera a questão de ordem? Eu já poderia responder a V. Ex^a, mas não posso deixar de ouvi-la.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Na minha questão de ordem, meu objetivo é resguardar o meu direito regimental. E V. Ex^a tem conhecimento e pode responder à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Valter Pereira está alegando, com razão, que os oradores inscritos antecipadamente e que, às vezes, fazem até uma fila junto a este livro, não estão sendo levados em consideração, porque nós estamos debatendo as questões do momento.

Mas eu daria a palavra ao Senador Tasso Jereissati, que tinha uma contribuição a dar. Ou não? Mas eu esperava ouvir a palavra de V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que foi inconclusa a decisão de V. Ex^a. Na minha avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá prioridade agora. Mas eu darei o

tempo dos oradores, não darei a liberdade, que, aliás, precisa... Desculpem-me. A palavra “liberdade” é mágica, mas, com relação à chamada palavra “pela ordem”, essa liberdade precisa ser cerceada porque é uma liberdade distorcida. Da sua bancada, o orador fala o que quer, o tempo que quer, pela ordem.

E o orador que está inscrito fica esperando para falar e termina não falando. Temos de ordenar o nosso debate também.

O Presidente Lula disse-me, quando cobrei-lhe uma normatização das medidas provisórias, um freio nas medidas provisórias, uma coisa que eu não entendi bem no momento, mas que agora entendo. Claro que poderia ser considerado uma ingerência do Presidente da República nos assuntos do Parlamento, mas foi um debate democrático. Sua Excelência disse-me: “V. Ex^{as} precisam reformar o Regimento do Senado. O Regimento do Senado precisa ser reformado.” Acho que Sua Excelência tem razão.

A palavra “pela ordem” está tomando um caráter abusivo. Tenho certeza de que os Senadores concordam comigo. Vamos ter uma reunião com os líderes para ver se podemos terminar com essa palavra “pela ordem”, que não tem nada de pela ordem, que é pela desordem.

Se V. Ex^a quiser usar o tempo regimental, está concedida a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, não é bem isso o que eu quero de V. Ex^a. O que quero é que seja cumprido o Regimento Interno desta Casa, que prevê a inscrição naquele livro a que V. Ex^a se referiu, e que se observe, rigorosamente, a ordem de inscrição. Pela ordem de inscrição, inclusive, o Senador Flexa Ribeiro precede a minha fala.

Portanto, quero requerer a V. Ex^a que conclua essa votação, que, depois da Ordem do Dia, chame o orador inscrito – o primeiro da lista é o Senador Flexa Ribeiro – e que, em seguida, a minha inscrição seja garantida. Era isso que eu queria pedir, inclusive dentro do horário e do prazo que é permitido pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão. Vou encerrar a votação e, em seguida, dar a palavra a V. Ex^a para, depois, dar a palavra pela ordem. Vamos, hoje, deixar os oradores que falarão pela ordem para o final.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Isso.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

MENSAGEM Nº 59, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO A TUNÍSIA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 22/4/2008

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 22/4/2008 18:12:51
Encerramento: 22/4/2008 18:39:59

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 44
Votos NÃO : 04 Total : 48
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e, NÃO, 04.

Não houve abstenção.

Total: 48 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra para Embaixador do Brasil junto à Tunísia.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 23, em virtude não haver acordo das lideranças:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4-6-2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4-6-2008

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição*

Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as*

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro

signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

17

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais*.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II*

do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos*

e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apre-

sentia; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronun-

ciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades

à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua graduação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora

Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozaildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

54

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

57

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com*

o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)

59

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto*

de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhabilidade dos bens de família.)

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solici-*

citando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

70

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

71

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos retomar a lista de oradores.

Que me perdoem os oradores que falarão pela ordem, pois ficarão para depois, Senador Wellington Salgado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, retire a minha inscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª quer cancelar. Agradeço a V. Exª essa colaboração, como agradeço à colaboração do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu também colaborei com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero agradecer a colaboração do Senador Wellington Salgado. É uma colaboração que me deixa muito feliz, porque está de acordo com o Regimento.

Aliás, o Senador Flexa Ribeiro foi muito inteligente. Entre os oradores inscritos, lá está o Senador Flexa Ribeiro. Aliás, para onde me viro, aqui, eu sempre vejo o Senador Flexa Ribeiro, falando ou se inscrevendo.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

V. Exª enganou a todos nós, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Presidente Senador Garibaldi Alves, V. Exª me deixa lisonjeado, porque demonstra, realmente, a atividade que procuro exercer aqui, no Senado Federal, em defesa do povo do meu Estado, que, com muito orgulho e honra, represento.

Então, posso pecar, Senador Garibaldi Alves, por falta de competência, mas a omissão, esse pecado eu não levo, em hipótese nenhuma, porque, com o apoio de V. Exª, sempre estarei atento às questões de interesse do Estado do Pará e do Brasil.

Venho à tribuna, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, para fazer um breve relato, dentro do tempo de que disponho, de dez minutos, sobre a primeira viagem da Comissão Temporária para avaliar a crise ambiental na Amazônia, presidida pelo Senador Jayme Campos, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, presidida por mim, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Nessa primeira viagem que fizemos, escolhemos o Estado do Pará, por ter sido lá...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me. Os oradores inscritos depois do Expediente têm vinte minutos, mas conto com a compreensão de V. Ex^{as} para que, amanhã, não digam que estou querendo resolver as coisas, aqui, sem a compreensão e a manifestação do Plenário.

Como a sessão já cumpriu o seu papel em termos de votação – aliás, cumpriu-o de uma maneira pífia, mas cumpriu -, eu vou pedir a V. Ex^a que seja tolerante comigo e permita que eu lhe dê apenas 10 minutos – não a V. Ex^a somente, mas ao Senador Valter Pereira, ao Senador João Pedro, que inclusive já falou hoje, como V. Ex^a já falou também, ao Senador Romeu Tuma, que permutou com Osmar Dias – Osmar Dias não teve paciência –, à Senadora Kátia Abreu, ao Senador Antonio Carlos Valadares. Temos, aqui, cerca de 15 oradores, ainda, e eu faria um apelo para que pudéssemos ouvir os oradores por um tempo menor.

Acho que é urgente a reforma desse nosso Regimento, mas é uma coisa também difícil de se levar a termo.

Vou dar a V. Ex^a dez minutos a partir de agora. V. Ex^a tem dez minutos, Senador Marconi, ou melhor, Senador Flexa Ribeiro. Desculpe-me, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para mim, é uma honra ser confundido com o Senador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, V. Ex^a tem sido muito compreensivo, diga-se de passagem, até segunda impressão.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a ao reduzir o tempo de tribuna a que eu teria direito pela metade, mas vou procurar, dentro dos dez minutos que V. Ex^a me concedeu, fazer um relato, como disse, da primeira viagem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, não me leve a mal, mas tenho de prorrogar esta sessão.

Na verdade, o término desta sessão está previsto para 18 horas e 55 minutos, o que não daria oportu-

nidade mais para falar nem mesmo a V. Ex^a. Talvez só a V. Ex^a.

Tendo em vista os oradores que desejam ocupar a tribuna, vou prorrogar a sessão até 19 horas e 30 minutos, fazendo um apelo a V. Ex^{as} para que colaborem com esta Presidência.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Expedito, temos um orador na tribuna, que está, pacientemente...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Solicito a ele que tenha mais um pouquinho de paciência para eu falar pela ordem, Sr. Presidente, porque eu quero, inclusive, ajudá-lo.

Estou inscrito para falar logo após o Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se V. Ex^a está inscrito, espere pela inscrição.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Calma, Sr. Presidente. Eu gostaria de retirar a minha inscrição e ceder o meu espaço ao Senador Flexa Ribeiro, até porque vamos apartear-lo e ele é o Presidente dessa Subcomissão. Acho muito importante a fala do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, Senador Expedito. V. Ex^a é muito generoso. Agradeço a V. Ex^a.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra V. Ex^a. Lamento não poder ouvi-lo, porque tenho comissões me esperando no gabinete.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) Eu agradeço a V. Ex^a, porque me deu um susto muito grande quando interrompeu minha fala. Eu pensei que V. Ex^a ia reduzir o meu tempo de dez para cinco minutos, e V. Ex^a apenas prorrogou a sessão. Eu fiquei deveras preocupado, porque teria apenas cinco minutos para falar. Mas V. Ex^a, como Presidente de todos nós, divide o tempo salomonicamente. Está correto o que V. Ex^a tem feito para dar oportunidade a que todos os nossos Pares se pronunciem.

Senador Garibaldi Alves, em primeiro lugar, agradeço a V. Ex^a o apoio que tem dado tanto à Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente quanto à Comissão Temporária Externa do Senado Federal que está avaliando a operação Arco de Fogo na Amazônia, a crise ambiental.

Senador Mão Santa, é preciso lembrar que essa operação teve início em função de dados divulgados pelo Inpe. Ou seja, que ao final de 2007, melhor dizendo, entre agosto e dezembro de 2007, houve um desmatamento da ordem de 3.235 quilômetros qua-

drados na floresta amazônica. E esses números, diz a notícia, seriam muito maiores do que o esperado, já que a Amazônia passa, nesse tempo, por um período de inverno, com chuvas fortes.

Qual foi a ação do Ministério de Meio Ambiente em função disso? Mandar para a Amazônia a Polícia Federal, a Força Nacional, para implementar a operação Arco de Fogo.

Em função disso, propusemos, por requerimento, a criação da Subcomissão. E o nobre Senador Jayme Campos, também por requerimento, propôs a criação da Comissão Temporária do Senado Federal para que pudéssemos avaliar essa crise.

Na semana passada, quinta e sexta-feira, estivemos no Pará. Comigo estiveram os Senadores Jayme Campos, Expedito Júnior e Siba Machado. Participamos, inicialmente, na quinta-feira pela manhã, de uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, que contou com a presença dos Senadores que compunham as duas Comissões, dos Deputados Federais Nilson Pinto, Lira Maia, Wandenkolk Gonçalves e Asdrubal Bentes e de 23 Deputados Estaduais, de uma bancada de 41. V. Ex^{as} sabem que audiências públicas normalmente têm quorum reduzido de participação, tanto na Assembléia Legislativa quanto no Senado Federal ou na Câmara Federal, mas, nesse caso, dada a importância do tema, lá estiveram 23 dos 41 Deputados Estaduais do meu querido Estado do Pará. Lamentamos a ausência dos convidados tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal, que não se fizeram presentes para que pudéssemos ter uma interlocução com esses agentes e procurássemos uma saída de consenso.

Senador Renato Casagrande – V. Ex^a faz parte da Subcomissão e também se dispôs a ir ao Pará, mas, lamentavelmente, compromissos já assumidos no seu Espírito Santo o impediram de ir –, um dos Municípios visitados, o Município de Paragominas, tem uma população muito grande de conterrâneos seus, que para lá foram ajudar a desenvolver o Estado do Pará.

Como eu disse, não tivemos oportunidade – o Senador Sibá Machado se pronunciou a respeito do assunto – de dialogar com órgãos estaduais ou federais, já que houve, por parte do Governo Estadual, uma ação para que fosse esvaziada a audiência pública. Mas, ao contrário do que queria a Governadora, a audiência pública foi bastante proveitosa. Discutimos todos os problemas e ouvimos a opinião de empresários, de trabalhadores, de parlamentares e de órgãos ambientais, como o Imazon, de reconhecida credibilidade.

Sr. Presidente, saímos da audiência pública para visitar os municípios por onde havia se iniciado a operação Arco de Fogo. Ao chegarmos a Tailândia, na

parte da tarde, fomos recebidos por uma população de cerca de 3 mil trabalhadores que esperavam a comitiva do Senado Federal, da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa, cantando o Hino Nacional, o que nos deixou bastante emocionados por saber que aquelas pessoas que lá se encontravam não estavam em busca do Bolsa-Família, não estavam em busca de assistencialismo. Estavam em busca, Senador Mão Santa, do direito de trabalhar, do direito a um emprego para sustentar com dignidade suas famílias.

O comércio de Tailândia estava fechado, totalmente fechado, em sinal de luto, pois a cidade está um verdadeiro caos em razão da passagem da operação Arco de Fogo.

Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a já nos permitiu uma audiência em seu gabinete, para que, por seu intermédio, os Senadores da Amazônia sejam recebidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de que tenhamos com ele um diálogo no sentido de encontrar uma solução para que aqueles empresários que queiram trabalhar dentro da lei tenham essa oportunidade.

Aguardamos o agendamento da reunião. Lamentavelmente, não tivemos eco junto à Ministra Marina Silva com relação aos diferentes e inúmeros apelos que aqui fizemos.

Senador Garibaldi Alves, Tailândia passa por um verdadeiro caos. O Prefeito Macarrão tem feito todos os esforços no sentido de atender emergencialmente aquele povo. Mas, Senador Renato Casagrande, o que se vê é que os desempregados estão vivendo ou de indenização ou do seguro-desemprego, que dura quatro meses, e termina agora em junho. A partir de julho, se não houver uma solução no sentido de liberar os planos de manejo das empresas legalmente estruturadas, aquele Município viverá uma situação em que só Deus pode evitar uma crise maior.

Estivemos, depois, em Paragominas. Como já tive oportunidade de dizer, trata-se de um município modelo. O Prefeito, Adnan Demachki, propôs um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público, com o Governo Estadual, com o Governo Federal, com o setor produtivo, com os trabalhadores e com o Governo Municipal a fim de transformar Paragominas em um município verde, inclusive com desmatamento zero, o que todos nós queremos. Mesmo assim, pelo passivo ao longo de décadas passadas, por haver sido induzido pelo Governo Federal a desmatar suas áreas para receber títulos de propriedade, foi incluído na operação Arco de Fogo.

Finalmente, fomos a Breves, Município na Ilha de Marajó, com um ecossistema completamente diferente tanto de Tailândia quanto de...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, ouço atentamente o relato de V. Ex^a e me congratulo com o trabalho que está sendo feito por essa Comissão, que seguiu daqui na última sexta-feira, deixando de lado os compromissos que os Parlamentares teriam em suas comunidades. V. Ex^a e todos os membros estão realizando um excelente trabalho.

Porém, a disponibilidade do Senador Expedito Júnior não tem efeito para o discurso de V. Ex^a, pois não se pode somar o tempo de um orador a outro. Se pudesse, seria outra coisa que realmente se constituiria em um entrave para os nossos trabalhos. Cada orador tem que exercer seu direito de falar durante aquele tempo.

Faço um apelo a V. Ex^a e outro ao Senador Mão Santa – a quem vou passar a Presidência –, para que ele não desprestige esta Presidência e realmente faça com que minha recomendação seja cumprida: que cada orador só possa falar dez minutos.

Sei que isso é muito difícil para Mão Santa, que é um liberal; na tribuna, então, ele libera todas as energias. É um homem que vem estudando os problemas brasileiros com grande afinco e a quem quero agradecer a participação no 4º Encontro de Jornalistas de Mato Grosso do Sul, que foi realizado nos dias 19 e 20 de abril de 2008, em Três Lagoas, e que teve como palestrantes o jornalista Maurício Kubrusly e S. Ex^a, o Senador Mão Santa, que inclusive levou uma carta minha a todos que participaram do encontro, falando sobre o grande brasileiro Senador Ramez Tebet, o homem que deixou uma lacuna imensa neste Senado.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem mais três minutos para concluir, e passo a Presidência ao Senador Mão Santa na esperança de que ele possa prestigiar-me, dando dez minutos a cada orador.

O que foi, Senador? João Pedro pede a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou no tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os próximos oradores, segundo a lista do livro... Aliás, estou notando que o livro está sendo desprezado. É a falta de ordem. É a falta de ordem na chamada dos oradores. O que adianta... a Senadora Ideli Salvatti está ali provando que é uma mulher de muita fé, porque está-se escrevendo. Mas é a relação do livro.

Vamos procurar, a partir de agora, prestigiar o nosso livro de inscrições, que está sendo deixado de lado, porque se fala aqui na hora em que se quer, como se quer, e temos uma lei. A lei é o nosso Regimento. Vamos cumprir a nossa lei, que é o nosso Regimento.

Vamos, sobretudo a partir do Presidente... Senador Flexa Ribeiro, vou-lhe dar três minutos, porque eu mesmo já tomei um minuto de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É verdade. É verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou-lhe dar mais um minuto aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela sexta vez, tenho o meu pronunciamento interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Ex^a merece.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A interrupção? Tinha V. Ex^a na conta...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não leve a mal este Presidente. V. Ex^a merece ser interrompido pelo brilhantismo com que está falando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado. Muito obrigado. Só gostaria de concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está inscrita a Senadora Patrícia Saboya, que no momento não está; depois, o Senador Valter Pereira, o Senador João Pedro, o Senador Osmar Dias, que falaria por permuta com o Senador Romeu Tuma. E, presente ao plenário, o Senador Wellington Salgado, por concessão do Senador Papaléo Paes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sibá Machado é o décimo quinto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – RN) – E, depois, Sibá Machado, que é também um homem de muita fé.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, abri mão da inscrição – falei com a Dr^a Cláudia Lyra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a abre mão da inscrição para o Senador Osmar Dias e, agora, abre mão da sua inscrição, definitivamente.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu não abri para o Senador Osmar Dias. Colocaram o meu nome, porque eu tinha falado pela Liderança. Não estou criticando o Senador, mas abri mão em definitivo, porque V. Ex^a fez um apelo que mexeu com a alma de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, tenho mais um minuto e meio...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mais um minuto.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, antes de V. Ex^a terminar, peço um aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou passar a Presidência ao Senador Mão Santa, fazendo um apelo, para que não deixe de levar em consideração o que foi decidido aqui hoje.

Vamos cumprir o tempo. Vamos observar a hora em que o Senador se inscreveu. Vamos dar ordem a esta Casa. Esta Casa é vista por milhões de brasileiros, que esperam que cumpramos nosso dever. Se não cumprimos nosso dever aqui, o que pode esperar o povo brasileiro? Então, V. Ex^a...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não pode, Senador.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, não é possível, porque o Senador Flexa Ribeiro precisa encerrar esse brilhante pronunciamento.

Vou passar a Presidência...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas preciso que V. Ex^a me conceda mais tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mais um minuto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, mais um minuto, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Um minuto para V. Ex^a é muito pouco. Vou conceder agora cinco minutos para V. Ex^a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E espero... Seis minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E espero que V. Ex^a colabore com esta Presidência e, ao longo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluirei nos seis minutos. Mas espero que V. Ex^a me deixe falar nos seis minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, se eu falasse... V. Ex^a está me provocando na Presidência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – De maneira nenhuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se eu falasse dez dias de sessões, vinte dias, trinta dias, quarenta dias, cinquenta dias, ainda não falaria o que V. Ex^a fala todo dia aqui. Tome isso como uma observação de um colega que preza muito V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tenho certeza disso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a a concessão dos seis minutos.

Como dizia, caminhando para o encerramento, é importante que se diga aqui e que fique registrado, Senador Mão Santa, que nenhum de nós que estivemos no Estado do Pará, nenhum Senador, nenhum brasileiro vai defender a ilegalidade; não é isso. Não estamos defendendo a devastação da floresta; não estamos defendendo aqueles que, por meio de grilagem ou de ações incorretas, fazem o corte inapropriado da Floresta Amazônica.

O que queremos, por intermédio dessa Comissão, é ter um diálogo, para que o Governo, o Estado, melhor dizendo, Senador Mão Santa, que é a mão que oprime, mas que, ao mesmo tempo, Senador João Pedro, é a mão que licencia, possa fazer a sua parte. Ou seja, ele, até o final de 2006, tinha como órgão licenciador dos manejos florestais, das licenças de operação o Ibama, que, por anos e anos a fio, simplesmente deixou de agir, não fez a análise, não disse quais as incorreções dos projetos que para lá foram remetidos. E, por força, por solicitação do setor produtivo, foi transferida do Ibama para as Secretarias de Meio Ambiente de cada Estado essa função de licenciar os planos de manejo, as atividades produtivas do Estado.

Lamentavelmente, isso ocorreu ao final do ano de 2006, e as Secretarias de Meio Ambiente não estavam preparadas para exercerem essa função. Mas já se passaram 15 meses, e, até hoje, aquilo que acontecia no Ibama, que era não haver resposta para o protocolo dos projetos que lá eram feitos, acontece também nas Secretarias de Meio Ambiente.

Os projetos são protocolados, e a Secretaria de Meio Ambiente, por falta de estrutura, não responde, nem sim, nem não para aquelas empresas que querem agir corretamente.

Então Senadora e Ministra Marina Silva, nós não somos contra a fiscalização. Pelo contrário, apoiamos a fiscalização. Mas não é possível que, ao invés de mandar uma força policial composta de 800 homens da Força Nacional, da Polícia Federal, V. Ex^a poderia e deveria ter mandado uma força tarefa composta de engenheiros florestais, de técnicos ambientais, para que, dentro das Secretarias de Meio Ambiente de cada Estado da Amazônia pudessem, sim, fazer a análise daqueles projetos que lá estavam para liberar aqueles que estavam corretos, indicar as imperfeições

daqueles que pudessem ser corrigidos. Após isso, V. Ex^a poderia fazer a fiscalização, e nós estaríamos aqui para aplaudi-la porque aqueles que estavam agindo corretamente não teriam a sua produção interrompida e aqueles que estivesse à margem da lei teriam que sofrer as penalidades, e não haveria esse caos que está ocorrendo nos municípios por onde passa a Operação Arco de Fogo.

Por que esse caos? Porque as licenças solicitadas para manejo ou para licenças de operação, não foram dadas nem pelo Ibama, anteriormente, nem pelas Secretarias de Meio Ambiente, atualmente. O que nós queremos, o que nós pretendemos, melhor dizendo, nas subcomissões, é fazer uma proposta, algo propositivo para que possamos encontrar um meio, Senadora Marina Silva, com o auxílio do Senador Sibá Machado, que lá esteve e pode averiguar a situação do Estado do Pará, que não é diferente de Rondônia, que não é diferente de Mato Grosso, para que nós possamos dar a legalidade àqueles que querem fazer a exploração das riquezas da floresta de forma ecologicamente correta, porque isso é possível com a tecnologia existente hoje.

Para que o povo brasileiro, Senador Siba Machado, possa ter noção de como está agindo a fiscalização: nós fomos procurados, em Tailândia, pelo Sr. José Ribeiro dos Santos Filho. Esse senhor – está aqui – nos entregou isso pedindo, pelo amor de Deus, que resolvessemos a situação dele. Ele, Senador Sibá Machado, é um motorista, carreteiro, que foi contratado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a... Olhe, a sensibilidade do nosso Presidente foi grande: ele deu seis minutos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Um minuto e eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ele foi contratado pela Sema e pelo Ibama para transportar, Senador Renato Casagrande, a madeira apreendida em Tailândia para Belém.

Esse senhor, que estava com a madeira sobre a sua carreta e que, para não viajar à noite, pernitoou em um posto de gasolina, foi preso pela Polícia Federal, porque a Polícia Federal entendeu que ele estava desviando a madeira. E ele mostrou o contrato; está aqui: “Contratante: Sema e Ibama. Para transportar madeira”. Não teve jeito. Esse senhor ficou preso. Está aqui o Alvará de Soltura. Ele é da Bahia. E ele, pelo despacho do Juiz da Comarca da Tailândia, não pode se ausentar de Tailândia por mais de oito dias,

enquanto não resolver o imbróglio dele lá. Então, ele está pedindo, pelo amor de Deus, que resolvam a situação dele, porque ele não pode nem sair de Tailândia e voltar para a Bahia.

É dessa forma que está ocorrendo a fiscalização do Ministério do Meio Ambiente no Estado do Pará.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, V. Ex^a está sendo muito rígido hoje. Esse é um assunto muito importante. V. Ex^a, como um democrata, um estadista, deveria conceder pelo menos mais cinco minutos ao Senador Flexa Ribeiro, até porque esse é um assunto que nos toca, nos comove e nos sensibiliza a todos.

Particularmente, o que vi no Estado do Pará é uma verdadeira manifestação do terrorismo que está sendo praticado pelo Governo Federal, com a conivência do Governo estadual, em relação à população de Tailândia, Breves, Ilha do Marajó e Paragominas.

V. Ex^a, que é sensível – e tenho certeza de que o próprio Senador Garibaldi concorda que esse assunto realmente é de importância, sobretudo para nós que moramos na região amazônica –, por favor, Senador Mão Santa, conceda mais cinco minutos ao valoroso Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas. Acabamos de conceder cinco minutos a V. Ex^a, que, com inteligência, sintetizou tudo aquilo que ele imaginaria dizer.

Então, convidamos para usar da palavra o Senador Valter Pereira, lembrando sempre o apelo do nosso Presidente, Senador Garibaldi, meu irmão camarada, ao fiel cumprimento do Regimento.

Permitam-me anunciar para depois, de acordo com o Regimento e para aumentar a audiência da TV Senado, que a próxima oradora: Senadora Patrícia Saboya, por permuta com o Senador Paulo Paim.

Agora, usará da palavra o nosso Senador do PMDB do Mato Grosso do Sul, Valter Pereira. Como o direito deve ser igual para todos e o orador que o antecedeu abriu sua intervenção com o tempo de dezesseis minutos e lhe dei mais um de tolerância, V. Ex^a tem dezessete minutos. Contudo, confio na inteligência de V. Ex^a e na sua capacidade síntese.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de iniciar minha palavra, gostaria

de invocar aqui o cumprimento do Regimento Interno. Só isso que quero.

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

(...)

XI – após a Ordem do Dia, pelo prazo de vinte minutos, para as considerações que entender (...).

Isso é regimental. O que temos de fazer é cumprir o Regimento.

O que dispõe o art. 17?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A V. Ex^a que é da lei, socorro-me de *O Espírito das Leis*, de Montesquieu. Aí é o prazo regimental da sessão. Como ela foi prorrogada pelo Presidente, nós temos de dividir aquele monte de tempo igualmente. Mas não vai lhe faltar sensibilidade. A capacidade sintética de V. Ex^a vai superar tudo e vai nos surpreender.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – O espírito da lei que V. Ex^a tanto invoca aqui se aplica plenamente quando há dúvida quanto ao seu texto.

O Regimento é muito claro. Ele estabelece que, após a Ordem do Dia, o prazo de cada orador é de vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Até o término da sessão, que já devia ter terminado às 18h30min.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A sessão não terminou até agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi prorrogada.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Foi prorrogada, portanto não terminou.

Agora vem o art. 17, que dispõe: “Art. 17. Haverá, sobre a mesa, no plenário, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiseram usar da palavra, nas diversas fases da sessão, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição”.

Foi essa a questão de ordem que suscitei quando o Presidente Garibaldi Alves estava na Presidência desta sessão. Portanto, Sr. Presidente, minha irrisignação deu-se por quê? Porque há um livro onde todos os Srs. Senadores procuram se inscrever. V. Ex^a é *habitué* de assinar esse livro. V. Ex^a sempre abre a inscrição desse livro. Todos os Senadores chegam aqui com prazo geralmente suficiente para fazer sua inscrição. Eu assim o faço, procurando chegar cedo para me inscrever. Portanto, quero que seja preservado o meu direito de inscrever-me no livro e de ver respeitada a lista.

O que tem acontecido aqui? Há um livro lá para todos se inscreverem, mas alguns outros se inserem naquilo que o Senador Garibaldi Alves definiu como

oradores pela ordem. Não sou orador pela ordem. Falo como orador inscrito e quero que seja cumprido o Regimento Interno, que me assegura vinte minutos. Procurarei até não usar todo esse tempo, mas quero que seja respeitado o meu direito.

Sr. Presidente, antes de iniciar minha fala, quero fazer uma saudação ao povo paraguaio. O Paraguai é um país limítrofe com o Estado do Mato Grosso do Sul. E o povo do Paraguai deu um exemplo de grande civilidade no momento em que se engajou numa campanha eleitoral com três candidaturas muito fortes, muito representativas de diversos estratos políticos e sociais daquele país. E dessa peleja resultou a eleição do Presidente Fernando Lugo, representando a Aliança Patriótica para Mudanças.

Foi o fim de uma hegemonia política de décadas e mais décadas do antigo Partido Colorado, que, hoje, na verdade – e quem conhece a política do Paraguai sabe muito bem –, não se confunde mais com aquele Partido Colorado de alguns anos atrás, que foi o alicerce de uma ditadura que penalizou durante anos a fio o povo guarani. E havia aquele resquício. Contudo, essa eleição agora, com a candidatura do Presidente Fernando Lugo, afasta totalmente aquele resquício, e o Paraguai deixa clara a sua opção pela democracia, pela liberdade. Por isso, o povo paraguaio merece os aplausos pela decisão que tomou agora, uma decisão indiscutivelmente madura e que merece o reconhecimento do Brasil.

Mas estou aqui, Sr. Presidente, não para falar sobre a eleição do Paraguai. Estou aqui para falar de um outro problema: um inominável crime está sendo cometido contra a Sr^a Ingrid Betancourt; e uma incompreensível leniência prolonga o martírio da ex-senadora colombiana. O sofrimento imposto a essa valorosa mulher é desumano, é imoral, é inaceitável! É um atentado que exige uma ação articulada e enérgica de todas as instituições democráticas, para demonstrar a repulsa dos povos civilizados a métodos tão medievais.

Nenhum pretexto ideológico, Sr. Presidente, nenhum pretexto filosófico ou doutrinário pode justificar o seu rapto e o confinamento que lhe fora imposto em plena selva amazônica. Da mesma forma, nenhum motivo pode explicar a inércia da comunidade internacional diante de tamanha violência.

Afinal, o seqüestro de um ser humano, seja ele quem for, ocupe ou não posição de destaque na sociedade, é uma atitude insana, de incomparável brutalidade e covardia.

Nos seqüestros das FARC, o sofrimento imposto a suas vítimas ainda é muito maior: o cativeiro onde são aprisionadas é a mata amazônica, onde é impossível prestar socorro médico quando isso se faz ne-

cessário. A tortura se amplia em razão da doença e da omissão de socorro.

Na verdade, a Senadora Ingrid Betancourt, seqüestrada em plena campanha eleitoral para a Presidência da República, não está só neste cativeiro. São centenas de vítimas desse desatino dos narcotraficantes travestidos de guerrilheiros.

Seu calvário, no entanto, tornou-se emblema maior de uma tragédia humana que a todos nós causa espanto, perplexidade e revolta. Ao lado de outras vítimas, seu estado de saúde é precário. Mesmo assim, continua refém; continua sofrendo os horrores da violência física e moral, isolada de seus amigos e de sua família.

Ela e seus compatriotas raptados mais vegetam do que vivem e vivem sob o império do medo e do perigo. Anos a fio, sucedem-se os atos humilhantes a indefesas vítimas, atingidas em seus mais elementares direitos e ofendidas no fundo de sua dignidade pessoal.

Não há objetivo político defensável para o uso de métodos tão covardes, tão traiçoeiros e desumanos. O simples fato de ser uma mulher já torna o atentado mais covarde que outras modalidades de seqüestro.

A barbárie, entretanto, vai além. A Senadora Ingrid Betancourt está doente, precisa de cuidados médicos, e seus algozes mantêm-se indiferentes ao seu estado de saúde. Cada hora que passa é mais um sopro de esperança que se esvai; cada minuto no cativeiro da guerrilha é mais tempo que lhe tiram de vida, aproximando-a da morte.

É um drama que não pode continuar! Uma tragédia que precisa ser interrompida!

Por tudo isso, Sr. Presidente, torna-se incompreensível o comportamento da comunidade internacional. Sua tibieza e inércia acabam por robustecer a violência dos seqüestradores. A omissão em face da absurda violência contra as pessoas aprisionadas pelas FARC é repulsiva e inexplicável.

Diante de tamanha indiferença...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo mais dez minutos – sete para igualar ao Senador Flexa e três por generosidade nossa, porque V. Ex^a está defendendo a mulher.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Diante de tamanha indiferença dos povos, é de se indagar: onde está a solidariedade das nações democráticas? Onde estão as organizações de direitos humanos sempre muito presentes nas penitenciárias urbanas para socorrer delinquentes comuns? Onde

estão os tratados internacionais e suas cláusulas de proteção aos direitos humanos?

A inércia dos governos, especialmente dos países latino-americanos, é tão constrangedora que chega a cheirar a acumpliciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite, Senador Valter Pereira?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Com muita honra, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Valter Pereira, primeiro, quero manifestar a minha integral solidariedade ao veemente apelo que V. Ex^a faz para que as FARC, o quanto antes, de pronto, libertem a Senadora Ingrid Betancourt. Gostaria de, aqui, recordar que o Senado Federal brasileiro, por iniciativa dos Senadores do mais amplo espectro partidário, tem, sim, se manifestado. Eu próprio apresentei, assinado por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e todos os demais, requerimento no sentido de que o Senado Federal envidasse todos os esforços junto às autoridades da Colômbia e às próprias FARC. A manifestação foi aprovada e encaminhada – tenha certeza – pela Secretaria-Geral da Mesa, bem como pela Comissão de Relações Exteriores para esta finalidade. Eu apresentei o aludido requerimento há algumas semanas, e a Senadora Kátia Abreu, salvo engano, na semana passada, apresentou outro requerimento também referendado por Senadores de todos os partidos, aqui aprovado. O Senador Cristovam Buarque, na última semana, apresentou requerimento para que, dentro de alguns dias, haja uma manifestação de todos os parlamentos do mundo para que realizemos um apelo dos parlamentos, sobretudo das Américas, da América Latina em especial, para todos, conjuntamente, dedicarmos um dia a que esse apelo se torne o mais forte possível. Observo, no noticiário relativo à Senadora Ingrid Betancourt, que a própria Líder do PSOL na Câmara dos Deputados faz um apelo para que os líderes da guerrilha libertem Ingrid com vida e continuem perseguindo uma estratégia humanitária de liberação de reféns, ao mesmo tempo em que denuncia o governo de Álvaro Uribe por sabotar as tentativas de paz feitas até o momento. Isso para citar que, desde o PSOL até o Democratas, o PMDB até o Partidos dos Trabalhadores, enfim, todos os partidos têm se manifestado a esse respeito. Concordo com V. Ex^a sobre a necessidade do veemente apelo, mas não podemos dizer que nossa Casa, nossa instituição, o Congresso Nacional e o Senado tenham ficado sem se manifestar, porque todas as semanas algum de nossos colegas Senadores e eu próprio temos nos manifestado. Que bom que V. Ex^a também o esteja fazendo! Quero dizer-lhe que eu

estava aqui pronto para fazer uma manifestação exatamente para reiterar a importância de dizer às Farc: “Cheguem a um entendimento para liberar tanto Ingrid Betancourt como todos os que estejam seqüestrados”. É, inclusive, o momento de dizer isso com muita franqueza. O movimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, precisa se dar conta de que todos os partidos, no mais largo espectro, inclusive os partidos que com eles possam ter maior familiaridade de objetivos no que diz respeito à construção do socialismo, todos estamos pedindo a libertação dos reféns. V. Ex^a tem toda razão: não há como justificar que uma mulher como Ingrid Betancourt seja mantida refém, uma mulher que, inclusive, foi eleita diretamente pelo povo combatendo a corrupção, defendendo a liberdade, o aprofundamento da democracia, lutando por justiça – assim são os termos do livro de Ingrid Betancourt, que tem sido agora objeto de grande atenção. Não há como justificar que esteja ela ali sendo mantida como refém. Até quando? Até a sua morte? Isso será um extraordinário desastre para a humanidade, para as Farc. Queremos, portanto, nos juntar ao apelo de V. Ex^a, reforçá-lo – acho que a Senadora Patrícia é uma das que mais tem assim se pronunciado. Senador Valter Pereira, é muito importante o seu apelo. Tenha certeza de que os 81 Senadores somos solidários a essa causa. Que as Farc ouçam a sua, a nossa voz, a voz de todos os Senadores brasileiros!

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece muito este meu pronunciamento.

V. Ex^a tem razão: o Legislativo brasileiro está se posicionando, o Senado Federal tem feito manifestações eloqüentes, inquestionáveis, sobre esse drama vivido pela Senadora.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assim também o nosso Ministro Celso Amorim. V. Ex^a tem observado as manifestações dele.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Aí vai uma divergência com V. Ex^a: acho que o Governo brasileiro, especialmente o Presidente Lula, que hoje, inquestionavelmente, é uma referência, é uma liderança – por seu próprio peso político e por enfeixar a presidência de um país do tamanho do Brasil –, está fazendo corpo mole. Infelizmente, temos que reconhecer que os governos – e aqui não é só o governo do Presidente Lula –, os governos do hemisfério todo, estão fazendo corpo mole com relação a essa questão, com relação ao sofrimento, ao suplício da Senadora Ingrid Betancourt. Acho que o Governo brasileiro já tinha que ter tomado uma posição mais ousada, mais firme, a posição de um país que realmente lidera. Infelizmente, o que temos percebido são manifestações tímidas

do Chanceler e o silêncio do Presidente da República, que também é inexplicável.

Aqui é o lugar do discurso, de V. Ex^a fazer discurso, do Senador Cristovam Buarque fazer discurso, da Senadora Patrícia Saboya fazer discurso, do Senador Paulo Paim fazer discurso, de todos nós fazermos coro em defesa do respeito aos direitos humanos, que estão sendo gravemente violados no episódio da Senadora Ingrid Betancourt. Estamos cumprindo o nosso papel, sim, mas o papel de governo não está sendo cumprido nem pelo Brasil nem pelos países vizinhos.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria apenas de transmitir a V. Ex^a que estou de acordo: será bom que o Presidente Lula se manifeste mais afirmativamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Companheiro, o tempo que V. Ex^a havia solicitado já se extinguiu, mas nós, em nossa generosidade, permitiremos, sem que os outros o interrompam, que termine o seu pronunciamento, porque ansiosamente o Ceará e o Brasil aguardam o pronunciamento da Senadora Patrícia.

V. Ex^a precisa de quantos minutos?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Depende do número de aparteantes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, eles já estão inscritos, todos estão inscritos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Já estou quase concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mais cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinco minutos? A Bíblia diz que a verdade está no meio: três minutos e pronto!

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, quanto mais os povos se omitem, quanto mais se calam ante a monstruosidade perpetrada na selva amazônica, mais fôlego ganha o terrorismo e maior é a perda imposta à solidariedade humana, à solidariedade entre os povos.

Nada, absolutamente nada justifica o silêncio dos governos ante a barbárie, sobretudo quando se sabe que o terrorismo colombiano é financiado pelo dinheiro sujo do narcotráfico.

Ao apontar essa passividade generalizada dos governantes do nosso continente, alguém pode lembrar a ação do Coronel Presidente da Venezuela Hugo Chávez. De fato, ele promoveu uma intermediação que resultou na liberação de vários reféns. Todavia, o

sucesso da empreitada do Coronel Hugo Chávez teve o seu preço: só foram libertados porque o presidente venezuelano rendeu-se à extorsão e à chantagem das Farc. Além disso, a postura isolada do governante venezuelano teve o claro objetivo de influir no seu projeto político pessoal ameaçado por profundos desgastes externos.

O que se impõe é uma tomada de posição continental, é a união de todos os países do hemisfério para dar um basta ao terrorismo, à chantagem e ao tráfico de drogas. Não importa quem seja o puxador da fila, Hugo Chávez ou Lula. O que importa é resgatar das Farc a Senadora Ingrid Betancourt enquanto ela ainda tem vida, ela e outras vítimas do terrorismo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento e agradecer pela fidalguia com que nos tratou no encantador Estado de Mato Grosso do Sul, na capital de V. Ex^a. A minha gratidão e a de Adalgisa.

O SR. VALTER PINHEIRO (PMDB – MS) – Desnecessária, porque a visita era merecedora de muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra a Senadora Patrícia Saboya, que representa o Estado do Ceará.

V. Ex^a fique à vontade, porque, depois de ter dado 24 minutos para o nosso Senador do Mato Grosso do Sul, não vou inibir o tempo de V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a a generosidade. V. Ex^a, certamente, tem sido um grande democrata dirigindo os trabalhos desta Casa, quando tem a oportunidade de estar na cadeira presidindo nossos trabalhos.

Quero também agradecer ao Senador Paulo Paim por ter-me concedido seu lugar, para fazer um pronunciamento que considero muito importante nos momentos que estamos vivendo no nosso País.

Hoje, venho à tribuna desta Casa para tratar de um assunto que, na verdade, tem sido minha principal luta dentro e fora do Congresso Nacional: as questões que envolvem direitos de nossas crianças e adolescentes. Ocupo, hoje, este espaço tão importante para os debates nacionais com extrema tristeza, Senador Inácio Arruda, com muita tristeza, por constatar que, novamente, o País inteiro está em luto por conta de mais uma morte trágica, brutal, revoltante de uma criança brasileira. Esse assunto tem ocupado as mentes e os corações de todos os homens e mulheres brasileiros deste País. Sentimo-nos solidários com a dor que cer-

tamente sente a família de mais uma criança vítima de algo tão brutal.

Não nos cabe aqui fazer qualquer tipo de julgamento sobre os autores desse crime que chocou o Brasil; essa, certamente, é uma tarefa que cabe às autoridades policiais e judiciárias. Nossa missão, como parlamentares e, acima de tudo, como cidadãos brasileiros, é ir além da indignação, buscando não apenas compreender o que está acontecendo no nosso País, mas também discutindo e elaborando projetos e propostas capazes de preservar e respeitar a vida humana acima de tudo.

Infelizmente, casos como o da pequena Isabella têm sido mais freqüentes do que podemos imaginar e do que a própria mídia tem denunciado. Numa rápida olhada, o noticiário nacional dos últimos dias, Senador Eduardo Suplicy, oferece-nos uma pequena mostra do cenário desolador que estamos vivendo neste País.

Peço a atenção das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores para as manchetes dos últimos jornais. Vejamos: “Criança é deixada no acostamento da Dutra em Guarulhos, São Paulo”; “Bebê é abandonado em banheiro em Embu-Guaçu (SP)”; “Mãe joga filho recém-nascido em lixo de banheiro de hospital”; “Morre bebê abandonado em lata de lixo na Grande São Paulo”; “Descoberto menino marcado a ferro e fogo em Goiânia”; “Empresária acusada de tortura será julgada no dia 10 em Goiás”; “Mãe acorrenta filho viciado em drogas”; “Jovem diz ter ficado seis anos em cárcere privado em Goiás”.

Na semana passada, por exemplo, Senador Paulo Paim, recebemos a notícia de mais um caso de assassinato brutal de uma criança. Sr^{as} e Srs. Senadores, refiro-me à menina Laila Luiza Ferreira, de nove anos, que foi espancada, estuprada e enforcada, como indicam os resultados da investigação policial feita até agora. O corpo dela, Senador Paulo Paim, foi enterrado no quintal de uma casa de Santo Antônio do Descoberto, Município goiano que fica a menos de 50 quilômetros deste Parlamento!!! O corpo de Laila, segundo informações do **Correio Braziliense**, foi encontrado apenas com a blusa do uniforme escolar e meias rosas. Havia marcas de violência no rosto, uma corda enrolada no pescoço e vestígios de sangue no ventre. O casal suspeito de ter cometido essa atrocidade – um homem de 42 anos e uma jovem de 15 anos – encontra-se foragido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho nenhum receio, Senador Eduardo Suplicy, de dizer que estamos vivendo numa sociedade doente, numa sociedade que precisa se curar, numa sociedade que precisa se tratar. Vivemos em uma Nação que não está respeitando o seu maior bem, o seu bem mais valioso:

nossas crianças, nossos meninos e meninas. Estamos assistindo, atônitos, a um verdadeiro extermínio de meninos e meninas em todo o território nacional. E isso está acontecendo diariamente, em todas as cidades, dentro dos lares, nas ruas, nas esquinas, nas favelas, nos bairros nobres, no campo.

Que tipo de sociedade é essa? É a reflexão que eu gostaria de fazer na noite de hoje. Que tipo de sociedade é essa que não respeita o mais importante bem, o mais importante e precioso dos direitos, que é o direito à vida?

Sempre reproduzo as palavras de um padre que conheci, o Padre Renato Chiera, do Rio de Janeiro, que me disse, de forma muito emocionada, numa audiência pública no Senado: “Que País é este, que mundo é este? Antigamente, uma criança, quando nascia, quando vinha ao mundo, era uma graça, uma benção de Deus para todos nós. Hoje, uma criança, quando nasce, é um desespero”.

Há, parece, um completo descompasso entre aquilo que pensam aqueles que defendem os direitos fundamentais das nossas crianças e aquilo que pensam sobre essas crianças principalmente os governos. Infelizmente – não digo isso com felicidade –, todos os anos, no Orçamento, minguem, diminuem cada vez mais os recursos para nossas crianças, para nossos adolescentes, no combate a muitas chagas e a muitas doenças que existem no nosso País.

Como podemos aceitar essa brutalidade? Como podemos aceitar que crianças de um, dois, três, quatro, cinco anos sejam assassinadas, Senador Mão Santa, por balas perdidas em conflitos entre traficantes e policiais? Como podemos aceitar que tantas crianças sejam vítimas de todo tipo de violência dentro de suas próprias casas? Como podemos aceitar que tantas crianças sejam abandonadas e negligenciadas pelo Estado, pela sociedade, pela família?

Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas são as mazelas que afetam a qualidade de vida das nossas crianças e dos nossos adolescentes, e a violência doméstica é uma delas. Segundo dados dos Conselhos Tutelares, por exemplo, os campeões de denúncias são os maus-tratos e a negligência, mas há outros graves problemas, Senador Inácio Arruda, acontecendo entre quatro paredes, e o abuso sexual, que tantas vezes me trouxe a esta tribuna, é um desses casos. A violência psicológica é outro. As estatísticas apontam para um contexto aterrorizador: 90% dos casos de abuso sexual são cometidos por alguém que está muito próximo da criança – familiares, vizinhos ou amigos. São crianças inocentes, crianças indefesas, crianças fragilizadas, que, muitas e muitas vezes, são iludidas e enganadas

por criminosos que deveriam estar atrás das grades ou que deveriam tratar-se.

A violência doméstica é uma questão extremamente preocupante, porque, na grande maioria das situações, os maus-tratos permanecem escondidos entre quatro paredes. As crianças, Senador Suplicy, não têm coragem de denunciar o pai, o padrasto, a madrasta, a mãe ou alguém da sua família. E, muitas vezes, à palavra das crianças não é dada fé neste País. Muitas e muitas vezes, distorcem-se os depoimentos de crianças que foram vítimas. Percebi isso, de forma muito clara, quando presidi a CPI contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes neste País. Percebi que muitas autoridades preferem ficar de olhos fechados, preferem não ver aquilo que está acontecendo. Mas, agora, talvez, sirva-nos de lição, uma lição muito doída, uma lição que certamente machuca o coração de qualquer cidadão de boa-fé e de bom coração, a morte da pequena Isabella. É um exemplo para que nós, como sociedade brasileira, possamos, de uma vez por todas, romper com essa convivência que, muitas vezes, nos leva a dizer que a exploração sexual é uma coisa muito feia e muito triste, mas que é a realidade que vivemos. É muito comum se ouvir de pessoas que têm uma boa formação, que tiveram uma boa condição na vida, que essas crianças são aquelas que seduzem os adultos.

Quando a exploração sexual estava escondida, todos diziam – e também a grande maioria das autoridades – que isso era invenção, que isso era invenção de um grupo de militantes que queria atrapalhar o turismo, por exemplo, das capitais do Nordeste. Dizem que a exploração sexual não existe, mas ela existe. Venho de um Estado onde me envergonho da exploração das nossas crianças. É um Estado pobre, que, infelizmente, chama a atenção pela falta de uma política que, acabe, de uma vez por todas, com esse drama.

Visitei 23 Estados deste País, Senador Eduardo Suplicy, e vi, com meu olhos, meninas e meninos que tiveram a coragem de enfrentar uma banca de Senadores e de Deputados e de, na frente de cada um de nós, dizer as perversidades que sofreram, os maus-tratos que sofreram. Mas, no dia seguinte, vinha de novo a dor na minha consciência: o que fazer com essas crianças, se não existe qualquer tipo de política pública do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal que enfrente de forma determinada esse drama, que não aceite que ninguém no nosso País toque um dedo sequer numa criança nossa?

Há exploração sexual, trabalho infantil, crianças envolvidas com drogas, crianças envolvidas com tráfico, crianças envolvidas com marginalidade, em vez de usar sua inocência, sua energia e sua alegria para

ajudar definitivamente a construir este País. É neles, na juventude, nos nossos filhos, que está verdadeiramente a saída de um País desenvolvido; de um país que respeite nosso patrimônio, que são nossas crianças; de um país que as proteja. Que cada um de nós, cidadãos brasileiros, possa, de uma vez por todas, denunciar esse tipo de violência, não permitindo que isso aconteça!

Neste País, morrem duas crianças por dia, vítimas de bala. No Brasil, o Estatuto da Criança, às vezes, é mal interpretado por alguns que dizem que é uma lei muito moderna e que não serve para o nosso País, como se nós, brasileiros, tivéssemos de nos espelhar naquilo que não presta, naquilo que não é bom. O Estatuto da Criança é muito bom e vai completar a maioridade: 18 anos.

Nesta Casa mesmo, estamos discutindo se reduzimos ou não a idade penal para dezesseis anos, para quatorze anos, para quanto quer que seja. Continuo sendo contra, porque não é essa a solução para a violência do nosso País. Se essas crianças, se esses jovens hoje cometem crimes, barbaridades, alguns deles devem ser tratados como doentes; outros precisam ser ressocializados, precisam encontrar a chance de ter uma vida melhor, porque não tiveram essa oportunidade, muitas vezes, Senador Sibá Machado, desde o ventre das suas mães. Não tiveram oportunidade, não tiveram dignidade, não têm certidão de nascimento, não têm identidade, não têm endereço, não têm mãe, não têm pai, não têm escola, não têm nada. E nós estamos aqui.

Infelizmente, Senador Suplicy, o Estatuto da Criança e do Adolescente nunca foi aplicado no nosso País. Nos lugares em que conseguem aplicá-lo, a reinserção desses jovens na sociedade é de 95%.

Portanto, é preciso fazer alguma coisa, é preciso que nós, homens e mulheres brasileiros – independentemente da posição que ocupemos; posso ser Senadora, Deputada Estadual, Deputada Federal, Vereadora, posso ser dona de casa, posso lavar roupa, possa passar roupa, posso ser só mãe, posso não ser nada –, não permitamos mais que essa violência desmedida continue atingindo nossos lares. É preciso que possamos ver cada uma dessas crianças.

Aqui mesmo, Senador Sibá Machado, quando estamos chegando ao Congresso, vemos crianças vendendo chiclete, bombom. Quantas e quantas vezes presto atenção no trânsito – não só aqui, mas também na minha cidade e em outros lugares – e vejo que, como cidadãos, passamos como se aquilo ali fizesse parte das nossas cidades, da paisagem das nossas cidades, como se não pudéssemos fazer absolutamente nada para mudar! Mas podemos fazer, sim. Aqui, no

Congresso, temos a obrigação, a responsabilidade de fazer algo – não é se quisermos ou se não quisermos. Somos eleitos para isto: para defender principalmente os mais frágeis, aqueles que não se podem manifestar, que não podem vir fazer protesto, que não podem subir a rampa do Planalto, mas que têm em nós a confiança em um futuro melhor.

Ouçó, com muita atenção, o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Patrícia Saboya Gomes, primeiro, meus cumprimentos a V. Ex^a por aqui expressar como será importante que nós, percebendo a dor da família de Isabella Nardoni e de todos os seus amigos – a exemplo do que aconteceu ontem na missa no autódromo de Interlagos, em que o Padre Marcelo reuniu cerca de três milhões de pessoas e em que todos expressaram sua solidariedade à mãe de Isabella –, possamos, de fato, transformar essa dor em algo que signifique o término de tantas barbaridades que têm sido cometidas com as crianças brasileiras, como nos dizem as inúmeras notícias que V. Ex^a aqui registrou. É importante que possamos pensar em como será possível efetivar o que está no Estatuto da Criança e do Adolescente e que possamos, em cada Município brasileiro, verificar a maneira de corrigir esse estado de coisas. Cada menina e cada menino, neste País, não têm alternativa senão a de se tornarem instrumentos de quadrilhas de narco traficantes, como mostrou o filme “Cidade de Deus” ou o documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”. As meninas e as moças deste País não têm alternativa senão a de vender seu corpo, como constatou, por vezes, a Comissão que V. Ex^a presidiu e o relato que aqui nos traz das coisas que ocorrem em Fortaleza com respeito à utilização de menores na exploração sexual. Dessa maneira, é muito importante que coloquemos nossas energias para transformar essa realidade. V. Ex^a sabe que avalio que, entre os instrumentos que colaborarão para isso, está o direito de toda e qualquer pessoa, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, receber uma renda que, na medida do possível, significará o suficiente para suas necessidades vitais. Gostaria de transmitir a V. Ex^a, de reiterar-lhe que, ainda nessa sexta-feira, irei a Fortaleza, a convite do Secretário de Finanças, para, no momento em que será destinado um prêmio a alguma entidade ou à pessoa que se destacou na área de bem servir a população ou na área das finanças e na área fiscal, fazer uma reflexão. Minha reflexão incluirá uma proposta àqueles que serão candidatos à Prefeitura de Fortaleza de instituir lá, pioneira e exemplarmente, uma renda básica de cidadania. Quero, inclusive, colocar-me diante da Prefeita do meu partido, Luizianne Lins. E, tendo em conta que V. Ex^a, parece-

me, é também candidata a prefeita, eu me disponho a dialogar com V. Ex^a e a pensarmos juntos. Na Vila de Paranapiacaba, em Santo André, haverá uma experiência pioneira, segundo o que está sendo planejado, nessa direção. Quem sabe em Fortaleza possa haver também! Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Com certeza! Muito obrigada, Senador Suplicy. A sua voz é muito importante num debate como este, porque traz a sensibilidade, a coragem, a determinação de alguém que tem essas ponderações, essa força no coração, essa vontade de ajudar nas palavras que expressa aqui e em todos os lugares. Tenho certeza.

A respeito do desafio de instituir a renda mínima, já havíamos conversado. Se Deus quiser e se for essa a vontade do meu povo, eu quero poder estar muito próxima de V. Ex^a para aprender muito a respeito de como melhorar a vida de um povo tão bom, de um povo tão generoso, infelizmente ainda muito pobre, mas com muita disposição de melhorar de vida e de viver com dignidade.

Eu gostaria de continuar, dizendo que a violência doméstica é uma questão extremamente importante, porque, na maioria das situações, os maus-tratos, Senador Sibá, permanecem escondidos entre quatro paredes. Segundo a pesquisa “Ponta do Iceberg”, do Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (Lacri), apenas 10% dos casos de violência física e psicológica contra crianças e adolescentes são denunciados, o que dificulta bastante o mapeamento desse fenômeno. Mesmo assim, alguns levantamentos têm procurado jogar luzes sobre esse problema.

Segundo dados desse instituto, por exemplo, foram notificadas, de 1996 a 2006 – portanto, uma década –, 150 mil casos de violência doméstica contra meninos e meninas. Nessa década analisada pelo laboratório da USP, 522 crianças brasileiras acabaram morrendo em decorrência da violência praticada em casa pelos pais biológicos ou por outros adultos responsáveis por elas.

Portanto, evidentemente, precisamos avançar muito mais, principalmente nas políticas públicas, porque maior que a violência física e psicológica que as nossas crianças acabam recebendo é a violência de viverem numa sociedade que nada lhes permite, que não lhes dá opção, que não lhes traz oportunidades; uma sociedade que lhes nega uma escola boa e de qualidade, enquanto os nossos filhos podem estudar nas escolas particulares. Os filhos da classe média e os filhos dos mais ricos têm acesso a tantos equipamentos, a tantos instrumentos do conhecimento, como a Internet, laboratórios de Física, Química e Biologia, quadras de esportes, piscinas olímpicas, em que vão

treinar, certamente, os futuros campeões do nosso País; línguas estrangeiras, como Inglês e Espanhol... E o que resta para os meninos das escolas públicas? Muito pouco. Muito pouco, a não ser algumas iniciativas, que são especiais, em algumas escolas que têm conseguido virar a página, dar a volta por cima e fazer com que seus alunos possam se destacar e sonhar, pelo menos, com um futuro melhor.

O debate é esse, a discussão é a respeito desse tipo de violência, que mata principalmente as crianças de dengue, como eu estou vendo acontecer no Rio de Janeiro. Estou vendo na minha cidade, Fortaleza, uma epidemia se aproximando, adoecendo e matando as pessoas. Talvez essa seja uma das horas mais difíceis de um ser humano. Quem não sabe que a hora da doença é a pior hora do ser humano? Não interessa, de forma alguma, Senador João Pedro, se a pessoa tem ou não dinheiro. Se a pessoa tiver dinheiro e puder ir para um hospital particular, com o melhor médico do País ou de fora dele, o sofrimento já será grande. Imagine o sofrimento daqueles que se amontoam em filas em postos de saúde, em hospitais públicos e que não conseguem um atendimento digno!

O Programa Saúde da Família conseguia ir de casa em casa, mas começa, pelo menos agora, a se desvirtuar e não consegue dar o atendimento necessário para evitar o abarrotamento das filas nos grandes hospitais.

Ouçó, com muita atenção, o Senador Sibá Machado, para que eu possa concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Patrícia, foi bom ter ficado aqui até esta hora. Acho que a emoção que V. Ex^a coloca nesse pronunciamento, por si só, fez-me ganhar a tarde de hoje.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Obrigada.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Passa pelo meu cérebro um filme de vida, também. Às vezes, fico pensando que as pessoas devaneiam muito em relação às alternativas apresentadas para se tentar coibir o índice de violência, especialmente contra aquelas pessoas mais indefesas. Quero respeitá-las, mas não posso concordar com as pessoas que defendem, aqui, a antecipação da maioridade penal como alternativa para a violência praticada por pessoas de menor idade. Também não vejo alternativa plausível para se coibir de vez a violência cometida – acho que em maior volume – contra as pessoas de menor idade, as crianças em qualquer idade. V. Ex^a já lembrou vários casos e levaríamos o resto da noite para relacioná-los todos. Fico pensando na distribuição da renda que financia o custo de algumas coisas que o País precisa superar.

Fico imaginando quanto custaria, de fato, quanto dinheiro se pagaria para que todas as crianças no Brasil, independentemente de seu padrão de vida e de renda, tivessem uma escola mínima; quanto custaria dar-lhes segurança e tantas outras coisas que todos nós merecemos. Muitas vezes, fico imaginando como custear isso. Ouvi, agora, o debate sobre mexer-se no *royalty* do petróleo. Pode-se pensar em algo nessa direção e dizer-se que o País poderia tirar esse montante das receitas dessas riquezas que não foi o ser humano que produziu, que foi a mãe natureza. Não vamos mexer naquilo que foi transformação feita, eminentemente, pelo trabalho humano, mas naquilo que foi a natureza que produziu, como o petróleo, o gás, minérios em geral. Então, é possível transferir-se uma parte desse dinheiro para que o País possa dizer, daqui a algum tempo: “Olha, zeramos, no Brasil, a situação das crianças fora da escola. Agora, todas estão na escola”. O Senador Suplicy comenta a renda mínima em todas as oportunidades, mas fico imaginando a diferença entre aquilo que é a nossa emoção e o que é a prática que podemos adotar. V. Ex^a presidiu, brilhantemente, a CPI que tratou da questão da violência contra as crianças. Acho que deu uma excelente contribuição e até fez a mídia nacional atentar para essa realidade. Acredito que aqui, no Senado, poderíamos fazer um estudo melhor de casos, para vermos de que forma poderíamos contribuir, como membros do Congresso Nacional, com alternativas mais exequíveis para a solução de alguns graves problemas. V. Ex^a tem inteira razão: não é a redução da maioridade penal que resolverá o problema do País. E ainda temos de resolver outro problema. Eu acreditava, no passado, que o problema era do sistema. E, como o problema era do sistema, era tão genérico que não havia culpado algum. O culpado era tudo ao mesmo tempo. Então, esse é o outro lado da moeda, que acho que também não resolve. Portanto, vou ouvir mais V. Ex^a sobre o assunto, pois é uma autoridade na área, e me comprometo, doravante, naquilo que for possível, a me associar às iniciativas que V. Ex^a sugerir. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Muito obrigada, Senador Sibá Machado. Sua palavra é muito importante neste momento, pois V. Ex^a tem muito forte a sensibilidade para lutar pelas causas, principalmente, dos mais fracos, dos mais oprimidos, daqueles que não têm direito à vida. Compartilho disso com V. Ex^a e, logo, logo, teremos um embate nesta Casa, que será, justamente, a discussão do projeto de redução da idade penal. Tenho fé em que iremos conseguir colocar no coração de cada Senador e de cada Senadora a importância de se dar uma oportunidade aos nossos filhos para que eles possam crescer com dignidade,

com chance de ressocialização, porque a responsabilidade não pode ser colocada apenas nas costas dos nossos jovens, de nossas crianças ou dos seus pais. Está dito muito claramente, na Constituição brasileira, que essa é uma responsabilidade de todos nós, não só das famílias, não só da sociedade, mas também, e principalmente, do Estado brasileiro, que não pode, de forma alguma, omitir-se quanto à sua tarefa.

Escuto, com muito carinho também, o Senador João Pedro e, em seguida, o Senador Paulo Paim, para que eu possa encerrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu não podia impedir a adesão em massa do PT à candidatura de V. Ex^a à prefeitura. Todos eles se manifestaram.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Muito obrigada, Senador.

Vamos recebê-los com todo carinho na nossa cidade, não é, Senador Inácio?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Na realidade, Senadora Patrícia, V. Ex^a vai além da candidatura. V. Ex^a faz, nesta noite, não apenas um pronunciamento, uma reflexão, mas um grito, e não para o Senado, mas para o Brasil. V. Ex^a trabalha com números frios, que envergonham a Nação. E vou citar mais um número, que inclusive está no **Jornal do Senado** de hoje, um número que nos envergonha e que todos nós, da sociedade brasileira, temos que assumir. Na realidade, são poucas as ações, por exemplo, de nossos prefeitos. O pronunciamento de V. Ex^a nos remete à sociedade, ao Estado, às políticas públicas, com eficiência, com qualidade, com prioridade, porque essa é uma mazela dentro da grande mazela: os homicídios aumentaram no Brasil. O **Jornal do Senado** de hoje, na última página, traz uma matéria que diz que a população brasileira cresceu, de 1996 a 2006, 16,3%, Senador Sibá Machado; e os homicídios, no mesmo período, aumentaram 20%. Olhem como é grave isso! V. Ex^a mete o dedo, com veemência, nesta ferida, nesta mazela que é a prostituição infanto-juvenil, a juventude negra do País, os povos indígenas jovens que estão na periferia de Manaus, uma cidade de 2 milhões de habitantes, sem políticas públicas. V. Ex^a chama a atenção para isso. Parabéns a V. Ex^a pela militante, pela mulher, pela Senadora, pela representante do PDT aqui, por tratar dessa mazela dentro da mazela do aumento dos homicídios nos últimos anos no Brasil! Parabéns a V. Ex^a! V. Ex^a faz um pronunciamento muito bonito do ponto de vista de chamar a atenção, mas a emoção de tratar esse tema também merece ser observada. Precisamos trabalhar os números, as políticas públicas, mas a sociedade brasileira, além dos nossos governos, o coração de V. Ex^a e o coração de todos os brasileiros

têm que tomar para si também gestos pequenos de solidariedade às crianças abandonadas, vítimas dos processos econômicos excludentes em nossa sociedade. Parabéns pela reflexão, pelas palavras, pela emoção e pelo coração de V. Ex^a, aberto para todo o País! Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro, também pela sensibilidade e pelo aparte, que só engrandece a luta pelas nossas crianças, pelos nossos jovens e por uma sociedade mais justa. Muito obrigada.

Senador Paulo Paim.

Em seguida, encerro o pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Patrícia, não quero tomar seu tempo. Cedi meu espaço a V. Ex^a, mas não poderia deixar de falar neste momento como representante da Comissão de Direitos Humanos, da qual V. Ex^a faz parte. O pronunciamento de V. Ex^a há de ficar marcado neste momento difícil da vida nacional. V. Ex^a lembrou João Hélio e Isabella, com toda a elegância de V. Ex^a. Todos nós sabemos quem matou a menina Isabella. É de pensar. E é essa reflexão que V. Ex^a faz, de que aqueles que mataram a menina agem de forma tão fria quando são interpellados sobre o crime cometido. Falo isso com a maior tranqüilidade. Falo com a maior tranqüilidade porque sei, estou convencido, e só falo daquilo de que estou convencido. Meu coração está convencido de quem matou. Por isso, só posso cumprimentar V. Ex^a. Que sociedade é esta em que estamos vivendo, em que pegam uma criança, assassinam covardemente e a jogam pela janela do 6º andar de um edifício? Enfim, eu me somo ao pronunciamento de V. Ex^a. V. Ex^a foi brilhante, como sempre. Lembro-me da questão do menino João Hélio também. V. Ex^a foi à tribuna e, como disse o Senador João Pedro, deu esse mesmo grito de alerta. E, hoje, praticamente um ano depois, vemos a mesma cena se repetir, com a mesma barbaridade. Cumprimento V. Ex^a. Nada do que digo aqui será além do sentimento que V. Ex^a tem sobre esse tema como mãe, como mulher, como Presidente daquela importante comissão parlamentar de inquérito que analisou, discutiu, viajou pelo Brasil e viu os crimes cometidos contra as nossas crianças. Parabéns a V. Ex^a!

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Tenho o privilégio de conviver com V. Ex^a presidindo a Comissão de Direitos Humanos, e, cada vez que me aproximo de V. Ex^a, eu o admiro mais. Admiro-o pela sinceridade, pela vocação que tem para fazer o bem, pela forma como tem se conduzido diante de todos os graves problemas que acontecem no País e que encontram em V. Ex^a, na sua mão, no seu braço, no seu colo, certamente,

o acolhimento de tantas denúncias, de tantas barbaridades que vivenciamos pelo Brasil afora. Eu é que tenho que dar parabéns a V. Ex^a por ser tão forte, por ser tão determinado e por enfrentar, com tanta dignidade, problemas tão duros e que muitas vezes destroem nossos sonhos, nossos desejos.

Senador Mão Santa, encerro meu pronunciamento, dizendo que não é preciso reinventar a roda. A única coisa que é preciso fazer neste País é colocar, definitivamente, no Orçamento, os nossos filhos como prioridade. Que se rompa, de uma vez por todas, com esta situação: estou cansada de ver tantas campanhas políticas, de dois em dois anos, em que todos se comprometem com as crianças, com a educação, com uma escola boa, de qualidade; em acabar com a exploração sexual; em acabar com o trabalho infantil, mas, na hora de mandar o Orçamento, infelizmente, nós que militamos nessa área – o Senador Paulo Paim sabe disso – precisamos sair correndo, de comissão em comissão, tentando remendar o Orçamento para que nossas crianças não sejam prejudicadas.

É preciso começar do começo, com uma escola boa e de qualidade. No momento em que todo cidadão, todo ser que nascer neste País tiver direito a uma educação boa, de qualidade, libertadora, que entenda os sonhos, os desejos e a energia de toda essa garotada, aí, sim, vamos acabar com o fosso, com o buraco que separa ricos e pobres.

Eu creio nisso. Eu sonho com isso. Espero que um dia, Senador Paulo Paim, possamos viver em um país em que cada um de nós seja capaz de garantir aos jovens e às crianças brasileiras o direito apenas de ser criança, de ser adolescente e de ser jovem. Que os nossos filhos não precisem interromper sonhos nem desertar da luta, porque terão, em cada um de nós, em cada homem e mulher deste País, uma pessoa que vai cuidar, vai ficar alerta, vai denunciar, e não vai deixar uma criança ser abusada, ser maltratada, dentro ou fora de casa, porque haverá um olhar de mãe e de pai para qualquer um em nosso País, porque, na verdade, são todos nossos filhos.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Felicidades, Senadora. Se V. Ex^a continuar tendo a adesão, como teve aqui, do PT, vai vencer as eleições no primeiro turno.

Convidamos para usar da palavra outro Senador do Partido dos Trabalhadores, representando o Amazonas, João Pedro.

Ainda estão presentes para usar da palavra os Senadores Alvaro Dias, Sibá Machado, Inácio Arruda e Paulo Paim.

Ressalto que a capacidade sintética do Senador João Pedro é extraordinária.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nem comecei e V. Ex^a já acende a luz amarela. Mas serei rápido. Falarei do debate dos últimos dias acerca da demarcação de terras indígenas em nossa região, a Amazônia.

Grande polêmica foi levantada, com vários atores, com vários movimentos, dessa vez, inclusive, com a manifestação do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito às terras Raposa e Serra do Sol, a serem homologadas no Estado de Roraima. A polêmica nos remete a uma discussão serena, tranqüila, sobre a nossa Amazônia, Senador Siba Machado, Senador pelo Estado do Acre.

Então, quero registrar, no Senado, nesta noite – já são mais de 20 horas –, as pendências que existem na Amazônia com relação ao tratamento, ao próprio olhar da sociedade brasileira para a nossa região, ao próprio olhar da República para a nossa região. Criase um debate tão acalorado, mas às vezes de forma superficial. Esse debate agora, primeiro, diz respeito à reserva das terras indígenas, à demarcação das terras indígenas.

Há outras terras, Senador Paulo Paim: as terras de fronteira, as terras das nossas fronteiras. Esse é um debate. A faixa de fronteira no Brasil – por sinal, o Senado está travando esse debate agora – vem da década de 30. A faixa de fronteira de 150 quilômetros decorre de um decreto do Presidente Getúlio Vargas, de 1937. Na realidade, em 1934 eram 50 quilômetros, que passaram para 100 quilômetros em 1935 e, em 1937, para 150 quilômetros.

Pois bem, quero colocar esses elementos de discussão lá nossa Amazônia: a Amazônia dos anos 30; a geopolítica do Brasil da década de 30; a população brasileira da década de 30; as populações das cidades fronteiriças na década de 30, na Amazônia – e havia uma determinada população –; a presença das Forças Armadas na Amazônia. O que era a presença das Forças Armadas na Amazônia, nos anos 30? Então, nos dias atuais, do ponto de vista das Forças Armadas, há uma mobilização do Sul para a Amazônia. Correto? Correto. Penso que tem de haver a presença das Forças Armadas na Amazônia. Esse é um item.

Outro item: qual é a faixa de fronteira? Quantos quilômetros? Penso que esse é um debate que precisamos travar. Continuam os 150 quilômetros, como Getúlio Vargas decidiu em 1937? Primeiro, a questão das fronteiras não pode ter apenas o olhar militar. Na Amazônia, precisamos ter o olhar da cidadania; precisamos acreditar na sociedade brasileira.

O que estou defendendo aqui? Mudança na faixa de fronteira. Acho que precisamos diminuir esses 150 quilômetros, mas temos também de tratar as cidades de fronteira com políticas diferenciadas. As cidades na fronteira precisam ter uma política diferenciada. Lá na fronteira brasileira, na fronteira da Amazônia, as cidades devem ter, sim, um bom aeroporto, uma boa comunicação, uma boa infra-estrutura nos portos – no caso das cidades que estão margeando os grandes rios da Amazônia –, política de saúde, política de segurança, política alfandegária. Lá na Amazônia, inclusive, precisamos ter uma relação com os países fronteiriços – e o Brasil faz fronteira com sete países. Lá na Amazônia, são 10 mil quilômetros de fronteira.

Então, estou aqui defendendo uma política diferenciada para as cidades. Estou defendendo a presença das Forças Armadas lá na fronteira. Senador Paulo Paim, lá na Amazônia, há um sistema de vigilância dos mais modernos: o sistema Sipam/Sivam, que não só olha a Amazônia brasileira, como também consegue olhar a Amazônia dos outros países. Ou termina ali na fronteira a sofisticação do sistema Sipam/Sivam?

Então, precisamos fazer essa discussão: Governadores, Prefeitos, Ministérios... Penso que o Ministério da Defesa joga um grande papel na construção das nossas políticas. Não acredito e não tenho nenhum elemento de análise para dizer que, lá em Roraima, agora, nessa polêmica, as ONGs ou as lideranças estão querendo aquelas terras para proclamar a autodeterminação. Não há cabimento, não há nenhum elemento objetivo para isso.

Precisamos construir essa política, trabalhar mudanças contemporâneas. Precisamos ter esse olhar sobre a importância dos povos indígenas lá na Amazônia, que vivem nas nossas fronteiras. Na realidade, os povos indígenas na Amazônia são grandes guardiões da nossa biomassa, da nossa biodiversidade. Precisamos ter uma relação de confiança com os povos indígenas.

Conversei com os dirigentes, com os coordenadores da Foirne, neste final de semana que passei lá na fronteira da Venezuela com a Colômbia, no Município de São Gabriel da Cachoeira. Eles estão lá discutindo, organizando, reafirmando a soberania do nosso Brasil, e ali, em São Gabriel da Cachoeira, existe a presença do Exército, uma presença importante. Por sinal, estive lá, na solenidade, porque sábado, além do Dia do Índio – e foi uma semana de mobilização – era o Dia do Exército. O Exército tem uma presença importante, estratégica ali. Tive oportunidade de conversar com o General Mourão, naquela região tão distante do nosso Brasil, sobre a importância de reafirmar a soberania nacional.

Precisamos, então, ter um olhar de confiança para esses brasileiros especiais, que são os povos indígenas lá da Amazônia.

Então, Sr. Presidente, aqui, digo que podemos, sim, construir políticas, diminuir a faixa de fronteira da Amazônia, ter um olhar de cidadania e de compromisso com as cidades, modificar as políticas públicas e trabalhar as cidades, nas nossas fronteiras, com recursos especiais, com políticas públicas consistentes. É desta forma que vamos defender a nossa Amazônia: com boa educação, com política de saúde... É esse o caminho de reafirmarmos os compromissos com os povos indígenas e a territorialidade do Brasil, com sua soberania resguardada.

Quero finalizar este pronunciamento dizendo da minha alegria de ter passado pela fronteira do Brasil com a Colômbia e com a Venezuela.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Terminou o tempo que o Garibaldi...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Em um minuto.

E de voltar para Brasília confiando na alegria da sociedade organizada, dos povos indígenas, da juventude, dos professores de São Gabriel da Cachoeira, precisamente do Colégio Agrotécnico, que ali funciona, com 450 alunos. Enfim, eu saí dali com a confiança de que aqueles brasileiros merecem uma melhor atenção do poder público, do Prefeito, do Estado e do Governo Federal.

Quero finalizar dizendo da minha confiança naquela população, principalmente nos povos indígenas que vivem, trabalham, lutam e sonham na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no meu Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu irei informar o Presidente Garibaldi de que V. Ex^a foi o Senador mais disciplinado, que atendeu ao tempo estipulado por ele.

Convidamos para usar da palavra – e agora o exemplo arrasta, do nosso João Pedro – o Senador Alvaro Dias. O Paraná vai seguir a capacidade de síntese do Amazonas, apesar da grandeza de ambos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Patrícia Saboya, antes de iniciar o pronunciamento, vou fazer uma saudação especial, já feita aqui pelo Senador Eduardo Suplicy, no início da tarde; uma saudação especial à democracia que renasce no Paraguai. Imagino que poucos acredita-

vam pudesse o processo eleitoral no país vizinho ser concluído com lisura, com transparência, respeitando a soberania popular. O Paraguai muda para valer. A população faz uma opção pela oposição, e o seu desejo merece o respeito da autoridade que governa. Parabéns aos paraguaios. Parabéns às autoridades daquele país, que souberam respeitar o veredicto popular.

Os cumprimentos aos que participaram; ao vencedor, o candidato Lugo; e os cumprimentos especiais a Lino Oviedo, que enfrentou os tribunais, provou a sua inocência e, absolvido, reabilitou-se diante do seu país ao participar de um pleito democrático com muita altivez e dignidade. Os cumprimentos a ele por essa participação, que contribuiu, de forma notável, para que o processo democrático, no Paraguai, pudesse oferecer perspectivas de um tempo novo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, quero compartilhar desse seu sentimento. Quando o General Lino Oviedo esteve aqui no Senado Federal nos visitando, V. Ex^a, inclusive, o recebeu e convidou-me até para estar junto no diálogo com ele e depois na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; foi um momento importante. Considerei muito importante a atitude do General Lino Oviedo de se apresentar às autoridades da Justiça e aguardar o julgamento que lhe permitiu participar dessas eleições democráticas. O próprio Presidente Lula recebeu o General Lino Oviedo e os demais candidatos, inclusive o Sr. Fernando Lugo, acho que também a Sr^a Blanca Ovelar, que representou o Partido Colorado nessas eleições. Será importante que o Presidente Lula, se ainda não o fez, além de ter mandado o telegrama, telefone para o candidato vitorioso, Fernando Lugo, da mesma forma que fez com os outros vitoriosos em outros países. Avalio que um Senador do Paraná como V. Ex^a, que foi até Governador e que conhece tão bem Foz do Iguaçu e todos os problemas que acontecem na fronteira entre o Paraná, o Brasil e o Paraguai, tem um papel muito importante neste momento de reabertura do diálogo sobre os mais diversos temas, seja a questão do preço da energia de Itaipu ou a dos investimentos que o Governo brasileiro e Itaipu poderão realizar, visando facilitar a transmissão de energia de Itaipu para Assunção, e todos os problemas que iremos, inclusive, examina, como os projetos sobre os chamados sacoleiros do Paraguai e assim por diante. Que bom que a democracia está tão fortemente vivendo o Paraguai!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Certamente, teremos oportunidades de debatermos essa necessária boa relação do Brasil com o Paraguai. Especialmente, nós, que representamos o Paraná, temos esse dever em função dos interesses comuns.

Sr. Presidente Mão Santa, quero fazer referência a uma visita que fiz, com muita satisfação, nesse final de semana. Enquanto V. Ex^a estava, no Mato Grosso do Sul, participando de homenagens ao nosso saudoso colega Senador Ramez Tebet, eu me encontrava no Mato Grosso, atendendo a convite do meu Partido, o PSDB, em eventos de natureza política na capital, ao lado do Prefeito Wilson Santos, visitando obras estruturantes da maior importância que vem realizando em uma grande administração.

Estivemos em Várzea Grande, aliás, a terra do nosso colega Jayme Campos, e estivemos também no interior do Mato Grosso, em Nova Mutum, uma jovem cidade que cresce de forma ágil, em razão, sobretudo, da fertilidade do solo, que transforma o Mato Grosso, Senador Suplicy, em um verdadeiro celeiro nacional.

Aliás, o centro-oeste do País vai se transformando em um celeiro do mundo, pela produção e pela produtividade que vai alcançando, em razão, sobretudo, do bandeirantismo, aqueles que partem de Estados já mais desenvolvidos e procuram o interior do País contribuindo para a construção de uma civilização próspera, promovendo o desenvolvimento, de forma acentuada, de Estados como o de Mato Grosso, que tive a honra de visitar no último final de semana. Ouvimos lá um grito da terra. Estamos trazendo aqui a preocupação dos mato-grossenses, que aqui já se refletiu também na palavra de outros Senadores.

Os produtores rurais daquele Estado não compreendem como pode o Governo acionar a polícia armada para perseguir agricultores. Há lá proprietários rurais que se estabeleceram há 20, 30 anos, e que cultivam terras há muito tempo. E não compreendem como podem ser ameaçados dessa forma em nome da preservação ambiental. Preservação ambiental não é um caso de polícia, mas de conscientização.

Percebo que esses agricultores, que são verdadeiramente do campo, assumem como ninguém a responsabilidade pela preservação ambiental, porque se trata de uma manifestação permanente de amor à vida.

A terra é, circunstancialmente, propriedade privada, mas é definitivamente um patrimônio da humanidade que tem de ser preservada, rica e fértil, e repassada para as gerações que nos sucederão.

Eles possuem, Senador João Pedro, esse sentimento. Não estão afeitos à depredação ambiental. É

preciso que a autoridade assuma o compromisso com o País de encontrar os caminhos para compatibilizar os interesses do progresso, da prosperidade, com a necessidade indispensável da preservação ambiental. E isso é possível, Senador Sibá Machado.

Não é só o Governo que peca, porque não temos uma legislação competente, definindo rigorosamente as normas de preservação ambiental, mas respeitando aqueles que trabalham e produzem. O Congresso Nacional também vem pecando. São inúmeros os projetos que tramitam na Câmara e no Senado. Eu próprio sou autor de mais de um deles; projetos já até arquivados. Que não sejam os meus projetos, mas que seja algum projeto que possa permitir àqueles que se aventuram no interior para plantar, produzir, alimentar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI. Fazendo soar a campainha.) – Eu queria apenas informar que o tempo estipulado pelo Presidente de V. Ex^a acabou. Agora, está na nossa generosidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir, então, rapidamente, Sr. Presidente. Eu não vou entrar nesse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI) – Fica bem para V. Ex^a obedecer ao Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou no intróito, vou encerrar o intróito e vou deixar o pronunciamento para outro dia.

Mas eu não podia deixar de prestar esta homenagem à população de Mato Grosso.

Eu estava dizendo que nós temos a responsabilidade, sim, de chegarmos a uma legislação compatível com as aspirações da sociedade brasileira, da preservação ambiental, sim, mas da produção, do trabalho, da busca da prosperidade e do desenvolvimento econômico.

E me indagaram: “Como, Senador? Aqui a polícia do Governo, armada, nos ameaça, e, lá em Brasília, passam a mão na cabeça daqueles que assaltam os cofres públicos da Nação. Como compreender isso?”

E eu repito o que me indagaram: “Como, Senador? Aqui a polícia armada do Governo nos persegue, e, em Brasília, passam a mão na cabeça dos que assaltam os cofres públicos deste País!”

Não, Sr. Presidente. Esta não pode ser a realidade do nosso País.

Muito obrigado, eu vou respeitar o tempo, e fica para a próxima semana. Fica para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu vou passar para o Presidente Garibaldi que V. Ex^a foi obediente ao tempo determinado e lembrar que V.

Ex^a pode ser um bom candidato a sucedê-lo, de tão obediente às determinações do Presidente.

Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Paim. Depois, Sibá; depois, Inácio.

O Senador Paulo Paim hoje fez uma das mais belas sessões deste Senado, em que ele se solidarizava ao servidor público aposentado. V. Ex^a, por solicitação do nosso Presidente teria dez minutos, mas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Há o compromisso de não passar nem um minuto além dos dez, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste dia em que falamos tanto de Direitos Humanos, quero cumprimentar a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República por ter lançado, neste mês, a “Campanha Brasileira dos 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”. A cerimônia aconteceu no Palácio do Planalto.

No evento, foi apresentado um calendário com a programação completa para o ano. O evento foi presidido pelo nosso amigo e Ministro Paulo Vannuchi e contou com a presença de outros Ministros de Estado e da coordenadora residente do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Sr^a Kim Bolduqui, entre outras autoridades.

A Secretaria dos Direitos Humanos organizará 30 eventos, em parceria com outros ministérios, Estados, Municípios e organismos das Nações Unidas. A proposta principal é criar ferramentas para que a sociedade civil organizada possa divulgar a campanha dos direitos humanos com firmeza e com convicção, numa linha educativa para combater a violência.

Estão programadas campanhas pela TV, rádio, Internet, órgãos de utilidade pública, eventos em parques, exposições, seminários nas universidades, publicações para todos os públicos, talvez uma forma ainda pequena, mas é uma semeadura para, quem saiba, no futuro, possamos ter a alegria de não ver fatos como esses aqui relatados pela Senadora Patrícia Saboya.

Serão feitas ações de alcance geral para toda a população, mas também para atingir um público específico, sobretudo os mais vulneráveis.

Quero também, Sr. Presidente, no dia de hoje falar de um outro tema, leve também, porque é preciso que a gente fale dos temas leves. Senador Mão Santa, hoje é o Dia Internacional do Planeta Terra.

O coração do Planeta Terra está pulsando mais forte hoje, provavelmente emocionado pela celebração do seu dia.

Hoje é o Dia Internacional do Planeta Terra, é o dia da vida, é o dia da natureza. É o dia da água, é o dia dos rios, dos mares. É o dia da chuva, é o dia do

vento. É o dia das árvores, da floresta. É o dia dos frutos, da mata que canta músicas místicas e, por exemplo, do rio que corre firme na nossa querida Amazônia; das pedras que firmaram até mesmo as pirâmides do Egito; do sol que se estende por longas horas sobre o Saara; das belas hortênsias que, enfileiradas, sorriem sempre para os visitantes lá no meu querido Rio Grande...

Hoje é o dia dos campos férteis de trigo, para que não falte mais alimento para a população mundial, das mais variadas espécies de animais que crescem aqui e acolá, formando um universo infinito de aves, anfíbios, insetos, répteis, mamíferos, anfíbios e da criação maior do nosso Deus, que somos nós, os seres humanos.

Sr. Presidente, nós que fomos criados para ser felizes, e como disse um grande escritor: *“A felicidade não é uma estação de chegada, mas um modo de viajar”*.

Fomos criados para ser plenos de alegria, cientes do momento presente, que, como a própria palavra expressa, a vida é um presente. Criados com a vontade e agir sempre melhor e nos fazermos melhor para receber a energia poderoso do bem que vem da maravilha do universo.

Sr. Presidente, neste dia tão especial, quero deixar esta mensagem, que é de amor ao nosso Planeta, amor ao ato Divino da criação, amor aos meus semelhantes, amor a toda esperança cravada nos nossos corações.

A esperança, quando brilha forte, faz com que, a cada segundo, um desejo se realize nesse imenso Universo.

Como disse também o grande escritor Nikos:

Ao acreditar apaixonadamente em algo que ainda não existe, nós o criamos. O que não existe é aquilo que não desejamos suficientemente.

Por isso, insisto sempre, Senador Sibá Machado, em dizer que, quando a gente defende as causas com paixão, com amor, com carinho, com solidariedade, com fraternidade, essa causa é imbatível. Ela há de avançar mais hoje, mais amanhã na busca de um mundo melhor para todos.

Termino dizendo: um abraço muito forte ao nosso querido planeta Terra.

Concluo, Sr. Presidente, dispensando os quatro minutos concedidos, até porque participei, hoje pela manhã, de uma sessão longa aqui, uma sessão de homenagem aos aposentados e pensionistas da qual dezenas de Senadores participaram. Todos os que estão nesta sessão passaram aqui pela manhã e, de uma forma ou de outra, demonstraram sua solidariedade aos idosos.

Gostaria ainda que V. Ex^a recebesse e publicasse, na íntegra, pronunciamento sobre a Carta de Santiago de Cali, na Colômbia. Nesse encontro, que aconteceu na Colômbia entre 14 e 16 de março de 2008, reuniu-se o Parlamento Negro das Américas e do Caribe para discutir a saga do povo negro. Peço a V. Ex^a que o receba e publique na íntegra.

Sei que os meus quatro minutos serão muito bem usados pelos Senadores que estão aqui aguardando uma oportunidade para falar.

Obrigado, Senador Mão Santa.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como os últimos acontecimentos relativos aos aposentados tem estado em pauta nacional, o que é muito bom para enfatizar a importância dessa luta, alguns outros temas não puderam ser trazidos a esta Tribuna de imediato.

A reunião que aconteceu em Santiago de Cali, na Colômbia, de 14 a 16 de março de 2008 que reuniu o Parlamento Negro das Américas e do Caribe, foi um desses temas.

Lá foi sediado O IV Encontro de Legisladores Afro-descendentes das Américas e do Caribe, e Sessão do Parlamento Negro sediado na Colômbia, tem um valor muito grande no cenário mundial não só para a população afrodescendente, mas para todos, em geral.

No evento estiveram presentes Parlamentares da região, juntamente com representantes do movimento negro de organizações sociais que subscreveram a carta de Santiago.

Quero registrar algumas considerações e determinações que foram especificadas e ratificadas no Encontro:

“O Parlamento Negro é o Fórum Regional que reúne representantes afro-descendentes das Américas e do Caribe do mais alto nível político, com o fim de contribuir para a garantia do desenvolvimento humano dos povos, tendo como protagonistas as comunidades afro-descendentes, em condições de equidade e igualdade, da construção de democracias paritárias e interculturais.

A violência racial estrutural que afeta os afro-descendentes da região é alarmante e inaceitável e exige ações imediatas, urgentes e comprometidas, tanto dos Estados como das instituições internacionais e intergovernamentais.

Esta violência tem manifestações na criminalização de jovens, inaptidão política, exploração sexual de jovens e crianças, negação do direito a registro e identidade jurídica, violência, principalmente contra as mulheres e até mesmo genocídio justificado na delinquência ou nas guerras internas políticas e sociais.

Eles afirmam que a luta do Parlamento Negro transcende lógicas conjunturais a partir do fortalecimento de nossas capacidades políticas, entendendo que estão preparados para olhar acima dos conflitos governamentais e atuando melhor, como atores protagonistas e aliados na solução democrática e humanitária das duras realidades que vivem tanto os povos e comunidades afro-descendentes, como os países e a região.

É uma prioridade a inclusão da juventude e das crianças afro-descendentes dentro das análises, das propostas e ações do Parlamento Negro para superar a criminalização e exclusão e restituir seus direitos.

Deve-se enfrentar que o racismo estrutural é uma negação e invisibilidade das comunidades afro-descendentes e que estas devem se incorporar em todos os esforços políticos como garantia de uma cidadania sem discriminação.

No debate de avaliação do cumprimento dos objetivos do Milênio deve incorporar-se a equidade racial com indicadores das realidades nacionais, para que sejam visíveis, em cada nação, as realidades das comunidades e povos afro-descendentes.

As estatísticas e os censos nacionais frente às populações das Américas e do Caribe, devem dar conta real dos povos afro-descendentes, para contar com evidência sobre a grande exclusão política, econômica, social dentro da estrutura governamental estatal. O racismo estrutural deve ter respostas estruturais. Não basta implementar políticas sociais, sem também criar e implementar políticas econômicas, reformas fiscais, garantia dos direitos sobre terras e territórios, para que as comunidades afro-descendentes sejam parte dos Planos de Desenvolvimento com um impacto real a curto, médio e longo prazo”

Neste Encontro, Sr^{as} e Srs. Senadores, ficaram acordados alguns pontos importantes como:

- Reafirmar os compromissos assumidos nas Cartas de Brasília, Brasil 2003, Bogotá, Colômbia 2004 e Porto Limão, Costa Rica 2005.
- Aprofundar a institucionalização do Parlamento Negro das Américas como ferramenta política do mais alto nível regional para promover a inclusão afrodescendente e uma verdadeira democracia intercultural na região.
- Eleger a Coordenação do Parlamento Negro e sua Secretária Geral para o período 2008-2010. A mesma ficou constituída da seguinte maneira: Maria Isabel Urrutia da Colômbia, Luiz Alberto dos Santos do Brasil, Dayana Martínez de Honduras, Alexandra Ocles de Ecuador e Epsy Campbell de Costa Rica como Secretária Geral.
- Convocar a Cúpula dos Povos Afro-descendentes das Américas e do Caribe para 21 de março de 2009, ou para o 20 de novembro de 2008, conforme possibilidades logísticas e financeiras em Salvador, Bahia, com o objetivo de elaborar o Estatuto dos Povos Afro-descendentes e a Agenda Afrodescendente do século XXI.
- Solicitar de maneira urgente que as Agências das Nações Unidas se engajem em uma Campanha contra a Violência Racial Afrodescendente, que dê conta de que a realidade desta violência se transformou, em alguns casos, em genocídio afro, e que a verdadeira cidadania dos e das afro-descendentes depende de um verdadeiro marco e vivência de paz e democracia inclusiva.
- Solicitar aos organismos internacionais que trabalhem com direitos humanos, assim como agências e organismos intergovernamentais que respaldem, apoiem e se engajem nas investigações sobre: violência racial, sistema penitenciário e judicial e afro-descendentes; participação política, racismo, democracia e mulheres afro-descendentes entre outros temas.
- Solicitar às Agências das Nações Unidas que de maneira específica abram áreas de trabalho com recursos técnicos e financeiros para profissionais afro-descendentes, Simultaneamente trazer em todos os programas e áreas a realidade afrodescendente, identificando indicadores e recursos que evidenciem essa realidade.

Sr. Presidente, ficou definido também que o Parlamento Negro das Américas irá respaldar as lutas e ações políticas das comunidades afro-colombianas que se dirigem a:

- Constituir uma comissão de seguimento e vigilância às ações afirmativas das políticas públicas afro-colombianas.

- Incluir de maneira direta a política pública afrodescendente no plano de desenvolvimento municipal.
- Insistir para que exista maior incidência social e econômica do governo local para o desenvolvimento da educação e etnoeducação dos habitantes do município.
- Instar o município para que acorde, com o setor privado empresarial, a inclusão afirmativa da comunidade afrocolombiana no setor econômico e no mercado laboral com dignidade.

Considero todas as deliberações tomadas no Encontro, como ferramentas muito importantes na luta contra a discriminação e a favor da inclusão dos afro-descendentes para que tenham seus direitos garantidos.

Reafirmo aqui minha parceria nesta empreitada pela igualdade de oportunidades!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

- Nós vamos usar também os quatro minutos para dizer que V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Hoje V. Ex^a engrandeceu o Parlamento. V. Ex^a empunhou a bandeira mais importante: resgatar a dívida que este País tem com os velhinhos aposentados.

Eu quero dizer a V. Ex^a que foi aprovada a idéia de se criar um bloco para dar apoio àquilo que foi aprovado aqui em defesa dos aposentados: enterrar o Fator Previdenciário e garantir-lhes aumento igual ao aumento dos que estão na ativa e também aquela medida que melhora os recursos para a Saúde.

Estamos formando esse bloco e convidei hoje Pedro Simon para liderá-lo. Ele achou que não seria a pessoa ideal para ser o líder do bloco que vai acompanhar isso e resgatar a grandeza deste Parlamento. Disse que o líder ideal seria V. Ex^a, mas que ele estaria por inteiro com esse bloco que vai acompanhar essas duas medidas – uma, oriunda da inteligência de V. Ex^a, vai beneficiar os velhinhos aposentados; outra, oriunda do médico e Senador Tião Viana, vai melhorar a Saúde.

Ainda mais, Suplicy: ele externou que ficou muito contente com o disco de um cantor francês que V. Ex^a lhe deu. Ele vai lhe oferecer um de Roberto Carlos: “Irmão Camarada”. Ele externou que gosta muito de V. Ex^a e que V. Ex^a o acompanhou em uma missão parlamentar na Assembléia de São Paulo e também o levou, ele e sua esposa, Dona Ivete, para ver um cantor francês de oitenta anos.

Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Tive a felicidade, na semana passada, depois de participar de evento na Assembléia Legislativa sobre a questão dos menores, das crianças, conforme hoje dialogamos, de convidar o Senador Pedro Simon e a Sr^a Ivete para assistir a esse extraordinário cantor Charles Aznavour.

Percebi que ambos ficaram muito felizes, como eu também, por assistir ao extraordinário cantor que ainda tem a voz maravilhosa e fantástica energia. Fiquei contente com a felicidade de Pedro Simon e Ivete, que estavam ali como um feliz casal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois o Pedro dizia que você é um irmão. Eu disse: “Então o presenteie com a música do Roberto Carlos, ‘Irmão Camarada’”.

Convidamos para usar da palavra o Senador Sibá Machado, piauiense cedido ao Acre para representá-lo com a sua grandeza.

V. Ex^a se lembra do apelo do nosso extraordinário Presidente: dez minutos. Peço-lhe que seja breve em nome da irmandade que temos no Piauí, mas é que o povo do Ceará e do Brasil está aguardando Inácio Arruda usar da palavra e terminar com grandeza esta sessão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje muitos vieram à tribuna e trataram de assuntos dos quais me considero um militante: faixa de fronteira, terras indígenas, questão ambiental, desocupação das terras indígenas, Operação Arco de Fogo e assim por diante.

Em primeiro lugar, quero dizer que respeito todas as opiniões.

Nesta semana que passou e nesta agora, ocorreram muitos episódios. Por isso, eu não poderia deixar de vir à tribuna e emitir a minha opinião. Inclusive, já tive a oportunidade de conversar com algumas altas patentes do Exército brasileiro sobre isso.

A primeira coisa que eu acho, Sr. Presidente, é que as Forças Armadas, a Defesa Nacional, especialmente o Exército, têm uma visão que, no meu entendimento, está atrasada no tempo. Refiro-me à segurança do território nacional. Ainda vence a tese de que as terras não ocupadas, ou seja, sem a presença de população, são terras passíveis de ocupação por pessoas que venham de outros países, a chamada invasão amazônica, que é um tema que não cala nunca e que tem me deixado muito preocupado.

Ainda se discute se foi acertada ou não a decisão final do Presidente Lula sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Deu-se um ano para que fosse negociada a desocupação por parte de pessoas tidas como não-índias, não-merecedoras de viverem naquelas terras. Foi dado um ano de negociação, postergado por mais um ano, e, até o presente momento, vivemos um impasse.

O ponto que mais me chamou a atenção foi que as pessoas que plantam arroz numa parte dessa terra indígena utilizaram métodos que, tenho absoluta certeza, se fossem utilizados por qualquer outra organização social brasileira, o caso já estaria sendo tratado da maneira mais escandalosa possível. Esse é o primeiro aspecto que me preocupa. Houve a destruição de pontes, de trechos de estrada, houve denúncias segundo as quais teria sido ameaçada a Delegacia da Polícia Federal – disseram que um carro-bomba estaria estacionado lá. Teve de tudo.

Essas coisas todas me deixam extremamente preocupado porque, se valer para eles, vai valer para muita gente. É desobediência civil! Já se concedeu todo tempo do mundo para se fazer contestação judicial.

Eu digo a V. Ex^a com toda segurança: essa decisão do Supremo só vale para uma última tentativa de negociação. Acompanhei, um pouco à distância, o desenrolar desse episódio todo desde 2003 e presenciei há alguns dias os últimos esforços do Governo Federal para entrar em um acordo com o Estado de Roraima, com o Governador Anchieta. Foi aceita a proposta que o Governador apresentou: o Governo Federal cederia sete milhões de hectares de terra para o Governo do Estado, que localizaria a terra que os arroteiros poderiam utilizar para continuar seu trabalho – o Governador ofereceu, inclusive, toda a infra-estrutura básica para que eles voltassem a produzir. No entanto, chegamos onde chegamos. Eu não entendo essa decisão.

Constitucionalmente falando, é uma prerrogativa do Presidente da República tomar a decisão de fazer o decreto de homologação da maneira como foi feita.

Gostaria também de chamar atenção para as palavras do General Heleno, que, no meu entendimento, coloca a preocupação não apenas com a questão da defesa nacional. Havia ali, Sr. Presidente, uma série de situações das quais tenho de discordar – digo em qualquer fórum, sem problema algum, que a minha convicção é outra.

Na nossa Amazônia hoje, a grande preocupação não é ocupar o território, povoar toda a faixa de fronteira do território, tese defendida no momento em que uma comissão do Senado e da Câmara estiveram lá. E tive um debate pouco ortodoxo com o nosso Deputado Lindberg, à época. Fiquei extremamente chateado com

o que ele fez, porque é preciso estudar a Amazônia como um todo, em todos os seus vieses, para poder apresentar uma sugestão. Aquela de dizer que o índio, hoje, é uma ameaça ao território brasileiro é brincadeira, pois, então, todas as terras indígenas – sejam elas quais forem, estejam em que Estado estiverem – acabam sendo uma ameaça ao território brasileiro.

O problema da faixa de fronteira e a Amazônia com o seu viés ambiental. Todos sabemos que a preferência do Brasil com relação à Amazônia tem que ser clara, não se pode tergiversar, temos que dizer qual é o objetivo do País com aquela região.

Se há uma consciência nacional de que na nossa Região Amazônica – e não porque estrangeiros pedem – tem que haver um vazio demográfico para ter preservação ambiental, não pode haver incentivo como aquele que os militares fizeram dos anos 70 para cá, qual seja, chamar o País à ocupação por meio da colonização, processo do qual minha família foi uma das beneficiárias.

E o que temos hoje? Desmatamento. Mas isso aconteceu devido a um paradigma colocado de que quem fosse para a Amazônia deveria desmatar; o Incra, à época, dava lotes de 100 a 21 mil hectares, dependendo do porte financeiro da pessoa que os recebia; temos uma série de cidades que nasceram quebrando os chamados corredores biológicos de rios, da floresta e da fauna que lá existe; e ainda a visão extremamente preconceituosa de que na Amazônia se cuida mais da mata e dos bichos do que das pessoas.

Pois muito bem, os pronunciamentos de hoje trabalharam nesta direção. Temos a legislação ambiental e aqui vou falar o que disse na reunião de Belém, na subcomissão que tivemos lá, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a Medida Provisória nº 2.166, aumentou de 50% para 80% a área destinada à reserva ambiental, sem se importar o tamanho. Mas as pessoas tratam como se fosse um problema do atual Governo.

Isso não é problema de Governo, mas de Estado, é uma escolha de objetivo de uso daquelas áreas. O Governo FHC também criou muitos parques, inclusive o do Tumucumaque, do Amapá, que é o maior que temos no Brasil em área contínua.

Estabelecer que os índios são ameaça à segurança nacional, Sr. Presidente, conhecendo-se a tecnologia de guerra que se tem, conhecendo a voracidade que os países, sejam os vizinhos ou qualquer outro país, têm sobre a Amazônia e, ainda, discutindo esse prisma é querer nos enganar nós mesmos. Não vou acreditar nunca que alguns índios, mal alimentados até, com um arco e uma flecha feita de taboca, são ameaças à

segurança nacional, perdoe-me, Sr. Presidente, mas tenho que ridicularizar porque é o que merece. Esse, portanto, é um assunto que está eivado de preconceito e de outros interesses que ainda não sei quais são, porque esses não são os verdadeiros.

Então, gostaria de encerrar este assunto dizendo que, felizmente ou infelizmente, toda terra indígena tem, em seu subsolo ou em sua superfície, riquezas muito grandes. O problema consiste no uso dessas riquezas.

Sabemos que o Centro-Oeste é, hoje, o celeiro do Brasil, prometendo inclusive ser o celeiro do mundo. Mas o que nós acreditamos – e é um debate que tem que ser feito – é que a tecnologia tem que vir para verticalizar ao máximo a produção do nosso País e não para horizontalizar. Sabemos também que, ao se discutir o avanço da agricultura brasileira, o avanço do agronegócio, aparecem os interesses comerciais estrangeiros que, travestidos no capital nacional, passam a adquirir terras. Mas não queremos discutir isso e, sim, o fato de colocarem uma comunidade indígena, com a sua população fazendo o além-fronteira Brasil, como é o caso dos ianomâmis e tantas outras que cruzam a linha do território nacional, como perigo à segurança nacional, esquecendo-se desses magnatas estrangeiros que comprem terras em nosso território. Sabíamos que Bill Gates estava a um passo de comprar grandes áreas de terra no Estado de São Paulo. Com relação a isso, ninguém diz nada. E chamam-no de investidor. O que dizer do presente que foi dado a Daniel Ludwig, nos anos 60, que recebeu seis milhões de hectares no Jarí, parte no território do Amapá e parte no Pará, para plantar árvores para celulose, explorar minério e, também, fazer uma grande produção de arroz irrigado naquele lugar? Essa pessoa criou aquela localidade como se fosse o 51º estado norte-americano, porque, para sua segurança, ele trouxe nada mais, nada menos do que *mariners*, ex-guerreiros...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, terminou o tempo de V. Ex^a estipulado pelo nobre Presidente Garibaldi Alves Filho. Como V. Ex^a é um dos mais disciplinados e amigo do Presidente Garibaldi Alves Filho, peço que conclua.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sem problema, Sr. Presidente. Peço apenas que V. Ex^a me conceda mais três minutos para concluir.

Então, eu digo todas essas coisas porque já temos a presença do capital estrangeiro no Brasil, comprando terras em todos os Estados, fazendo o que chamam aqui de investimento, e ninguém discute isso. Mas qualquer coisa na Amazônia vira motivo de polvorosa.

Há ainda outra coisa que considero um preconceito, um erro muito grande: dizer que determinado Estado, por ter tantos por cento, vamos dizer, 60% ou 70% de terras nas mãos da União, está condenado ao fracasso. O que dizer do Acre, onde temos 16 milhões de hectares, cerca de 150 a 160 mil quilômetros quadrados, sendo que menos de 10% é de terras tidas como do Estado e o restante é terra da União? Quantos Municípios não podem sequer dar um título de terra para um morador da cidade? Todas essas terras são tidas como da União e, até hoje, Sr. Presidente, graças a Deus, não morremos de fome. O nosso Estado tem as suas dificuldades, mas não são por conta disso.

Se assim fosse, deveríamos condenar a Holanda a viver na extrema miséria. Acabei de acessar um *site* para pegar dados sobre a Holanda e não cometer erros. O país tem 41 mil quilômetros quadrados. Desses, 18% são cedidos a cursos d'água – e eles ainda tiveram que tirar um pedaço da barreira do mar para não serem inundados. Há 16 milhões de pessoas na Holanda para 41 mil quilômetros, com 18% ainda ocupados pela água. Eles deveriam estar morrendo de fome. A Holanda, no entanto, tem um PIB de meio trilhão, quase seiscentos bilhões de dólares. É um país que está presente nas economias de muitos outros lugares, não só na União Européia. O que dizer, então, da Holanda, que deveria estar morrendo de fome?

Eu queria dizer isso, Sr. Presidente, porque o debate deveria ser feito de maneira mais desapaixorada, deveríamos ser mais claros daqui para frente. Quais são os verdadeiros objetivos que o Estado brasileiro tem para usufruto da Região Amazônica?

Vou encerrar, dizendo que na minha ida a Belém, acompanhando a subcomissão, fui muito claro e continuarei sendo: o Governo está corretíssimo em ter feito o que fez, porque está cumprindo a lei. A Operação Arco de Fogo está cumprindo a lei, porque crime ambiental é crime, sim. E, em alguns casos, até inafiançável.

Portanto, as pessoas que cometem crime ambiental também são passíveis de cadeia e, nesse caso, a lei está sendo cumprida à risca. Assim, dissemos à Federação das Indústrias do Pará que fizesse uma relação das empresas que, de fato, foram injustiçadas. Essas, sim, merecem uma atenção e merecem ser separadas; mas aquelas pessoas, os quais nem trato como empresários, que estão cometendo crimes ambientais não podem ser apoiadas por qualquer entidade ou por qualquer pessoa, e não podemos colocar o Senado Federal a serviço disso.

Ainda quero lembrar que o Governo Federal...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... acabou de colocar um avião da FAB, que tem uma precisão muito maior do que o Landsat, que é o satélite utilizado pelo Inpe para fazer a varredura do desmatamento na Amazônia. Esse avião já está trabalhando com uma precisão muito maior, de, no máximo, seis metros de diferença, e pode trabalhar, inclusive, quando o tempo está com baixa visibilidade, com a presença de nuvens. Assim, daqui a poucos dias, poderemos ter a certeza se houve ou não houve erro do Inpe naquilo que virou a Operação Arco de Fogo.

Portanto, digo a V. Ex^a, com toda a tranqüilidade, que espero que o Senado Federal, ao se reportar a esta situação toda – faixa de fronteira, questão ambiental, Amazônia como um todo e, agora, essas operações contra o crime ambiental –, aja de maneira desapaixorada e que coloque aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...definitivamente os verdadeiros objetivos.

Sr. Presidente, já encerro, agradecendo a V. Ex^a pelo tempo concedido, mas devo lembrar o seguinte: não estou aqui para mudar a decisão de quem está presidindo, mas é sempre importante que, uma vez dado a qualquer Senador qualquer tempo, pela necessidade do pronunciamento feito... E, pacientemente, estou aqui desde às 14 horas e 30 minutos, esperando por este momento, mas não podia sair daqui sem colocar minha versão. V. Ex^a foi complacente comigo, mas pediria que, se pudesse, uma vez cedendo tempo a mais a qualquer um, que a gente não pedisse mais espaço de tempo para nenhum outro. Fica da consciência de cada um fazê-lo. Mas, mesmo assim, agradeço a V. Ex^a por ter me concedido mais de dez minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode ter tido quantitativamente um tempo menor, mas o conteúdo do pronunciamento de V. Ex^a foi um dos de melhor qualidade que eu ouvi hoje.

Convidamos, lembrando o pedido do Presidente Garibaldi, o Senador Inácio Arruda, esse extraordinário Senador da República, do Ceará, de forte liderança no meu Estado, Piauí, do PCdoB, partido ao qual sou agradecido. Duas vezes cheguei ao governo do Estado com o apoio de V. Ex^a, e também ao Senado da República. O partido de V. Ex^a tem grandes representantes no Piauí, inclusive aquele que foi meu Vice-Governador e que desponta como um dos fortes candidatos à Prefeitura de Teresina.

Eu queria deixar uma saudação. O que mais me impressionou durante esses anos que passei aqui foi um depoimento de Oscar Niemeyer, porque além de

ser o que todos nós conhecemos, eu me fundamento na Bíblia. Na Bíblia, está escrito que Deus dá aos seus escolhidos uma longevidade; e, na longevidade, ele exerce ainda a profissão. Então, ele é um abençoado. E, fazendo um retrospecto da vida, ele disse que a qualidade mais bela é a solidariedade. E eu quero dizer que V. Ex^a é um homem solidário. Eu mesmo recebi solidariedade de V. Ex^a no momento mais difícil da minha vida política.

Use o tempo que achar conveniente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que foi importante na solidariedade a V. Ex^a – é sempre bom lembrar – é que fizemos uma caminhada conjunta de alguns quilômetros – não foram poucos! – a pé, sob o sol quente, com uma multidão que abraçava V. Ex^a e todos que ali estavam ao seu lado pelas injustiças cometidas pela Justiça. Então, vejam como as coisas ocorrem no Brasil.

Mas nós não temos nenhum arrependimento. O PCdoB não tem nenhum arrependimento. Nós o apoiamos para dois mandatos de Governo, para o Senado da República; recebemos também o apoio de V. Ex^a para poder participar do Governo em vários momentos, o que foi muito importante para o PCdoB no Piauí.

E hoje Osmar Júnior é candidato exatamente porque forjou a sua liderança, participando com V. Ex^a do Governo do Estado do Piauí, Estado irmão nosso, do Ceará, pela fronteira e pelas ilhas fronteiriças: Bitupitá, entre outras que estão ali na nossa fronteira entre Chaval e Luís Correia, que V. Ex^a admira muito – tenho certeza.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna para fazer uma prestação de contas: acompanhado do Senador José Nery, nós participamos, por deliberação desta Casa, em conjunto, digamos assim, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Conferência Mundial da Paz, na cidade de Caracas. Durante cinco dias, a cidade foi tomada por representantes de mais de 80 países e de mais de 108 organizações sociais, que discutiram a situação política, econômica e social, o desenvolvimento da humanidade e exatamente as razões que ainda levam o homem e as Nações a pleitearem o poder pela guerra, pela insensatez, pela brutalidade, principalmente das potências hegemônicas contra povos que estão em desenvolvimento, contra civilizações.

O império de hoje estende suas garras pelo mundo inteiro, com apoio numa estrutura midiática muito forte, que normalmente dá uma única versão dos fatos. Imagine que, em alguns casos, na ocupação e na invasão de países ainda se usam os mesmos argumentos utilizados para destruir, só para citar o caso da América, três civilizações magníficas: a dos Astecas,

que tinha estado organizado, com empresas, quase, podemos dizer, desenvolvendo um mercantilismo na região Norte da América; na América Central, havia a civilização maia; e, na Cordilheira dos Andes, havia outra civilização espetacular, que era a civilização Inca. E os “descobridores” da nossa magnífica região chegaram aqui, trazendo a civilização. Quer dizer, eles destruíram três magníficas civilizações com o argumento de que estavam trazendo para cá a civilização. Esse argumento ainda é utilizado hoje.

Quando as tropas americanas invadiram o Iraque, por exemplo, eles anunciaram, em discurso no Parlamento, para a mídia americana e para o mundo, que estavam levando para o Iraque a civilização. Como pode uma nação que tem pouco mais de 500 anos levar civilização para uma nação que tem mais de cinco mil anos? É uma estupidez, mas foi cometida e avalizada por vários outros países que têm seguido essa saga do imperialismo no nosso tempo.

Em Caracas, discutiu-se o tema da luta pela paz, porque a guerra não interessa ao desenvolvimento, a guerra não interessa ao progresso social. São nos momentos de paz que a humanidade progride, que o mundo se desenvolve. As nações que conquistaram a paz estão em progresso, estão se desenvolvendo e estão melhorando a vida dos seus povos.

Esse debate permitiu, Sr. Presidente, que se levantasse ali, em Caracas, uma bandeira importante para a América e para o mundo: a bandeira da desmilitarização do mundo por tropas estranhas aos países.

Por qual razão se mantêm bases alienígenas em nações americanas? Para se defender do quê? Para impedir que esses países possam se desenvolver, que sua economia possa crescer?

Há poucos dias, uma decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte do Equador tomou a seguinte posição: os equatorianos não vão renovar mais o contrato com os americanos de manter uma base dentro de seu país. Aquela base vai acabar no ano de 2009. Sr. Presidente, talvez essa tenha sido uma das razões pelas quais aquele país teve seu território invadido recentemente por forças do Governo de Uribe.

Discutiu-se a paz no mundo e, principalmente, na América do Sul. Falaram dos conflitos regionais, de como encontrar o nosso caminho, o caminho da América do Sul. Como é que nós vamos desenvolver o caminho pela paz na nossa região e não deixar que nenhuma potência alienígena, especialmente a potência norte-americana, interfira nos anseios, nos desejos do povo sul-americano de desenvolvimento, de progresso, atendendo às necessidades da região? Aqui mesmo no Brasil, quantas intervenções foram feitas? Na América do Sul inteira instalaram-se ditaduras

para todos os lados a soldo dos interesses externos, especialmente os interesses americanos.

Agora mesmo, essas nações vão tomando um outro rumo. Sempre se diz: não, o rumo que essas nações estão adotando é o do populismo. Populismo é quando se quer atender o povo. Parece que é isso. Popular, populismo, povo. É por aí. Então, esse governo é populista!

Então, na Argentina, tem um governo populista; no Paraguai, agora, também tem um governo populista, eleito pelo povo; em Caracas, na Venezuela, o governo também é populista; o Lula é populista; o Tabaré é populista, no Uruguai; a Michelle Bachelet também é populista, no Chile; Rafael Correa é populista. Na verdade, não se trata de populismo com esse aspecto pejorativo que se quer dar. São governos mais próximos do seu povo, que se preocupam em atender o seu povo, atender os interesses da sua nação, o seu desenvolvimento.

Perguntaram muito aqueles que estavam visitando Caracas pela primeira vez, como era o meu caso – Nery já tinha ido uma outra vez, mas eu estava indo pela primeira vez –, como pode, numa nação que se encontra em cima de bilhões de barris de petróleo, que valem bilhões e bilhões de dólares, o povo viver na miséria. Como é que pode? Que elite! Que elite! Deixaram o povo à míngua, na miséria mais atroz, no analfabetismo, enquanto uma meia-dúzia da população se locupletava com isso entre Caracas e Miami etc. Eram barbaridade!

Aí, vem o governo e se volta para esse povo, articula-se na América, quer defender os interesses do seu povo e diz-se que ele é “populista”. O mesmo ocorre com Correa, no Equador, ou mesmo com Evo, um índio que alcança o governo do seu país, como um operário alcançou o governo no Brasil.

Então, ali, Sr. Presidente, nós discutimos esses aspectos da luta pela paz e, mais importante, uma dirigente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, o Cebrapaz, Socorro Gomes, foi eleita para presidir o Conselho Mundial da Paz. O Conselho Mundial da Paz é uma instituição que nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial e que tem levantado essa bandeira de permanência da paz. É luta e permanência da paz.

Socorro Gomes, Presidente do Cebrapaz, foi eleita, agora, para presidir o Conselho Mundial da Paz, o que, para nós, tem grande significado.

Socorro foi Deputada, pelo Partido Comunista do Brasil, na Câmara dos Deputados. Socorro foi Vereadora lá em Belém do Pará. Socorro é a atual Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará. É uma mulher combativa, lutadora, sempre engajada nas lutas mais importantes do seu povo e da sua Nação,

do seu País. Agora, assume uma grande responsabilidade: com seu talento e com o apoio dos brasileiros e de todas as organizações de luta pela paz no mundo, deve buscar-se envolver, no sentido positivo, em conflitos que persistem na nossa região e no mundo.

Eu lembro quando aqui, no Congresso Nacional, Senador Wellington Salgado, Senador Flávio Arns, Senador Mão Santa, que preside esta sessão, formamos uma comissão de Parlamentares – de Senadores e Deputados – para nos irmarmos na luta histórica de um povo submetido, que era o povo do Timor. Alguns olhavam para a gente e diziam: “Mas o que é que você tem a ver com o Timor? O Timor não é lá na Ásia?” O que eu, lá do Ceará, ou o Senador Wellington, lá de Minas Gerais, ou o Flávio Arns, do Paraná, ou V. Ex^a, do Piauí, temos a ver com o Timor Leste? É que ali havia um povo que queria mostrar para o mundo que tinha diferenças tais e quais em relação à Indonésia, que foi colonizado também por uma potência – à época, a portuguesa –, que passou muitos anos como colônia e que, finalmente, conquistou sua independência por meio de uma luta promovida por organizações do mundo inteiro, entre elas o Congresso Nacional brasileiro, que recebeu, seguidas vezes, o atual Presidente do Timor Leste, Sr. José Ramos-Horta, alvo de um atentado, recentemente, em seu país.

Socorro, depois de fazer um discurso belíssimo na Conferência Mundial da Paz, foi eleita para presidir essa importante organização mundial. O Conselho Mundial da Paz tem relações com a Organização das Nações Unidas, é ligado às Nações Unidas, e é dali que emana sua força para atuar em todos os países do mundo e para ter relações com todas as organizações sociais.

Sr. Presidente, peço que faça inserir nos Anais do Senado Federal o discurso que Socorro proferiu na abertura da Conferência Mundial da Paz, depois de já ter sido eleita Presidente daquela importante organização dos povos, para que dele possamos ter conhecimento, para que a sociedade brasileira possa conhecer o texto de Socorro, como ela se manifestou em defesa da paz, tratando de questões concretas.

Uma das campanhas que está em curso é essa da desmilitarização. O Equador já está dando exemplo. Chega de base americana lá! Deve haver base equatoriana, não americana. É preciso que a gente examine a questão. À frente de Caracas, a poucos quilômetros daquela cidade, há uma base americana, em Curaçau. Mais à frente, há outra base americana dentro do território de Cuba, em Guantánamo. Se se vai percorrendo por ali, vai-se batendo em bases por tudo quanto é lado. Não é possível que elas sirvam para garantir a segurança dos cubanos ou dos equa-

torianos ou dos venezuelanos ou da população da ilha de Curaçau! Não deve ser isso.

Então, é preciso que essa campanha ganhe corpo pelo mundo afora. É preciso que o Conselho Mundial da Paz atente para os conflitos que permanecem na América do Sul. Cito um caso emblemático, que é o conflito na Colômbia. Vejam a situação: há 60 anos, houve o Bogotazo, que foi uma reação do povo de Bogotá ao assassinato do candidato a presidente pelo Partido Liberal. Ele foi assassinado pelas forças de direita do país, que assumiram o poder e que comandam a nação de lá até aqui. Da luta do Partido Liberal, surge a guerrilha que, no futuro, vai transformar-se nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Então, esse é um grupo de guerrilheiros, que tem prisioneiros. Todos nós queremos que todo prisioneiro político, em canto qualquer, seja libertado. O governo colombiano tem cinco mil presos políticos e mil guerrilheiros. Há paramilitares na Colômbia até hoje. O primo do Presidente da República, Alvaro Uribe, está sendo processado pelo Ministério Público, que pediu sua prisão. Ele acaba de pedir asilo político na Embaixada da Costa Rica, porque tem relações, como foi dito pelo Ministério Público, com os paramilitares. A Senadora Piedad Córdoba, que participa de um trabalho humanitário, relacionando-se com o Presidente da Venezuela e com a guerrilha para libertar os prisioneiros políticos das Farc, foi seqüestrada pelos paramilitares. Seus filhos moram fora do país, e ela mesma tem, seguidamente, de se ausentar do país, frente às perseguições que sofre dentro do seu território. Então, Sr. Presidente, é um conflito num País nosso, de povo irmão, e temos responsabilidade com relação a isso.

Estando Socorro Gomes na Presidência do Conselho Mundial da Paz, não tenho dúvida de que ela vai-se relacionar com essas organizações humanitárias. Aqui, a gente só sabe das relações humanitárias quando se trata dos prisioneiros das Farc. Dos prisioneiros que estão nas mãos do governo Uribe, ninguém fala; ninguém toca nesse assunto. Lá, ele pode torturar, pode fuzilar, pode matar, pode fazer o que quiser, que não vai haver opinião alguma de nenhum órgão de comunicação, parece-me, daqui e do mundo afora, pelo menos do mundo ocidental.

Por isso, é importante que uma personalidade como Socorro Gomes, assumindo a Presidência do Conselho Mundial da Paz, possa ajudar, contribuir. Vamos encontrar o melhor caminho, por meio do Conselho Mundial da Paz, para contribuir na luta pela paz entre nossos irmãos colombianos.

Assim devemos fazer em outros conflitos que estão espalhados pelo mundo afora. O Brasil já dá sua contribuição no Haiti, mas precisamos saber mais, melhorar nossa relação com aquele povo, para podermos

encontrar solução para o conflito daquele país também de povo irmão. Precisamos participar da discussão e do debate de todos esses conflitos.

A luta do Conselho Mundial da Paz ganha agora uma Presidente que tem uma trajetória de luta e uma trajetória de ligação com o movimento social em nosso País e que, com certeza, dará grande contribuição, a fim de que alcancemos o objetivo comum da humanidade, que é o de ter paz, paz para o progresso, paz para o desenvolvimento, paz para o engrandecimento das pessoas, dos homens, para que melhorem a qualidade de vida em nossa região, que é a América do Sul.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a paciência. V. Ex^a nos ouve até este instante, às 21h30min. Mas considere que era muito importante ficar aqui e esperar todos os oradores falarem, ouvir pacientemente cada um, para, ao final, dar minha opinião, prestando conta de nossa viagem, minha e do Senador José Nery, até Caracas, para participar da Conferência Mundial da Paz.

Naquela oportunidade, como Parlamentares, fizemos uma visita à Assembléia Nacional e aproveitamos para convidar a Presidente da Assembléia Nacional, Deputada Cilia Flores, para visitar o Congresso Nacional brasileiro, Câmara e Senado, convite que aceitou prontamente. Já foi autorizada sua formalização pelo Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, que está enviando convite especial, para que a Deputada Cilia Flores e outros Deputados e Deputadas da Assembléia Nacional venham até o Brasil discutir a luta pela paz. Lutamos pela paz, pelo desenvolvimento, pelo progresso. E uma das discussões que queremos travar com o país vizinho do Norte é sua integração no importante bloco econômico que é o Mercosul. Isso é importante, Sr. Presidente.

Veja que fomos para uma Assembléia, mas tratamos também de problemas concretos e objetivos entre as nações, como os da Venezuela e os dos países do Mercosul. E vamos contar com essa importante visita. Estivemos com a Presidente Cilia Flores, fizemos uma visita ao plenário da Assembléia Nacional, que é unicameral. Lá não existe o Senado. É uma única Casa, representando todos os interesses da nação venezuelana.

Sr. Presidente, portanto, gostaria de deixar registrado essa nossa prestação de contas, que faço aqui em meu nome e em nome do Senador José Nery, que participou comigo em todas as atividades da Conferência Mundial da Paz.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Discurso de Socorro Gomes, recém-eleita Presidente do Conselho Mundial da Paz, na abertura da Conferência Mundial da Paz, em Caracas, Venezuela.

Queridas companheiras,
Queridos companheiros,

Para mim é uma grande honra proferir o discurso inaugural da Conferência Mundial da Paz, na condição de presidenta do Conselho Mundial da Paz. É uma missão para a qual há muitas companheiras e companheiros na vastidão do movimento pela paz no mundo, nas fileiras do nosso Conselho Mundial da Paz em melhores condições de desempenhar. É um dos maiores desafios que assumi em minha vida de militante das causas mais nobres da humanidade, em muitos combates e batalhas pela liberdade, a democracia, a soberania das nações, os direitos humanos em toda a sua plenitude, a justiça e o progresso social, a solidariedade entre os povos e a paz, por uma sociedade fraterna, por um mundo que seja apanágio e agasalho de uma humanidade livre de todas as cadeias da opressão.

Nossa gratidão a Caracas, capital mundial da paz e da luta antiimperialista, à Venezuela bolivariana, berço de libertadores, e especialmente ao presidente Hugo Chávez, protagonista da luta pela libertação do nosso Continente, hoje empenhado também em sua pacificação. Tendo sido a sede de nossa Assembléia e de nossa Conferência Mundial pela Paz, a Venezuela bolivariana reafirma-se como ponto de referência e encontro dos movimentos antiimperialistas contemporâneos, fazendo irradiar para os povos de todo o mundo as idéias libertadoras e seu exemplo de luta pela construção de um mundo melhor.

Nesta Caracas, na data em que celebra a semana do bravo povo, assumo perante vocês o compromisso de dedicar o máximo das minhas energias e o melhor do que o povo brasileiro me ensinou à causa do Conselho Mundial da Paz, que é a causa de todos os povos. Agradeço a confiança e expresso a minha convicção de que contarei com o amparo do coletivo, com o esforço de todas as organizações e pessoas que integram o CMP, nomeadamente o companheiro e amigo Thanassis Pafilis, secretário-geral reeleito na Assembléia encerrada ontem. A nossa causa, o bem comum e coletivo, só será alcançada coletivamente, com o esforço e a contribuição de todos.

Nesta ocasião - e creio nisto estar falando em nome de todos - quero expressar o agradecimento ao companheiro Orlando Fundora que conduziu com talento, discernimento e dedicação o Conselho Mundial da Paz desde a anterior Assembléia, em 2004, até aqui. O companheiro Fundora nos aportou, além da sua experiência pessoal, de inestimável valor, a força e a garra do povo cubano e de sua gloriosa Revolução. Quero agradecer também aos nossos anfitriões do COSI, especialmente seu presidente e seu secretário geral, os companheiros Fermin Toro e Jul Jabur e toda a sua abnegada equipe, sem cujo esforço e dedicação o êxito deste evento não seria possível.

Companheiras e companheiros.

A causa pela qual lutamos - a paz e um mundo sem guerras nem agressões imperialistas - é nobre e elevada, mas o caminho que a ela conduz é complexo e tortuoso. Conquistá-la exigirá luta, sabedoria, desprendimento e abnegação. Não queremos a paz dos cemitérios, nem muito menos a paz dos vencidos ou dos rendidos. Ao longo da história da humanidade e sobretudo na sociedade contemporânea há forças poderosas que atuam no sentido contrário ao das liberdades e da paz, que impõem pela força das armas e pelo flagelo das guerras os seus interesses de rapina sobre os povos.

A Assembléia dos últimos dois dias e a Conferência que ora inauguramos se realizam nos marcos de uma situação mundial caracterizada pelas guerras de agressão, a insegurança, a instabilidade, os desequilíbrios sociais entre países ricos e pobres. O direito internacional foi amesquinhado, transformado em letra morta. As Nações Unidas são cada vez mais esvaziadas de sua função precípua de fazer valer o direito internacional e dirimir pacificamente os conflitos internacionais e, ao contrário, são instrumentalizadas pelo imperialismo estadunidense no seu afã de exercer unilateralmente seu domínio sobre o mundo. Nunca, no transcurso da história, houve tantas violações ao princípio da soberania nacional, à segurança internacional, aos direitos dos povos, como agora.

O sistema de dominação prevalecente tornou-se a tal ponto insano e criminoso, que ameaça a própria sobrevivência da humanidade. E em nome de quê? Em nome da manutenção de um sistema insustentável, como disse o companheiro Fidel Castro.

O mundo é cada vez mais inseguro. Além da doutrina e da prática genocidas da guerra permanente e das guerras preventivas dos EUA, é crescente a militarização do planeta. O imperialismo subtrai investimentos sociais, destinando cada vez maiores recursos para financiar as suas aventuras bélicas, dissemina bases militares e promove uma escalada nuclear.

Em estudo feito recentemente por dois estadunidenses ilustres – Josef Stiglitz e Linda Bilmes – assinala-se que os Estados Unidos já gastaram 6 trilhões de dólares com a guerra ao Iraque. Todos os meses os Estados Unidos desembolsam 16 bilhões de dólares em custos correntes para as guerras do Iraque e do Afeganistão, além dos 439 bilhões de dólares do orçamento do Departamento de Defesa. Enquanto isso, bilhões de seres humanos vivem em condições da mais extrema miséria. Certamente que com essas colossais somas que financiam a guerra seria possível investir no combate às chagas sociais em todo o mundo e na própria sociedade norte-americana, onde é cada vez maior o fosso entre ricos e pobres. É por estas razões que entendemos que a luta pela paz é indissociável da luta pela eliminação da pobreza e da miséria, da luta para promover o desenvolvimento econômico e social, a justiça e o progresso social. No fundo, a conquista da paz está relacionada com o advento de um superior ordenamento da sociedade.

Estamos convictos de que a conquista da paz é inseparável da luta contra a ordem política e econômica injusta vigente em nossa época. A cooperação internacional e o entendimento entre as nações serão possíveis somente quando for quebrado o monopólio do poder político exercido pelos Estados Unidos e extinto o unilateralismo nas relações internacionais. Isto pressupõe o exercício da soberania e de plenos direitos por todas as nações, a superação das relações de dominação e escravização das nações mais débeis pelos potentados internacionais.

A conquista da paz será principalmente o resultado da conquista de avanços sociais para toda a humanidade. Não haverá paz sem desenvolvimento e justiça social, sem a eliminação da pobreza e da miséria, sem a distribuição e fruição eqüitativa da riqueza, sem a superação do imenso abismo social entre ricos e pobres.

A atual doutrina que rege as ações do imperialismo estadunidense acarretou graves impasses políticos no sistema internacional. Primeiramente, tornou o mundo mais inseguro, violento e antidemocrático. Ao proclamar a guerra permanente e as guerras preventivas para supostamente combater o terrorismo, o imperialismo estadunidense elegeu como principais instrumentos para fazer valer os seus interesses o terrorismo de estado, a militarização do planeta e as guerras de agressão.

Companheiras e companheiros.

A missão do Conselho Mundial da Paz é precisamente contribuir com suas lutas e campanhas para inverter esta tendência nefasta. E ajudar as forças políticas e sociais a marcharem no compasso da época atual, o que significa abrir caminho para dar livre curso à tendência que afinal prevalecerá que é a construção de um mundo de paz e prosperidade para toda a humanidade. Apostamos na vocação libertadora do ser humano, na evolução da espécie, no progresso do mundo.

A Assembléia de Caracas do Conselho Mundial da Paz nos deu elementos de convicção e otimismo histórico, pois passando em revista o quadro internacional, os informes das organizações nacionais e das instâncias regionais aqui reunidas, percebemos que muito embora o imperialismo estadunidense seja inexcedível na perpetração de tropelias e crimes de lesa-humanidade, não é invencível e pode ser derrotado.

Em todo o mundo, a partir da nossa América rebelde, despertam os sinais de um novo tempo, com a ampliação e intensificação das lutas libertadoras e a constituição de governos democráticos, progressistas e revolucionários. Pela primeira vez em sua história de quase 60 anos, a Assembléia do Conselho Mundial da Paz realiza-se em território latino-americano. Neste Continente, outrora submisso ao imperialismo estadunidense, hoje um continente rebelde, desenvolvem-se, em rito intenso, amplas e profundas mudanças políticas. Desde o extremo sul, no Uruguai e Argentina, passando pelo Brasil liderado pelo presidente Lula, a região andina – onde Bolívia, Equador e Venezuela transformaram-se em trincheiras avançadas do antiimperialismo – até a América Central e o Caribe, criou-se um ambiente propício à defesa da paz, da soberania nacional e do desenvolvimento com justiça social. Condenamos energicamente os intentos do imperialismo norte-americano de trazer para o nosso Continente as idéias e a prática

nefastas da guerra permanente e da guerra preventiva. Irmanados a Cuba, profundamente engajados na luta pela libertação de seus cinco heróis presos nos cárceres do Império, e à Venezuela Bolivariana, onde seu bravo povo esforça-se por construir novo sistema político e social, proclamamos que a América Latina é e continuará sendo um território de paz, da solidariedade e da fraternidade entre os povos. Desejamos que a Colômbia, de tantas tradições combativas, supere o momento tenebroso em que vive, refém de oligarquias retrógradas, do terrorismo de Estado e das ingerências dos Estados Unidos e avance para a conquista da paz democrática e justa.

No Oriente Médio, a estratégia norte-americana fracassa rotundamente, mercê do heroísmo e da resistência dos povos do Iraque, Afeganistão, Líbano, Palestina, Irã e Síria. As resoluções da Assembléia Mundial do Conselho Mundial da Paz reforçam as nossas convicções para lutar contra as guerras insanas e criminosas do Império, como as que o imperialismo estadunidense e seus aliados desenvolvem no Iraque e no Afeganistão. A guerra contra o Iraque, feita em nome de mentiras para assegurar os interesses estratégicos dos Estados Unidos de assumir o pleno controle do Oriente Médio, é um dos maiores genocídios já consumados contra a humanidade.

Desde o coração da América Latina, o Conselho Mundial da Paz reitera a exigência de imediata retirada das tropas de ocupação do Iraque e do Afeganistão e repudia as ameaças de agressão à Síria e ao Irã. Expressamos a nossa mais sentida solidariedade e o nosso indeclinável compromisso com a luta do povo mártir da Palestina contra os massacres perpetrados por Israel e pela conquista do seu Estado nacional independente, e com o heróico povo libanês por sua unidade e pela reconstrução do seu país.

Nossa saudação aos povos da Ásia, onde se fortalecem modelos alternativos de desenvolvimento com o advento da China como força

econômica e política emergente no cenário internacional; com a luta pela desnuclearização da Península Coreana e contra a imposição ao Japão de uma aliança militar com os Estados Unidos. Na Índia, o grande povo daquele país condena o acordo nuclear com os Estados Unidos. No continente europeu, cresce o clamor contra as armas nucleares, as aventuras bélicas da OTAN e a instalação do escudo antimísseis. Na África, multiplicam-se os movimentos para vencer o atraso, o subdesenvolvimento e superar as chagas abertas pelo colonialismo e o neocolonialismo.

É um quadro novo, em ebulição que se desenvolve em meio à manifestação dos sinais de decadência e insustentabilidade da economia parasitária estadunidense. Temos agora redobrada convicção de que em contraste com o período de trevas imposto à humanidade pelas políticas do imperialismo estadunidense, encontramos-nos no limiar de uma nova primavera dos povos.

Temos, pois, companheiras e companheiros, razões para apostar na possibilidade de crescimento e desenvolvimento da atividade do CMP. O CMP pode e deve converter-se num pólo aglutinador de forças sociais e políticas progressistas e numa destacada força da luta antiimperialista. Saímos desta Assembléia com a convicção de que o CMP pode desempenhar destacado papel nesse movimento e tornar-se uma força propulsora da denúncia, da contestação, da resistência e da luta contra a militarização do mundo e a guerra imperialista. Ao fortalecer nossas convicções a Assembléia do CMP e a Conferência que agora inauguramos nos mostram também que é possível avançar no trabalho do CMP com iniciativas audaciosas, imprimir em nossas ações caráter de massas e de trabalho unitário com todos os que estejam imbuídos de que é necessário derrotar o imperialismo e suas políticas de guerra. É possível unir amplas forças na luta contra as bases militares, contra as armas nucleares, pela retirada imediata das tropas de ocupação e em solidariedade a todos os povos agredidos pelo imperialismo.

Companheiras e companheiros.

Fortalecidos pelo êxito de nossa Assembléia, os lutadores do movimento pela paz proclamamos a inauguração de uma nova época na luta da humanidade por seus anseios de paz, justiça social, soberania dos povos e nações, desenvolvimento e progresso social. A Assembléia do Conselho Mundial da Paz, coroada de êxito na realização dos seus objetivos, é acontecimento histórico de enorme transcendência. A sua influência será duradoura. Deixamos Caracas, que nos acolheu com tanto carinho e numa atmosfera de combate antiimperialista, profundamente convencidos de que o Conselho Mundial da Paz é uma organização indispensável para os destinos dos povos. Por isso o seu fortalecimento é uma exigência de nossa época. É nesse esforço que estarei e estaremos todos empenhados.

Viva a luta pela Paz, contra a guerra imperialista!

Viva a solidariedade entre os povos!

Viva o Conselho Mundial da Paz!

Viva o bravo povo bolivariano!

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como não poderia deixar de ser, o Senador das Minas Gerais. Hoje, é dia 22 de abril. Ontem, o dia todo era de Minas, dia de Tiradentes, dia da morte de Tancredo e dia do aniversário de Brasília, Senador Flávio Arns, que também é filha de Minas, e do Piauí – somos a segunda colônia aqui presente.

A maior grandeza desta cidade, Brasília, capital de que todos nós nos orgulhamos, nascida de Minas, é a sua mocidade estudiosa, que deu o maior presente a Brasília: a juventude, na sua pureza, em busca de ideais, de sonhos e do saber, lançou-se em campanhas contra a corrupção, tão necessárias neste País!

Apenas lembro a recomendação do Presidente Garibaldi, de quem V. Ex^a é íntimo seguidor, de que deveria ser de dez minutos o tempo dado a cada orador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Mão Santa, Senador Flávio Arns, telespectadores da TV Senado que me vêem neste momento, vim à tribuna mais para um desabafo. Hoje, estava aqui trabalhando no Senado, pela manhã, sou Presidente de Comissão, fizemos o nosso trabalho matinal, que é participar das várias comissões. Cumprindo o trabalho, um grupo defende o Governo, outro faz seu papel de oposição, defendendo suas idéias.

Senador Mão Santa, um grande político chegou a dizer que o Senado é melhor do que o céu, porque você não precisa morrer para pertencer ao Senado. Para mim, a beleza do Senado está justamente em seus ocupantes. Quem chega a Senador da República tem que ter um orgulho muito grande de, de repente, estar aqui perante V. Ex^a, que é um homem que possui uma cultura enorme, que o Brasil já conhece; perante V. Ex^a; Senador Flávio Arns, que praticamente tem uma caridade genética, digamos; ao lado do Senador Arthur Virgílio, que considero o senhor da guerra; do Senador Paulo Paim, fazendo grandes defesas; do Senador Pedro Simon, que considero um livro histórico de todo o movimento político que aconteceu neste País, e toda vez que não consigo entender algo, gosto de me sentar a seu lado a fim de que ele me dê sua interpretação do momento, como na história que estamos vivendo, do Presidente Lula.

Sr. Presidente, hoje, fiquei muito triste. Sou apaixonado por esta Casa. Sou apaixonado por ter o prazer de estar nesta Casa. No dia em que eu sair do Senado, vou poder dizer que convivi com homens inteligentes, homens que vieram para esta

Casa, cada um representando uma parte da população, cada um uma parte do Brasil, cada três, uma parte do Brasil, e representando o sonho de vários brasileiros que os colocaram aqui. Hoje, eu vivi um momento muito triste. E disse que ficaria até o final da sessão, mesmo que eu fosse o último orador, e tentaria gozar do prestígio da Presidência do Senador Mão Santa para falar.

Hoje, o que vi nesta Casa foi o seguinte: não vamos votar nada enquanto o Supremo não chegar a uma decisão a respeito de questões que envolvem o Orçamento, de medidas provisórias que mexem com dinheiro, que movimentam dinheiro, porque isso é inconstitucional, e o Supremo está julgando.

Senador Mão Santa, telespectadores da TV Senado, esta Casa reclama que sofre com o Executivo, que envia medidas provisórias que não nos deixam trabalhar. Concorde. Concorde plenamente. Agora, vamos ficar parados, aguardando uma decisão do Supremo, que é um outro Poder. Eu nunca vi o Ministro Marco Aurélio dizer que vai parar uma decisão do Supremo porque vai aguardar uma legislação que tenha que sair do Congresso Nacional. Eu nunca vi isso. E tenho certeza de que vou morrer sem ver.

Eu nunca vi o Ministro Gilmar parar algo, dependendo de que decidam algo que venha de outro Poder. Ou seja, há três Poderes no País: o Poder Executivo, o Presidente Lula eleito duas vezes; o Poder Legislativo, Congresso Nacional, Câmara e Senado; e o Poder Judiciário.

São três Poderes independentes, um sempre policiando o outro. Agora, esta Casa pára porque dizem que o Presidente Lula envia muitas medidas provisórias, nós temos de regulamentar.

Concorde com o Presidente Garibaldi. Agora, esta Casa, com políticos que respeito, com políticos de tradição genética, histórica, que começaram como vereadores, foram Deputados, e chegaram a esta Casa, agora dizem que esta Casa tem parar, aguardando uma decisão do Supremo.

Sou um homem que acredita nas leis. Temos dois caminhos: ou respeitamos as leis ou vamos contra as leis, e este é um lado da vida que não conheço. Mas sujeitar esta Casa a se paralisar, aguardando a decisão de um outro Poder, eu não concordo, Senador Mão Santa. Seja de quem for.

Eu duvido que ouviria de alguém do meu Partido, como o Senador Pedro Simon, homem que já viu a História passar diante dos olhos, que esta Casa tem de parar aguardando uma decisão do Supremo.

Primeiro, porque o Supremo não está preocupado com isso. Ele dará a decisão que tiver de dar. São

onze ministros, um Presidente e dez Ministros, duas turmas. Ele vai decidir

Agora, nós pararmos de votar porque temos de aguardar uma decisão do Supremo... Se a decisão do Supremo for que está tudo inconstitucional, não vai valer. Todas as coisas que foram aprovadas não terão validade. Agora, nós pararmos de trabalhar nesta Casa para aguardar uma decisão, Senador Mão Santa, isso para mim é um símbolo de submissão ou é uma desculpa da Oposição ou não sei de quem; para mim, não é só Oposição, porque ela não representa os 41 que têm de haver aqui. Se os Senadores vierem aqui, vão votar o que quiserem, e alguns Senadores da Oposição, também. Agora, tentar levar esta Casa para uma situação de submissão – ela não tem responsabilidade, nem o órgão que está decidindo tem nenhuma ação contra o Senado Federal – não aceito, Senador Mão Santa.

Hoje, estava sentado e ouvi as colocações de políticos que respeito. É impossível não respeitar o Senador José Agripino, por quem tenho o maior carinho, mas já tivemos posições contrárias nesta Casa.

No Senado, a grande lição que tive: pode haver defesa de pontos, sem pessoalidade nos ataques; são sempre discussões de idéias, não aspectos pessoais. O Senador Mão Santa, por exemplo, sabe que, quando o nosso Partido se reúne, há ali PMDB para tudo quanto é lado; no entanto, nós decidimos. E o que decidimos no voto está valendo, V. Ex^a sabe disso. Muitas vezes, já saí contrariado, e V. Ex^a, também. É certo que venho ganhando ultimamente: V. Ex^a tem saído mais contrariado do que eu, mas é um peemedebista histórico, como outros membros também.

Então, esperei até este momento – são 21h40min; deixei de jantar com o Ministro Hélio Costa, tinha combinado jantar hoje com ele –, porque estava me sentindo muito mal, Senador Mão Santa. Não vejo como tornar esta Casa fraca pode fazer com que alguns Senadores se fortaleçam. Esta Casa fraca faz com que os Senadores fiquem fracos. Vejo o nosso Presidente, a todo momento, tentando negociar alguma coisa, para que possamos votar, fazer o nosso trabalho.

E não conseguimos chegar a um acordo, Senador Mão Santa, não conseguimos acertar a nossa situação. Esse é um problema que vamos ter de resolver aqui dentro. Ninguém vai vir, para nos dar a solução. Reunião de Líderes, de comissão, sessão plenária, seja o que for, teremos de encontrar o caminho, para levarmos o Senado para onde queremos. E quem vai levar são os 81 Senadores que sentam em cada uma dessas cadeiras. Somos nós; não vai vir nenhuma solução por medida provisória, que possa organizar esta Casa – uma Casa bonita, com moral, com história,

com grandes Senadores, seja da Oposição, seja do Governo ou da base de sustentação. Todos chegaram aqui, porque representam o sonho de uma parcela da população brasileira.

Então, Senador Mão Santa, esperei até este momento, para colocar: espero que os Líderes dos Partidos, sejam eles da Oposição, da Situação, da base de apoio ao Governo, do meu Partido ou do seu Partido, Senador Valdir Raupp, encontrem uma solução para o que estamos vivendo.

Não posso vir para uma Casa em que sempre sonhei estar – representar Minas Gerais é um orgulho muito grande, V. Ex^a sabe muito bem disso –, para chegar aqui e ficar tomando cafezinho e comendo queijinho! Eu não vim aqui para isso, não. Eu trabalho; amanhã estou na minha Comissão. Trabalho o tempo que for, seja em CPI ou no que for; vou trabalhar sempre. Agora, quando chego aqui, no momento maior, na sessão plenária, e ouço “Não vamos votar, porque vamos aguardar uma decisão de outro Poder”, não posso concordar com isso.

Senador Mão Santa, não concordo. Espero que os telespectadores de casa se coloquem na minha posição – encontro alguns eleitores, inclusive de outros Estados, não só de Minas, que reclamam que às vezes estou indo bem, mas falo demais. Falo o que sinto. Sinto que esta Casa merece mais carinho e mais respeito. Vamos brigar, vamos discutir.

Já vivemos momentos de fortes embates nesta Casa, sempre tentando colocá-la mais forte. Se ela é forte, o Senador Mão Santa também é forte, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é forte, o Senador Flávio Arns é forte. Todos nós seremos fortes, mas não neste caminho que estamos vendo.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, por ter ficado até este momento. Muito obrigado por me ter dado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, vou, especialmente, telefonar, ainda hoje, para o nosso Presidente Garibaldi Alves Filho: V. Ex^a cumpriu o horário de 10 minutos, determinado por ele.

V. Ex^a, em parte, tem razão. Mas, para ver a grandeza desta Casa, hoje, por exemplo, lá na CAE, apreciamos o nome que o Presidente Luiz Inácio mandou para ser aprovado. Eu fui Relator lá e aqui. Foi aprovado o nome do Embaixador de Mali, Sr. Jorge José Frantz Ramos, de que fomos Relator, bem como o nome que o Presidente Luiz Inácio mandou, Enéas Costa de Souza. Mostramos, pessoalmente, que queremos que a Casa funcione. Dos poucos que aqui foram aprovados, de dois deles hoje fui Relator.

Convidamos, para usar da palavra – e assim é a democracia – esta extraordinária figura do PT. É

daquele PT que chegou ao poder, com o sonho de todos nós: de firmeza, de pureza, de decência e de ética. O PT tem pessoas boas. Talvez ninguém exceda V. Ex^a lá, embora, infelizmente, hoje haja mais aloprados. Mas um homem como V. Ex^a é de muita respeitabilidade. E não é só V. Ex^a, lá no Piauí há um candidato a Prefeito, Nazareno Araújo, um homem de alta hombridade. O destino nos colocou juntos na disputa do Governo do Estado em 1994. Eu disputei contra ele, mas quero dizer que é um homem muito honrado o candidato do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Teresina.

V. Ex^a pode usar da tribuna. Existe aquela recomendação do nosso Presidente Garibaldi, de que cada um usasse da palavra por dez minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a. Só quero dizer aos telespectadores da TV Senado que, dentro dos partidos políticos, há sempre uma luta, para que o ideário do partido seja cumprido. Todos nós falamos muito de fidelidade partidária. E essa fidelidade pode ser vista do ponto do parlamentar com o partido, mas também do partido com os seus objetivos, com as bandeiras que fizeram com que o partido surgisse.

Existe muita gente, no Partido dos Trabalhadores e também nos outros partidos políticos, que dá, eu diria, o melhor de si, para que o Brasil seja um País justo, desenvolvido, com oportunidades, com dignidade, com cidadania para seu povo. Acho que essa é a grande luta.

Percalços acontecem em todos os partidos políticos, na sociedade, mas temos de ir criando mecanismos, para que essa situação se aprimore, cada vez mais, em termos de transparência, de participação e de busca dos objetivos que nos devem unir pelo Brasil todo.

O Senador Wellington Salgado se manifestou, desta tribuna, em relação às dificuldades. Até penso que este é um momento de discussão, de aprofundamento, de convergência, de amadurecimento das nossas instituições e também do Congresso Nacional.

Então, no Congresso, muitas dificuldades aconteceram. São coisas que não deveriam ter acontecido numa Casa que tem de ser referência para a população – infelizmente, a sociedade sabe que elas aconteceram. Mas, ao mesmo tempo, temos de ver que muito trabalho está sendo feito dentro do Congresso Nacional e do Senado Federal.

Se, por um lado, temos dificuldades, aqui no plenário, para votar uma medida provisória, como aconteceu hoje com uma medida provisória de crédito extraordinário, cujo conteúdo está sendo deba-

tido pelo Congresso Nacional, precisamos lembrar, por outro, que a quantidade de medidas provisórias, o exagero de sua edição, a sua utilização para conteúdos absolutamente inadequados, tudo isso fez com que o Congresso Nacional se debruçasse sobre esse tema e estivesse agora apresentando, para decisão da Câmara e do Senado, novas perspectivas para a medida provisória.

Se observarmos o dia de hoje do Senado: hoje de manhã – sou membro titular da Comissão de Educação – participamos de um seminário com a presença de quatro Ministros de Educação de quatro países; em seguida, estivemos na Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, onde cerca de dez projetos foram apreciados, em decisão terminativa e não terminativa na Comissão. Mas somente em uma comissão foram dez projetos. E, na sequência, durante toda a tarde e noite, nós nos reunimos com representantes da agricultura familiar, dos trabalhadores rurais, para discutirmos a Medida Provisória nº 410, para chegarmos a conclusões do que pode ser feito: quais encaminhamentos, se o texto da Câmara está adequado, se alguma coisa deve ser alterada no Senado, por que se escreveu de uma determinada maneira. Provavelmente serei o Relator dessa medida provisória e quero ouvir os setores todos da sociedade. Amanhã, às 9 horas da manhã, apesar de termos reuniões de Comissões, vamos nos reunir também com representantes de vários Ministérios e de movimentos sociais para continuarmos essa discussão.

Eu gostaria até de dizer para a sociedade, Sr. Presidente, que o trabalho do Senado Federal não se restringe ao plenário. Aqui no plenário é o momento para debates, discussões e aprovação de projetos que não têm a sua natureza terminativa na Comissão. Mas é uma das instâncias. A outra instância é – e tem que ser – acompanhamento, fiscalização e controle. Ao mesmo tempo, deve ser o local onde a sociedade possa debater nas comissões, nas CPIs, onde for necessário, as suas necessidades.

Então, por um lado, toda a sociedade está pensando no papel do Senado Federal, no que aconteceu, mas, ao mesmo tempo, devemos pensar e refletir que um caminho tem quer melhorado, tem que ser construído. Que os escândalos e os problemas que aconteceram aqui dentro sirvam, pelo menos, para que tenhamos uma Instituição melhor e para que um povo mais consciente, mais politizado possa também mandar para o Congresso Nacional, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado Federal e também para as câmaras de vereadores – as câmaras e as assembleias legislativas –,

representantes sintonizados com o espírito político adequado e bom.

Eu gostaria, Sr. Presidente, até de ler um pequeno pronunciamento:

Na condição de Senador da República e de Presidente da União Parlamentar Escoteira do Brasil, é com grande satisfação que registro o transcurso, no dia de amanhã, 23 de abril, do Dia Mundial do Escoteiro, data escolhida por ser dedicada a São Jorge, padroeiro do movimento.

Fundado em 1907 – 101 anos atrás –, quando o Oficial do Exército Britânico Robert Baden-Powell organizou o célebre acampamento que reuniu 20 jovens na ilha de Brownsea, na costa sul da Inglaterra, o escotismo, desde então, propagou-se por todo o mundo.

O escotismo é o maior movimento mundial de jovens, de caráter voluntário, apartidário e educacional. O escotismo tem por objetivo o desenvolvimento do caráter e o aproveitamento de todas as potencialidades físicas, intelectuais, sociais e afetivas dos jovens, conforme concebeu seu fundador.

Ao criar o Movimento Escoteiro, Robert Baden-Powell foi influenciado pelas circunstâncias de sua infância, período em que teve intenso contato com a natureza e conviveu com intelectuais, artistas e pesquisadores que freqüentavam a sua casa. Mais tarde, já na carreira militar, viveu notáveis experiências em diversas partes do mundo, quando desenvolveu técnicas de reconhecimento, de observação e de dedução. É célebre a passagem de sua vida em que, chefiando um pequeno grupo das tropas inglesas sitiadas, conseguiu resistir por 217 dias, até a chegada de reforços.

Ali se plasmava um ídolo e um herói nacional para as novas gerações inglesas, mas ali se plasma-vam também os fundamentos do que viria a ser o movimento escoteiro, pois Baden-Powell se impressionou vivamente com a lealdade, a dedicação e o senso de responsabilidade dos jovens que estavam sob seu comando. Ao escrever um livro com subsídios para reconhecimento militar, Baden-Powell decidiu elaborar também uma versão destinada ao público jovem; e em 1907, 101 anos atrás, quando realizou o acampamento na Ilha de Brownsea, ficou tão entusiasmado com os resultados que decidiu se afastar do Exército para fundar o movimento escoteiro.

O escotismo chegou ao Brasil em 1910, há 98 anos, quando um grupo de suboficiais da Marinha, que estivera na Inglaterra no ano anterior, fundou o Centro de Boys Scouts. Por algum tempo, os grupos de escoteiros foram surgindo de forma desordenada,

sem um órgão representativo que os grupasse, até que, em 1924, foi criada a União dos Escoteiros do Brasil, que hoje reúne cerca de 60 mil participantes em nosso País.

É gratificante constatar que o movimento escoteiro, que este ano completa 101 anos de existência, não se arrefeceu. Pelo contrário, estando presente em 220 países, reúne nada menos de 30 milhões de participantes e tem o reconhecimento de numerosos governos e organismos internacionais, entre eles a Unesco.

Nas comemorações do seu centenário, ocorrido no ano passado, realizou-se em Chelmsford, na Inglaterra, o XXI Jamboree Escoteiro Mundial, ocasião em que quase 45 mil escoteiros de várias partes do mundo puderam se congregar, reafirmando sua unidade, o propósito de paz e outros valores por eles compartilhados.

Tive a oportunidade de representar o Senado Federal naquela ocasião e de me colocar à disposição para incentivar e apoiar o Movimento Escoteiro no Brasil.

Em Brasília, há dois anos, realizou-se o III Jamboree Nacional Escoteiro, no Parque da Cidade, do qual participaram mais de mil escoteiros de praticamente todos os Estados brasileiros, além de representantes de vários países; e é com orgulho que comunico a realização, nos dias 11 a 17 de janeiro de 2009, ano que vem, do IV Jamboree Nacional Escoteiro, em Foz do Iguaçu, no meu Estado do Paraná. O evento terá o apoio não só da União Parlamentar Escoteira do Brasil – entidade de ideologia suprapartidária que tem por objetivo apoiar o escotismo e incentivar as filiações ao movimento em todo o País –, mas também, quero acreditar, o desta Casa Legislativa, que em outras ocasiões já manifestou sua solidariedade aos escoteiros brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o escotismo, para finalizar, é um movimento que se propõe a desenvolver nos jovens, por meio de atividades em contato com a natureza, o companheirismo, a fraternidade e a iniciativa, além de valores universais como a convivência familiar, a integração com a comunidade e o espírito cívico. Nesta ocasião em que se festeja o transcurso do Dia do Escoteiro, amanhã, 23 de abril, quero me congratular com os escoteiros de todo o Brasil e de todo o mundo, augurando o constante aprimoramento e a constante expansão do movimento fundado por Baden-Powell.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Lamentando encerrar esta sessão, apresentamos os

nossos votos de pesar pelo falecimento do extraordinário funcionário Sinval Barbosa Sobrinho, natural de São José do Rio Preto, lotado na Diretoria-Geral, com 30 anos de Senado, 25 dos quais trabalhando diretamente com o Diretor-Geral da Casa.

Senador Flávio Arns, V. Ex^a, que é de uma família cristã, de Evaristo Arns e Zilda Arns, quando há um acontecimento desses, vem à minha mente a Sagrada Escritura. Aí o pregador, o Qohélet diz “ninguém teve mais sabedoria do que eu”. Atentai bem, Wellington Salgado! Qohélet diz: “Eu sou neto de Davi, filho de Salomão. Eles me passaram os ensinamentos, a sabedoria”. Ele disse ainda que teve outros mestres, mas seu avô e seu pai lhe ensinaram. Teve riquezas que ninguém teve igual no mundo; teve palácios, ouro, prata, mulheres mil; teve gado mais do que estrelas no céu: caprinos, ovinos; teve tudo, enfim, mas ele, Qohélet, com esses ensinamentos todos, podia dizer que tudo é vaidade; é querer pegar o vento com as mãos. Sabedoria é muito importante, vale mais do que ouro e prata. E se pode ver, no fim da vida, muitos sábios perderem essa sabedoria. O que é bom mesmo é comer bem, beber bem e fazer o bem. Você vai ver: nós nascemos novos, morremos novos. Você vai ver: chega-se a esse mundo nu e dele se sai nu. Você vai ver que o que eu digo é verdade não numa festa, numa boda, num casamento, num aniversário, mas na sentinela de um amigo. Você vai ver que eu digo a verdade: tudo é vaidade.

Então, Deus é que sabe das coisas. Nós, em nome de todos que fazem o Senado da República, nós Senadores e este corpo funcional magistral, lamentamos o acontecimento. Entregamos a alma de Sinval Barbosa ao Deus em que nós acreditamos. E, traduzindo isso, nós agradecemos a todos.

Evidentemente, dirigi esta sessão com o melhor do meu esforço. Jamais seria igual à competência e à liderança que tem o nosso Presidente Garibaldi, mas fizemos o melhor esforço e agradecemos aos funcionários, todos que ainda estão até uma hora dessas, principalmente a nossa Secretária-Geral, Dr^a Cláudia Lyra, os dois extraordinários assessores, os Secretários Adjuntos José Roberto e João Pedro, e o nosso Zezinho, que fica aqui nos servindo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 349, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como

1ª Signatária a Senadora Ideli Salvatti que acrescenta novo parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Em exame nesta Comissão, a PEC nº 96, de 2003, cuja primeira subscritora é a Senadora Ideli Salvatti.

O art. 1º acresce § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com o objetivo de reduzir gradativamente a Desvinculação de Receitas da União (DRU), para efeito do cálculo dos recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de que trata o art. 212 da Constituição Federal, nos termos de lei complementar. O art. 2º prevê que a emenda resultante vigorará a partir de sua publicação.

O supracitado dispositivo da Constituição determina que a União aplique anualmente, no mínimo, 18% da receita resultante de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). No entanto, a DRU reduz esses recursos, ao reduzir a base de cálculo sobre a qual incide o percentual de 18%.

Nesta Comissão, foram apresentadas quatro emendas.

A Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, aperfeiçoa a redação, suprimindo a expressão “A partir de 2005” e substituindo a previsão de lei complementar por lei ordinária.

As Emendas nºs 2 a 4 são de autoria da Senadora Kátia Abreu. A Emenda nº 2 objetiva excetuar da DRU a receita destinada à MDE sem a redução gradual prevista na PEC. A Emenda nº 3 excetua da DRU, além da receita destinada à MDE, a destinada à saúde a que se refere o art. 198 da Constituição Federal. Por fim, a Emenda nº 4 excetua da DRU a receita destinada à MDE, incluindo na base de cálculo desta as transferências constitucionais, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à promulgação da emenda.

Em 5 de dezembro último, a proposição foi distribuída ao Senador Jefferson Péres para emitir relatório.

II – Análise

A PEC nº 96, de 2003, preconiza que o percentual de desvinculação de 20% incidente sobre a MDE

seja reduzido gradualmente a cada exercício, a partir de 2005, nos termos de lei complementar. Assim, os recursos vinculados à MDE seriam aumentados, ao longo dos anos, de acordo com o que for definido na lei complementar a ser editada, até a DRU não mais reduzir os recursos vinculados.

Constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa

A PEC nº 96, de 2003, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60 da Constituição Federal (CF). Com efeito, a proposta foi assinada por número suficiente de Senadores e não incide nas limitações materiais que constam do seu § 4º, ou seja, não tende a abolir as chamadas cláusulas pétreas.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas. Por fim, não há inclusão de matéria estranha a seu objeto.

Mérito

Com o mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU), 20% dos recursos destinados pela Constituição para o financiamento da educação podem ser livremente alocados. Esses recursos são destinados a outras despesas e ao superávit primário, com evidente prejuízo para o sistema educacional do País, ficando a maior parte dos encargos da educação sob a responsabilidade dos estados e municípios.

A alegação do Governo Federal é de que a DRU constitui importante instrumento de flexibilização de seu orçamento, permitindo a alocação de recursos de acordo com suas prioridades, e é de suma importância para a política macroeconômica. Porém, não podemos desconhecer o grave quadro educacional do País, atestado por índices de proficiência divulgados pelo próprio Ministério da Educação.

Nesse contexto, a PEC nº 96, de 2003, propõe corrigir essa distorção. Ela estabelece a redução gradativa da DRU, para efeito do cálculo dos recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de que trata o art. 212 da Constituição Federal. Assim, os recursos vinculados à educação seriam gradativamente recuperados, permitindo o aumento e a melhoria da educação pública.

No entanto, a PEC remete a lei complementar os termos dessa redução, o que consideramos desnecessário. Assim como a DRU é auto-aplicável, a redução da desvinculação dos recursos da educa-

ção também pode ser. Portanto, propomos emenda à PEC definindo essa redução para 5% a cada ano, a partir de 2008, até a sua extinção em 2011. Com isso, torna-se desnecessária a tramitação de uma lei complementar e a emenda à Constituição teria eficácia já em 2008, caso a DRU seja prorrogada. Ademais, propomos adequação da redação da ementa a essa alteração.

As Emendas nºs 1 a 4 oferecidas não atendem ao objetivo de reduzir, já a partir de 2008, porém de forma gradual, o percentual da DRU incidente sobre os recursos destinados a MDE, razão pela qual deixamos de acolhê-las.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação da PEC nº 96, de 2003, com as emendas apresentadas a seguir, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa da PEC nº 96, de 2003, a seguinte redação:

“Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação de Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.”

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao § 3º do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do que dispõe o art. 1º da PEC nº 96, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

“§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no **caput** deste artigo será de dez por cento no exercício de 2009, cinco por cento no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011. (NR)”

Sala da Comissão, 16 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 46 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10, 04, 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: <i>Sen. Valter Peres</i>	
RELATOR: <i>Sen. Jefferson Pêres</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA <i>Sen. Arruda</i>
EDUARDO SUPPLY	3. CÉSAR BORGES <i>Sen. Borges</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Sen. Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>Sen. Ideli</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Sen. Valadares</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Sen. Pedro</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP <i>Sen. Valdir</i>
VALTER PEREIRA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Sen. Demóstenes</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>Sen. Katia</i>	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Sen. Antonio</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Sen. Arthur</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Sen. Eduardo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Sen. Lucia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Sen. Tasso</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Sen. Epitácio</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES (RELATOR)	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/04/2008

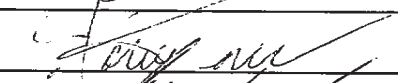
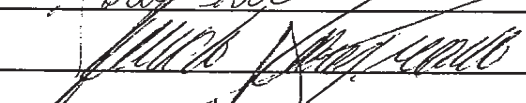
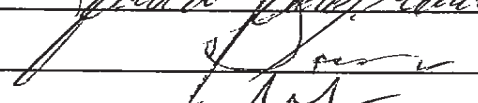
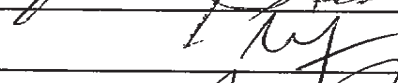
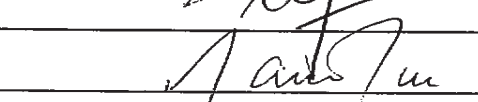
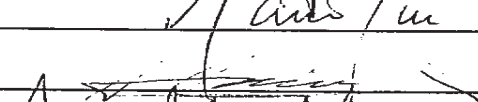
¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

1 -		Sen. Heráclito Fortes
2 -		Sen. Romeu Tuma
3 -		Sen. Renato Casagrande
4 -		Sen. Marcos Pereira
5 -		Sen. Gilm Angelle
6 -		Sen. PAULO DUQUE
7 -		Sen. ADELSON SANT'ANA
8 -		Sen. Flávio Arns
9 -		Sen. Papalio Paes
10 -		

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 2007)

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a e b**; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, **c**, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000)

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SUBSEÇÃO II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

I – no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea **a**, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea **b** e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

I – os percentuais de que trata o § 2º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde de poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006).

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) (Vide Medida provisória nº 297, de 2006) Regulamento.

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006).

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do

salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006).

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Em exame nesta Comissão, a PEC nº 96, de 2003, cuja primeira subscritora é a Senadora Ideli Salvatti.

O art. 1º acresce § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com o objetivo de reduzir gradativamente a Desvinculação de Receitas da União (DRU), para efeito do cálculo dos recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de que trata o art. 212 da Constituição Federal, nos termos de lei complementar. O art. 2º prevê que a emenda resultante vigorará a partir de sua publicação.

O supracitado dispositivo da Constituição determina que a União aplique anualmente, no mínimo, 18% da receita resultante de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). No entanto, a DRU reduz esses recursos, ao reduzir a base de cálculo sobre a qual incide o percentual de 18%.

Nesta Comissão, foram apresentadas quatro emendas.

A Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, aperfeiçoa a redação, suprimindo a expressão “A partir de 2005” e substituindo a previsão de lei complementar por lei ordinária.

As Emendas nºs 2 a 4 são de autoria da Senadora Kátia Abreu. A Emenda nº 2 objetiva excetuar da DRU a receita destinada à MDE sem a redução gradual prevista na PEC. A Emenda nº 3 excetua da DRU, além da receita destinada à MDE, a destinada à saúde a que se refere o art. 198 da Constituição Federal. Por fim, a Emenda nº 4 excetua da DRU a receita destinada à MDE, incluindo na base de cálculo desta as transferências constitucionais, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à promulgação da emenda.

Em 5 de dezembro último, a proposição foi distribuída ao Senador Jefferson Péres para emitir relatório.

II – Análise

A PEC nº 96, de 2003, preconiza que o percentual de desvinculação de 20% incidente sobre a MDE seja reduzido gradualmente a cada exercício, a partir de 2005, nos termos de lei complementar. Assim, os recursos vinculados à MDE seriam aumentados, ao longo dos anos, de acordo com o que for definido na lei complementar a ser editada, até a DRU não mais reduzir os recursos vinculados.

Constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa

A PEC nº 96, de 2003, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60 da Constituição Federal (CF). Com efeito, a proposta foi assinada por número suficiente de senadores e não incide nas limitações materiais que constam do seu § 4º, ou seja, não tende a abolir as chamadas cláusulas pétreas.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas. Por fim, não há inclusão de matéria estranha a seu objeto.

Mérito

Com o mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU), 20% dos recursos destinados pela Constituição para o financiamento da educação podem ser livremente alocados. Esses recursos são destinados a outras despesas e ao superávit primário, com evidente prejuízo para o sistema educacional do País, ficando a maior parte dos encargos da educação sob a responsabilidade dos estados e municípios.

A alegação do Governo Federal é de que a DRU constitui importante instrumento de flexibilização de seu orçamento, permitindo a alocação de recursos de acordo com suas prioridades, e é de suma importância para a política macroeconômica. Porém, não podemos desconhecer o grave quadro educacional do

País, atestado por índices de proficiência divulgados pelo próprio Ministério da Educação.

Nesse contexto, a PEC nº 96, de 2003, propõe corrigir essa distorção. Ela estabelece a redução gradativa da DRU, para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) de que trata o art. 212 da Constituição Federal. Assim, os recursos vinculados à educação seriam gradativamente recuperados, permitindo o aumento e a melhoria da educação pública.

No entanto, a PEC remete a lei complementar os termos dessa redução, o que consideramos desnecessário. Assim como a DRU é auto-aplicável, a redução da desvinculação dos recursos da educação também pode ser. Portanto, propomos emenda à PEC definindo essa redução para 5% a cada ano, a partir de 2008, até a sua extinção em 2011. Com isso, toma-se desnecessária a tramitação de uma lei complementar e a emenda à Constituição teria eficácia já em 2008, caso a DRU seja prorrogada. Ademais, propomos adequação da redação da ementa a essa alteração.

As Emendas nºs 1 a 4 oferecidas não atendem ao objetivo de reduzir, já a partir de 2008, porém de forma gradual, o percentual da DRU incidente sobre os recursos destinados a MDE, razão pela qual deixamos de acolhê-las.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação da PEC nº 96, de 2003, com as emendas apresentadas a seguir, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa da PEC nº 96, de 2003, a seguinte redação:

“Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2008, o percentual da Desvinculação de Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.”

EMENDA Nº – CCJ

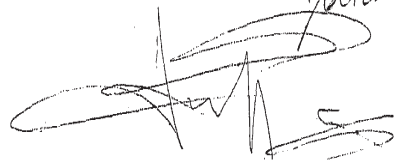
Dê-se ao § 3º do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do que dispõe o art. 1º da PEC nº 96, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

‘§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o

percentual referido no **caput** deste artigo será de quinze por cento no exercício de 2008, dez por cento no exercício de 2009, cinco por cento no exercício de 2010 e nulo no exercício de 2011. (NR)”

Sala da Comissão,

Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Flávio Arns, Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e a Srª Senadora Patrícia Saboya enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quem diga que o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, uma das mais notáveis iniciativas do Governo do Presidente Lula, é mera peça de propaganda. Ouve-se, aqui e acolá, que o PAC serviria apenas para dar moldura e alardear feitos que jamais sairiam do papel. Há, inclusive, quem, na tentativa de fazer graça, tenha apelidado o Programa de **Pacderme**... O tempo, a obstinação e a operosidade do Governo Federal, no entanto, se encarregaram de desmentir cabalmente uns e de esvaziar o precário e vulgar senso de humor de outros.

No cotidiano, o PAC, sob o comando da eminente Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, se vem mostrando uma inquestionável ação de Governo, que busca atender às reais necessidades da sociedade brasileira, ávida por melhores condições de vida. Faço essas observações, Sr. Presidente, apenas para registrar, como me cabe na condição de Líder do Governo nesta Casa, que na segunda quinzena de março foram iniciadas cinco novas obras de saneamento na região Centro-Oeste, no âmbito do PAC.

Este é apenas um pequeno instantâneo do que começa a ocorrer em todo o País, em iniciativas voltadas para a infra-estrutura que, ao se multiplicarem, transformam o Brasil em um grande canteiro de obras, com vantagens diretas para o nosso povo.

Mas vamos aos fatos e aos números, porque assim as coisas ficam mais bem dimensionadas e explicadas, e, então, evidentes para crédulos e incrédulos. Na terça-feira, 18 de março, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou obras do PAC em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde firmou documento que deu início a cinco novas obras de saneamento e urbanização de favelas na capital e nas cidades de Corumbá e Dourados.

Um total de R\$96,6 milhões estão sendo investidos nesses trabalhos, dos quais aproximadamente R\$82 milhões, ou seja, quase 85% dos recursos, são oriundos dos cofres da União. Entre as obras que começam a ser realizadas está o saneamento integrado do Córrego Lagoa, em Campo Grande, e o saneamento de cinco bairros do município de Corumbá, que também será beneficiado com a execução de galerias para águas pluviais e pavimentação. Essa última obra, quando concluída, representará benefícios diretos para 5.443 famílias.

A urbanização de favelas e de assentamentos precários de Corumbá é outra iniciativa que também está em andamento, alcançando 800 famílias que vivem nos bairros de Cravo Vermelho III, Tiradentes, Pantanal e Lar Doce Lar. Apenas aí se tem um investimento de mais de R\$28 milhões.

Em Dourados, serão construídos dois conjuntos habitacionais destinados a famílias que moram em áreas de risco ou de proteção ambiental. Um total de 1.500 famílias serão diretamente beneficiadas pelas obras, sendo que 420 famílias receberão moradias. Os novos conjuntos terão escola, área de lazer, posto de saúde, creche e uma ciclovia de 2,5 quilômetros.

Ainda durante sua estada na capital do Mato Grosso do Sul, o Presidente Lula conheceu as obras de abertura do sistema viário e de circulação de pedestres da Vila Popular. Essas obras integram um dos projetos de urbanização previstos pelo PAC, atingem 24 mil famílias e geram mais de 5 mil empregos.

Enfim, como se vê, e isso levando em conta apenas um Estado da Federação, no caso o Mato Grosso do Sul, o Programa de Aceleração do Crescimento é uma realidade, e não uma quimera. Mais uma ação do Governo do Presidente Lula que já começa a mostrar os benefícios que aporta a milhares de famílias brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imaginem-se vivendo a seguinte situação: você é uma pessoa cega e não tem como identificar o valor das notas, das cédulas de dinheiro que possui. Neste momento, ou você tem o auxílio de uma pessoa que enxerga, ou está sujeito à honestidade daquele que irá receber o seu dinheiro.

Esta vulnerabilidade faz parte da vida de 2,5 milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil. E foi

pensando nesta realidade que propusemos o projeto de Lei que hoje apresentamos a esta Casa Legislativa.

A proposta determina que as cédulas utilizadas como meio circulante deverão conter elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual. A substituição das cédulas existentes pelas novas cédulas com identificação deverá ocorrer no período de 10 (dez) anos.

Esta iniciativa não é inédita. Outras duas proposições com o mesmo objetivo já tramitaram nesta Casa. No entanto, após prolongadas tramitações e aperfeiçoamentos, foram arquivadas em função do encerramento das legislaturas.

O texto que ora apresento à apreciação dos nobres colegas é resultado de amplo debate e reproduz aquele aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, já tendo sido apreciado também pela Comissão de Assuntos Sociais. O projeto original, que serviu de inspiração a esta proposição é de autoria do Senador Paulo Octávio.

Em tese, já estaria pronto para ser remetido à Câmara Federal. Entretanto, ainda está sujeito a novos entendimentos e alterações porventura ainda decorrentes.

Neste sentido, exponho novamente a questão aos colegas senadores, tendo em vista a importância da matéria para milhões de brasileiros que se mostram cada vez mais ativos e participativos do cenário social brasileiro, realizando negócios e utilizando dinheiro em espécie como forma de pagamento.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Arrecadação cresce 18% mesmo sem CPMF”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 27 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que no primeiro mês sem a cobrança da CPMF, a arrecadação do Governo Federal aumentou em níveis muito superiores aos da inflação e do crescimento da economia. Segundo a matéria a receita foi de R\$62,6 bilhões, uma expansão de 20% acima da inflação em relação ao mesmo período do ano passado.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Arrecadação cresce 18% mesmo sem CPMF

Rachid, da Receita Federal, diz que ganho em janeiro foi 'atípico' e que ainda não vê novo patamar de arrecadação

Crescimento econômico, com lucros em alta e maior formalização do emprego, turbina resultado; ganho com IR de bancos sobe 149%

GUSTAVO PATU
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No primeiro mês sem a cobrança da extinta CPMF, a arrecadação do governo federal aumentou em níveis muito superiores aos da inflação e do crescimento da economia.

Recorde para um mês de janeiro, a receita foi de R\$ 62,6 bilhões, uma expansão de 20% acima da inflação em relação ao mesmo período do ano passado —ou de 18,3%, se descontada a arrecadação residual da extinta contribuição sobre movimentação financeira.

Em valores absolutos, o caixa do governo foi reforçado, num único mês, em R\$ 9,6 bilhões, excluindo da conta os R\$ 875 milhões em recolhimentos remanescentes da CPMF. É praticamente toda a arrecadação adicional estimada pelo governo para todo o ano com a melhora da economia. A perda estimada com o fim da CPMF é de R\$ 39,3 bilhões ao ano.

Ao anunciar o resultado, a maior preocupação do secretário da Receita Federal, Jorge

Rachid, foi qualificar o desempenho do mês como "atípico", ou seja, decorrente de fatores que não se repetirão ao longo do ano. "Não tenho nenhum elemento para afirmar que tenha havido uma mudança de patamar [na arrecadação]."

Os números mais elevados vieram dos tributos incidentes sobre os lucros das empresas, naturalmente afetados pela expansão da atividade econômica no final do ano passado. Só o Imposto de Renda cobrado dos bancos e instituições financeiras, no entanto, teve, na comparação com janeiro de 2007, alta de 148,7%, sem que tenha havido mudança de alíquotas ou base de cálculo no período.

A CSLL (tributo sobre o lucro) cobrada do setor financeiro cresceu outros 133,5%, mesmo sem ter ainda entrado em vigor o aumento da alíquota do setor de 9% para 15%, fixado para compensar a extinção da CPMF e sujeito ao período de 90 dias para a cobrança efetiva.

Principal fonte de arrecadação no mês, o Imposto de Renda teve aumento real total de 46,4%, praticamente igual ao da CSLL. Trata-se de um percentual muito superior ao do crescimento do PIB estimado para 2007, na casa dos 5%.

Segundo a Receita, os valores mostram um comportamento

extraordinário: Rachid mencionou casos de empresas que elevaram seu pagamento de IR em até 500%. Não foi apresentada uma explicação detalhada para os números, mas citadas razões como a venda de participações acionárias, especialmente no setor de mineração, e a antecipação do recolhimento, que pode ser feito até março.

Ainda que o desempenho dos tributos sobre o lucro possa, nas palavras de Rachid, "fugir à normalidade", todos os principais impostos e contribuições apresentaram ganhos de arrecadação superiores à expansão da economia —e nem todos os casos são explicáveis por fenô-

menos atípicos.

A receita da Previdência Social, por exemplo, subiu 16,6% acima da inflação (IPCA), provavelmente graças à formalização de empregados, resultante do bom momento econômico e da implantação da nova lei para micro e pequenas empresas.

O dólar barato, que estimula importações, também contribuiu para alta real de 29,1% do arrecadado sobre os importados. O aumento do consumo produziu altas fortes no ganho com Cofins e IPI —só nos automóveis, o arrecadado com o IPI aumentou 34,2%.

➔ LEIA MAIS B3 e B4

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, no dia de hoje, para registrar a matéria intitulada “Gilmar Mendes é eleito para presidir STF”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 13 de março 2008.

A reportagem destaca que a partir do dia 23 de abril o ministro Gilmar Mendes substitui a ministra Ellen Gracie, que deixa a presidência do STF e pode disputar uma vaga na Corte Internacional de Justiça de Haia, na Holanda. O vice-presidente é Cezar Peluso.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais** do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JUDICIÁRIO

Gilmar Mendes é eleito para presidir STF

Felipe Recondo
BRÁSILIA

O ministro Gilmar Mendes foi eleito ontem presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A partir de 23 de abril, ele substituirá a ministra Ellen Gracie, que deixa a presidência e pode disputar uma vaga na Corte Internacional de Justiça, em Haia (Holanda). O vice-presidente eleito é Cezar Peluso.

Pela tradição, o STF elege presidente, para um mandato de dois anos, o ministro mais antigo que ainda não tenha ocupado o posto. Celso de Mello, Marco Aurélio e Ellen Gracie são mais antigos, mas já presidiram o tribunal.

Mendes, de 52 anos, foi indicado para o STF em 2002

pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele chefiava a Advocacia-Geral da União (AGU).

Como presidente do Supremo, Mendes deve presidir também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle externo do Judiciário. Mas para assumir esse cargo precisará ser aprovado pelo Congresso.

Na primeira entrevista, depois de eleito, ele afirmou que o CNJ não deve servir como “órgão repressivo máximo”, recebendo todas as denúncias contra juízes. “Não acho que deva ser sua função essencial. O CNJ deveria atuar quando órgãos correccionais não o conseguissem. Não imagino que aqui tenhamos um muro de lamentação apto a responder a todas as demandas. Se o CNJ se embrenha nesse caminho corre o risco de não dar resposta satisfatória.”

Mendes adiantou que, como presidente do STF, deve contribuir com o Congresso na aprovação de reformas para racionalizar os processos e acelerar julgamentos. Ele considerou naturais as

críticas de deputados e senadores, de que o Supremo legisla em determinados julgamentos. Mas insistiu em que o STF não ocupa o espaço do Congresso. “O tribunal tem a noção de que não pode substituir-se ao legislador e que o Legislativo é fundamental para uma democracia viva que nós queremos.”

JULGAMENTO

Curiosamente, o recém-eleito Mendes terá hoje de deixar o plenário para o julgamento de ação de improbidade ajuizada contra ele quando ainda comandava a Advocacia da União. Em 2002, o Ministério Público Federal suspeitava da contratação irregular de pessoal para cargos de confiança da AGU e pediu documentos sobre essas contratações. Como a AGU negou-se a repassar os papéis, o processo foi aberto.

Parecer enviado pela Procuradoria-Geral da República propõe o arquivamento do processo contra Mendes, alegando que ele não é mais o chefe da AGU. A tendência do Supremo é seguir o parecer no julgamento de hoje. ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Bispo denuncia exploração infantil”, publicada no jornal **Diário do Pará**, em sua edição de 15 de abril de 2008.

A matéria destaca que, ameaçado de morte, Dom José Luiz Azcona, Bispo da prelazia do Marajó, denunciou vários casos de violação dos direitos humanos no arquipélago, envolvendo narcotráfico, tráfico de mulheres e exploração sexual de menores. Azcona

acusa ainda as autoridades governamentais de não tomarem providências para resolver o problema.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais** do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bispo denuncia exploração infantil

O bispo da prelazia do Marajó, dom José Luiz Azcona, denunciou ontem em Belém vários casos graves de violação dos direitos humanos no arquipélago envolvendo narcotráfico, tráfico de mulheres e exploração sexual de menores. Azcona acusa ainda as autoridades governamentais de não tomarem providências para resolver o problema. Ele é um dos bispos que sofrem perseguição e ameaças de morte no Estado do Pará e que ganharam a solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos do

“O Estado está sendo morto com esta abominação, que é a exploração sexual, diante de uma cultura que perdeu o respeito à criança”, indigna-se. “Quero gritar e dizer que é hora de as nossas autoridades fazerem algo pela defesa das mulheres e crianças”. A coletiva aconteceu às 11h na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Azcona é bispo acompanhante da Comissão Justiça e Paz (CJP) da CNBB Norte 2.

O bispo fez relatos chocantes sobre como meninas e meninos são explorados sexualmente em troca de comida ou dinheiro. “No rio Tajapurú, em frente à Melgaço, meninas de 12 anos entram nos barcos que viajam até Macapá, trocando sexo por dois quilos de carne ou óleo”, denunciou. Azcona relata também crimes de tráfico de mulheres para a prostituição. “No município, verificamos o tráfico humano para a Guiana Francesa”, destaca. Ele apresentou números que mostram que, segundo a Polícia Federal, 178 menores foram traficadas para a Guiana em 2006, sendo que 52 só de Breves. “Existe uma força econômica por trás desse tráfico. No aeroporto de Guarulhos, em dezembro, foi pega uma menina de Portel que iria embarcar para Madri”, relata. “Em Portel, há dois anos, vereadores abusaram sexualmente de uma garota de 14 anos e até agora não foram punidos”, acrescenta o bispo.

178
menores foram
traficadas para a
Guiana Francesa
em 2006,
segundo dados da
Polícia Federal

Brasil (CNBB). Os outros são dom Erwin Kräutler, da Prelazia do Xingu, e dom Flávio Giovenalle, da Diocese de Abaetetuba.

As denúncias de exploração se referem aos municípios de Chaves, Afuá e, principalmente, em Portel e Breves, todos na Ilha do Marajó. O religioso acrescenta, porém, que é um mal que atinge todo o Pará.

» Narcotráfico também preocupa

D. José Luiz Azcona acredita que “dentro de dez anos, o narcotráfico irá indicar os prefeitos do Marajó”. Segundo ele, na delegacia de Portel, em uma cela com 11 pessoas, havia 60 presos. “Desses, 17 eram ligados ao narcotráfico e todos estão soltos”, denuncia. E a passividade do poder, segundo ele, continua deixando que isso aconteça. “Há dois meses, procuramos a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) e vemos que existe uma passividade e uma lentidão para atuarem em torno das denúncias”, afirma. “Todo mundo sabe disso e ninguém mexe um dedo para mudar. As autoridades estão coniventes com isso. Em todo o Pará vigora a lei do mais forte”.

Ele comenta também as ameaças de morte sofridas pelos integrantes da igreja. “Dom Erwin é ameaçado porque pediu documentação sobre a barragem de Belo Monte, querendo clareza sobre a situação. Também por querer chegar aos mandantes do assassinato da Irmã Dorothy. Ele

levantou que, em Altamira, existem grupos organizados e prostituição infantil”, relata. Já Dom Flávio é contra o narcotráfico e fez denúncias sobre o caso da menina de Abaetetuba. Com relação a mim, fiz denúncias à comissão da Câmara sobre a exploração sexual no Marajó”. Para Azcona, deve-se investigar quem está ameaçando essas pessoas. “Ainda não aceitei segurança porque é desgastante e as ameaças ainda não estão substanciadas”.

Roberto Martins, secretário de Justiça e Direitos Humanos em exercício, garante que “tudo que chegou aqui foi encaminhado. Temos nove ofícios encaminhados para os órgãos responsáveis pelas investigações, como a Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal e Ministério Público Federal”. Sobre as ameaças de morte, responde que o Estado “tem limites” e que há algo em torno de 300 nomes de pessoas ameaçadas de morte no Pará. “As medidas estão sendo tomadas”, diz.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com profunda emoção e com muita dor que registro aqui o falecimento do Professor Ícaro de Sousa Moreira, Reitor da Universidade Federal do Ceará. Era uma dos mais brilhantes figuras do meio acadêmico de nosso Estado e do Nordeste. Cientista reconhecido, tinha sensibilidade política e competência administrativa, como demonstrou na sua gestão à frente da UFC.

Formou-se em Química pela Universidade Federal do Ceará em 1976 e seis anos depois chegou ao Mestrado em Química Inorgânica pela própria Universidade Federal do Ceará. Completou seu doutorado em Química, na área de Físico-Química, pela Universidade de São Paulo, em 1990. Realizou estágio de Pós-Doutorado na Rutgers University, no Estado norte-americano de Nova Jersey em (1991-1992).

De retorno ao Brasil, ocupou uma sucessão de cargos na Universidade Federal do Ceará, que tanto amava: coordenador do Curso de Química, coordenador do Programa de Pós-graduação em Química Inorgânica, vice-diretor do Centro de Ciências e Vice-Reitor. Foi membro do Conselho Gestor do Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará COGEFIT, representando as Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Ceará, indicado pelo Conselho de Reitores das Universidades Cearenses CRUC.

Seu prestígio era tão grande que recebeu 76% dos votos de professores, servidores e alunos na eleição que definiria o novo reitor da Universidade Federal do Ceará. Tomou posse no dia 22 de junho de 2007 e ficaria até 2011.

Permaneceu na reitoria, como se vê por um curto período. Mesmo assim, deixou extensa e qualificada lista de projetos iniciados nesses dez meses, o que confirma o dinamismo apontado por todos quantos o conheceram. Investiu maciçamente na melhoria dos cursos de graduação, que não haviam sido prioridades em períodos anteriores. Preocupou-se sempre com a qualidade do ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Nunca se descuidou das necessidades da comunidade a que pertencia. Um de seus últimos atos foi firmar um convênio com o Banco do Brasil para aumentar o número de vagas de residência universitária. Planejava um Festival de Cultura, abriu edital de seleção para jornalistas, inaugurou um mestrado de Comunicação. Deu início à construção de um prédio próprio para a Psicologia, demanda antiga, e autorizou a reforma de muitas salas de aula.

Ícaro era apontado como um líder nato. No depoimento de um de seus principais colaboradores, tinha uma capacidade de mobilizar e animar incríveis; apesar

de delegar, conseguia acompanhar tudo de perto. O êxito de sua gestão era reconhecido por todos os que acompanhavam a vida na universitária.

Nascido no Piauí, Ícaro faria 56 anos em maio. Deixa seis filhos, cinco do primeiro casamento. Deixa ainda a esposa Izaura Cirino Nogueira Diógenes, também professora e cientista renomada, que no momento de sua morte estava nos Estados Unidos, onde faz pós-doutorado. Desejo aqui expressar minha solidariedade à família do reitor Ícaro e a toda a Universidade Federal do Ceará, que perde não só um dirigente de qualidade e de competência, mas também um grande defensor.

Com a morte de Ícaro de Sousa Moreira, perdemos todos. Perde a Universidade, perde o ensino brasileiro, perde o Ceará, perde o Brasil. Havia a convicção de que, pelo seu talento e pela sua juventude, Ícaro ainda faria muito no futuro. Seria muito bom para todos nós se essa profecia fosse cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.3.2008)
Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro

Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro

signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova*

no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C*

ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do

Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva*

Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

48

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

49

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

50

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

51

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

53

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo"*.

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

54

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

55

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

56

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernán-*

dez Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

57

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

58

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

59

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

60

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

61

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

62

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

63

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Facul-*

ta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

64

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

66

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

67

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Sena-

dora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

68

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

69

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

70

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI) – Está encerrada esta sessão de 22 de abril do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 3 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL****SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO****22-4-2008****Terça-feira****9:30 II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade**

e Justiça Social com a presença Ministro da Educação.

Auditório Petrônio Portela

10:00 Sessão Especial em homenagem ao aposentado do Serviço Público.**Plenário do Senado Federal****16:00 Ordem do Dia – Sessão deliberativa do Senado Federal**

Plenário do Senado Federal

18:15 Lançamento do Guia das Eleições 2008 para o Eleitor

Tribunal Superior Eleitoral

PARECER Nº 6, DE 2008-CN

Da comissão mista de planos, Orçamentos públicos e fiscalização sobre a Medida Provisória nº 423, de 04 de abril de 2008, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$613.752.057,00, para os fins que especifica.”

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **José Guimarães**

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República adota e submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 16, de 2008-CN (nº 00149/2008, na origem), a Medida Provisória nº 423, de 04 de abril de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 613.752.057,00 (seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória, de acordo com o discriminado no quadro a seguir:

R\$ 1,00

Órgão/Unidade Orçamentária	Suplementação	Origem de Recursos
Ministério dos Transportes	73.752.057	
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	73.752.057	
Ministério da Integração Nacional	540.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Administração Direta)	540.000.000	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007		613.752.057
- Recursos Ordinários		540.000.000
- Recursos Próprios Não-Financeiros		73.752.057
TOTAL	613.752.057	613.752.057

Segundo a Exposição de Motivos nº 44/2008-MP, que acompanha a proposição, o crédito tem as seguintes destinações e justificativas:

a) Ministério dos Transportes

Atenderá despesas com a realização de obras emergenciais e de infra-estrutura nas rodovias federais em diversos Estados da Federação, cujo estado emergencial em que se encontram foi provocado pelas fortes chuvas que ocorreram nos últimos meses, que danificou parte significativa da malha rodoviária federal e levou alguns entes a decretarem estado de calamidade pública.

b) Ministério da Integração Nacional

Atendimento de populações vítimas de chuvas intensas que provocaram inundações e alagamentos em Municípios da Região Nordeste, especialmente nos Estados da Paraíba, Ceará e Piauí, e da Região Centro-Oeste, sobretudo no Estado &– Mato Grosso, com vista a minimizar a situação de calamidade pública, reconhecida pelo Governo Federal, nessas localidades.

Quanto aos aspectos de relevância e urgência da medida, a Exposição de Motivos nº 00044/MF, de 04 de abril de 2008 assim esclarece:

1. A relevância e urgência da medida, no âmbito do Ministério dos Transportes, justificam-se pela necessidade de realização de intervenções imprescindíveis em diversos trechos, os quais requerem ações de recuperação imediata, e pela possibilidade do agravamento do estado de trafegabilidade das rodovias, sob pena de ocorrência de acidentes com danos materiais e riscos à vida de seus usuários.

2. No Ministério da Integração Nacional a relevância e urgência são justificadas pelas graves consequências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e os prejuízos causados à infra-estrutura local, os quais provocaram sérios transtornos com significativos danos humanos, materiais e ambientais.

Por fim, informa a citada E.M. que a proposição será atendida com recursos oriundos de superávit financeiro de Recursos Ordinários e de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007.

À medida provisória foi apresentada 12 emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o Parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

II.1. Aspectos Constitucionais: Arts. 62 e 167, § 3º, da CF (pressupostos de relevância, urgência e Im-previsibilidade)

O § 3º do art. 167 da Constituição estabelece que “A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.” O art. 62 dispõe que “Em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”

No que tange à relevância e urgência, a Exposição de Motivos nº 00044/2008-MP, apresenta consistentes justificações com relação a esses aspectos.

II.2. Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria dispositivos ou preceitos legais pertinentes, especialmente, no que se refere à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal, vigentes.

Contudo, diante do impacto fiscal negativo da presente medida, uma vez que utiliza fonte decorrente do

superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial de 2007, o que afeta a meta de resultado previsto para 2008, ressaltamos a necessidade de que a despesa aprovada seja devidamente compensada, durante o processo de execução do Orçamento da União, a fim de que a meta de resultado fiscal estabelecido em anexo específico da Lei de Diretrizes Orçamentárias seja atingida.

II.3. Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º, do Art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

A Exposição de Motivos nº 00044/2008/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

II.4. Mérito

Os recursos consignados no crédito extraordinário visam minorar a situação da população atingida pelas fortes chuvas, nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, o que provocou inundações e alagamentos em vários Municípios, além de danificar parí significativa da malha rodoviária federal, tornando-se imprescindível e necessária a imediata intervenção do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios dos Transportes e da Integração nacional.

II.5. Análise das Emendas

O art. 111 da Resolução nº 01, de 2006 – CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere § 1º do art. 166, da Constituição Federal, que “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

As emendas apresentadas ao crédito extraordinário em análise visam a inclusão de dotações orçamentárias, por isso, devem ser consideradas inadmitidas

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 423, de 2008, nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo por inadmitidas as emendas apresentadas à proposição.

Sala das Sessões, de de 2008. – Deputado **José Guimarães**, Relator.

Anexo I
(Ao Parecer nº , de 2008)
MP nº 423 de 2008 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 70, III, c. DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006
– CN

(Emendas Inadmitidas)

Nº Emenda	Autor	Finalidade	Parecer
00001	Mauro Nazif	26.782.0663.1F40 – Conservação de Trecho Rodoviário – BR 429 – no Estado de Rondônia	Inadmitida
00002	Mauro Nazif	26.782.0663.1F40 - Conservação de 50 KM no Trecho entre Ariquemes/Jaru – BR 364 – no Estado de Rondônia	Inadmitida
00003	Mauro Nazif	06.182.1027.8384 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – no Distrito de Calama no Município de Porto Velho – no Estado de Rondônia	Inadmitida
00004	Waldir Maranhão	06.182.1029.4564.0103 – Socorro e Assistência as Pessoa Atingidas por Desastres – Estado do Maranhão	Inadmitida
00005	Sarney Filho	06.182.1029.4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastre – no Estado do Maranhão	Inadmitida
00006	Sarney Filho	06.182.1027.8384.0076 - Apoio a Obras Preventivas de Desastre – no Estado do Maranhão	Inadmitida
00007	Sarney Filho	26.782.0663.1F40 – Obras Rodoviárias Emergenciais – no Estado do Maranhão	Inadmitida
00008	Sarney Filho	06.182.1029.4570 – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – no Estado do Maranhão	Inadmitida
00009	Geraldo Resende	06.182.1029.4564.0103 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres – no Estado do Mato Grosso do Sul	Inadmitida
00010	Geraldo Resende	06.182.1027.4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres – no Estado do Mato Grosso do Sul	Inadmitida
00011	Geraldo Resende	06.182.1027.8348.4003 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – no Estado do Mato Grosso do Sul	Inadmitida
00012	Geraldo Resende	06.182.1027.8348 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres – no Estado do Mato Grosso do Sul	Inadmitida

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quarta Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado José Guimarães, favorável nos termos da Medida Provisória nº 423/2008-CN. A Medida Provisória foram apresentadas 12 (doze) emendas, as quais foram Declaradas Inadmitidas.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Carlito Merss, Carlos Zaratini, Cezar Silvestri, Claudio Diaz, Dilceu Sperafico,

Edmilson Valentim, Eduardo da Fonte, Felipe Bomier, Germano Bonow, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Guimarães, Luiz Bitencourt, Luiz Carlos Busato, Marcos Montes, Max Rosenmann, Mendonça Prado, Miguel Martini, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão e Wellington Fagundes; e os Senadores Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, Aloizio Mercadante, Deicídio Amaral, José Nery, Kátia Abreu e Neuto de Conto.

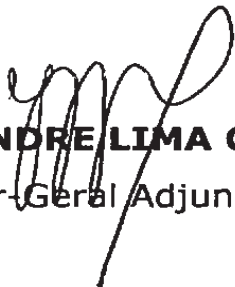
Sala de Reuniões, 17 de abril de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Deputado **José Guimarães**, Relator.

ATO DO DIRETOR-GERAL ADJUNTO**Nº 779 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 004634/08-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor VALDIMIR FELIX DA SILVA, Técnico Legislativo, Nível M-30, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 22 de abril de 2008.

**JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO**

Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda	(PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	
Maioria (PMDB)	
Senador José Nery	(PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Exedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Sihessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmiir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) ⁽⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Sihessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) ⁽⁶⁾
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
VAGO	
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria

Atualização: 09/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽¹⁰⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (VAGO)⁴

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka	<u>a (PMDB-MS)_____</u>
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 306 PÁGINAS